

Aldir Santos de Paula
Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitório
(Organizadores)

30 ANOS DO PROGRAMA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS (PRELIN - PPGLL/UFAL)

Volume I

Estudos em Variação e Mudança Linguística



Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo – SP)

P324t Paula, Aldir Santos de; Vitória, Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar (orgs.)

30 anos do Programa de Estudos Linguísticos (PRELIN - PPGL/UFAL) -
Volume I – Estudos em variação e mudança linguística /

Organizadores: Aldir Santos de Paula e Elyne Giselle de Santana Lima
Aguiar Vitória.

1. ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

figs.; gráfs.; tabs.; quadros.

E-book: 7 Mb; PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5637-782-7.

1. Ensino. 2. Linguística. 3. Prática Pedagógica.

I. Título. II. Assunto. III. Organizadores

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Métodos de ensino instrução e estudo – Pedagogia. 371.3

2. Linguística. 410

3. Linguagem / Línguas – Estudo e ensino. 418.007

Aldir Santos de Paula
Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória
(Organizadores)

30 ANOS DO PROGRAMA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (PRELIN - PPGLL/UFAL)

Volume I

Estudos em Variação e Mudança Linguística



Copyright © 2023 – Dos organizadores representantes dos autores

Coordenação Editorial: Pontes Editores

Revisão: Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Editoração: Vinnie Graciano

Capa: Acessa Design

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação e revisados por pares.

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro

(Université de Genève – Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UNB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UNB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteadó, 1038 – Jd. Chapadão

Campinas – SP – 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

SUMÁRIO

Apresentação	7
Aldir Santos de Paula Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitório	
O fenômeno sociolinguístico e suas múltiplas abordagens	11
Aldir Santos de Paula Melbiany Barros Saraiva	
A influência das variáveis linguísticas contexto precedente e contexto procedente na variação do fonema fricativo alveolodental /s/ na fala dos orocoenses	34
Carlos Álack de Lima Renata Livia de Araújo Santos	
O processo de palatalização no português brasileiro	52
Thamires Marques Pereira Aldir Santos de Paula	
“Muitcho doidjo”: a palatalização progressiva em alagoas por que	68
Almir Almeida de Oliveira Alan Jardel de Oliveira	
Palatalização das oclusivas alveolares em contexto anterior de fricativa e semivogal na cidade de Arapiraca – Alagoas	88
Aline Bezerra Falcão	

O tratamento *você, ocê e cê* sujeito entre estudantes universitários alagoanos 109

Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória

Pronomes de referência a segunda pessoa do singular na função de complemento e adjunto na escrita brasileira do século XIX e XX: uma revisão sistemática 128

Waldenia Maria da Silva

A variação pronominal de primeira pessoa do plural na zona rural de Pariconha – AL 149

Layane Firmino Silva

Análise sociolinguística da concordância nominal produzida em diferentes regiões alagoanas 170

Andressa Kaline Luna de Oliveira Marques

Aldir Santos de Paula

Concordância verbal com pronome nós na zona rural de Pariconha – AL 190

José Anilton Alves da Silva

Hipercorreção na escrita de escolares 209

Cinthya Elizabeth Feitosa Pacheco

Priscila Rufino da Silva Costa

Liliane Correia Toscano de Brito Dizeu

Variação linguística: o aluno está preparado para isso? 228

Thomaz Santos Lima

Eliane Vitorino de Moura Oliveira

A sociolinguística e a educação quilombola 244

Maria Helena Menezes de Souza

Políticas linguísticas: para um inventário do patrimônio linguístico do Brasil 264

Antônio Félix de Souza Neto

Ricardo Nascimento Abreu

Sobre os autores 281

Apresentação

Este livro apresenta estudos desenvolvidos por pesquisadores do Grupo de Estudos Linguísticos (PRELIN) do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, bem como por pesquisadores colaboradores deste Programa, em comemoração ao seu aniversário de 30 anos. O PRELIN foi fundado no ano de 1992 pela professora Denilda Moura e tem contribuído para o desenvolvimento dos estudos linguísticos no Nordeste. A obra reúne 14 artigos que focalizam descrições de fenômenos linguísticos variáveis situados em diferentes níveis gramaticais, bem como a contribuição dessas descrições para ensino de língua e para políticas linguísticas.

No capítulo 1, *O fenômeno sociolinguístico e suas múltiplas abordagens*, Aldir Santos de Paula e Melbiany Barros Saraiva apresentam e discutem três abordagens para os estudos sociolinguísticos: a variacionista, a interacional e a educacional. Para cada uma dessas abordagens, os autores apresentam as principais ideias, os autores mais representativos e as metodologias utilizadas em seus respectivos campos de estudo.

O capítulo 2, *A influência das variáveis linguísticas contexto precedente e contexto procedente na variação do fonema fricativo alveolodental /s/ na fala dos orocoenses*, de autoria de Carlos Álack de Lima e Renata Livia de Araújo Santos, busca mostrar como se dá a variação do fonema fricativo alveolodental /s/ na comunidade de fala Orocó, cidade do interior de Pernambuco, a partir da análise da atuação desses dois

condicionadores linguísticos que foram considerados influentes no fenômeno variável analisado.

No capítulo 3, *O processo de palatalização no Português Brasileiro*, Thamires Marques Pereira e Aldir Santos de Paula descrevem, com base em Clements e Hume (1995), os traços envolvidos na realização das formas palatalizadas na cidade de Maceió – AL. Para tanto, consideram que o processo de palatalização ocorre quando um som muda seu ponto de articulação primário para o ponto de articulação palatal ou próximo, processo que é derivado da assimilação de traço(s) de um outro som adjacente, ou seja, os sons /t/ e /d/ são produzidos como [tʃ] e [dʒ].

Almir Almeida de Oliveira e Alan Jardel de Oliveira, no capítulo 4, *“Muitcho doidjo”: a palatalização progressiva em Alagoas por que*, investigam, sob a ótica da Sociolinguística Variacionista, a palatalização progressiva das oclusivas alveolares precedidas pela semivogal /j/ em Alagoas, focalizando a distribuição diatópica da palatalização em falares alagoanos e as pressões sociais e linguísticas envolvidas no processo.

O capítulo 5, *Palatalização das oclusivas alveolares em contexto anterior de fricativa e semivogal na cidade de Arapiraca – Alagoas*, de autoria de Aline Bezerra Falcão de Oliveira, faz uma análise comparativa do processo de palatalização das oclusivas alveolares /t/ e /d/ em contexto anterior semivogal, em produções linguísticas do tipo ‘oito’ e ‘doido’, com a palatalização em contexto de fricativa na cidade de Arapiraca, agreste de Alagoas.

No capítulo 6, *O tratamento você, ocê e cê sujeito entre estudantes universitários alagoanos*, de autoria de Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória, há uma descrição da variação entre *você*, *ocê* e *cê* na posição sujeito entre estudantes universitários, com o intuito de verificar a frequência de uso dessas variantes, bem como testar a interferência das variáveis tipo de relação, tipo de interação e localidade (Maceió, Agreste e Sertão).

Waldenia Maria da Silva, no Capítulo 7, *Pronomes de referência a segunda pessoa do singular na função de complemento e adjunto na escrita brasileira do século XIX e XX: uma revisão sistemática*, apresenta uma revisão sistemática, procurando responder a seguinte questão: quais fatores linguísticos e sociais influenciaram no processo de mudança linguística dos pronomes de segunda pessoa nas funções de não-sujeito no português brasileiro?

O capítulo 8, *A variação pronominal de primeira pessoa do plural na zona rural de Pariconha – AL*, de autoria de Layane Firmino Silva, apresenta uma análise da variação *nós* e *a gente* na posição de sujeito na zona rural de Pariconha, alto sertão de Alagoas, com intuito de verificar a frequência de uso dessas variantes e testar a relevância das variáveis tempo verbal, marca morfêmica, paralelismo formal, saliência fônica, determinação do referente, sexo/gênero, faixa etária e escolaridade.

A concordância nominal é o tema central do capítulo 9, *Análise sociolinguística da concordância nominal produzida em diferentes regiões alagoanas*, de autoria de Andressa Kaline de Oliveira Marques e Aldir Santos de Paula, que buscam analisar como esta concordância está condicionada por fatores linguísticos, como por exemplo a relação da classe gramatical com o núcleo, e por fatores extralinguísticos, como o nível de escolaridade do falante em diferentes regiões do estado de Alagoas, com base na Sociolinguística Variacionista.

O fenômeno variável da concordância também é tema central do capítulo 10, *Concordância verbal com o pronome nós na zona rural de Pariconha – AL*, de autoria de José Anilton Alves da Silva. O autor analisa a concordância verbal com o pronome *nós*, como *nós estuda* e *nós estudamos* na zona rural de Pariconha-AL, testando os seguintes grupos de fatores: escolaridade, tempo verbal, paralelismo linguístico e saliência fônica.

No capítulo 11, *Hipercorreção na escrita de escolares*, de autoria de Cinthya Elizabethe Feitosa Pacheco, Priscila Rufino da Silva Costa

e Liliâne Correia Toscano de Brito Dizeu, há uma descrição das instâncias do fenômeno da hipercorreção na escrita de crianças de uma escola pública municipal da cidade de Maceió correlacionando-as aos fatores linguísticos previstos na literatura sobre o tema e aos fatores sociais série escolar e sexo.

Thomas Santos Lima e Eliane Vitorino de Moura Oliveira, no capítulo 12, *Varição linguística: o aluno está preparado para isso?*, tomando por base as contribuições da Sociolinguística para o ensino, reportam os resultados de atividades propostas a quatro turmas do Ensino Médio (EM), período matutino, de uma escola situada em um distrito rural de Alagoas, tendo por base o texto “Nóis mudemo”, do escritor Fidencio Bogo.

A relação entre Sociolinguística e ensino também é tema central do capítulo 13, *A sociolinguística e a educação quilombola*, de autoria de Maria Helena Menezes de Souza, que faz reflexão acerca de como a variabilidade linguística é entendida socialmente e suas implicações na educação quilombola e aponta alguns caminhos para diminuição do paradigma do preconceito linguístico no ambiente escolar frequentado por quilombolas.

No capítulo 14, *Políticas linguísticas: para um inventário do patrimônio linguístico do Brasil*, Antônio Félix de Souza Neto e Ricardo Nascimento Abreu apresentam alguns dados históricos e pressupostos teóricos e metodológicos das Políticas Linguísticas, considerando seus efeitos mais previsíveis sobre o inventário de línguas/dialetos do Brasil.

Aldir Santos de Paula

Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória

O fenômeno sociolinguístico e suas múltiplas abordagens

Aldir Santos de Paula
Melbiany Barros Saraiva
Universidade Federal de Alagoas

Introdução

Toda sociedade humana é formada por pessoas socialmente organizadas, que se utilizam de recursos e métodos para os intercâmbios comunicativos que lhes são característicos e para isso se valem de múltiplas possibilidades para facilitar e engatilhar o processo comunicativo. O conhecimento linguístico mobilizado pelo falante desde a sua entrada no mundo dos humanos e, conseqüentemente, no mundo da linguagem se inicia com o funcionamento da gramática dos sons da língua em seu processo de aquisição da língua falada, mas é atravessado pelo léxico, pela morfossintaxe e pelos aspectos sociopragmáticos, de forma que, desde cedo, a criança fica exposta aos padrões de realização linguística de sua comunidade de forma sistemática e isto só acontece porque vivemos em sociedade.

A palavra ‘social’ vem acompanhando o desenvolvimento da linguística desde os postulados de Ferdinand de Saussure (1916), quando delimitou que a linguística deve estudar a linguagem verbal humana com método científico para compreender as manifestações

da fala. Os estudos saussurianos foram fundamentais para a autonomia da área, que foi considerada a ‘ciência-piloto’ das ciências humanas no século XX (PETER, 2003). A palavra ou o conceito relacionado ao social também pode ser encontrada em trabalhos de outros teóricos, embora cada um deles busque direcionar a questão do social para os interesses e escopos de suas pesquisas.

Embora o aspecto social tenha se destacado em muitas teorias e períodos, a partir de meados do século XX este termo ganha uma nova concepção e por sua complexidade e amplitude de atuação, tendo em vista que buscava correlacionar os pares: língua-sociedade e falante-ambiente, a nova disciplina ou campo de estudos tinha interesses que se sobrepujavam aos de outras áreas ou ciências, como a antropologia, a etnologia, a sociologia, a psicologia social, para citar apenas algumas, na medida em que, em certo sentido, também estavam preocupadas com a linguagem.

O campo de estudos denominado sociolinguística é considerado por Bright (1974 [1964], p. 17) como bastante recente e como seus

co-irmãos mais antigos, “etnolinguística” e psicolinguística”, não é fácil defini-lo com precisão; na verdade, estes três termos tendem a se interseccionar parcialmente quanto a seu objeto e, até certo ponto, a refletir diferenças nos interesses e abordagens dos pesquisadores mais do que no objeto de estudo propriamente dito.

Por isso, se considerada em relação a outras áreas ou disciplinas da linguística, a sociolinguística pode ser considerada como relativamente jovem, pois o seu desenvolvimento se deu a partir de meados dos anos de 1960. Para Paulston e Tucker (2003), a Sociolinguística acabou apresentando duas vertentes distintas para se referir a essa área que correlaciona língua e sociedade. A sociolinguística, propriamente dita, em que linguistas e antropólogos teriam como objetivo

a descrição e análise da língua na sua relação direta com fatores sociais, ou seja, a influência de elementos socioculturais no fenômeno linguístico. A outra abordagem seria nomeada como sociologia da linguagem e teria como foco estudar e compreender a influência da linguagem no comportamento de uma sociedade em que cientistas sociais e linguistas procurariam interpretar o efeito da língua na sociedade.

Este artigo objetiva apresentar e discutir, ainda que panoramicamente, três abordagens para os estudos sociolinguísticos e, por isso, está dividido em três tópicos. O primeiro é dedicado à sociolinguística variacionista. O segundo tópico explora a sociolinguística interacional e o terceiro, é dedicado à sociolinguística educacional. Cada tópico explora algumas questões relacionados a cada uma delas e busca estabelecer os objetivos e metodologias dessas abordagens.

Sociolinguística variacionista

A sociolinguística variacionista, doravante SV, também chamada de teoria da variação e mudança linguística ou ainda de sociolinguística laboviana, é uma disciplina da linguística que estuda os aspectos resultantes da relação entre língua e sociedade, concentrando-se em especial na variabilidade social da língua, de forma que busca investigar a relação entre aspectos sociais e a realização linguística do falante em sua comunidade de fala¹ ao tempo ou em paralelo em que investiga os efeitos dos usos linguísticos na sociedade.

O ponto axial da teoria é que a língua é dotada de uma “heterogeneidade sistemática”, fato que permite a identificação e a demarcação de diferenças sociais na comunidade, sendo o domínio de estruturas heterogêneas parte constituinte da competência linguística dos in-

1 Para Labov (1972, p. 150), uma comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada no uso dos elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas; estas normas podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo explícito e pela uniformidade de padrões abstratos de variação, que são invariáveis no tocante a níveis particulares de uso.

divíduos, (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006). Esta relação pode ser resumida da seguinte forma, de acordo com Tagliamonte (2006):

a sociolinguística variacionista o ramo da sociolinguística que estuda as principais características da língua em equilíbrio entre si – estrutura linguística e estrutura social; significado gramatical e significado social – aquelas propriedades da linguagem que requerem referência a fatores externos (sociais) e internos (sistemáticos) em suas explicações. (Tagliamonte, 2006, p. 5, tradução nossa)².

Para Labov (2008, p. 221), a sociolinguística variacionista se interessa pelas variações linguísticas que podem ser explicadas sistematicamente, entendendo-se como variação sistemática a “maneira alternativa de dizer a “mesma” coisa”, desde que essa maneira seja portadora do mesmo significado referencial. Assim, para o autor, a variação linguística se relaciona aos

tópicos lingüísticos a serem considerados aqui cobrem a área normalmente chamada de “lingüística geral”, que lida com fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. As questões teóricas a serem levantadas também farão parte da categoria da lingüística geral. Estaremos preocupados com as formas das regras lingüísticas, sua combinação em sistemas, a coexistência de vários sistemas e a evolução destas regras e sistemas com o tempo. Se não houvesse necessidade de contrastar este trabalho com o estudo da língua fora de seu contexto social, eu preferiria dizer que se trata simplesmente de lingüística. É relevante, portanto, indagar por que deveria haver a necessidade de uma nova aborda-

2 VS is the branch of sociolinguistics which studies the foremost characteristics of language in balance with each other – linguistic structure and social structure; grammatical meaning and social meaning – those properties of language which require reference to both external (social) and internal (systematic) factors in their explanation. (Tagliamonte, 2006, p. 5).

gem da lingüística com uma base social mais ampla. (LABOV, 2008, p. 216).

Duas forças coexistem nos sistemas linguísticos: uma que busca manter a homogeneidade e a outra que possibilita a heterogeneidade e, portanto, a variação ocupa um lugar central. A variação está presente quando o falante se depara com a possibilidade de expressar o mesmo referente através de formas alternativas, definidas como variantes, que, por sua vez, refletem um fenômeno linguístico variável. Para Mollica (2003, p. 11), uma variável é “concebida como dependente no sentido que o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores (ou variáveis independentes) de natureza social ou estrutural”, ou seja, a variável dependente é o próprio fenômeno a ser analisado, enquanto as variáveis independentes se relacionam aos fatores linguísticos internos (estruturais) e aos externos (socioculturais).

Além dos fatores que operam no plano linguístico, fatores externos relacionados ao falante e/ou ao contexto comunicativo agem simultaneamente. Estes fatores extralinguísticos são subcategorizados em individuais, sociais e contextuais. Os fatores individuais estão diretamente relacionados ao falante, tais como sexo, idade, etnia. Os fatores sociais dizem respeito, por exemplo, ao nível de renda, à escolaridade, à profissão e à classe social do falante e os fatores contextuais referem-se ao grau de formalidade e à tensão discursiva envolvidos no evento comunicativo.

Dessa forma, ao analisar estatisticamente um fenômeno variável, o estudo sociolinguístico busca calcular o peso ou a influência de cada fator, seja ele linguístico e/ou extralinguístico, na ocorrência de um fenômeno variável em um determinado momento ou ao longo do tempo, como uma tentativa de aproximar os fenômenos linguísticos sincrônicos e diacrônicos. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006). Esta aproximação entre diacronia e sincronia colabora com a compreensão sobre

o processo de mudança, pois “nem tudo o que varia sofre mudança; toda mudança linguística, no entanto, pressupõe variação. Variação, portanto, não implica mudança; mudança, sim, implica sempre variação. Mudança é variação!” (TARALLO, 1990, p. 63).

A análise das variantes sobre determinado fenômeno em variação pode apontar para duas situações: a) estabilidade da variação, decorrente da “coexistência das variantes” em conflito; ou b) “mudança em progresso”, que decorre da ‘vitória’ de uma das variantes e estabelece uma vencedora no uso escolhido pelo falante (TARALLO, 1990).

Weinrich, Labov e Herzog (2006) apresentam sete pressupostos que são considerados basilares para a sociolinguística variacionista. Tais pressupostos devem lastrear uma teoria da mudança linguística, como apresentados em seguida:

1. A mudança linguística não deve ser identificada com deriva aleatória procedente da variação inerente na fala. A mudança linguística começa quando a generalização de uma alternância particular num dado subgrupo da comunidade de fala toma uma direção e assume o caráter de uma diferenciação ordenada.
2. A associação entre estrutura e homogeneidade é uma ilusão. A estrutura linguística inclui a diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos através de regras que governam a variação na comunidade de fala; o domínio do falante nativo sobre a língua inclui o controle destas estruturas heterogêneas.
3. Nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística implica mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade.
4. A generalização da mudança linguística através da estrutura linguística não é uniforme nem instantânea; ela envolve a co-variação de mudanças associadas durante substanciais períodos de tempo, e está

refletida na difusão de isoglossas por áreas do espaço geográfico.

5. As gramáticas em que ocorre a mudança lingüística são gramáticas da comunidade de fala. Como as estruturas contidas na língua são determinadas por funções sociais, os idioletos não oferecem a base para gramáticas autônomas ou internamente consistentes.

6. A mudança lingüística é transmitida dentro da comunidade como um todo; não está confinada a etapas discretas dentro da família. Quaisquer descontinuidades encontradas na mudança lingüística são os produtos das descontinuidades específicas dentro da comunidade, mais do que os produtos inevitáveis do lapso geracional entre pais e filhos.

7. Fatores lingüísticos e sociais estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento da mudança lingüística. Explicações confinadas a um ou outro aspecto, não importa quão bem construídas, falharão em explicar o rico volume de regularidades que pode ser observado nos estudos empíricos do comportamento lingüístico. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 125-126).

Se a face heterogênea da língua é considerada como um ponto pacífico entre os estudiosos da sociolinguística, nem sempre essa percepção é compartilhada pelos falantes que, embora sejam usuários permanentes da variação, tendo em vista o caráter dinâmico da língua, a veem como uma organização (estrutura) estável e pouco suscetível à mudança, mesmo quando estabelece comparações entre a sua fala e a de outras comunidades (de fala).

A heterogeneidade sistemática, conceito fundamental da teoria, pode acarretar discussões significativas entre a teoria e sua metodologia com o objetivo de superar os possíveis obstáculos da investigação que busca delimitar o que é ou não sistemático em relação à correta

interpretação das regras variáveis na língua vernacular de uma comunidade de fala. Assim, como forma de superar eventuais dificuldades na análise sociolinguística, três etapas consideradas instrumentais e, portanto, prévias à análise propriamente dita, devem ser executadas: a) delimitação das variáveis relacionadas ao fenômeno estudado; b) codificação das respostas obtidas no levantamento dos dados ou nas observações; c) tabulação dos dados; d) aplicação de técnicas estatísticas. Embora a utilização de programas computacionais sejam cada vez mais utilizados como ferramenta metodológica, a estatística deve ser considerada como um instrumento e não um fim em si mesmo, tendo em vista que a análise estatística se fundamenta em dois propósitos: descrever e resumir os dados; e fazer estimativas de significância e confiabilidade dos dados coletados, mas cabe ao pesquisador a confirmação ou não das hipóteses previamente selecionadas, bem como a definição de que tal processo se encontra em variação ou se tal variação se configura como mudança em progresso³.

Desde a sua definição como campo de estudo, a sociolinguística encontra-se em um permanente e contínuo processo de reformulação teórica e também metodológica, o que pode ser observado no desenvolvimento de novos métodos de trabalho de campo, técnicas de coleta dados e análises qualitativas e quantitativas (Hernández-Campoy; Zapata-Barrero; García-Vidal, 2022), como apresentado em Eckert (2005) ao tratar das gerações sociolinguísticas ou ‘ondas’.

Eckert (2005) propõe que os estudos sociolinguísticos podem ser alinhados em três ondas de estudos, que se configuram como modos distintos de pensar a variação, com práticas analíticas e metodológicas características. Os estudos da primeira onda objetivam identificar padrões regulares de distribuição de variantes linguísticas, a partir de coleta de dados em comunidades de fala estratificadas com base em categorias sociodemográficas amplas. Os estudos da segunda onda

3 Sugerimos a leitura do artigo de William Labov: Some Principles of Linguistic Methodology, *Language in Society*, 1, p. 97-120, 1972.

focam em amostras das comunidades de fala e visam identificar padrões regulares de distribuição de variantes linguísticas em abordagem quantitativa, com base mais etnográfica, e com coletas de dados que envolvem a comunidade de fala pesquisada ao permitir identificar aspectos como o julgamento de pertencimento à comunidade, valores, atitudes, entre outros. O aspecto quantitativo permanece na terceira onda, entretanto, a prioridade é identificar as categorias sociais que atuam no padrão linguístico. Tal prática retoma o significado social da variação e muda o foco da estrutura para a prática linguística. As comunidades de prática são destacadas, o que permite analisar o papel dos indivíduos engajados em um determinado propósito e sua aderência a variáveis linguísticas.

Sociolinguística Interacional

Se o objetivo principal da SV é buscar compreender como as mudanças se dão nos sistemas linguísticos e encontrar as explicações para as variações existentes nas comunidades de fala, ao estabelecer a relação entre a variação e a mudança linguística, a sociolinguística interacional, doravante SI, foca nas interações linguístico-sociais e nas interpretações e inferências produzidas pelos interlocutores e derivadas de aspectos linguísticos ou a eles relacionados como gestos, expressões (faciais), pausas, etc. Dessa forma, a SI, a partir do discurso, focaliza a habilidade do falante em interpretar o que seus interlocutores intencionam comunicar em suas interações cotidianas.

Em termos cronológicos, a SI desenvolveu-se posteriormente à SV e à sociologia da linguagem e teve seus fundamentos estabelecidos a partir, principalmente, dos trabalhos de Dell Hymes (1971) sobre as noções de contexto e competência comunicativa e de Gumperz (1994) que combinou insights e ferramentas da antropologia, da linguística, da pragmática e da análise de conversação em uma estrutu-

ra interpretativa que pudesse analisar os significados e a forma como os falantes sinalizam e interpretam durante a interação social.

A Sociolinguística Interacional tem sua origem na busca por métodos replicáveis de análise sociolinguística qualitativa que possam prover insights sobre a diversidade linguística e cultural característica dos ambientes comunicativos atuais e documentar seu impacto nas vidas dos indivíduos. A essa altura, é evidente que diversidade não pode mais ser tratada como uma questão primordialmente de distinções gramaticais e semânticas entre sistemas linguístico-culturais homogêneos e localmente limitados — tratamento esse que historicamente nos divide na categoria ‘Outros’. A despeito de onde vivemos, a diversidade está em todos os lugares e afeta muito o que fazemos na vida cotidiana. Um grande e sempre crescente número de estudos sociolinguísticos atestam sua extensão e sua importância, frequentemente, até entre pessoas que se consideram falantes de uma mesma língua. (GUMPERZ, 1999, p. 453).

Gumperz (1982) busca compreender como as pessoas estabelecem e mantêm relacionamentos, projetam e negociam suas identidades sociais e exercem relações de poder, sempre lastreadas na diversidade linguística e cultural presentes em conversas do cotidiano e como tais relações podem interferir na comunicação intercultural. O autor apresenta como tais mecanismos se apresentam e as define como pistas de contextualização, que podem ser de natureza prosódica, linguística ou paralinguística e que colaboram na interação face a face, quando os interlocutores podem reconhecer e interpretar uma mensagem durante suas interações.

Para Gumperz (1982, p. 99), ao contrário do que preconiza a sociolinguística variacionista,

A diversidade lingüística funciona como um recurso comunicativo nas interações verbais do dia-a-dia no sentido de que, numa conversação, os interlocutores — para categorizar eventos, inferir intenções e apreender expectativas sobre o que poderá ocorrer em seguida — se baseiam em conhecimentos e estereótipos relativos às diferentes maneiras de falar. Esse conjunto de informações internalizadas é crucial para a manutenção do envolvimento conversacional e para o uso eficaz de estratégias persuasivas. (GUMPERZ, 1982, p. 99).

Com isso, Gumperz busca demonstrar que o conhecimento socio-cultural não está relacionado apenas a crenças e julgamentos externos à interação, mas que está embutido na fala e no comportamento da própria interação. Além desse aspecto, durante a interação, os participantes estão continuamente introduzindo ou sustentando mensagens que organizam o encontro social e que orientam o modo de agir dos participantes, ao tempo em que validam ou refutam os significados apresentados pelos outros participantes do processo.

A diversidade lingüística e cultural inerente aos ambientes comunicativos tem sido temáticas destacadas nos estudos da SI. Para Gumperz (2015, p. 312), a pesquisa sobre a importância comunicativa da diversidade tem sido e continua sendo pontuado por profundas divisões teóricas. De um lado, se encontram aqueles que consideram as práticas comunicativas como moldadas pelo *habitus* (disposições corporificadas para agir e perceber o mundo que refletem diretamente as condições macrossociais, políticas e forças económicas e as relações de poder em que foram adquiridas), argumentando que em tais condicionantes é que devemos procurar *insights* sobre a natureza da diversidade; e do outro lado, estão os que adotam uma abordagem mais construtivista, afirmando que é necessário começar aprendendo mais sobre a maneira como os processos interativos localizados funcionam, uma vez que nossos mundos sociais são moldados por meio da inte-

ração, antes de podermos nos voltar para a pesquisa sobre diversidade. A SI, para o autor, objetiva preencher a lacuna entre essas duas abordagens, concentrando-se na prática comunicativa como o local do mundo cotidiano em que as forças sociais e interativas se fundem.

O foco principal da SI é o estudo linguístico da interação e isto acontece a partir da análise dos contextos sociais e culturais em que os atos linguísticos são produzidos e percebidos, aliado às características sociais, o sentido de identidade dos participantes e seus conhecimentos prévios no contexto interacional. Desta forma, metodologicamente, a SI baseia-se na análise de discurso presente na interação, que deve ser gravada em áudio ou vídeo. Tal metodologia é fundamental para descobrir os processos de construção de significado porque muitas convenções ou significados na fala são fugazes, inconscientes e culturalmente variáveis.

Nesta situação, a prosódia joga um papel relevante na interação. Para Gumperz (1982), alguns recursos prosódicos como a entonação, as mudanças no volume, a ênfase, as variações no comprimento da vogal e as mudanças no registro de fala ocorrem durante a interação e determinam o sucesso na interação ao projetar o espaço social e, assim, exercer uma poderosa influência sobre processos inferenciais através dos quais a interpretação e a expectativa são negociadas durante a interação face a face, tendo em vista que este é considerado o *locus* de construção do significado social, sendo, portanto, de interesse da linguística e da sociologia.

As ferramentas, os métodos e a teoria implícita da SI são ecléticos. Para Bailey (2008, p. 236)⁴,

ela compartilha com a análise de conversação uma insistência na análise cuidadosa linha por linha da fala gravada, ocorrendo naturalmente, mas diverge da análise da conversação ao explorar os processos inferenciais e mundos sociais e culturais fora dessa fala. Com a antropologia compartilha um foco na variação cultural e nos significados que os próprios participantes atribuem às suas vidas e ações. Da filosofia da linguagem e da linguística, empresta noções como implicatura e atos de fala, mas atende a pessoas reais em suas interações reais e confusas. Com pesquisas em comunicação, compartilha o interesse em estratégias aparentes dos atores e significados pretendidos na fala, e se sobrepõe com vertentes em muitas dessas disciplinas que atendem a quadros comunicativos e metadiscursividade na fala e na interação. (Bailey, 2008, p. 236, tradução nossa).

As técnicas de pesquisa de campo mais utilizadas na SI envolvem a observação participante e a gravação de conversa, que pode ser feita em áudio ou em vídeo. A observação participante destaca a etnografia do trabalho de pesquisa e a partir da gravação da fala dos participantes da interação social são feitas a transcrição e análise de dados. Importante destacar que a transcrição dos dados não deve ser considerada como o ‘dado’, posto que esse seria a gravação em que as intera-

4 The tools, methods, and implicit theory of interactional sociolinguistics are eclectic. It shares with conversation analysis an insistence on careful, line-by-line analysis of recorded, naturally occurring talk, but it diverges from conversation analysis in exploring inferential processes and social and cultural worlds outside of that talk. With anthropology it shares a focus on cultural variation and the meanings that participants themselves attribute to their lives and actions. From philosophy of language and linguistics it borrows such notions as implicature and speech acts, but it attends to real people in their actual, messy interactions. With research in communication, it shares an interest in actors’ apparent strategies and intended meanings in talk, and it overlaps with strands in many of these disciplines that attend to communicative frames and meta-discursivity in talk and interaction.

ções de fato aconteceram. A transcrição é apenas um elemento convencional de referência, embora possa representar objetivos de pesquisa e aspectos teóricos previamente determinados.

Sociolinguística educacional

A pluralidade e a diversidade linguística são fatos incontestes na realidade brasileira. Além das mais de cento e cinquenta línguas indígenas, da presença das línguas de origem africana, europeia e asiática, em diferentes situações sociolinguísticas, a língua portuguesa no Brasil apresenta uma enorme diversidade linguística, que se apresenta em todos os níveis de análise. Por isso, a compreensão de que a língua é heterogênea e portanto variável nos mais diversos domínios sociais, entre os quais a escola, possibilita que professores e estudantes compreendam que a língua varia e muda a depender dos diferentes aspectos linguísticos e sociais em que é produzida, o que pode colaborar com a compreensão e o respeito a esta pluralidade e diversidade linguísticas, e com as possíveis diferentes formas de lidar com a língua em uso em suas comunidades de fala.

Para os estudos voltados ao ensino da língua, a sociolinguística traz como principal desafio o processamento, a análise e a sistematização do vasto e dinâmico mundo da língua, já que os sociolinguistas são aqueles que buscam entender o universo da língua como um sistema comunicativo, capaz de gerar informação e interação entre os indivíduos da espécie humana (TARALLO, 1990).

Para Bortoni-Ricardo e Freitas (2009),

Desde o seu berço a Sociolinguística, tanto na sua vertente variacionista quanto na sua vertente qualitativa, demonstrou preocupação com o desempenho escolar de crianças provenientes de diferentes grupos étnicos ou redes sociais. Desde então, muito tem contribuído para os avanços na pesquisa das questões educacionais

em diversos países do mundo, principalmente nas últimas quatro décadas. O objetivo tem sido construir novas metodologias que auxiliem professores a desenvolverem em seus alunos as habilidades cognitivas necessárias a uma aprendizagem mais ampla e à expansão de sua competência comunicativa. (Bortoni-Ricardo; Freitas, 2009, p. 218).

Nos estudos sociolinguísticos, é possível encontrar uma concepção de língua e algumas particularidades sobre linguagem e sociedade, que pondera, ao analisar os fenômenos linguísticos, a condição social, cultural e a forma dos falantes compreenderem o seu entorno linguístico e social. Em seus estudos, Labov (2008 [1972]) se dedicou a estudar a língua, a sociedade e suas relações e conseguiu estabelecer a sistematização das variações encontradas na língua falada. Para isso, ponderou sobre aspectos extralinguísticos como o sexo (-gênero), a idade e a escolaridade, entre outras questões que apresentassem a visão de interdependência entre o que era expresso pelo falante e o seu ambiente social.

Sendo a escola um dos espaços de atuação social é possível encontrar a variação linguística, que está presente nas produções estudantis, sejam orais ou escritas, que podem ser consideradas irrelevantes para o processo de ensino aprendizagem ou até, em certas circunstâncias, especialmente na modalidade escrita, com base no padrão normativo, simplesmente como erradas ou de pouco valor para os padrões escolares. A partir desse quadro, é fundamental considerar a perspectiva da Sociolinguística Educacional, doravante SE, rótulo assumido por Stella Maris Bortoni-Ricardo e que tem se constituído como um campo de aplicação da sociolinguística aos programas de formação e atuação docente para o ensino de língua portuguesa

Em cada situação, em cada evento ou ato de fala, os interagentes têm expectativas culturalmente definidas sobre o que falar e como falar, o que aprofunda

a responsabilidade da escola ao trabalhar com a pedagogia linguística. Aos alunos não se podem sonegar os recursos linguísticos que os habilitarão a modular sua fala e sua escrita conforme o que se espera deles, em qualquer papel social que tenham de desempenhar. Aprender na escola que existem modos diferentes de falar, que podemos ajustar de acordo com as circunstâncias, é um passo importante na formação de nossos jovens. Por isso a contribuição da sociolinguística é crucial na formação dos professores e nos currículos escolares nas escolas brasileiras. (BORTONIRICARDO; MACHADO, 2013, p. 53).

A SE é uma linha de estudo que traz para o ambiente escolar uma visão inovadora de que é possível considerar a língua em uso pelos falantes de um determinado grupo social e as implicações de suas variações, pois busca compreender, sob uma perspectiva científica, que os erros encontrados nas produções encontradas nesse ambiente, ao contrário da pouca valoração dada como herança histórica, podem ser a concretização da diversidade linguística e a possibilidade de enriquecimento do repertório linguístico da comunidade de fala.

Muitas vezes, no ambiente escolar, a língua tem sido apresentada sem as mudanças nas práticas sociais que permeiam os contextos que circundam o meio social; não são levadas em consideração questões relevantes ao desenvolvimento de capacidades da língua escrita, desconsiderando alguns fenômenos linguísticos que envolvem a língua.

Faraco (2007) argumenta que

[...] nosso grande desafio, neste início de século e milênio, é reunir esforços para construir uma pedagogia da variação linguística que não escamoteie a realidade linguística do país (reconheça-o como multilíngue e dê destaque crítica à variação social do português); não dê

tratamento anedótico ou estereotipado aos fenômenos da variação; localize adequadamente os fatos da norma culta/comum/standard no quadro amplo da variação e no contexto das práticas sociais que a pressupõem; abandone criticamente o cultivo da norma-padrão; estimule a percepção do potencial estilístico e retórico dos fenômenos da variação. (FARACO, 2007, p. 46-47).

Desse modo, é compreensível e importante o desenvolvimento de uma experiência transformadora em que o ato de estudar a língua seja processual, em que os estudantes se coloquem diante de eventos de produções pertinentes e expressivas. Assim como, os docentes qualifiquem como ‘boa língua’ a que observa a complexidade que circunda as suas concepções e os seus processos linguísticos, culturais e sociais e não somente aquela que traz como aprendizado a norma padrão. Camacho (1988) defende que:

Cabe, portanto, ao sistema escolar a tarefa essencial de oferecer à criança, no tocante ao ensino da língua materna, os instrumentos necessários para que ela possa adequar seu ato verbal às necessidades reais que lhe impõe a situação: basicamente o ensino de padrões linguísticos de prestígio para as situações mais formais, ao lado das formas coloquiais adequadas para situações correlatas. (CAMACHO, 1988, p. 40).

Tem-se na SE uma abordagem que leva em consideração a necessidade dessa relação de conformidade entre língua e sociedade, o que na prática escolar subsidia o docente na compreensão de particularidades que circundam a variação da língua, levando-o a examinar os contextos de realização e considerar que a língua é um sistema, que favorece a maleabilidade linguística, levando-o a enfrentar as variações resultantes desse dinamismo encontrado no ensino da língua como próprio do processo de ensino-aprendizagem.

Debruçar-se em pesquisas e estudos voltados à variação linguística tem sido relevante e serve de ferramenta viabilizadora de mudanças das práticas docentes voltadas ao ensino da língua portuguesa, pois discorre sobre os fenômenos linguísticos próprios da oralidade e da escrita. É de suma importância salientar o respeito diante das várias manifestações linguísticas encontradas, além do estranhamento e da aversão ao preconceito linguístico, principalmente no contexto escolar, que é um dos espaços sociais em que são encontrados, analisados e discutidos alguns fenômenos por meio das produções e interações vivenciadas pelos estudantes.

Conhecer a identidade linguística envolve se debruçar em diversos elementos sociais que compreendem a relação língua–sociedade, especialmente, aqueles encontrados nas produções em sala de aula. Diante disso, para Cyranka (2011):

A Sociolinguística, considerando a contraparte social da linguagem, oferece o caminho para o tratamento adequado da heterogeneidade linguística na escola. Para essa ciência, a variação e a mudança linguísticas são processos naturais e têm motivações várias, entre elas, a identidade dos falantes dentro de seu grupo social e até mesmo de localidade geográfica. (CYRANKA, 2011, p. 144).

Sabe-se que a concretização do ensino da Língua Portuguesa acontece por meio de distintos e variados tipos e gêneros textuais, o que proporciona uma riqueza na multiplicidade de realizações linguísticas, tanto na escrita quanto na oralidade. Nas aulas de português, grande parte dos docentes privilegia a modalidade escrita, mesmo que despropositadamente, visto que desde muito cedo são conduzidos a cumprir regras que ‘facilitam’ o estudo da língua.

Segundo Geraldi (1984), o estudo da língua vai além de decodificar as regras gramaticais, pressupõe se apropriar do sistema, da sua

função e forma, como também aplicar todo conhecimento linguístico nos diferentes contextos discursivos, a fim de desenvolver satisfatoriamente tanto a leitura quanto a produção de textos.

No ambiente escolar, principalmente, nas aulas de Português, sabe-se que, ao produzir um enunciado, o estudante demonstra muito mais do que a sua capacidade de construir bem algumas frases, esse momento se trata de mais um dos seus instrumentos de interação, já que através dessas produções, o aluno se estabelece como sujeito dentro de sua comunidade e de outros espaços sociais.

O desenvolvimento de novas metodologias possibilita observar com maior amplitude algumas questões sociais, linguísticas e até culturais de um determinado grupo de falantes, já que alguns fenômenos, em uso, constituem-se um vasto repertório linguístico, que mesmo sem a possibilidade de ser estudado em sua totalidade, apresentam diversas maneiras de conceber a realidade de uma comunidade.

Ao observar esse cenário, é inegável a importância do papel do docente, principalmente, nas aulas de língua portuguesa, já que eles podem levantar discussões, a partir dos fenômenos encontrados nas construções linguísticas e nas produções dos alunos, levando-os a entender que, realmente, existe na língua uma variedade culta que possui maior prestígio social, mas que isso não descarta ou reprime as demais variedades linguísticas utilizadas pelos estudantes dentro e fora do espaço escolar.

Bortoni-Ricardo e Machado (2013, p. 17) afirmam que

competente é quem domina o maior número possível dos usos da língua, desde o falar apropriado às situações mais relacionadas à informalidade até as situações da escrita formal. Por isso é recomendável um novo enfoque sobre a língua, menos inflexível e, consequentemente, menos centrado no erro gramatical.

No que diz respeito às questões relacionadas ao ensino da língua em sala de aula, é importante ressaltar que qualquer que seja a questão gramatical, mais relevante do que seguir regras normativas, é importante considerar os diversos fenômenos linguísticos nas mais distintas situações de comunicação, visto que é muito comum nesse ambiente considerar alguns aspectos da gramática normativa para rotular as variações da língua como certas e/ou erradas, independente do contexto comunicativo em que apresentam. Sendo assim, vale ressaltar o importante papel do professor de língua ao considerar as implicações de ordem social aplicadas a cada variedade e aos entremeios que envolvem todo o processo linguístico, a fim de que não desconsidere os valores trazidos por seus alunos, ali representantes do seu grupo social.

Esta situação talvez possa ser justificada pela ausência da disciplina de sociolinguística no percurso escolar dos professores que atuam com a língua portuguesa e que, portanto, têm dificuldades em reconhecer a variação linguística e acabam classificando tal variação como erro de Português. Dessa forma: “Até hoje, os professores não sabem muito bem como agir diante dos chamados erros de português” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 37). Ainda persiste a visão da língua falada relacionada com a gramática normativa, isto é, falar português é saber gramática normativa.

A variação linguística deve ser pensada e trabalhada em sala de aula buscando conciliar o respeito à diversidade de falares com uma prática pedagógica em que os textos dos estudantes, orais ou escritos, sejam contemplados na análise linguística desenvolvida na escola, ao tempo em que o ensino da norma culta não é abandonada, tendo em vista que representa a variedade de prestígio, o que possibilita a ampliação das possibilidades linguísticas em seus variados contextos de uso e pode tornar os estudantes mais competentes nos diversos usos linguísticos, inclusive fora da escola.

Conclusão

Neste artigo, buscamos situar a Sociolinguística como ciência e focar as principais contribuições da Sociolinguística Variacionista, da Sociolinguística Interacional e da Sociolinguística Educacional, destacando os pontos mais relevantes de cada abordagem.

De forma bastante sumarizada, podemos dizer que SV entende a língua como dotada de uma “heterogeneidade sistemática”, o que permite a identificação e a demarcação de diferenças sociais na comunidade, sendo o domínio de estruturas heterogêneas parte constituinte da competência linguística dos indivíduos, e possibilita analisar a regularidade e a sistematicidade por trás do aparente caos da comunicação cotidiana, ao demonstrar como uma variante se implementa na língua ou desaparece.

A SI, desde a sua origem, dialoga com diferentes áreas do conhecimento humano, como o objetivo de entender como as pessoas se fazem entender e entendem ao interagir umas com as outras e o que elas fazem ao usar a linguagem como instrumento de interação. Por isso, a interação face a face é vista como lugar de elaboração do significado social, tido como situado e ocorre no momento em que os participantes de uma dada interação elaboram suas mensagens.

Já a SE, de forma geral, lastreada por conceitos relacionados à SV, como as noções de variação e mudança, bem como o conceito de norma linguística, busca um novo paradigma para a educação em Língua Portuguesa, com o objetivo de substituir práticas antigas e recorrentes centradas na ‘aprendizagem’ da nomenclatura tradicional e na prática descontextualizada de análise linguística, que não considera a variedade linguística do estudante.

Referências

Bailey, B. **Interactional sociolinguistics**. Amherst: University of Massachusetts-Amherst, 2008. Disponível em: https://works.bepress.com/benjamin_bailey/59/. Acesso em: 21 dez. 2022.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M.; MACHADO, V. R. (orgs.). **Os doze trabalhos de Hércules: do oral para o escrito**. São Paulo: Parábola, 2013.

BRIGTH, W. As dimensões da sociolinguística. In: FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. F. (org.). **Sociolinguística**. São Paulo: Eldorado, 1974.

CAMACHO, R. G. A Variação Linguística. In: SÃO PAULO. **Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa para 1º e 2º graus**. v. 3. São Paulo: SE/CENP, 1988. p. 29-41.

CYRANKA, L. F. M. **Dos dialetos populares à variedade culta: a Sociolinguística na escola**. Curitiba: Appris, 2011.

Eckert, P. Variation, convention, and social meaning. **Annual Meeting of the Linguistic Society of America**. Oakland CA. Jan. 7, 2005.

FARACO, C. A. Por uma pedagogia da variação linguística. In: CORREA, D. A. **A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino**. São Paulo: Parábola; Ponta Grossa: UEPG, 2007.

GERALDI, J. W. (org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1984.

GUMPERZ, J. J. **Discourse Strategies**. Cambridge: CUP, 1982.

GUMPERZ, J. J. Sobre o Método Sociolinguístico Interacional. In: SARANGI, S.; ROBERTS, C. (ed.). **Talk, work and institutional order: discourse in medical, mediation and management settings**. Trad. Ana Cristina Ostermann e Daniela Negraes Pinheiro. Nova York: Mouton de Gruyter, 1999. p. 453-471.

GUMPERZ, J. J. Interactional sociolinguistics: a personal perspective. In: SCHIFFRIN, D.; TANNEN, D.; HAMILTON, H. E. (eds.). **The handbook of discourse analysis**. Oxford, UK: Whiley Blackwell, 2015. p. 309-323.

HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; ZAPATA-BARRERO, B.; GARCÍA-VIDAL, T. Sociolinguística Virtual y el Tratamiento de la Variación y Cambio Lingüísticos

Desde las Innovaciones Metodológicas para Obtención de Dato. *In*: Freitag, R. M. Ko; Araújo, S.S.F.; DIAS, V.C. (orgs.). **Desafios para Pesquisa em Sociolinguística**. São Paulo: Blucher, 2022. p. 35 -50.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOLLICA, M.C.; BRAGA, M. L. (orgs). **Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003.

PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. History of sociolinguistics: introduction. *In*: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (ed.). **Sociolinguistics: the essential readings**. Malden: Blackwell Publishing, 2003.

PETER, M. Linguagem, língua, lingüística. *In*: FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à lingüística**. São Paulo: Contexto, 2003.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

TAGLIAMONTE, S. A. **Analyzing Sociolinguistic Variation**. Cambridge: CUP, 2006.

TARALLO, F. **A pesquisa sócio-lingüística**. São Paulo: Ática, 1990.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006.

A influência das variáveis linguísticas contexto precedente e contexto procedente na variação do fonema fricativo alveolodental /s/ na fala dos orocoenses

Carlos Álack de Lima
Universidade Federal de Campina Grande

Renata Livia de Araújo Santos
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Introdução

Com a necessidade de estudos a partir de uma abordagem social da língua, no ano de 1966, surgiram os estudos sociolinguísticos, que têm como proposta de análise observar a relação entre a língua que falamos e a sociedade em que vivemos. Ou seja, ela estuda a língua em uso nas comunidades de fala¹. Para esse tipo de estudo, a sociolinguística leva em conta fatores que podem exercer pressão sob a maneira com que os falantes fazem uso da língua, esses fatores podem ser tanto de ordem estrutural quanto de ordem social, e parte da premissa de que a variação linguística acontece nos mais diversos níveis linguísticos. Desse modo, a relação entre língua e sociedade é mútua e intensifica a heterogeneidade da língua, que por sua vez já é interna

1 Sobre comunidade de fala, ver Labov (2008, p.150).

e natural ao sistema linguístico. Sendo assim, a variabilidade da língua é inegável, e é com base nesses pressupostos que essa vertente linguística se constitui.

Para este trabalho, trazemos uma discussão voltada para a variação de ordem fonético-fonológica, observando o fonema fricativo alveolodental /s/ para analisarmos a sua variação na forma aspirada [h] em determinados contextos como, por exemplo, o verbo deslocar [dɛslɔka], que apresenta o fonema fricativo em um contexto de fronteira de sílaba, na forma aspirada [dihlɔka]. Dessa forma, nesse exemplo, observamos que o fone seguinte ao segmento analisado, fone alveolodental vozeado [l], bem como a vogal anterior ao [s], o fone alto, anterior e não arredondada [i], têm o poder de influenciar a variação. No que se refere à aspiração, o fone aspirado possui características diferentes da fricativa, que é objeto de nossa análise, o [h] é glotal e vozeado enquanto o [s] é alveolodental e desvozeado. Nesse caso, o fenômeno de aspiração acontece justamente quando o fone perde suas características e ganha novos traços.

Sendo assim, este estudo, fruto da monografia intitulada “*A variação do fonema fricativo alveolar /s/ na língua falada na cidade de Orocó*”, de Lima (2020), busca mostrar como se dá a variação do fonema em questão na comunidade de fala Orocó, cidade do interior de Pernambuco, a partir da análise da atuação de dois condicionadores linguísticos que foram considerados influentes para a variação estudada.

Para isso, este capítulo apresenta-se da seguinte forma: inicialmente, abordamos aspectos sobre a fonética e a fonologia e como funciona o aparelho fonador, bem como características sobre o fenômeno de aspiração da fricativa em análise; em seguida, analisamos dois condicionadores tidos como relevantes para a variação em foco; e, por fim, fazemos algumas considerações acerca dos resultados obtidos e o que esperamos a partir do presente trabalho.

Aspectos fonético-fonológicos e de aspiração

A Fonética e a Fonologia são os estudos da produção da fala. Nesse sentido, sabemos que a colaboração entre essas duas áreas pode ser recíproca e benigna, porém essas duas áreas de estudo caracterizam perspectivas diferentes. Ambas estudam o significante, imagem acústica associada a um significado, que forma o signo linguístico de Saussure 2000 [1916], sendo que a fonética estuda o significante na fala, buscando descrever e classificar os sons da fala, e a fonologia estuda o significante na língua, analisando as diferenças fônicas correlacionadas com as diferenças de significado.

Para a Fonética, o foco é descrever os sons da fala, observar de que forma articulamos essa produção. Do ponto de vista articulatorio e fisiológico, os sons que produzimos só são possíveis de realização devido ao aparelho fonador, que, segundo Silva (2014), é a parte do corpo humano que usamos para produzir os sons. Ele se divide em três grupos que são chamados de: sistema articulatorio, sistema fonatorio e sistema respiratorio. A junção desses três sistemas, juntamente com o ar que respiramos, formam o mecanismo completo para a produção da fala. Desse modo, tudo começa pelo sistema respiratorio que impulsiona o diafragma para cima fazendo com que o ar se movimente, passando pelo sistema fonatorio, onde estão localizadas as cordas vocais (responsável pelo vozeamento ou desvozeamento), chegando até o sistema articulatorio, onde serão definidos os vários tipos de sons possíveis de produção.

Já para a Fonologia, “a fala é um contínuo com sons que se juntam, se modificam e se hibridizam” (SEARA, 2015, p. 92), e é com base nisso que os estudos fonológicos buscam explicar o valor dos sons na língua. Assim, a Fonologia está relacionada diretamente com a distinção entre as letras do alfabeto através da mudança de sentido, bem como com a elaboração de ortografias que representam a escrita de uma língua.

Além disso, a fonologia também tenta dar conta da organização e das explicações referentes aos sons possíveis que podem ocorrer em determinada língua. No caso do português brasileiro, na sua estrutura parece haver uma limitação acerca da realização de algumas palavras, como por exemplo, as que começam com as consoantes em sequência [v] e [r], cujo registro não é encontrado nessa língua, mas por outro lado, parece ser possível sua realização quando se dá em final de palavra, como em livro ['livro]. Além disso, também não parece ser impossível, por exemplo, a realização das consoantes em sequência, [p] e [l], em início de palavra, como por exemplo a palavra placa ['plakə].

Tendo em vista o objetivo deste estudo, abordaremos a caracterização do fone que é nosso objeto de estudo a partir da visão fonética da língua, apresentando a seguir a descrição desse fone.

O segmento fricativo alveolodental [s] faz parte do alfabeto consonantal fonológico e fonético do português brasileiro. No alfabeto ortográfico, ele é representado pela letra “s”, no alfabeto fonológico ele é representado pelo fonema /s/ e no fonético, pelo fone [s], tratando-se de um segmento fricativo, em que a passagem de ar ocorre de forma muito restrita pelo trato vocal. Sua articulação se dá devido ao contato da ponta da língua com a parte posterior dos dentes superiores chegando a tocar no início do céu da boca (alvéolo). Assim, com o levantamento da ponta da língua (articulador ativo) em direção à parte posterior dos dentes superiores (articulador passivo) faz com que haja uma obstrução na passagem do ar fazendo com que ele passe pelos lados e não pelo centro. Além disso, o movimento que acontece durante a sua produção é o que define o fone [s] como alveolodental.

Para os articuladores, podemos formular as seguintes definições, o articulador ativo é a estrutura que se movimenta até a parte fixa, já o articulado passivo é a estrutura fixa que recebe o toque da parte que se movimenta. Além disso, vale lembrar que para o fone que estamos analisando o ar que vem dos pulmões passa totalmente pela ca-

vidade oral e as cordas vocais não vibram. Assim, a consoante fonética [s] pode ser descrita, de acordo com suas propriedades articulatórias, como uma consoante fricativa, alveolodental, desvozeada.

Como o [s] trata-se de uma consoante, observamos que o segmento pode aparecer em posição intervocálica (entre vogais), em posição de fronteiras de sílabas e também em final de palavras. Podemos usar como exemplos dos contextos citados as seguintes palavras: “sala” [ˈsalə], “fretes” [ˈfretis], “desligar” [desliˈgah] e “abraçar” [abraˈsah]². Mas, como é que ocorre a aspiração dessa consoante? Para tentarmos responder a essa pergunta, partimos agora para as características que possibilitam a alternância da fricativa para a forma aspirada.

Nesse contexto, o processo de alternância entre as consoantes, quando utilizadas como variáveis, pode ser nomeado como “fenômeno linguístico” e implica em possíveis mudanças e/ou perdas de características articulatórias, no caso que estamos tratando neste trabalho, a aspiração do segmento consonantal [s], ele acontece quando fone [s] perde o seu aspecto articulatório como alveolodental passando a ser articulado como uma glotal [h], que é um segmento caracterizado, também, por ser fricativo e desvozeado.

Dessa forma, a alternância entre [s] e [h], a qual também chamamos de variação, que também se configura como a variável dependente do presente estudo, é aqui analisada sendo controlada pelas variáveis independentes linguísticas³ – contexto precedente e contexto procedente – e seus respectivos fatores, como podemos ver abaixo.

2 Salientamos que tanto esses exemplos como os que aparecem anteriormente nesse tópico foram criados, especificamente, para fins de explanação.

3 Vale ressaltarmos que variável dependente é a variação linguística em análise e que esta pode ser influenciada por variáveis tanto de ordem linguística quanto de ordem extralinguística, que são consideradas variáveis independentes. Não pretendemos entrar aqui em detalhes a respeito desses termos.

*Contexto Precedente*⁴

G – Vogal [a]

E – Vogal [e]

I – Outras Vogais [i] [o] [u]

Contexto Procedente

M – Consoante [m]

N – Consoante [n]

D – Consoante [d]

L – Consoantes Vozeadas [b] [l] [g] [v] [ʒ]

K – Consoantes Desvozeadas [p] [k] [f] [ʃ]

O – Vogais [a] [e] [i] [o]

Como sabemos, as variáveis apresentadas possuem contextos parecidos, mas são diferentes. A variável contexto precedente se refere ao segmento que está posicionado antes do fone [h], que é o nosso fenômeno de estudo. Nesse caso, os antecedentes selecionados para análise foram todas as vogais. Porém, após a quantificação dos dados, houve a necessidade de separar essa variável em apenas três fatores ([a], [e] e outras vogais), uma vez que as vogais [a] e [e] tiveram muitas realizações e as demais vogais ([i], [o] e [u]) nem tanto, então, para não eliminar essas vogais tivemos que agrupá-las para que tivessem uma quantidade maior de ocorrências passível de análise. Já a variável contexto procedente especifica o segmento que vem logo após o fone [h]. Como podemos observar, nesse contexto, os subsequentes observados foram todas as vogais, exceto a vogal “u”, cuja realização foi praticamente nula nos nossos dados, além de diversas consoantes. A separação das consoantes ocorre pelo mesmo motivo das vogais, o fator “consoante [d]” está separado das vozeadas por ter uma quantidade maior de ocorrências, dessa forma, agrupamos as demais consoantes

4 Tanto os fatores selecionados para análise do contexto precedente quanto do contexto procedente são apresentados através de códigos. Essa codificação foi criada a fim de rodar os dados no programa computacional Goldvarb X.

vozeadas que aparecem em nossa análise para que as ocorrências referentes não fossem excluídas.

Vale salientar que as variáveis em foco são relevantes para determinar a presença de alguns fatores linguísticos que podem influenciar o fenômeno de aspiração do fonema fricativo /s/. Elas estão presentes em vários trabalhos que analisam a variação em estudo, como, por exemplo em: Brescancini (2004), que em seu artigo “*A aspiração da fricativa em posição de coda no dialeto florianopolitano – variação e teoria*” utiliza o contexto ao redor do núcleo; no artigo “*Enfraquecimento de fricativas no atlas linguístico do Ceará: uma abordagem sócio-dialeto*”, em que Rodrigues, Araújo e Aragão (2013) buscaram descrever e analisar a realização das fricativas [v, z, f] no falar do estado do Ceará e utilizaram os contextos fonéticos antecedente e subsequente em suas análises; Rodrigues (2012), que também abordou o contexto fonológico em seu artigo “*A realização variável de fricativas no português brasileiro*”, procurou registrar as ocorrências dos segmentos fricativos aspirados no português do Brasil; e, no estado do Amazonas, Marins e Margotti (2012), buscaram analisar em seu artigo, “*Comportamento fonético-fonológico do /S/ pós-vocálico em Manaus*”, a realização desse fonema em contexto pós-vocálico, que é equivalente à nossa variável contexto precedente.

Sendo assim, seguindo a linha de trabalhos anteriores e levando em consideração, principalmente, os resultados alcançados no trabalho monográfico de Lima (2020), definimos duas variáveis para este trabalho, contexto precedente e procedente, as únicas duas variáveis internas à língua que foram apontadas como significativas pelo referido trabalho.

Dando continuidade ao nosso estudo, no próximo tópico apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do presente estudo.

Procedimentos metodológicos

Conforme já foi dito, o presente estudo é originário de um trabalho monográfico, de Lima (2020). Portanto, apresentamos a seguir os procedimentos metodológicos mais importantes para o recorte que aqui se configura.

Para a realização do trabalho, fez-se necessário um estudo sobre como desenvolver passos metodológicos de uma pesquisa em sociolinguística. Esse estudo foi realizado durante o andamento do grupo de estudo GETEGRA (Grupo de Estudos em Teoria da Gramática), ministrado pela Professora Dr^a. Renata Lívia de Araújo Santos, na Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), no período de 18 de outubro de 2017 a 13 de junho de 2018. Nele foram apresentadas informações necessárias e fundamentais sobre comunidade de fala, seleção dos colaboradores, coleta de dados etc., para o bom desenvolvimento de uma pesquisa de cunho variacionista. Falamos, inicialmente, sobre a comunidade de fala escolhida para o estudo, e em seguida, sobre alguns passos metodológicos.

Segundo Labov (2008 [1972]), uma comunidade de fala é caracterizada através de normas que regem e estão presentes na língua. Essas normas possibilitam aos indivíduos a sua identificação com aquela comunidade, além de permitir o reconhecimento de outro indivíduo pertencente a mesma comunidade ou a outra. Vale salientar que as normas linguísticas constituídas em uma comunidade tendem a ser compartilhadas entre os seus usuários sem nenhum tipo de imposição, apenas convenção. Além disso, em uma comunidade de fala pode haver diferentes culturas e crenças dando ainda mais variedade àquela comunidade.

Labov (2008, p. 150) afirma que:

A comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada no uso de elementos linguísticos,

mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas; estas normas podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo explícito e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes no tocante a níveis particulares de uso.

Dessa forma, escolhemos como comunidade de fala para a realização deste estudo a cidade de Orocó, sertão de Pernambuco, uma vez que, além da pesquisa realizada por Lima (2020), não encontramos pesquisas anteriores voltadas ao estudo linguístico na localidade. Além disso, o fato de um dos pesquisadores ser da comunidade complementa a definição e escolha da comunidade de fala deste trabalho. A cidade foi fundada em 1963, mas é sabido que há muito tempo o local foi habitado primitivamente por indígenas, por ser um lugar muito propício à caça e à pesca, já que é banhado pelo Rio São Francisco. Tempos depois, o local se tornou uma fazenda de criação de gado de propriedade do Sr. Mariano Reis. Posteriormente, por volta de 1912, o Sr. Quirino do Nascimento, que residia no Estado da Bahia, instalou-se no local, que dava acesso à travessia do Rio São Francisco, e que separa os estados de Pernambuco e da Bahia.

A coleta de dados foi realizada em dois momentos: coleta de dados sociais e coleta de dados linguísticos, ambos foram obtidos por meio de entrevista gravada por equipamento adequado à demanda, na data de 12 a 15 de março do ano 2018. Para a entrevista, foi elaborado um roteiro contendo diversas perguntas e que eram separadas e indicadas de acordo com o nível de escolaridade do colaborador, básico ou superior. Além disso, os temas utilizados para o roteiro da entrevista foram os mais diversos possível: fenômenos da natureza, eventos, lugares da cidade, necessidades, desenvolvimento, política, educação, importância do rio São Francisco, perigos de vida e festa de São João (padroeiro da localidade). As entrevistas tiveram um tempo médio de duração de 15 minutos, contando com a coleta dos dados sociais (fi-

cha social), que foi gravada, para posteriormente ser preenchida pelo próprio pesquisador.

Os colaboradores da entrevista foram divididos perante a sua escolaridade (ensino básico ou superior), três níveis de faixa etária (15-30[F1], 35-50[F2] e 55-70[F3]) e sexo (mulher ou homem). Além disso, para realizarmos a entrevista da coleta de dados para a pesquisa, contamos com a disposição de doze colaboradores.

A transcrição dos dados coletados foi feita de acordo com as normas de transcrição desenvolvidas pela Profa. Dra. Maria Denilda Moura, através do Programa de Estudos Linguísticos (PRELIN), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da referida universidade (PPGLL/FALE/UFAL). Ademais, para trabalharmos com os números obtidos na seleção dos dados, realizamos a rodagem dos dados no programa computacional GOLDVARB X⁵, que é uma ferramenta de apoio quantitativo utilizada em várias pesquisas na área da sociolinguística variacionista.

Os dados foram selecionados de acordo com as variáveis linguísticas postas em observação para o estudo. Em relação aos dois contextos linguísticos que estamos analisando neste estudo, em uma primeira rodada dos dados no programa GOLDVARB X foi acusado *knockout*⁶ de um fator da variável “contexto procedente”, o fator em questão foi “sem contexto procedente”, cuja codificação era Z. Sendo assim, optamos por retirar esse fator ao invés de excluir toda a variável. Dessa forma, para a realização da análise foi necessário fazer duas rodagens dos dados no programa.

A análise dos dados foi realizada de forma quantitativa, através da construção de gráficos e tabelas para a exposição e discussão dos dados, conforme veremos no tópico a seguir.

5 Sobre o programa GOLDVARB X, ver Santos e Vitória (2011, p.08).

6 “Um fator que, num dado momento da análise, corresponde a uma frequência de 0% ou 100% para um dos valores da variável dependente” (GUY; ZILLES, 2007, p. 158).

Análise dos dados

A rodagem dos dados no programa GOLDVARB X nos proporcionou o resultado quantitativo dos nossos dados. De uma forma geral, em relação à nossa variável dependente, ausência ou presença do fenômeno de aspiração, obtivemos, através da monografia de Lima (2020), um número maior de realizações com a ausência da variação com um total de 74,8% e 25,2% com a presença da variação, essas porcentagens são resultados da análise de 469 palavras. Em outras palavras, podemos dizer que a comunidade de fala em questão tende a utilizar, em maior quantidade, a forma linguística tida como padrão.

A análise geral desses dados apontou que dentre as oito variáveis independentes que foram controladas no estudo de Lima (2020), sendo 3 de ordem social – sexo, idade e escolaridade – e 5 de ordem estrutural – dimensão do vocábulo, classes de palavras, contexto precedente, contexto procedente e posição. Dessas variáveis independentes, em uma escala decrescente, 5 foram tidas como não significativas – escolaridade, dimensão do vocábulo, classes de palavra, posição e idade – e 3 foram tidas como significativas – contexto procedente, contexto precedente e sexo – respectivamente.

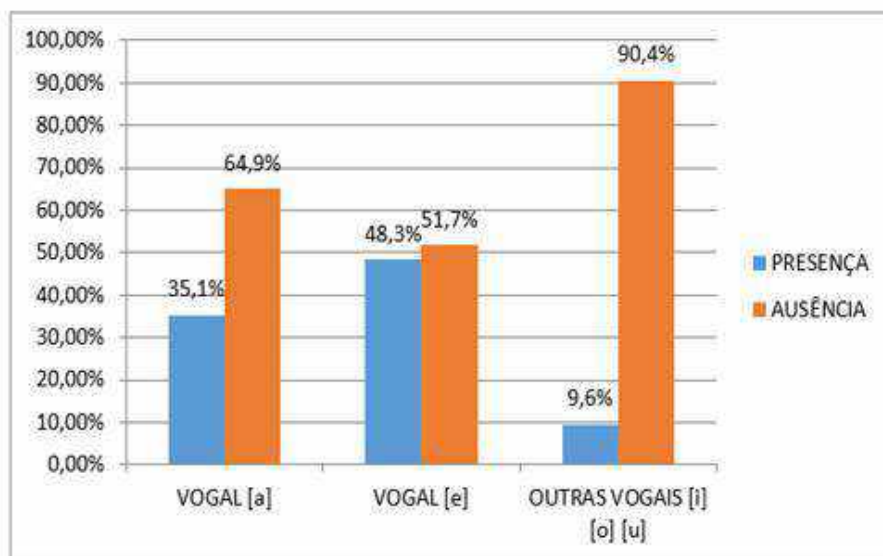
Assim, vimos que as variáveis linguísticas contexto precedente e contexto procedente foram duas das consideradas relevantes para o estudo da variação em foco. Entre as duas variáveis, numa ordem de relevância⁷, a que mais teve destaque foi o contexto procedente, ou seja, essa variável, na verdade, foi a que teve uma maior significância e tem um maior poder de influência sobre o fenômeno de aspiração da fricativa [s]. Além disso, houve uma outra variável que tam-

⁷ Lembramos ainda que a relevância de cada fator das variáveis é gerada por meio do programa GOLDVARB X, através do peso relativo, e que há uma escala de neutralidade que vai de 0.450 a 0.550, que estamos considerando neste trabalho. Isso significa dizer que os pesos que estão nessa zona são, por probabilidade, considerados neutros, ou seja, que não influenciam diretamente a variação em estudo. Os que estão acima de 0.550 levam a presença da aspiração do fonema fricativo alveolar dental desvozeado /s/ e os que estão abaixo de 0.450 a ausência desse uso linguístico (LIMA, 2020, p. 44).

bém acusou relevância para a ocorrência do fenômeno e que ficou logo abaixo dessas duas variáveis, a variável extralinguística sexo. Contudo, em termos de delimitação para a realização deste artigo, resolvemos selecionar apenas as variáveis linguísticas significativas, deixando as demais para uma melhor investigação em uma oportunidade futura.

Sendo assim, no que concerne às variáveis contexto precedente e contexto procedente, respectivamente, os resultados obtidos foram os seguintes:

Figura 1: Gráfico com os resultados percentuais da variável contexto precedente



Fonte: Lima, 2020, p. 48 (adaptado).

Na variável apresentada no gráfico acima, notamos que o fator vogal [a] apresentou em sua maioria a ausência de aspiração com 64,9% das realizações e 35,1% de ocorrências com a presença do fenômeno. O fator vogal [e] possui números bem equilibrados, demonstrando uma influência bem acirrada para o uso da variação em estudo. Essa variável registrou 48,3% de presença nas suas realizações, o maior percentual dos três fatores. O fator outras vogais [i] [o] [u] teve os núme-

ros mais bem definidos em relação às suas realizações predominando a ausência do fenômeno em 90,4% de suas realizações.

Na tabela a seguir, podemos compreender melhor, além dos dados percentuais, os resultados obtidos, através do total de ocorrências para presença ou ausência do fenômeno e dos pesos relativos obtidos por cada fator.

Figura 2: Tabela com os resultados da variável contexto precedente

	P/TOTAL/%	A/TOTAL/%	PR
VOGAL [a]	54/154/35,1%	100/154/64,9%	0.738
VOGAL [e]	42/87/48,3%	45/87/51,7%	0.575
OUTRAS [i][o][u]	22/228/9,6%	206/228/90,4%	0.307

Fonte: Lima, 2020, p.49 (adaptado).

Entre os fatores desta variável, o fator outras vogais como, por exemplo, ['diz] (0MVIOWF3B⁸, destaca-se com o maior número de realizações, ele esteve presente em 228 ocorrências. Porém, o fator vogal [a], como em ['mas] (0MCGOWM3B, destaca-se por ter o maior número de realizações na variante presença do fenômeno, foram 54 ocorrências contra 42 do fator vogal [e] como, por exemplo, ['tres] (0MNEKWM1B, e 22 do fator outras vogais.

Em relação aos pesos relativos, notamos que um dos fatores se destaca por ter um peso muito acima da escala de neutralidade, o fator vogal [a] com 0.738, caracterizando o índice mais alto dessa variável. Por outro lado, o fator vogal [e] ficou muito próximo da neutralidade, 0.450 – 0.550, com 0.575 de peso relativo, já o fator outras vogais [i] [o] [u] ficou muito abaixo da taxa de neutralidade, obteve

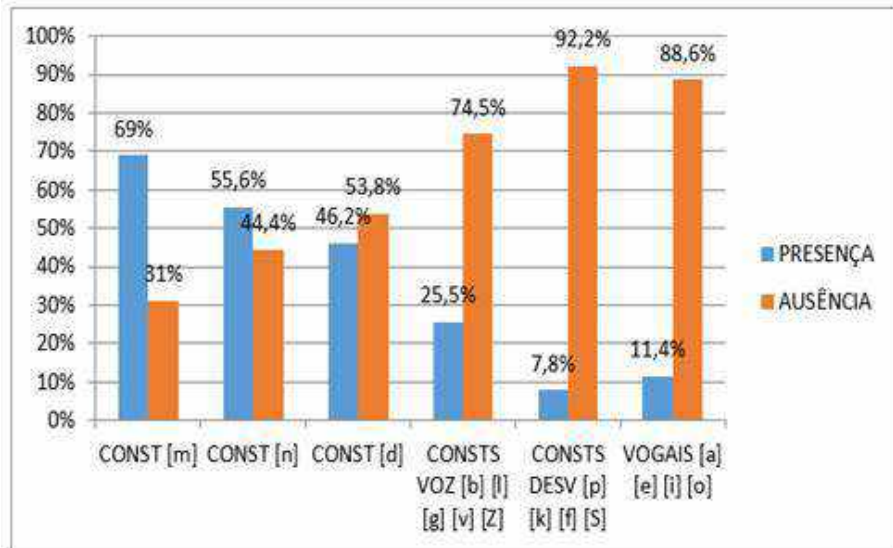
8 Esse emaranhado de letras e números na verdade é a codificação necessária para as variáveis analisadas em cada dado linguístico para poder rodar no programa GOLDVAB X. Nesse exemplo temos: 0-ausência do fenômeno; M-monossílabo; V-verbo; I-antecedida por algumas das vogais [i] [o] [u]; O-seguida por algumas das vogais [a] [e] [i] [o]; W-final de vocábulo; F3-faixa etária 3; e B-ensino básico.

0.307 de peso relativo. Dessa forma, é visto que em contextos fonéticos em que a consoante alveolar desvozeada vem antecedida pela vogal [a] como, por exemplo, ['nah] (1MAGMWM3S, essa vogal tende a influenciar a realização da forma aspirada da consoante [s].

Tendo em vista esses números, o programa acusou essa variável como significativa, indo ao encontro dos estudos de Rodrigues (2012) e Brescancini (2004) e corroborando com a hipótese da pesquisa de Lima (2020) de que essa variável influenciaria a presença do fenômeno em análise. No entanto, esses resultados vão de encontro com o estudo de Marins e Margotti (2012), em que ela é definida com não significativa.

Passemos agora a observar os resultados da variável que foi apontada como a mais relevante no trabalho de Lima (2020):

Figura 3: Gráfico com os resultados percentuais da variável contexto precedente



Fonte: Lima, 2020, p.50 (adaptado).

Nesta variável, observamos que dois dos seis fatores apresentaram números maiores para a variante aspirada: a consoante [m] e a consoante [n], sendo que a consoante [m] foi a que mais se destacou, com 69% de presença nas suas realizações, já a consoante [n] teve 55,6% de presença nas suas realizações. Os fatores “consoantes desvozeadas” e “vogais” se destacam pelas porcentagens favoráveis à ausência do fenômeno, 92,2% para o primeiro e 88,6% para o segundo.

Figura 4: Tabela com os resultados da variável contexto precedente

	P/TOTAL/%	A/TOTAL/%	PR
CONSOANTE [m]	40/58/69%	18/58/31%	0.890
CONSOANTE [n]	15/27/55,6%	12/27/44,4%	0.840
CONSOANTE [d]	24/52/46,2%	28/52/53,8%	0.829
CONS. VOZ [b][l][g][v][ʒ]	12/47/25,5%	35/47/74,5%	0.670
CONS. DESV [p][k][f][ʃ]	12/153/7,8%	141/153/92,2%	0.243
VOGAIS [a][e][i][o]	15/132/11,4%	117/132/88,6%	0.307

Fonte: Lima, 2020, p.50 (adaptado).

Na tabela acima, notamos que o fator consoantes desvozeadas como em, [ˈn s] (OMPIKWM3S, conseguiu o maior número de ocorrências, no total foram 153, com 12 ocorrências na variante presença e 141 na variante ausência. No entanto, outros dois fatores desta variável obtiveram quantidades de realizações maiores na variante presença, o fator consoante [m] como, por exemplo, [ˈmɛsmu] (ODPEMYM1B, que teve 40 ocorrências com presença do fenômeno contra 18 com ausência, e o fator consoante [n] como, por exemplo, [ˈotrus] (ODPINWM2S, que teve 15 ocorrências com presença e 12 com ausência.

Notamos que, na tabela acima, existem três fatores que possuem as taxas de peso relativo muito altas, bem acima da escala de neutralidade 0.450 – 0.550, são eles: consoante [m] com 0.890 de peso relativo,

consoante [n] com 0.840 e o fator consoante [d] com 0.829. Ou seja, em contextos fonéticos em que a consoante alveolodental desvozeada vem seguida das consoantes [m], [n] ou [d] como, por exemplo, em ['mchmu] (1DPEMYF3S; ['fi**h**] (1MVINWM1B; e ['dchd**r**] (1DHEDYF3B, essas consoantes, que possuem traços nasal e oclusiva, tendem a influenciar a realização da forma aspirada da consoante [s]. Também observamos outros dois fatores com os respectivos pesos relativos bem abaixo da neutralidade, são o fator consoantes desvozeadas [p] [k] [f] [ʃ], com 0.243, e o fator vogais [a] [e] [i] [o], com 0.307 de peso relativo, já o fator consoantes vozeadas [b] [l] [g] [v] [ʒ] obteve 0.670 de peso relativo, configurando-se como o fator mais próximo da escala de neutralidade. Destacamos, ainda, que nessa variável encontramos o fator com o maior peso relativo de todo o estudo, o fator consoante [m] com 0.890 de peso relativo.

Sendo assim, observamos que essa variável corrobora com a hipótese de que essa variável influenciaria a presença do fenômeno (LIMA, 2020), indo ao encontro dos resultados obtidos pelos estudos de Rodrigues (2012), Marins e Margotti (2012) e Brescancini (2004), em que ela é tida como uma variável relevante.

Ao observarmos a influência dos contextos linguísticos precedente e procedente, percebemos que a variável que mais teve destaque foi o contexto procedente, ou seja, essa variável, na verdade, foi a que teve uma maior significância e tem um maior poder de influência sobre o fenômeno de aspiração da fricativa [s].

Conclusão

Esta pesquisa apresentou um estudo quantitativo, dentro dos pressupostos teóricos e metodológicos da Sociolinguística (2008 [1972]), a fim de descrever aspectos linguísticos da fala dos moradores da cidade de Orocó. Observamos a variação linguística presente na fala dos orocoenses a partir da seleção do fenômeno de aspiração do fone-

ma fricativo alveolar dental desvozeado [s], controlando, para este momento, apenas duas variáveis independentes, os contextos precedente e precedente.

O resultado geral da pesquisa que originou este estudo mostrou uma concordância com o trabalho de Rodrigues (2012) uma vez que foi constatado que tanto fatores linguísticos como também fatores extralinguísticos podem influenciar o fenômeno de variação analisado. Porém, para este trabalho, conforme já foi mencionado, selecionamos para análise apenas os grupos de fatores linguísticos que foram apontados como relevantes para a variação em discussão, contexto precedente e contexto precedente.

Sendo assim, notamos que na variável contexto precedente o fator que mais se destacou foi a vogal [a] com peso relativo de 0.738, já na variável contexto precedente o fator que mais se destacou foi a consoante [m] com 0.890 de peso relativo, isso quer dizer que em palavras como, por exemplo, “mas”, em que o fonema /s/ aparece precedido pela vogal “a”, tende a ocorrer em maior quantidade a sua forma aspirada. Outro contexto que também ocorre em maior número e que em nossa análise apontou para o maior peso relativo foi o contexto em que a fricativa alveolodental desvozeada vem seguida da consoante [m] como, por exemplo, em “mesmo”, o que nos mostra que a consoante nasal bilabial é o principal fator que influencia o fenômeno de aspiração.

Por fim, salientamos que a pesquisa realizada na comunidade aqui trabalhada é inédita na localidade em termos de estudos linguísticos, uma vez que não encontramos registros, além do trabalho fonte deste estudo (LIMA 2020), de trabalhos anteriores realizados na perspectiva da Linguística. Esperamos, assim, que este trabalho possa inspirar novas pesquisas na região, resultando em estudos mais amplos sobre a variação linguística na comunidade.

Referências

- BRESCANCINI, C. R. A aspiração da fricativa em posição de coda no dialeto florianopolitano – variação e teoria. **Revista Oragon**, v. 18., n. 36, 2004.
- LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LIMA, C. A. A variação do fonema fricativo alveolar /s/ na língua falada na cidade de Orocó. 2020. Monografia (Graduação em Licenciatura em Letras) – UAST, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Serra Talhada, 2020.
- MARINS, F. S, MARGOTTI, F. W. Comportamento fonético-fonológico do /s/ pós-vocálico em Manaus. **Revista Investigações**, v. 25, n. 2, 2012.
- RODRIGUES, A. G. A realização variável de fricativas no português brasileiro. **Revista Sociodialeto**, v. 2, n. 1, 2012.
- RODRIGUES, A. G., ARAÚJO, A. A, ARAGÃO, M. S. Enfraquecimento de fricativas no atlas linguístico do Ceará: uma abordagem sócio-dialetal. **Revista Trama**, v. 9, n. 18, 2013.
- SANTOS, R. L., VITÓRIO, E. G. Uma rodada no Goldvarb X. In: COSTA, J. F.; SANTOS, R. L.; VITÓRIO, E. G. (orgs.). **Variação e mudança linguística no estado de Alagoas**. Maceió: Edufal, 2011.
- SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2000 [1916].
- SEARA, I. C.; NUNES, V. G.; LAZZAROTTO, C. V. **Para conhecer fonética e fonologia do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015.
- SILVA, T. C. **Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios**. 10. ed., 5. reimp. São Paulo: Contexto, 2014.

O processo de palatalização no português brasileiro

Thamires Marques Pereira

Aldir Santos de Paula

Universidade Federal de Alagoas

Introdução

O Português, assim como todas as línguas do mundo, está sujeito à variação (LABOV, 2008 [1972]). Na cadeia da fala, as propriedades articulatórias interagem, resultando em variantes de um mesmo som. Como nenhum som da fala é produzido exatamente da mesma forma, as características que mais se repetem na produção de um som são destacadas, resultando na identificação de traços fonéticos que caracterizam e distinguem esses segmentos sonoros. Esta perspectiva considera a existência de uma invariância subjacente que possibilita a comunicação, independente da variabilidade fonética.

A palatalização é um processo que consiste na mudança do ponto de articulação de sons alveolares ou dentais em direção ao palato, já pesquisado no Português Brasileiro de um ponto de vista fonológico (Cf.: NEUSHRANK, 2011; BATTISTI; HERMANS, 2016; HORA; HENRIQUE, 2015; OLIVEIRA, 2017) e também de uma perspectiva fonética (CAGLIARI, 1974; RODRIGUES, 2017).

Os estudos no Português Brasileiro, doravante PB, mostram que as oclusivas /t, d/ (PASSOS DA SILVA, 2010; SOUZA NETO,

2008; OLIVEIRA, 2017), a fricativa /s/ (MACEDO, 2004), a nasal /n/ (RODRIGUES, 2017; PEREIRA, 2018) e a lateral /l/ (OLIVEIRA, 2007) podem funcionar como alvo do processo de palatalização. Nosso estudo se concentra na palatalização das oclusivas alveolares /t/ e /d/, que têm se mostrado produtiva em muitas variedades do PB.

Como resultado de um processo de assimilação regressiva (Cf.: PASSOS, 2010; PAULA, 2006; BATTISTI; ROSA, 2012), a palatalização de /t/ e /d/ é descrita como um caso de distribuição complementar em que as oclusivas se mantêm quando seguidas das vogais /a, e, o, u/ e, quando seguidas de /i/, se realizam como africadas pós-alveolares como nos exemplos:

01 ['tatʊ]

02 ['dadʊ]

03 ['dētʃi]

04 ['tʃiɐ]

05 [dʒi'rejtʊ]

Nos exemplos de 03 a 05, o gatilho para o processo de palatalização se encontra posterior à oclusiva. Descrever que o gatilho da palatalização ocorre apenas depois da oclusiva não é suficiente para formular uma regra que seja generalizável para o PB, uma vez que estudos já mostraram a palatalização como resultado de um processo de assimilação progressiva (Cf.: SOUZA NETO, 2008; HENRIQUE; HORA, 2012; OLIVEIRA, 2017), quando o gatilho está na coda da sílaba anterior à oclusiva, fazendo com que a africada ocorra mesmo quando seguida de vogais diferentes de /i/:

06 [kuj'dʒadʊ]

07 ['deʒdʒi]

08 [gɔf'tʃej]

09 ['gɔftʃʊ]

10 ['pejtʃʊ]

Partindo da premissa de que a palatalização pode ocorrer em duas direções: progressivamente, quando o gatilho antecede o alvo; e regressivamente, quando o gatilho segue o alvo, este artigo tem por objetivo descrever quais os traços envolvidos na realização das formas palatalizadas na cidade de Maceió – AL, permitindo ou inibindo-as, partindo da hipótese de que os traços [+anterior] e [+coronal] são determinantes para a aplicação da regra de palatalização. Para isso, tomamos como base a Teoria Autossegmental, de Goldsmith (1976) e a Geometria dos traços, de Clements e Hume (1995).

Para tanto, este artigo se organiza da seguinte forma: a seção 2 apresenta o referencial teórico e alguns estudos acerca do processo de palatalização; a 3 apresenta a análise dos dados com base nos traços envolvidos no processo, bem como o tipo de segmento resultante; que são seguidas da conclusão e das referências.

Fundamentação Teórica

Cagliari (1974) afirma que a palatalização se trata de uma articulação secundária que consiste na elevação da língua em direção ao palato. Tal articulação depende da presença de uma articulação alta, do tipo vocálico ocorrendo adjacente à consoante: [tʲ]. No entanto, tal articulação tem a duração menor que a de uma vogal comum. Podemos, portanto, representar a palatalização como sendo uma articulação secundária semelhante à labialização, alveolarização, lateralização, dentre outros processos.

Cagliari (op. cit.) ainda afirma que se quisermos analisar as variações fonéticas com precisão, temos que caracterizá-las adequadamente, tomando cuidado para não atribuir rótulos iguais a realidades diferentes. Para ele, a atitude fonética mais prudente seria isolar as distinções mesmo que isso representasse uma falta de “economia” do ponto de vista do sistema da língua. Por isso, não se pode estudar os elementos sonoros de uma língua exclusivamente do ponto de vista fonético, mas também de um ponto de vista fonológico. Diante disso,

fica claro a justificativa e a importância de refletir sobre o processo de palatalização sob uma perspectiva pautada numa teoria fonológica que possa descrever e explicar os processos sofridos pelos segmentos oclusivos alveolares de forma mais satisfatória.

Em termos diacrônicos, a palatalização, segundo Teyssier (2007, p.11), é uma inovação do latim imperial, que resultou de processos sofridos por algumas sequências de consoantes com o ponto de articulação mais próximo das vogais ‘e’ e ‘i’, resultando em sons inexistentes no sistema latino clássico, o que, mais tarde, deu origem aos segmentos pós-alveolares e palatais do Português. Neuschrnk (2015, p. 13) defende que os estudos diacrônicos, além de definirem os estágios das línguas, auxiliam na compreensão de certos fenômenos recorrentes, já que muitas vezes se tratam de fenômenos já identificados na história.

Sincronicamente, vemos que a palatalização ainda se faz presente. No sistema linguístico do PB os segmentos alveopalatais e palatais ainda sofrem o processo, salvo algumas especificidades. Os segmentos fricativos alveopalatais /ʃ/ e /ʒ/ distinguem significado quando estão no *onset* silábico, como podemos observar em /'asa/, /'aza/, /'aʃa/, /'aʒa/, mas em posição de coda, essa distinção é neutralizada, o que faz desses segmentos alofones de /s/. Em geral, as fricativas em coda silábica assimilam o vozeamento do segmento seguinte.

Em João Pessoa–PB (HORA, 2000 apud MACEDO, 2004, p. 32), a palatalização só ocorre, por exemplo, antes dos segmentos /t/ e /d/, como em ‘poste’ [pɔʃti] e ‘desde’ [dezdi] ao passo que em Recife–PE (MACEDO, 2004, p. 53), o processo pode ocorrer antes de outras consoantes como em ‘biscoito’ [biʃ'kojtu], ‘bispo’ [biʃpɔ], ‘ascaridíase’ [aʃkari'diazɪ], ‘desgraça’ [diʃ'grasɐ], ‘esgotado’ [iʃgɔ'tadu], entre outras, nos mostrando que, apesar de cada comunidade de fala ter regras específicas, é possível afirmar que há uma regra geral do PB que permite a palatalização de fricativas alveolares.

Os segmentos africados alveopalatais [tʃ] e [dʒ], por sua vez, são alofones de /t/ e /d/, respectivamente, e se realizam antes do segmento vocálico palatal /i/ (PASSOS DA SILVA, 2010), depois da semi-vogal palatal /j/ (SOUZA NETO, 2008; OLIVEIRA, 2017) ou antes de fricativas alveolares (HORA, 2000 apud MACEDO, 2004, p. 32; OLIVEIRA, 2021), como dito anteriormente. Mais especificamente, no estudo de Oliveira (2021), foi observado que a fricativa /S/ favoreceu o processo de palatalização de /t/ e /d/ em Maceió, Delmiro Gouveia e Arapiraca, cidades do Estado de Alagoas.

Tendo como hipóteses que a motivação da palatalização está no alto grau de consonância da vogal gatilho e de que a seleção dos alvos da palatalização se dá com base na relação de identidade estrutural entre a vogal-gatilho e a consoante-alvo, a proposta é esclarecer por que o alto grau de constrição da vogal-gatilho desencadeia o processo de palatalização, adotamos a perspectiva Autossegmental de Goldsmith e a Geometria dos Traços de Clements e Hume (1995).

| *A fala sob uma perspectiva fonológica não linear*

Os traços distintivos, essenciais para os estudos fonológicos, são as unidades mínimas não segmentáveis que encerram as propriedades específicas de caráter acústico e articulatório que se combinam de diferentes maneiras para formar os sons da língua. Formalizadas por Chomsky e Halle (1968), as matrizes de traços de valores binários serviram para explicar diversos aspectos fonológicos e caracterizar as classes naturais. A importância da noção de traço é inquestionável para a teoria fonológica, contudo, o modelo apresenta limitações no que se refere à explicação de alguns fenômenos, sejam eles segmentais ou prosódicos. Em virtude dessa limitação, surgem outras teorias para tentar preencher essas lacunas.

A Teoria Autossegmental, proposta por Goldsmith (1976), permite a segmentação independente de traços ou conjunto de traços, rejeitando o “princípio de bijetividade” de Chomsky e Halle (1968). Nesta

perspectiva, os traços podem estender-se além e aquém de um segmento e o apagamento de um segmento não implica necessariamente no apagamento de todos os seus traços. Por conta disso, as operações não ocorrem apenas em segmentos completos, mas também em partes independentes dos sons das línguas. Para defender essa premissa, os autores se baseiam em dados de línguas tonais em que dois ou mais tons podem “amontoar-se” numa única sílaba. Desta forma, um tom pode se estender para mais de uma sílaba, ou pode não se associar a nenhuma unidade. Além desses, estudos que analisaram línguas que têm harmonia vocálica mostraram que os segmentos apresentam as mesmas características dos tons só que em menor escala, uma vez que traços como posterior, arredondado e ATR têm a habilidade de se estender a muitas sílabas ao mesmo tempo.

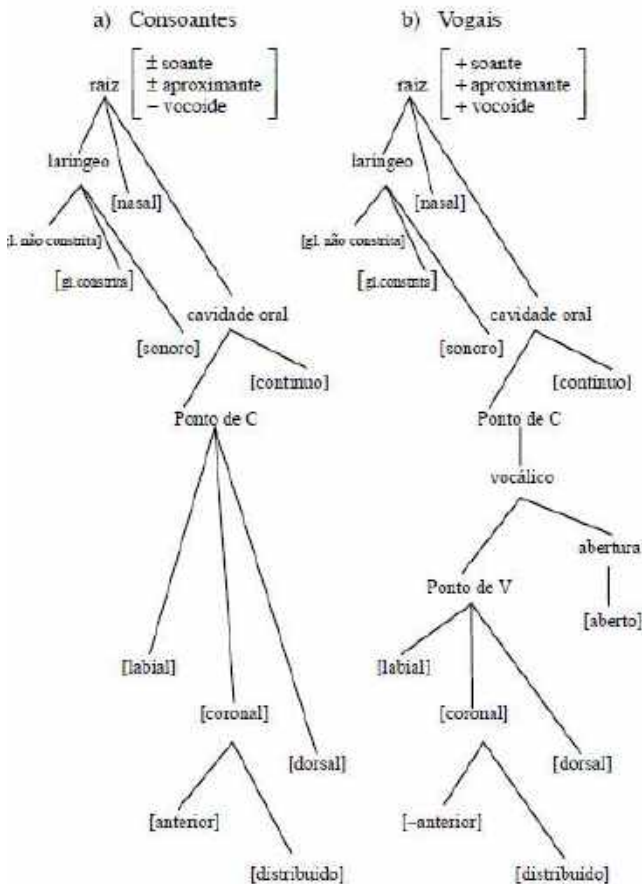
Outra divergência com o modelo de Chomsky e Halle (1968) tem relação com a afirmação implícita de que as matrizes de traços não têm estrutura interna, ou seja, cada traço é igualmente relacionado a qualquer outro, e nenhum traço é organizado em grupos maiores, conforme as classes fonéticas tradicionais de tempo e modo. Os autores acreditam que há um número considerável de evidências de que traços são agrupados em unidades funcionais de nível mais alto, constituindo classes naturais. Nessa perspectiva, traços de lugar funcionam juntos como uma unidade, sugerindo um status especial na representação, por exemplo (CLEMENTS; HUME, 1996).

Essa organização dos traços é universalmente determinada, ou seja, o modo que os valores de traços são dispostos nos *tiers* e agrupados em constituintes maiores não varia de língua para língua. A importância dessa geometria de traços se dá pelo fato de permitir a naturalização dos processos fonológicos, visto que quando um nó de classe se origina de um nó que possui outro nó ou conjunto de traços em seu domínio, compõe uma classe natural e regras que ocorrem com eles seguem a um princípio: constituem uma única operação. Por isso, quando adotamos esse princípio, concluímos que tais regras são naturais, pois possibilitam generalizações e, conseqüentemente, facili-

tam a descrição e sistematização das regras que se aplicam numa dada língua, caracterizando, portanto, os aspectos fonológicos do sistema linguístico em questão.

À luz da teoria, a organização hierárquica de consoantes e vogais possui alguns traços que são binários – podem ser representados em termo de presença [+] e ausência [-] – e outros monovalentes, – representados em termo de presença –, como é o caso dos traços de ponto. A figura a seguir mostra a estrutura arbórea de vogais e consoantes:

Figura 1: Representação hierárquica de consoantes e vogais



Fonte: Bisol (2014, p. 52).

Como podemos observar, o nó raiz é constituído pelos traços maiores [soante], [aproximante] e [vocoide] e sua função é dividir os segmentos em grandes classes (obstruintes, nasais, líquidas e vogais) e estabelecer uma escala de sonoridade (BISOL, 2014, p. 52). Tal escala existe em função dos valores positivos desses traços:

Quadro 1: Escala de sonoridade

	[soante]	[aproximante]	[vocoide]	Escala de sonoridade
Obstruinte	-	-	-	0
Nasal	+	-	-	1
Líquida	+	+	-	2
Vogal	+	+	+	3

Fonte: Bisol (2014, p. 52).

Em termos de processo, o mais conhecido é o de assimilação. Diferente da teoria gerativa clássica, que dizia que a assimilação consistia na cópia de traços, a proposta de Clements e Hume a caracteriza como a associação ou espraiamento de um traço ou nó de um segmento para o segmento vizinho. Podemos também distinguir diferentes tipos de assimilação de acordo com a identidade do espraiamento do nó, que pode se dar de forma total, parcial ou de um único traço.

No primeiro, o nó raiz se espraia e o segmento afetado adquire todos os traços do gatilho; no segundo, um nó de classe de um nível mais baixo espraia e o alvo recebe vários, mas não todos os traços do gatilho; e no último, apenas um traço sobre o processo. Em termos de regra, existem aquelas que mudam estruturas (*structure changing rules*) e são controladas pelo Ciclo Estrito; e regras que constroem estruturas (*structure building rules*), naturalmente isentas desse controle.

Quanto à assimilação, dizemos que uma regra se aplica no modo *feature filing*, quando só há o espraiamento de traços que não estão especificados no destino, esta aplicação é não marcada. Se a regra se aplica a segmentos já especificados para o espraiamento de traço(s),

substituindo seus valores originais, a regra se aplica de modo *feature changing* (CLEMENTS; HUME, 1996, p. 188-189).

Na Fonologia Autossegmental há princípios que impõem limites à aplicação de regras. O primeiro deles, segundo Bisol (2014, p. 64-68), é o Princípio de Não Cruzamento de Linhas de Associação (*Prohibition on Crossing Association Lines*), que, como o nome já diz, proíbe o cruzamento de linhas de associação. Tal princípio prediz que regras de assimilação do nó de ponto de articulação são restritas a consoantes adjacentes, uma vez que a existência de uma vogal ou consoante entre elas bloquearia a assimilação visto que o espriamento cruzaria linhas do mesmo plano. O Princípio do Contorno Obrigatório (*Obligatory Contour Principle – OCP*), por sua vez, proíbe a adjacência de elementos idênticos, sendo eles não somente segmentos, mas também traços ou nós idênticos em um dado *tier*, bem como evita regras que possam violar esse princípio. E, por fim, temos o Princípio de Restrição de Ligação (*Linking Constraint*), que prediz que uma regra não se aplica quando a configuração excede o número de linhas contidas em sua descrição estrutural.

A palatalização na variedade maceioense

Para descrever os processos assimilatórios, bem como os traços que atuam como gatilho para a palatalização das oclusivas alveolares, analisamos exemplos retirados do banco de dados do Projeto Aspectos gramaticais e variacionais de Línguas Brasileiras. Nos dados, a palatalização se realiza depois de fricativas alveolares e alveopalatais, e na presença de vogal anterior alta /i/, que atua tanto regressivamente, quanto progressivamente.

O intuito dessa reflexão é buscar uma generalização que considere todas as realizações observadas. Para tanto, consideramos a Geometria dos traços, que propõe que os traços que funcionam juntos regularmente como unidade em regras fonológicas, são agrupados em consti-

tuíntes organizados de forma que valores de traços estão nos nós terminais e os nós intermediários representam os constituintes.

Ao contrário dos diagramas de árvore familiares na teoria sintática, os elementos terminais são desordenados e colocados em camadas separadas. Esta organização permite expressar a sobreposição de traços, como na Fonologia Autossegmental padrão. Nesta configuração, todos os ramos emanam de um nó raiz, que corresponde ao próprio som de fala. Os constituintes imediatos de cada grupo são irmãos e filhos do nó acima, que implica suas presenças.

Apenas o conjunto de traços que formam um constituinte pode funcionar junto em regras fonológicas. Esse entendimento consiste na existência de uma hierarquização que compõem cada segmento de uma língua, propondo uma nova representação formal dos traços, agora dispostos em camadas ou *tiers* com graus de dependência nos quais as categorias mais altas são menos dependentes que as categorias em ramificações mais baixas para que os traços subordinados àquelas, possam funcionar como unidade em regras fonológicas.

Em outras palavras, a assimilação consiste no espraiamento de um elemento de uma camada para uma nova posição em uma camada adjacente, podendo ocorrer de três modos: de maneira individual, quando o processo envolve apenas um traço; de maneira parcial, quando ocorre em um nó de classe; ou num processo de assimilação total, no qual o nó raiz está envolvido. Quando ocorre um processo, como o de espraiamento, por exemplo, o nó afetado leva consigo os demais nós ou traços que estão abaixo dele, como é o caso da palatalização.

Nesta perspectiva, propomos uma discussão que envolve a influência do traço [coronal], e seus subordinados [anterior] e [distribuído] no processo de palatalização na cidade de Maceió. Clements (1996, p. 185) caracteriza vogais frontais e consoantes coronais como pertencentes à classe natural [coronal], uma vez que o traço [coronal] é ligado diretamente ao nó Ponto de Consoante, e na aplicação da regra

de palatalização, afetando todos os traços em seu domínio, constituindo uma única operação. Logo, a vogal anterior alta /i/, as fricativas anteriores /s/ e /z/ e as não anteriores /ʃ/ e /ʒ/ pertencem à mesma classe natural e os traços [anterior] e [distribuído] que estão sob o domínio distinguem, respectivamente, segmentos coronais anteriores de não anteriores e segmentos coronais apicais de coronais laminais.

O nó laríngeo e o nó de cavidade oral, assim como os demais, justificam sua existência por poderem espriar-se ou desligar-se como um todo. Saem do nó de cavidade oral o traço de modo de articulação [\pm contínuo] e o nó ponto de consoante. O nó vocálico domina os traços de ponto e de abertura das vogais, que além de caracterizar os traços vocálicos como unidade funcional, se faz presente em articulações secundárias de consoantes complexas. Nele, o nó ponto de vogal atribui às vogais os mesmos pontos de constrição atribuídos às consoantes, sendo definidos com base nos articuladores ativos durante a realização.

Sendo assim, o modelo prediz que se pode ter uma classe natural correspondente a cada um dos traços monovalentes de lugar: [labial], para consoantes labiais e vogais arredondadas ou labializadas; [coronal], para consoantes coronais e vogais posteriores; e [dorsal] para consoantes dorsais e vogais posteriores. Por fim, temos o nó de abertura, que domina os traços referentes à altura da vogal e usa um único traço [aberto], disposto em *tiers*, a cada um dos quais deve ser atribuído um valor positivo ou negativo

Com base nisso, entendemos a influência desses traços como motivadora do processo de palatalização no PB. Acreditamos que quando o gatilho interage com o alvo, os traços do Nó vocálico do gatilho, no caso da vogal anterior alta /i/, espriam para o nó de Ponto de consoante, convertendo os traços [+ anterior] em [- anterior] e [- distribuído] em [+ distribuído]. No caso das fricativas, além da influência do traço [coronal], há a influência do traço [contínuo], ligado direta-

mente ao Nó de Ponto de Consoante, que se espraia convertendo o traço [- contínuo] da oclusiva em [+ contínuo]:

11 [gɔfˈtʃej]

12 [ˈdeʒdʒi]

13 [gɔfˈtʃu]

O nó de raiz é dominado por uma unidade abstrata de tempo X, também chamada de linha esquelética ou prosódica. As linhas que ligam os nós são chamadas linhas de associação (BISOL, 2014, p. 53). A unidade de tempo X pode ser definida como uma biposicionalidade no *tier* que representa o tempo fonológico, distinguindo sons longos de sons curtos. O que se pode dizer é que nós estamos lidando com diferentes tipos de segmentação em cada *tier*, por isso pode ser mais útil a distinção entre segmentos melódicos definidos no *tier* de raiz e segmentos métricos definidos no esqueleto. Dessa forma, uma africada, como /tʃ/ e /dʒ/, consistiria em dois segmentos melódicos ligados a um segmento métrico, assim por diante (CLEMENTS; HUME, 1996, p. 188).

Os articuladores podem definir uma única constrição no trato vocal, ou se combinar para produzir várias constrições ao mesmo tempo. Clements e Hume (1996, p. 185) apresentam dois tipos de articuladores:

- o articulador-*bound*, que depende de um articulador específico para sua execução, como os traços anterior e distribuído que dependem do coronal e não servem para distinguir outro tipo de segmento que não seja coronal, além de se espraíarem quando o nó coronal se espraia: que é o que ocorre quando o Nó vocálico da vogal anterior alta /i/ interage com a oclusiva alveolar;
- e o articulador-*free*, que não é restrito a um articulador específico, como os traços de classe maior e o traço contínuo, que se converte em [+contínuo] durante o espraíamento.

É importante ressaltar também que o domínio do traço [coronal] atua no processo de palatalização bilateralmente: progressivamente ou regressivamente. Em processos que envolvem a vogal alta anterior /i/, esta bilateralidade do gatilho é facilmente observável:

14 [ˈmũjtʃu]

15 [aˈʒejtʃv]

16 [ˈʒẽtʃi]

Assim como foi observado na Paraíba por Henrique e Hora (2015), quando há o apagamento do segmento vocálico, margem do ditongo, a palatalização não é inibida. Pelo contrário, a monotongação do contexto precedente favorece o processo:

17 [ˈdodʒu]

18 [ˈmũtʃes]

19 [ˈotʃu]

20 [oˈtʃẽtʃv]

21 [ˈʒetʃu]

O apagamento do segmento motivador do processo pode ser facilmente explicado pela Teoria Autossegmental, dado que, nessa interpretação, o apagamento não consiste necessariamente no apagamento de todos os traços. Neste sentido, os processos de apagamento e de palatalização estão em concorrência: o gatilho para a palatalização é apagado, mas os traços sob o domínio do Nó Vocálico permanecem atuando a oclusiva alveolar.

Conclusão

Este trabalho refletiu acerca dos traços que podem atuar no processo de palatalização na variedade linguística falada em Maceió–AL, entendendo que os traços que compõem os segmentos são hierarquicamente organizados de forma que os traços que estão na parte superior

da representação arbórea possuem traços sob seu domínio que atuam individualmente ou em conjunto em processos fonológicos.

Esta reflexão nos permitiu concluir que o traço [coronal], ligado ao nó Vocálico da vogal anterior alta atua diretamente e bilateralmente no processo de palatalização, levando consigo os traços [anterior] e [distribuído], acarretando o surgimento de um segmento complexo, uma africada alveopalatal. Quanto às fricativas, o processo de palatalização é motivado quando o gatilho se encontra na coda da sílaba anterior à oclusiva. Nesse processo assimilatório, além do traço coronal, é perceptível também a atuação do traço contínuo, ligado ao nó de Cavidade Oral.

Referências

- BATTISTI, E; HERMANS, B. A palatalização no Português Brasileiro e nas línguas do mundo: motivação estrutural, seleção de gatilhos e alvos. **Linguística**, v. 32-1, jun. 2016.
- BATTISTI, E.; ROSA, R. S. Variação e mudança linguística: análise em tempo real da palatalização das oclusivas alveolares em um falar do Rio Grande do Sul. **Web-Revista sociodialeto**, Campo Grande, UEMS, 2012.
- BISOL, L. (org.). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.
- CAGLIARI, L.C. **A palatalização em português: uma investigação palatográfica**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 1974.
- CHOMSKY, N.; HALLE, M. **The Sound Pattern of English**. Nova York: Harper and Row, 1968.
- CLEMENTS, G. N. **The Geometry of Phonological Features**. *Phonology Yearbook*. v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 225-252. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4419958>. Acesso em: 30 dez. 2014.
- CLEMENTS, G. N.; ELIZABETH V. HUME. The Internal Organization of Speech Sounds. In: GOLDSMITH, J. A. **The Handbook of Phonological Theory**. Nova York: Blackwell Publishing, 1996.

GOLDSMITH, J. **Autosegmental phonology**. 1976. Tese (Doutorado em Linguística) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1976.

HENRIQUE, P. F. L.; HORA, D. Um olhar sobre a palatalização das oclusivas dentais no vernáculo pessoense. *In: JORNADA DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO NORDESTE*, 24., Natal, 2012. **Anais [...]**. Natal: EDUFRN, 2012.

HORA, D; HENRIQUE, P. F. L. Processos de Assimilação Envolvendo as Consoantes Oclusivas Dentais / t, d / no Português Brasileiro. **SIGNUM: Estudos Linguísticos**. Londrina, n. 18/1, p. 206-230, jun. 2015.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

MACEDO, S. S. **A palatalização do /s/ em coda silábica no falar culto recifense**. Recife: UFPE, 2004.

NEUSCHRANK, A. **Do latim ao português: um continuum à luz da teoria fonológica**. Pelotas: UCPel, 2011.

NEUSCHRANK, A. **Fonologização na diacronia: do Latim ao Português Moderno**. Pelotas: UCPel, 2015.

OLIVEIRA, A. A. **Processos de palatalização das oclusivas alveolares em Maceió**. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

OLIVEIRA, A. B. **Palatalização regressiva das oclusivas alveolares em Alagoas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

OLIVEIRA, M. B. **A palatalização da lateral alveolar /l/ em posição prevocálica no falar de Itaituba-PA**. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.

PASSOS DA SILVA, J. Dia ou djia: um caso de variação de /t/ e /d/ diante da vogal alta /i/ nos falares paulistas em corpus oral do Atlas Linguístico do Brasil. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS*, 8., Londrina, 2010. **Anais [...]**. Londrina: Eduel, 2010.

PAULA, A. T. **A Palatalização das Oclusivas Dentais /t/ e /d/ nas comunidades bilíngues de Taquara e de Panambi – RS Análise Quantitativa**. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem),

Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PEREIRA, T. M. **A palatalização da nasal alveolar em União dos Palmares – AL**. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

RODRIGUES, Tatiana Belmonte dos Santos. **O estudo da variável (n) em Manaus: variação fonológica em paroxítonas terminadas em nia e nio**. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

SOUZA NETO, A. F. **Realizações dos fonemas /t/ e /d/ em Aracaju**. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

“Muitcho doidjo”: a palatalização progressiva em alagoas por que¹

Almir Almeida de Oliveira

Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL

Alan Jardel de Oliveira

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

| Introdução

Neste trabalho, investigamos, sob a ótica da sociolinguística variacionista, a palatalização progressiva das oclusivas alveolares precedidas pela semivogal /j/ em Alagoas. Esse tipo de palatalização encontra significativa produtividade no Nordeste, havendo indícios de sua realização em quase todos os estados da região, sendo encontradas em toda extensão Leste que vai da Bahia ao Rio Grande do Norte (SANTOS, 1996; MOTA; ROLEMBERG, 1997; HENRIQUE; HORA, 2012; SOUZA NETO, 2014; OLIVEIRA, 2017).

1 Este texto foi originalmente publicado em formato de artigo: OLIVEIRA, A. A.; OLIVEIRA, A. J. variação diatópica e o processo de mudança na valorização social da palatalização progressiva em Alagoas. *Alfa*, São Paulo, v. 65, e12280, 2021.

O processo ocorre em exemplos como:

1. “Teve [ˈmũi tʃe] violência” (muita)–AR18M06²
2. “Pelo [kuɪ ˈdʒadu]” (cuidado)–SM64M02
3. “Meu pai [tʃã ˈbẽi]” (também)–PE51F11
4. “Trabalhei [ˈdʒuəs] vezes” (duas)–DE51M05

O foco deste trabalho é investigar a distribuição diatópica da palatalização em falares alagoanos e as pressões sociais e linguísticas no processo. Esse tipo de palatalização tem sido mais produtiva nas áreas periféricas das grandes cidades (SOUZA NETO, 2014; MOTA; ROLEMBERG, 1997; OLIVEIRA; OLIVEIRA; PAULA, 2018) e com valoração social negativa, sendo evitada pelas mulheres, pelos mais jovens e mais escolarizados.

O maior índice de produtividade desse tipo de palatalização foi observado na cidade Maceió com valores entre 20% e 25% de realização (OLIVEIRA, A. A., 2017; SANTOS, 1996), o que desperta a suposição de que aspectos geográficos são relevantes para o processo e de que, em Alagoas, a realização das variantes palatalizadas é mais frequente.

Algumas questões são norteadoras deste estudo:

- a) Qual a interferência de aspectos geográficos na palatalização em Alagoas?
- b) O processo é sensível ao aumento da escolarização?
- c) O processo é socialmente estigmatizado em falares alagoanos?
- d) Trata-se de um processo de mudança linguística em progresso?
- e) Como os fatores internos da língua atuam no processo de palatalização?

² Essa codificação traz informações sobre cidade, idade, sexo e escolaridade do informante.

Metodologia

Neste estudo, adotamos a proposta teórico-metodológica da sociolinguística variacionista, apresentada principalmente em Labov (2008) para a análise da variação e da mudança linguística, a qual prevê a identificação de um processo variável em uma comunidade de fala, a seleção de informantes, a coleta e análise de entrevistas e a análise quantitativa da variação em busca dos fatores que interferem no processo de variação. Os dados analisados pertencem ao projeto ‘PORTAL–Variação linguística no português alagoano³ (OLIVEIRA, 2017). Analisamos dados de 7 cidades alagoanas (Maceió, Arapiraca, Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, União dos Palmares e São Miguel dos Campos), cada uma pertencente a uma microrregião do estado (há 13 microrregiões em Alagoas).

A amostra desta pesquisa foi constituída por 168 participantes, 24 por cidade pesquisada. Os critérios de inclusão foram (1) ter nascido no município, (2) não ter se ausentado do município por mais de 10 anos e (3) ter ambos os pais nascidos também no município (preferencialmente). A amostragem foi não probabilística utilizando-se a técnica denominada “bola de neve”, no qual os participantes foram selecionados por indicação de amigos ou conhecidos. Foram abordadas pessoas não conhecidas do entrevistador, mas que fossem conhecidos de alguém que o entrevistador conhecesse. A amostra por cidade foi composta por cotas, considerando as variáveis sociais sexo (masculino e feminino), faixa etária (entre 18 e 30 anos, entre 40 e 55 anos e acima de 65 anos) e escolaridade (menos de 9 anos e mais de 11 anos).

Os dados da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas do tipo “história de vida”, definida por Chizzotti (2011) como “um relato retrospectivo da experiência pessoal de um indivíduo, oral ou escrito, relativo a fatos e acontecimentos que foram significativos e constitutivos de sua experiência vivida” (CHIZZOTTI, 2011, p. 101).

3 Projeto financiado pelo CNPq (406218/2012-9) e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Alagoas, parecer nº 621.763.

Além desse tipo de relato, buscamos também a opinião dos participantes em relação a temas polêmicos. O intuito foi permitir entrevistas que contenham tipos textuais diversos, indo do narrativo (com perguntas do tipo “conte um acontecimento importante da sua infância na escola?”), ao descritivo (com perguntas do tipo “como era a casa em que você morava quando tinha 10 anos?”) e ao argumentativo (com perguntas do tipo “o que você pensa sobre casamento entre pessoas do mesmo sexo?”). Um roteiro pré-definido de perguntas, memorizadas pelo entrevistador, foi utilizado. Os participantes foram informados de que a conversa seria sobre memórias da infância, memórias recentes e de opiniões sobre temas polêmicos.

As gravações foram realizadas em formato .wav e transcritas de acordo com a ortografia padrão com o software PRAAT, o que possibilitou a sincronização entre áudio e transcrição. Os intervalos no PRAAT foram criados em função das pausas (silêncio maior ou igual a 200ms). Foram criados 3 *tiers*: para falas do documentador; para a fala do participante e para ‘outros’, onde se registraram falas de terceiros ou outros sons. A codificação dos colaboradores se deu da seguinte forma: o participante AR25F10 era morador da cidade de Arapiraca (AR), tinha 25 anos, era do sexo feminino (F) e tinha 10 anos de escolaridade. A seleção das ocorrências nos dados foi feita de forma automática, utilizando recursos de editores de textos (busca e destaque de sequências *st*, *sd*, *it*, *id*). Todas as ocorrências foram analisadas acusticamente (com análise de espectrogramas e oscilogramas) com o objetivo de classificar de forma mais objetiva as variantes.

A variável dependente do estudo é a alternância entre oclusivas alveolares /t/ e /d/ e as africadas [tʃ] e [dʒ] pelo processo de palatalização progressiva em contexto precedido de semivogal /j/, como em itens lexicais do tipo ‘muito’ e ‘doido’.

As variáveis sociais investigadas foram: sexo/gênero (masculino ou feminino); idade e escolaridade (analisadas como variáveis contínuas); e a localidade geográfica, sendo entrevistados falantes de cidades

de diferentes regiões do estado: Arapiraca, Delmiro Gouveia, Maceió, Palmeira dos Índios, São Miguel dos Milagres, Santana do Ipanema e União dos Palmares.

As variáveis linguísticas investigadas foram: a vogal seguinte, que refere-se à vogal após a oclusiva (**muita**, **oitenta**, **noite**, **Feitosa**, **oito**); o tipo de oclusiva, que diz respeito à natureza sonora da consoante (**cuidar** e **muito**); a posição no item lexical, que trata da presença das consoantes oclusivas em posição interna da palavra, como em construções do tipo “**muito** e **doido**”, ou em posição de fronteira, como em “**meu pai também**” e “**trabalhei duas vezes**”; e a tonicidade, que refere-se à presença ou ausência de acento na sílaba que contém a consoante alvo: tônica, como em **ajeitar** e átono, como em **oitocentos** e **muito**. Também foram analisadas como variáveis de nível mais agregado o item lexical e o indivíduo.

Para a análise quantitativa, utilizamos métodos inferenciais de análise estatística (tabelas de contingência, testes univariados e multivariados e métodos de regressão multinível). A estimação dos efeitos associados às variáveis independentes foi feita utilizando-se modelos de regressão logística multinível, um modelo multivariado que controla efeitos de variáveis mais agregadas. Os dados analisados neste trabalho possuem estrutura hierárquica já que as observações podem ser agrupadas segundo os indivíduos que as produziram e os itens lexicais. A estimativa do quanto da variabilidade observada pode ser explicada pelos níveis mais agregados (indivíduo e item lexical) foi obtida pelo coeficiente de correlação intraclasse (CCI).

Dois testes estatísticos foram utilizados: o teste da razão da máxima verossimilhança (TRMV) e o teste de Wald (TW). O TRMV analisa a significância estatística entre variáveis independentes, permitindo identificar variáveis independentes estatisticamente significativas e hierarquizar tais variáveis; o TW analisa a significância estatística entre fatores no interior das variáveis independentes, permitindo identificar fatores que apresentam efeitos estatisticamente diferentes

da média dos efeitos dos fatores em uma variável independente (peso relativo = 0,50).

A hipótese nula do TRMV é a de que o efeito de uma variável independente em um modelo de regressão é igual a 0. A hipótese alternativa é a de que o efeito de tal variável é diferente de 0. A significância do teste mede a probabilidade de cometermos um erro ao negarmos a hipótese nula, sendo a hipótese nula verdadeira. Quanto menor a significância no TRMV, maior o poder explicativo da variável independente sobre a variável dependente. No Varbrul e no GoldVarb (softwares tradicionalmente utilizados na análise da variação linguística), o TRMV é utilizado nas rotinas *step-up* e *step-down*. Neste trabalho, fizemos a seleção e a hierarquização das variáveis estatisticamente significativas utilizando um método semelhante ao *step-down*. Todas as variáveis independentes foram incluídas no modelo. As variáveis foram retiradas uma a uma considerando a maior significância no TRMV. O modelo final contém somente variáveis que apresentam significância $<0,05$. A hierarquização das variáveis estatisticamente significativas foi feita pela significância estatística de cada variável incluída no modelo final. O TRMV também foi utilizado para testar a interação entre variáveis sociais.

A hipótese nula do teste de Wald é a de que o efeito de um fator em uma variável independente é igual à média dos efeitos dos fatores dessa variável. A hipótese alternativa é a de que o efeito de tal fator é diferente da média dos efeitos dos fatores. Da mesma forma, a significância do TW mede a probabilidade de cometermos um erro ao negarmos a hipótese nula, sendo a hipótese nula verdadeira. Quanto menor a significância no TW, maior a diferença entre o efeito de um fator e a média dos efeitos dos fatores. No Varbrul e no GoldVarb, a média dos efeitos dos fatores é dada pelo que se chama, tradicionalmente, de efeito neutro (peso relativo igual a 0,50). O TW permite verificar se o efeito de um fator é estatisticamente diferente do efeito neutro. Tal teste é bastante útil para pesos relativos próximos de 0,50.

Neste trabalho, a análise estatística foi feita com o auxílio do software R, utilizando os pacotes ‘gmodels’ (para gerar tabelas de contingência), ‘lme4’ (para regressão logística multinível, TRMV e TW), visreg (para gráficos de interação), DAAG, para o teste de multicolinearidade.

Resultados e discussão

Foram identificadas 4.046 ocorrências de contextos propícios à palatalização, das quais 844 (20,9%) foram palatalizadas. Mota e Rolemberg (1997) observaram 2,4% desse tipo de palatalização em Salvador-BA; Souza Neto, 6% em Aracaju; Henrique e Hora (2012), 10,5% em João Pessoa-PB; e Oliveira, A. A. (2017), 20,4% em Maceió, o que nos permite afirmar que a palatalização progressiva das oclusivas alveolares é mais frequente em Alagoas do que em outros estados pesquisados no Nordeste.

Para nossa análise, o passo seguinte foi o ajuste do modelo de regressão, o qual permitiu identificar as variáveis estatisticamente significativas e os fatores que têm efeito sobre a palatalização regressiva. O modelo foi ajustado utilizando-se o teste da razão da máxima verossimilhança, testando-se, em um modelo multivariado de regressão logística multinível (tendo como variáveis de nível mais agregado o indivíduo e o item lexical), as variáveis independentes linguísticas tonicidade, posição no item lexical, tipo de consoante e vogal seguinte e as variáveis sociais sexo/gênero, idade, escolaridade e cidade, assim como as possíveis interações entre variáveis. O modelo final foi composto pelas variáveis independentes tonicidade, posição no item lexical, tipo de consoante, vogal seguinte, cidade e pela interação entre idade e escolaridade e pelas variáveis de nível agregado indivíduo e item lexical. Somente a variável sexo/ gênero foi excluída do modelo. As tabelas a seguir apresentam os resultados para as variáveis independentes após o ajuste do melhor modelo, apresentadas na ordem da significância no TRMV.

Tabela 1: Variáveis independentes incluídas no modelo final (estatisticamente significativas)⁴

	Total	%palatalização	Peso Relativo	Sig. Wald	Sig. TRMV
Cidade					6,3e-08
São Miguel dos Milagres	546	32,8	0,68	0,002	
União dos Palmares	569	25,3	0,62	0,046	
Maceió	791	25,9	0,54	0,441	
Santana do Ipanema	385	22,6	0,53	0,702	
Arapiraca	603	19,2	0,52	0,807	
Palmeira dos Índios	440	16,6	0,51	0,827	
Delmiro Gouveia	712	5,6	0,16	<0,001	
Idade * Escolaridade					1,8e-06
Escolaridade				<0,001	
Idade				0,084	
Escolaridade*Idade				0,033	
Posição no item lexical					8,3e-06
interno	3513	23,4	0,68	<0,001	
fronteira	533	4,3	0,32	<0,001	
Vogal seguinte					3,7e-05
i	413	19,6	0,63	0,026	
u	2517	26,1	0,56	0,239	
e	178	5,6	0,56	0,481	
o	68	14,7	0,46	0,654	
a	870	9,8	0,29	<0,001	
Tipo de consoante					0,0009
t	3528	23,3	0,63	0,001	
d	518	4,2	0,37	0,001	
Tonicidade					0,039
átono	3511	22,8	0,56	0,043	
tônico	535	8,4	0,44	0,043	
Total	4046	20,9			

Fonte: Elaboração própria.

Como vemos na tabela 2, a variável “sexo/gênero” não apresentou significância estatística e, portanto, a palatalização não é significativamente diferente entre os sexos/ gêneros masculino e feminino. Esse resultado contradiz outras pesquisas realizadas sobre a palatalização progressiva das oclusivas alveolares, que têm revelado uma maior

4 As variáveis idade e escolaridade são contínuas. Por isso, não há totais, percentuais e pesos relativos. Os resultados da interação entre essas variáveis serão apresentados graficamente.

utilização das formas palatalizadas pelos membros masculinos (HENRIQUE; HORA, 2012; SOUZA NETO, 2014; OLIVEIRA, 2017; OLIVEIRA; OLIVEIRA; PAULA, 2018). Também não identificamos interação entre as variáveis sociais e as cidades. Isso indica que não há diferença significativa nos efeitos das variáveis sociais e suas interações entre as diversas cidades alagoanas pesquisadas neste estudo.

Tabela 2: Variável independente excluída do modelo final (sem significância estatística)

	Total	%palatalização	Peso Relativo	Sig.wald	Sig.TRMV
Sexo/gênero					0,745
Feminino	2126	22,8	*	*	
Masculino	1920	18,8	*	*	
Total	4046	20,9			

Fonte: Elaboração própria.

A variável com maior significância foi a variável “indivíduo” (tabela 3). Isso indica que um percentual alto da variabilidade (27,7%) pode ser explicado pela variação entre os indivíduos, independente da cidade, do sexo/gênero, da idade e da escolaridade, todas controladas no modelo. Podemos afirmar que aspectos não controlados neste estudo, relacionados aos indivíduos, interferem na variabilidade. Entretanto, mesmo não tendo ciência de tais aspectos, o controle do indivíduo como um nível agregado permite que o resultado das variáveis sociais investigadas seja mais confiável e reflita melhor a realidade observada.

Tabela 3: Variáveis agregadas de efeito aleatório incluídas no modelo final

	n	Variância	CCI	Sig.TRMV
Indivíduo	168	1,2588	27,7%	2,2e-16
Item lexical	259	0,1618	6,2%	6,0e-05

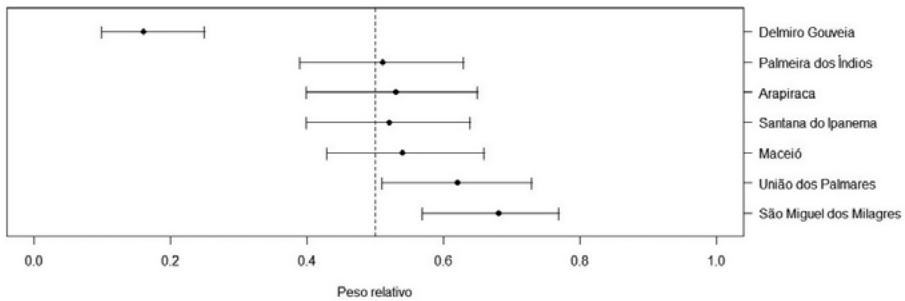
Fonte: Elaboração própria.

O resultado para a variável “item lexical” (tabela 3) nos permite afirmar que uma parte reduzida da variabilidade no nível linguístico

(6,2%) pode ser atribuída à variação entre os itens lexicais e que, portanto, nossas variáveis linguísticas investigadas (a tonicidade, a posição no item lexical, a vogal seguinte e o tipo de consoante) explicam bem o processo do ponto de vista de seus condicionadores linguísticos. Vejamos a seguir a análise dessas variáveis linguísticas, da interação entre idade e escolaridade e da variável cidade.

Ao analisarmos os resultados da variável cidade na tabela 1, é possível observar, com base na significância do teste de Wald, três grupos de cidades que apresentam diferentes comportamentos na realização da palatalização. São Miguel dos Milagres e União dos Palmares favorecem o processo (PR=0,68 e 0,62, respectivamente); Maceió, Santana do Ipanema, Arapiraca e Palmeira dos Índios não apresentam efeito estatisticamente diferente do efeito médio (PR=0,54, 0,53, 0,52 e 0,51, respectivamente); Delmiro Gouveia desfavorece a palatalização (PR=0,16). Vejamos o gráfico a seguir:

Gráfico 1: Efeito da variável cidade na palatalização das oclusivas alveolares em Alagoas⁵



Significância da variável: (6,3e-08)

Fonte: Elaboração própria.

5 Neste gráfico, e nos demais que seguirão o mesmo modelo, os pontos para cada fator representam o peso relativo e os traços nas extremidades da reta indicam o intervalo de confiança, dentro do qual está 95% das estimativas prováveis (o que nos leva a 5% de erro e a um nível de significância de 0,05). Quando a linha cruza o PR de 0,50, significa que não podemos dizer que o efeito do fator se difere do efeito médio (ou ponto neutro) com uma significância de 0,05.

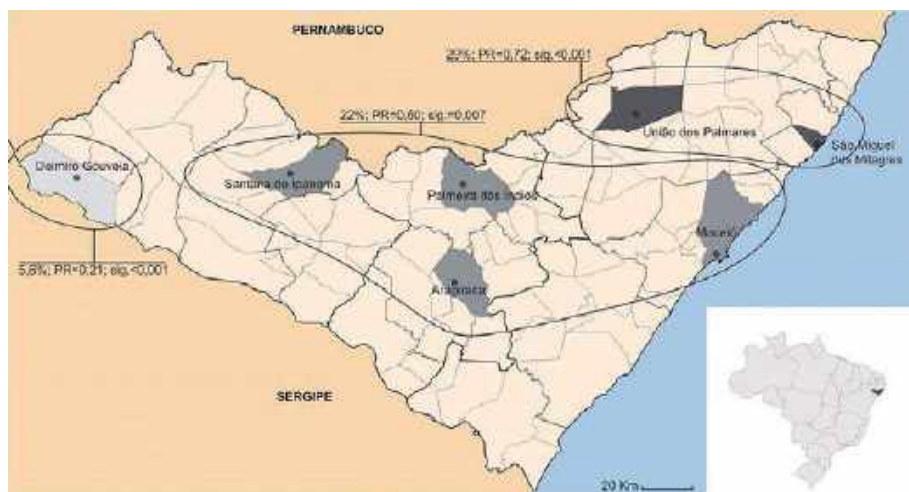
A partir desse resultado, podemos inferir três regiões da palatalização em Alagoas: o oeste, o nordeste e uma região que agrega o centro e o meio leste, a qual denominaremos centro-leste. Para testarmos o efeito dessas regiões, criamos uma nova variável região com três categorias: oeste (Delmiro Gouveia), centro-leste (Maceió, Santana do Ipanema, Arapiraca e Palmeira dos Índios) e nordeste (São Miguel dos Milagres e União dos Palmares). Em seguida, utilizando o TRMV, testamos a diferença entre as variáveis cidade e região nos modelos ajustados. O resultado foi uma significância de 0,949, o que significa que os modelos são praticamente idênticos e que, portanto, o modelo que melhor explica a variabilidade é o modelo mais simples, aquele que contém a variável região. A tabela a seguir apresenta os resultados dessa variável:

Tabela 4: Efeito da variável região na palatalização das oclusivas alveolares em Alagoas

	Total	%palatalização	Peso Relativo	Sig. Wald	Sig. TRMV
Região em Alagoas					3,4e-10
Nordeste	1.115	29,0	0,72	<0,001	
Centro-leste	2.219	21,7	0,60	0,007	
Oeste	712	5,6	0,21	<0,001	
TOTAL	4.046	20,9			

Fonte: Elaboração própria.

Considerando os resultados da análise, concluímos que há um efeito diatópico na palatalização em Alagoas, aumentando do oeste para o leste e amplificando-se na região nordeste do estado, como podemos observar no mapa a seguir:

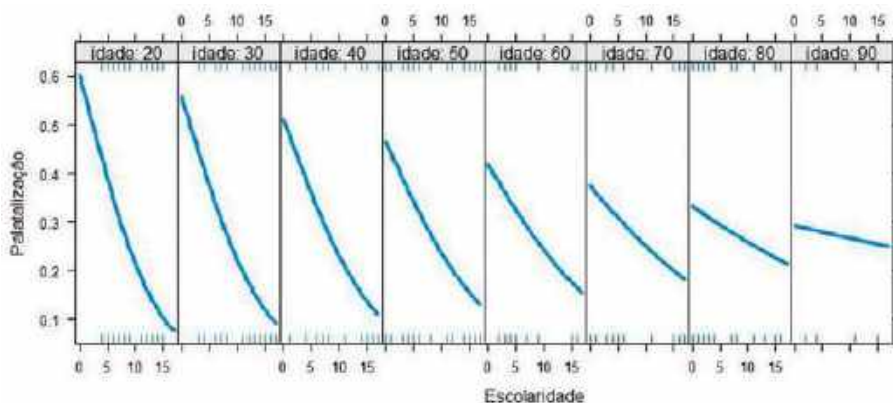
Mapa 1: Distribuição da palatalização das oclusivas alveolares em Alagoas

Fonte: Elaboração própria.

Nossos resultados comprovam a hipótese inicial de que a palatalização é geograficamente condicionada e tem uma direção no estado de Alagoas (do oeste para o leste).

Vejamos a seguir o efeito da idade e da escolaridade na palatalização das oclusivas alveolares. As linhas no gráfico acima representam o efeito da escolaridade em diversas faixas etárias. Observamos que, em todas as idades, há um efeito inversamente proporcional da escolaridade, o que indica que quanto maior o nível de escolaridade, menor o uso da palatalização das oclusivas. Vemos também que, com o aumento da idade, diminui-se a inclinação da reta da escolaridade, o que indica que a escolaridade tem seu efeito diminuído com o aumento da idade.

Gráfico 2: Efeito da interação entre idade e escolaridade na palatalização das oclusivas alveolares em Alagoas



Significância da variável: (1,8e-06)

Fonte: Elaboração própria.

É razoável supor que o comportamento linguístico dos falantes indica que a palatalização vem adquirindo, ao longo dos anos, um valor social negativo e que a escola é o principal ambiente social de difusão de tal valor. Esse resultado relaciona-se com o obtido em Oliveira, Oliveira e Paula (2018) em Maceió, em que ficou expresso que o efeito da escolaridade sobre o falante era diferente a depender de sua idade, visto que os mais escolarizados foram os maiores favorecedores do processo, quando jovens, e os maiores inibidores, quando idosos. Agora, vimos que tal efeito se estende a outros falares alagoanos.

Pesquisas sociolinguísticas que têm investigado a correlação entre a escolaridade e processos linguísticos variáveis geralmente se deparam com uma dupla informação social, a influência do nível de escolarização na escolha linguística do colaborador e indícios de sua classe social, uma vez que a tendência é que o nível social do colaborador acompanhe seu desenvolvimento escolar.

As escolas desenham de forma desigual os recursos sociais e culturais dos membros da sociedade. Como

as escolas usam as estruturas linguísticas, padrões de autoridade e currículos da cultura dominante (isto é, das classes média e alta), há um alinhamento natural entre as famílias de classe média e a cultura da escola. (CREGAN, 2008, p. 12, tradução nossa).⁶

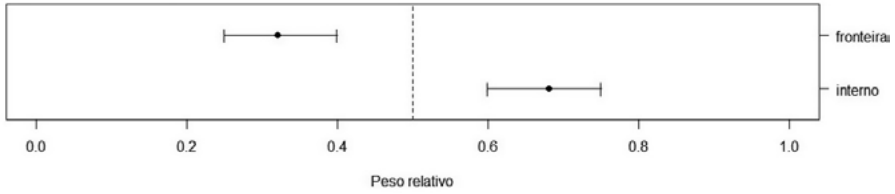
Ao investigarmos a relação entre a escolaridade e a realização de variantes linguísticas podemos verificar a influência da valoração social nos usos linguísticos dos falantes, visto que o ambiente educacional contribui com o fomento das formas cultas da língua, na medida em que estigmatiza outras formas concorrentes, atribuindo-lhes valores negativos.

Apesar de identificarmos um efeito da idade na palatalização, tal efeito não parece estar relacionado a uma mudança linguística em progresso, pelo menos por enquanto. O que temos é uma forte influência da escola na diminuição da variante palatal entre falantes mais jovens. Podemos afirmar que a palatalização progressiva das oclusivas alveolares precedidas de /j/ sofre pressões sociais negativas e se encontra em crescente resistência nos ambientes educacionais, afetando principalmente os mais jovens.

Vejamos a seguir a análise das variáveis independentes linguísticas investigadas neste estudo. A variável posição no item lexical diz respeito à posição do processo em relação aos itens lexicais; se é interno ao item e, portanto, /j/ pertence ao mesmo item (como vaidoso e aceita); ou se está na fronteira, sendo /j/ o segmento final do item lexical anterior (como peguei duas e foi tomar). Os resultados expressos na tabela 1 demonstram que o contexto fronteira é altamente desfavorecedor da palatalização progressiva (4,3% e PR=0,32); ao contrário do contexto interno (23,4% e PR=0,68).

6 Original: “Because schools use the linguistic structures, authority patterns, and curricula of the dominant culture (i.e. that of the middle and upper classes), there is a natural alignment between middle-class families and the culture of the school” (CREGAN, 2008, p. 12).

Gráfico 3: Efeito da variável posição no item lexical na palatalização das oclusivas alveolares em Alagoas



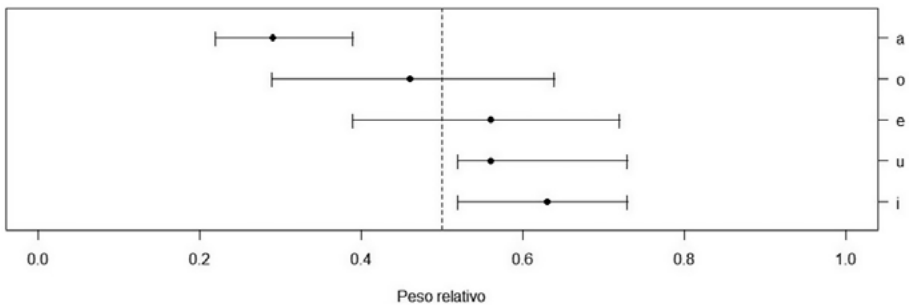
Significância da variável: (8,3e-06)

Fonte: Elaboração própria.

A variável posição no item lexical revelou que, embora seja possível a palatalização em limite de palavras lexicais, essa probabilidade diminui quando as consoantes oclusivas estão em fronteira para além da palavra fonológica. Podemos dizer, então, que o processo é altamente favorecido no domínio da palavra fonológica, porém não é bloqueado em domínios acima deste.

A variável vogal seguinte diz respeito à vogal posterior às consoantes t/d: a (muita), e (dele), i (jeitinho), o (aceitou), u (tudo). Os resultados expressos na tabela 1 e no gráfico 4 demonstram que a palatalização é favorecida pela vogal seguinte i (PR=0.63) e desfavorecida pela vogal seguinte a (PR=0.29). As demais vogais não apresentam diferença estatística em relação ao efeito médio.

Gráfico 4: Efeito da variável vogal seguinte na palatalização das oclusivas alveolares em Alagoas



Significância da variável: (3,7e-05)

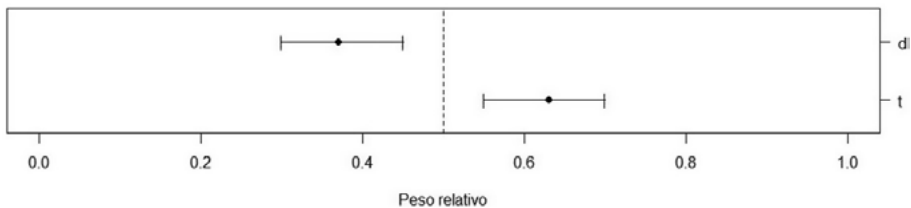
Fonte: Elaboração própria.

Uma vez que o traço [+coronal] é o gatilho universal do processo de palatalização (NEUSCHRANK; MATZENAUER, 2012), é razoável pensar que a sua dupla presença, tanto no contexto precedente, com a semivogal /j/, quanto no seguinte, com a vogal /i/, acarreta um duplo gatilho para o processo, mostrando que neste contexto há probabilidades significativamente maiores de ocorrer a palatalização.

A variável tipo de consoante diz respeito à consoante alvo do processo, /t/ ou /d/ (muito, doido). Os resultados apresentados na tabela 1 e no gráfico 5 demonstram que a probabilidade de ocorrência da palatalização é bem maior quando a consoante é /t/ (23,3% e PR=0,63) do que quando é /d/ (4,2% e PR=0,37).

O resultado observado está de acordo outros trabalhos que demonstram o favorecimento de /t/ no processo (MOTA; ROLEMBERG, 1997; SANTOS, 1996; HENRIQUE; HORA, 2012; SOUZA NETO, 2014; OLIVEIRA, 2017). É possível que o favorecimento da consoante /t/ esteja associado à ausência de vibração das pregas vocais, o que faz com que tal consoante seja articulada com menor energia. Tal razão é apontada em Hora (1990), Abaurre e Pagotto (2002) e Battisti e Guzzo (2009).

Gráfico 5: Efeito da variável tipo de consoante na palatalização das oclusivas alveolares em Alagoas



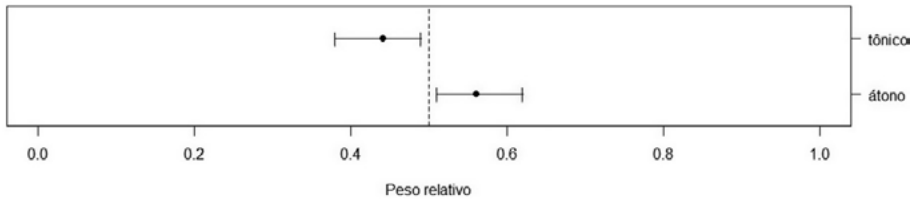
Significância da variável: (0,0009)

Fonte: Elaboração própria.

A variável *tonicidade* refere-se à presença ou ausência de acento na sílaba que contém a consoante alvo t/d, como em muito e oitocentos (átomos) e prefeitura (tônico). Os resultados apresentados na tabela 1 e

no gráfico 6 demonstram que a palatalização tem maior probabilidade de ocorrer em sílabas átonas (22,8% e PR=0,56) do que em sílabas tônicas (8,4% e PR=0,44).

Gráfico 6: Variável tonicidade e a palatalização das oclusivas alveolares em Alagoas



Significância da variável: (0,039)

Fonte: Elaboração própria.

Esse resultado confirma a hipótese de que a sílaba átona favorece o processo. Acreditamos, em consonância com Bisol (1991), que o critério de saliência atesta que as formas inovadoras em sílabas menos proeminentes tendem a ter mais sucesso que as inovações em sílabas fortes.

A regra incipiente mostra preferência por realizações sensíveis que passam despercebidas, isto é, para posições menos complexas na estrutura da sílaba ou para menor força prosódica, ou para segmentos fonológicos menos complexos e representações subjacentes menos abstratas. Diminuindo o efeito externo, isso impede a crítica de comportamento linguístico incomum, mais prejudicial para a expansão de uma regra e sua consequente generalização. (BISOL, 1991, p. 117).

Assim, é possível explicar como o processo de palatalização progressiva das oclusivas alveolares apresenta uma tendência de realização distinta dependendo da tonicidade da sílaba em que aparecem as consoantes-alvo e porque a sílaba tônica diminui a probabilidade de ocorrência do processo de palatalização.

Conclusão

Duas conclusões merecem destaque neste trabalho: (1) Há diferenças regionais importantes na palatalização progressiva em Alagoas, dado o aumento da incidência do processo indo do oeste para o leste e ampliando-se no nordeste do estado; (2) O processo ocorre menos na medida em que se aumenta a escolaridade e, mais interessante, a interferência da escolarização cresce na medida em que se diminui a idade do falante, o que revela um processo de mudança na valorização social da palatalização.

Há ainda outros avanços no estudo. O controle das variáveis agregadas indivíduo e item lexical por meio do uso de modelos de regressão multinível permitiu maior confiabilidade na identificação dos efeitos associados às variáveis independentes linguísticas e sociais, isolando eventuais idiossincrasias relacionadas a elementos de tais variáveis agregadas.

Apesar de o processo ser significativamente mais produtivo em Alagoas (em relação a outras regiões do nordeste brasileiro), é provável que, devido às pressões sociais, não identifiquemos um aumento da sua realização ao longo do tempo.

Em relação às variáveis linguísticas, concluímos que o processo tem probabilidade mais alta de ocorrer no interior da palavra, apesar de também ocorrer na fronteira de itens lexicais. A vogal seguinte favorecedora é a vogal /i/, o que revela o aumento da probabilidade da palatalização diante da dupla presença do traço [+coronal] nos ambientes adjacentes. A ausência do vozeamento na consoante alvo e a atonicidade da sílaba também contribuem significativamente para a incidência da palatalização.

Referências

- ABAURRE, M. B. M.; PAGOTTO, E. G. A palatalização das oclusivas dentais no português do Brasil. *In*: NEVES, M. H. de M. (org.). **Gramática do português falado VII: novos estudos descritivos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002. p. 557-602.
- BATTISTI, E.; GUZZO, N. B. Palatalização das oclusivas alveolares: o caso de Chapecó. *In*: BISOL, L.; COLLISCHONN, G. (org.). **Português no sul do Brasil: variação fonológica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p.114-140.
- BISOL, L. Palatalization and its variable restriction. **International Journal of Sociology of Language**, Mouton, n. 89, p. 107-124, 1991.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Vozes, 2011.
- CREGAN, A. Sociolinguistic Perspectives on the Context of Schooling in Ireland: parent perceptions. **Working Paper Series 08/04**, Combat Poverty Agency, v. II, ago. 2008.
- HENRIQUE, P.; HORA, D. Um olhar sobre a palatalização das oclusivas dentais no vernáculo pessoense. *In*: JORNADA NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO NORDESTE, 24., 2012, Natal, RN. **Anais [...]**. Natal: EDUFRN, 2012. p. 150-161.
- HORA, D. **A palatalização das oclusivas dentais: variação e representação não-linear**. 1990. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, PUC-RS, Porto Alegre, 1990.
- LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2008. Original de 1972.
- MOTA, J.; ROLEMBERG, V. Variantes africadas palatais em Salvador. *In*: HORA, D. (org.). **Diversidade Linguística no Brasil**. João Pessoa: Ideia, 1997. p. 131-140.
- NEUSCHRANK, A.; MATZENAUER, C. L. B. A palatalização na diacronia do PB: o surgimento dos segmentos palatais à luz de teoria fonológica. **Linguística**, Montevideu, v. 27, p.18-46, jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2079-312X2012000200003. Acesso em: 22 jun. 2021.

OLIVEIRA, A. A. **Processos de Palatalização das oclusivas alveolares em Maceió**. 2017. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

OLIVEIRA, A. J. **Projeto PORTAL**: variação linguística no português alagoano. Disponível em: <http://www.portuguesalagoano.com.br>. Acesso em: 22 jun. 2017.

OLIVEIRA, A. A.; OLIVEIRA, A. J.; PAULA, A. S. Palatalização das oclusivas alveolares [t] e [d] com a semivogal [j] em contexto anterior na cidade de Maceió. **Revista Leitura**, Maceió, v. 1, n. 60, p. 102-122, jan./jun. 2018.

SANTOS, L. F. Realização das oclusivas /t/ e /d/ na fala de Maceió. 1996. **Dissertação** (Mestrado em Letras e Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1996.

SOUZA NETO, A. F. **Realizações dos fonemas /t/ e /d/ em Aracaju–Sergipe**. Aracaju: Ed. da UFS, 2014.

Palatalização das oclusivas alveolares em contexto anterior de fricativa e semivogal na cidade de Arapiraca – Alagoas

Aline Bezerra Falcão
Universidade de São Paulo (USP)

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo comparar o processo de palatalização das oclusivas alveolares /t/ e /d/ em contexto anterior semivogal, em produções linguísticas do tipo ‘oito’ e ‘doido’, com a palatalização em contexto de fricativa, em palavras como ‘gosto’ e ‘desde’ na cidade de Arapiraca, Alagoas.

A palatalização das oclusivas alveolares é um fenômeno de ordem fonético-fonológica, sendo comum nas línguas latinas e, conseqüentemente, em Língua Portuguesa, alcançando expressivos índices de realização no Nordeste do Brasil (MOTA; ROLEMBERG, 1997; SOUZA NETO, 2014; HENRIQUE; HORA, 2012; OLIVEIRA, 2017). Para a execução deste trabalho foi tomado como aporte teórico a Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008), cuja premissa é que a variação linguística é afetada por fatores culturais e sociais.

Esta pesquisa utiliza o banco de dados do Projeto Português Alagoano (PORTAL), e tem como intuito responder algumas questões como: a variação entre as oclusivas alveolares e a africada palatal é condicionada pelas variáveis, escolaridade, sexo, idade? Há interferência desse fenômeno de acordo com vozeamento das consoantes? Existe relação da palatalização das oclusivas alveolares /t/ e /d/ ao contexto seguinte da consoante? A fronteira lexical interfere no processo de palatalização?

Este capítulo está dividido em 4 seções, a primeira destina-se a uma contextualização da sociolinguística, a segunda seção apresenta postulações acerca do fenômeno da palatalização, na terceira explica-se a metodologia utilizada no trabalho e, por fim, a 4ª seção, destinada às análises e resultados.

Sociolinguística Variacionista

Os estudos quantitativos da variação linguística passaram a ser objeto de investigação de forma clara e objetiva com Weinreich, Labov e Herzog (2006) e Labov (2008) que desenvolveram um conjunto de pesquisas sobre as mudanças linguísticas e constataram que na língua há uma cadeia de variações instáveis e heterogêneas que encontram a estabilidade e a homogeneidade somente na comunidade de fala.

A definição de comunidade de fala não é única, podendo haver diferentes leituras para o termo, (Cf. GUY, 2000; PAGOTTO, 2004), portanto, acata-se para este trabalho a definição de Severo (2008, p. 2) que afirma:

A comunidade de fala se constitui a partir de três critérios: (i) os falantes devem compartilhar traços linguísticos que sejam diferentes de outros grupos; (ii) devem ter uma frequência de comunicação alta entre si; e (iii) devem ter as mesmas normas e atitudes em relação ao uso da linguagem.

As pesquisas com comunidades de fala que seguem a orientação variacionista, consideraram os indivíduos de modo estratificado, através de categorias sociais (sexo, idade, profissão, escolaridade, etc.) relacionadas à noção de classes sociais.

O prestígio social é conferido às comunidades de fala por um valor positivo ou negativo. É comum que as variantes oriundas de um grupo social alto sejam atribuídas valores positivos, enquanto as que se opõem recebam um valor negativo. Nesse sentido, “crer que há um modo prestigioso de falar a própria língua implica, quando alguém pensa não possuir esse modo de falar, tentar adquiri-lo” (CALVET, 2002, p. 77). É dessa forma que se constitui o preconceito social que se manifesta a partir dos usos linguísticos:

Se os usos variam geograficamente, socialmente e historicamente, a norma espontânea varia da mesma maneira: não se tem as mesmas atitudes linguísticas na burguesia e na classe operaria, e Londres ou na Escócia, hoje e cem anos atrás. Aqui, o que interessa à sociolinguística é o comportamento social que essa norma pode provocar. [...] De fato, ela pode desenvolver dois tipos de consequências sobre os comportamentos linguísticos. Em um caso, se valorizará sua prática linguística ou se tentará, ao invés, modificá-la para conformá-la a um modelo prestigioso; no outro, as pessoas serão julgadas segundo seu modo de falar. (CALVET, 2002, p. 69).

Nessa perspectiva, a sociolinguística visa correlacionar as variações em seus diferentes níveis linguísticos aos aspectos sociais dos falantes. Fatos linguísticos (fonologia, morfologia, sintaxe e semântica) são contrapostos a fatos sociais (classe, sexo, identidade e idade) para mostrar que a valoração que acompanha os fatos sociais se manifesta nos fatos linguísticos.

Tomemos como exemplo, a alta centralização dos ditongos [ay] e [aw] na fala dos moradores nativos da ilha de Martha's Vineyard (LABOV, 2008), que conservavam nessa forma linguística, os valores e a identidade nativa, em resistência aos veranistas que apresentavam baixas centralizações desses ditongos em suas falas. Ou quanto ao uso do [r] pós-vocálico, dos empregados de lojas nova-iorquinas; nas lojas de alto padrão (voltadas para o público de classe média e alta) os empregados faziam mais uso do [r] – que era a forma padrão de prestígio – que os empregados das lojas voltadas para um público de classe baixa. Segundo Labov (2008), os empregados das lojas de alto padrão chegavam a abrir mão de reivindicar aumento salarial em nome desse prestígio que a loja podia proporcioná-los.

Podemos dizer, então, que a linguagem determina a forma de ver o mundo e se relacionar com ele. Os valores sociais e estilísticos é que vão determinar o possível prestígio que a língua tem na sociedade. Por outro lado, a língua com seus múltiplos valores é que vai determinar as comunidades de fala. Podemos inferir, desta forma, que o determinismo atua bilateralmente em Labov: dos fatores sociais e estilísticos à linguagem; e da linguagem à comunidade de fala.

O valor linguístico, seja positivo ou negativo, é o que atribui identidade à comunidade de fala e a seu falante, intervindo nas produções discursivas do estilo de contexto. Assim, essa variação linguística carrega um valor social que identifica o indivíduo, bem como a sua comunidade de fala e se manifesta na materialidade linguística em forma sintática, morfológica, lexical ou fonológica. Esta última é a que nos interessa neste trabalho, uma vez que a palatalização das oclusivas alveolares é um fenômeno fonético-fonológico, que assim como as variações utilizadas em qualquer comunidade de fala, carrega um valor social.

Processos de palatalização

Em Língua Portuguesa, a palatalização consiste em um processo autônomo e caracterizador, pois tem garantido uma série de particularidades linguísticas adquiridas historicamente – se comparadas com outras línguas, inclusive línguas neolatinas –, uma vez que há um conjunto de fonemas que não havia no latim, tendo, em sua maioria, surgido na época do galego e mantendo-se como marca característica do português.

Pelo processo de palatalização, o português integra consoantes palatais que não pertenciam à fonologia do latim clássico, mas que surgiram, ao que muitos estudos indicam, pela mesma motivação, ou seja, pela presença de um segmento vocálico ou fricativo de natureza palatal em suas proximidades (NEUSCHRANK; MATZENAUER, 2012), de modo que a palatalização mantém, como particularidade de realização, a presença de um gatilho fonético com minudências palatais.

Para explicar a natureza deste fenômeno, fazemos uso do modelo fonológico linear proposto por Chomsky e Halle, em 1968, com a publicação de *The Sound Pattern of English* (doravante SPE). Aqui, a sonoridade da língua é tratada atenciosamente como o lugar da realização do processo significativos que se dão na Estrutura Profunda, de modo que a realização fonológica é o ponto máximo da estrutura linguística e revela, enquanto estrutura superficial, os mecanismos abstratos condicionantes da língua.

O objetivo do estudo descritivo de uma língua é a construção de uma gramática. Podemos pensar a língua como um conjunto de sentenças, cada um com uma forma fonética ideal e uma interpretação semântica intrínseca associada. A gramática da língua é o sistema de regras que especifica essa correspondência

som-significado¹. (CHOMSY; HALLE, 1991 [1968], p. 03).

Nessa perspectiva, o fato de alguns falantes de Arapiraca utilizarem ou não a variante palatalizada das oclusivas alveolares /t/ e /d/ em palavras como “muito” ou “doido” não caracteriza uma distinção fonológica, mas uma variação fonética, percebida apenas no nível superficial, uma vez que suas unidades semânticas não são afetadas.

Tabela 1: Traços distintivos da palavra ‘oito’

Traços	Fonemas			
	o	ɪ	t	ʊ
consonantal	-	-	+	-
vocálico	+	+	-	+
altura	-	+	-	-
arredondado	+	-	-	+
recuado	-	-	-	+
anterior	-	-	+	-
coronal	-	-	+	-
vozeado	+	+	-	+

Fonte: Oliveira (2017).

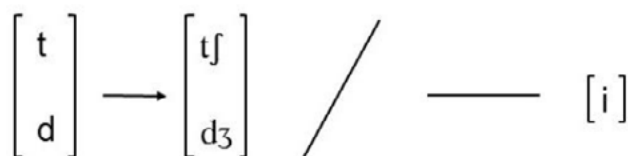
Para o modelo linear de Chomsky e Halle (1991 [1968]), os traços fonéticos, em sua maioria de fundamento acústico ou articulatorio, são as unidades mínimas da descrição fonológica. É pensando dessa forma que os Chomsky e Halle (1991 [1968]) propõem uma matriz binária de traços fonológicos que visa caracterizar todas as línguas humanas possíveis. Ao fazerem isto, fica claro como as distinções fonológicas atuam em um campo limitado, sendo esses limites necessários para o bom funcionamento da língua, ou seja, diante da imensidão de diferenças fonéticas, apenas algumas se tornam distintivas fonoló-

¹ Todas as traduções neste texto são de nossa inteira responsabilidade.

gicas, caracterizando uma língua. No quadro 1, com base em Chomsky e Halle (1991 [1968]), há a apresentação binária dos traços distintivos que compõem a palavra oito, na tabela 1.

A principal vantagem deste modelo de análise é a sua capacidade de demonstrar o funcionamento dos diversos sistemas linguísticos, bem como permitir generalizações significativas. Ao se considerar a subdivisão de segmentos em traços distintivos dispostos em uma matriz é possível notar a distância entre determinados segmentos, como também descrever certos fenômenos a partir de aplicação de regras a classes de segmentos que se relacionam foneticamente. Pode-se ver, por exemplo, como Matzenauer (2014, p. 26) descreveu as regras de transformação da palatalização das oclusivas alveolares produzidas no Rio Grande do Sul:

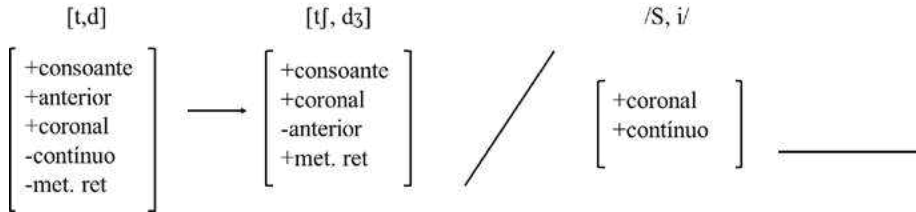
Figura 1: Regra do processo de palatalização das oclusivas alveolares



Fonte: Bisol (2005, pag. 26).

A aplicação dessa regra determina que as oclusivas alveolares [t] e [d] sejam transformadas em africadas [tʃ] e [dʒ] através do processo de palatalização sempre que forem sucedidos pela vogal anterior alta [i]. De igual modo, a palatalização progressiva das oclusivas alveolares se dá através do espriamento dos traços coronal e contínuo às consoantes, comuns à semivogal [ɨ] e às fricativas alveolares /S/. No português de Arapiraca, estes traços podem se comportar como gatilho do processo, gerando tal regra fonológica:

Figura 2: Regra de palatalização das oclusivas alveolares a partir de traços fonético/ fonológicos



Fonte: Autora (2022).

Essa regra prevê que as consoantes oclusivas alveolares [t] e [d] podem se tornar africadas [tʃ] e [dʒ] quando vierem em contextos fonológicos posteriores aos traços distintivos [+coronal] e [+contínuo], características naturais da semivogal [ɨ] e da fricativa alveolar /S/.

Deste modo, a partir de Chomsky e Halle (1991 [1968]) e Matzenauer (2014) em que a palatalização progressiva das oclusivas alveolares se comporta como um processo fonológico diferente dependendo do segmento presente em contexto anterior às oclusivas, como nas formas ‘muito’ e ‘gosto’, este trabalho lança a hipótese fonológica de que o processo de palatalização progressiva das oclusivas alveolares é disparado a partir da presença dos traços [+coronal] e [+contínuo] em contexto anterior à oclusiva.

Aspectos metodológicos

A investigação do processo de palatalização progressiva das oclusivas alveolares [t] e [d] se utiliza dos dados do Projeto Portal (Português Alagoano). Os dados do Projeto Portal na cidade de Arapiraca constituem-se de 24 entrevistas de fala espontânea. Cada entrevista tem cerca 10 minutos de gravação e responde abertamente a perguntas de cunho

descritivo, narrativo e argumentativo, totalizando 240 minutos da fala espontânea.

A partir desses dados, são investigadas as variáveis sociais: escolaridade, idade e sexo. Em um segundo momento da investigação – já com os dados coletados – utilizamos o software de computador Goldvarb X – versão atualizada do Varbrul – para analisarmos as realizações fonológicas, e podermos, desta forma, analisar os dados foneticamente, bem como quantificar as ocorrências das variantes em uso.

A pesquisa é teórico-metodológica e está embasada na Sociolinguística Variacionista de Labov (2008) e Campoy e Almeida (2005), partindo do método hipotético-dedutivo é buscado sistematizar as ocorrências da palatalização progressiva das oclusivas alveolares [t] e [d] na cidade de Arapiraca, Alagoas, seja em contexto anterior de semivogal ou de fricativa alveolar.

Descrição e análise dos resultados

Considerando que a palatalização progressiva das oclusivas alveolares se dá diante de processos fonético-fonológicos distintos, quando há semivogal [ɨ] em contexto anterior – como em palavras do tipo ‘muito’ e ‘doido’ – ou quando há fricativa alveolar /S/ neste mesmo contexto – em formas linguísticas do tipo ‘gosto’ e ‘desde’ – foram realizadas duas rodadas estatísticas no Goldvarb X, uma com dados de fricativa e outra com dados de semivogal.

Tabela 2 – Exemplos das variáveis linguísticas investigadas

Variáveis	Fatores	Exemplos
Contexto anterior	[i]	muito, doido
	/S/	gosto, desde
Contexto seguinte ²	a	gaita , cuidado , pasta , eles dão
	e	oitenta , cuide , sistema , os dez
	i	noite , justiça , mais dia
	o	ajeitou , vaidoso , história , mais doze
	u	muito , doido , estudo , as duas
Vozeamento	d	doido
	d	muito
Fronteira Lexical	sim	sai daqui , foi tudo bom , mas também , os dias
	não	cuidar , biscoito , pasta , vaidoso

Fonte: Autora (2022).

Os dados foram analisados quanto às variáveis sociais sexo (masculino e feminino), idade (jovem, com idade entre 18 e 35 anos; adulto, 45 a 55 anos e idoso, com idade acima de 60 anos) e escolaridade (nível fundamental e nível superior) e as variáveis linguísticas contexto anterior (a vogal que antecede o gatilho do processo semivogal ou fricativa); contexto seguinte (qualquer uma das vogais que venha após à consoante oclusiva alveolar /t/ ou /d/); vozeamento (a consoante oclusiva alveolar sonora ou surda) e fronteira lexical (trata da presença das consoantes oclusivas em posição interna da palavra ou em posição de fronteira).

Palatalização progressiva das oclusivas alveolares diante de semivogal

O banco de dados de Palatalização progressiva das oclusivas alveolares diante de semivogal conta com 461 ocorrências, sendo destas, 183 com a variante linguística palatalizada. Neste contexto, foram

² Em alguns fatores da variável Contexto seguinte houve realização apenas em contexto de fronteira lexical ou não se realizaram.

tidas como variáveis significativas, de acordo com resultados obtidos pelo Goldvarb X, as variáveis sociais sexo, idade e escolaridade e a variável externa fronteira lexical.

A palatalização progressiva das oclusivas alveolares em contexto de semivogal demonstrou comportamento distinto dependendo do sexo do informante, pois, conforme é observável na tabela 1, os homens apresentaram comportamento linguístico favorecedor do processo de palatalização.

Tabela 3: Palatalização das oclusivas alveolares e a variável sexo em um modelo com semivogal em contexto anterior

Sexo	Realizações	Percentual	Peso relativo	Significância
Masculino	103/221	46,6 %	0.620	0.000
Feminino	80/240	33,3 %	0.389	0.000
Total	183/461	39,7 %		

Fonte: Autora (2022).

Ao apresentarem peso relativo de 0.620, os informantes do sexo masculino visivelmente demonstram favorecimento do processo de palatalização, ao passo que as mulheres o inibem, ao surgirem com peso relativo de 0.389. Dados que são confirmados por um p-valor em zero, o que assevera a confiabilidade obtida no peso relativo.

Esses dados numéricos aparentemente indicam que as variantes palatalizadas das oclusivas alveolares em contexto de semivogal, como em palavras do tipo “mui[tj]o” e “doi[d₃]o” parece possuir alguma marca social negativa ao serem evitadas pelas mulheres e terem uma maior produção com os colaboradores do sexo masculino, corroborando o pensamento de Labov (2008) sobre como as escolhas linguísticas dos falantes podem ser afetadas pelo sexo.

Os estudos sociolinguísticos que têm contemplado a variável sexo têm encontrado diferentes comportamentos linguísticos ao comparar as falas dos homens com as falas das mulheres. Essas diferenças

geralmente apontam para uma procura feminina em relação às formas de maior prestígio social.

A variável sexo, junto com outras variáveis sociais são fundamentais para aferir o nível de aceitação social de uma determinada forma linguística, como a variável idade, que geralmente dá indícios de possível expansão ou declínio de uma variante linguística. Portanto, passamos a analisar os dados de acordo com a idade dos falantes, conforme tabela 4:

Tabela 4: Palatalização das oclusivas alveolares e a variável idade em um modelo com semivogal em contexto anterior

Idade	Realizações	Percentual	Peso relativo	Significância
Jovem	53/190	27,9 %	0.365	0.000
Adulto	82/168	48,8 %	0.559	0.000
Idoso	48/103	46,6 %	0.653	0.000
Total	183/461	39,7 %		

Fonte: Autora (2022).

Segundo os resultados de peso relativo obtidos em análise estatística, há uma evidente valorização das variantes palatalizadas conforme aumenta a idade do falante, sendo inibida pelos falantes jovens, com peso relativo de 0.365, um leve favorecimento com o público adulto, 0.559, e um favorecimento mais expressivo, peso relativo de 0.653, para os falantes idosos, o que é confirmado com um p-valor em zero.

Esses números corroboram os resultados obtidos por Oliveira (2017), em Maceió-AL e Mota e Rolemberg (1997), em Salvador – BA, de modo que a aparente linearidade apresentada nos dados sugere que este tipo de palatalização sofre pressões sociais negativas e pode ter sua continuidade ameaçada, uma vez é evitada pelos falantes mais jovens.

De igual modo, a aferição do condicionamento escolar acerca de uma variante linguística permite identificar quais as formas

que mais se aproximam da norma culta da língua. Afinal, segundo Cregan (2008, p. 12), “como as escolas usam as estruturas linguísticas, padrões de autoridade e currículos da cultura dominante (isto é, das classes média e alta), há um alinhamento natural entre as famílias de classe média e a cultura da escola”.

Tabela 5: Palatalização das oclusivas alveolares e a variável escolaridade em um modelo com semivogal em contexto anterior

Escolaridade	Realizações	Percentual	Peso relativo	Significância
Fundamental	114/227	50,2%	0.626	0.000
Superior	69/234	29,5 %	0.377	0.000
Total	183/461	39,7 %		

Fonte: Autora (2022).

Na tabela 5, observa-se como a escolaridade interfere no processo de palatalização em contexto de [ɹ], indicando que os menos escolarizados são os maiores favorecedores do processo, ao passo que os informantes que chegaram à universidade são mais resistentes a essa forma linguística. Tal comportamento sugere que essa forma linguística sofre de alguma rejeição social, uma vez que a escola tem um papel fundamental no processo de variação linguística: “ser responsável por uma parcela relevante da tarefa socializadora que o uso de uma língua nacional, de prestígio, requer. A escola, sozinha, não faz a mudança, mas mudança alguma se faz sem o concurso da escola” (VOTRE, 2003, p. 56).

Assim como a investigação dos fatores externos dá pistas da valoração social das formas linguísticas, as variáveis internas apontam como a estrutura da língua afeta e condiciona o processo. Por isso, passa-se, aqui, a analisar os dados obtidos em contexto de fronteira lexical em formas linguísticas do tipo “*foi tudo flores*” e “*cai da mesa*” em oposição às formas de não fronteira “*muito*” e “*doido*”.

Tabela 6: Palatalização das oclusivas alveolares e a variável fronteira lexical em um modelo com semivogal em contexto anterior

Fronteira lexical	Realizações	Percentual	Peso relativo	Significância
Sim	12/77	15,3 %	0.148	0.000
Não	171/384	44,5 %	0.587	0.000
Total	183/461	39,7 %		

Fonte: Autora (2022).

Conforme observa-se na tabela 6, embora seja possível a ocorrência de formas palatalizadas em fronteira lexical, diante de uma palavra fonológica, tal contexto linguístico não favorece o processo de palatalização, mas o inibe expressivamente ao apresentar peso relativo de apenas 0.148.

Palatalização progressiva das oclusivas alveolares diante da fricativa alveolar

A análise dos dados de palatalização progressiva das oclusivas alveolares diante da fricativa alveolar conta com um banco de dados de 687 ocorrências, sendo destas, 175 com a variante linguística palatalizada. As variáveis estatisticamente significativas mantidas pelo programa de análise foram as variáveis sociais sexo e idade e as variáveis linguísticas contexto seguinte e fronteira lexical. Inversamente ao comportamento apresentado em contexto de semivogal, a palatalização progressiva das oclusivas alveolares em contexto de fricativa, demonstrou uma maior produtividade diante dos informantes do sexo feminino, conforme tabela 7:

Tabela 7: Palatalização das oclusivas alveolares e a variável sexo em um modelo com a fricativa alveolar em contexto anterior

Sexo	Realizações	Percentual	Peso relativo	Significância
Masculino	64/329	19,5 %	0.387	0.001
Feminino	111/358	31,5 %	0.604	0.001
Total	175/687	25,5 %		

Fonte: Autora (2022).

Os dados da tabela 7 indicam que a mulheres têm preferência pela forma palatalizada e produzem em maior número palavras do tipo ‘gos[ʃt]o’ e ‘des[dʒ]e’ ao apresentarem peso relativo de 0.604, ao passo que os homens inibem tal processo com peso de 0.387.

Os estudos sociolinguísticos que têm contemplado a variável sexo têm encontrado diferentes comportamentos linguísticos ao comparar as falas dos homens com as falas das mulheres. Essas diferenças geralmente apontam para uma procura feminina em relação às formas de maior prestígio social, ao passo que os homens aparentam um maior uso das formas inovadoras, De acordo com Labov (1991, p. 205), “[...] os homens usam uma frequência maior de formas não-padrão que mulheres em situações estáveis, e que as mulheres são geralmente inovadoras de mudanças linguísticas.”

Notar que a palatalização das oclusivas alveolares em contexto de /S/ tem uma maior recorrência de uso no público feminino indica que sua aceitação social é mais clara dentre os falantes e que tal variante linguística se encontra em possível expansão. Isso vem a ser corroborado com os dados obtidos com a variável idade.

Tabela 8: Palatalização das oclusivas alveolares e a variável idade em um modelo com a fricativa alveolar em contexto anterior

Idade	Realizações	Percentual	Peso relativo	Significância
Jovem	52/218	23,9 %	0.561	0.001
Adulto	96/236	40,7 %	0.741	0.001
Idoso	27/233	11,7 %	0.215	0.001
Total	175/687	25,5 %		

Fonte: Autora (2022).

Segundo nota-se na tabela 8, o público que mais favorece o processo de palatalização das oclusivas alveolares em contexto de fricativa é o adulto, ao apresentar peso relativo de 0.741, seguido pelo público mais jovem que também favorece a realização das variantes palataliza-

das com peso de 0.561, o que contrasta expressivamente com os dados de falantes idosos, que claramente inibem esse processo de palatalização com peso relativo de apenas 0.215. Possivelmente, esse processo de palatalização vem ganhando aceitação social e tende a se expandir.

O distinto comportamento das pessoas de maior e de menor idade revela pistas de possíveis mudanças linguísticas em curso, já que, como a expectativa é de que as pessoas jovens envelheçam e os mais velhos morram, a tendência é que as formas linguísticas utilizadas pelos jovens os acompanhem pela vida adulta, levando a uma sobreposição geracional. (OLIVEIRA, 2017, p. 47).

Para dar continuidade à análise, passa-se a investigar as variáveis linguísticas estatisticamente selecionadas pelo Goldvarb X, iniciando pelo contexto seguinte, que trata das vogais seguintes às oclusivas alveolares, em formas do tipo *basta*, *gostei*, *justiça*, *estouro* e *estudo*, conforme se vê na tabela 9:

Tabela 9: Palatalização das oclusivas alveolares e a variável contexto seguinte em um modelo com a fricativa alveolar em contexto anterior

Contexto seguinte	Realizações	Percentual	Peso relativo	Significância
A	50/292	17,1 %	0.380	0.001
E	20/106	31,2 %	0.616	0.001
I	47/125	37,6 %	0.659	0.001
O	27/100	27 %	0.527	0.001
U	31/106	29,2 %	0.538	0.001
Total	175/687	25,5 %		

Fonte: Autora (2022).

Em conformidade com os dados apresentados na tabela 9, vê-se que todas as possíveis vogais em contexto seguinte às consoantes oclusivas alveolares /t/ e /d/ favorecem o processo de palatalização

das oclusivas alveolares, com exceção da vogal baixa /a/, o que sugere que tal condicionamento linguístico esteja relacionado à altura da vogal, no sentido que quanto mais baixa a vogal, menor a possibilidade de ocorrência da variante palatalizada.

Quanto à análise da fronteira lexical no processo de palatalização das oclusivas alveolares em contexto de semivogal fica evidente que o contexto de não fronteira, como em palavras do tipo “gosto” e “desde”, favorece o processo de palatalização, ao passo que o contexto de fronteira, em formas linguísticas do tipo “mas também” e “os dias”, o desfavorece, como ilustra a tabela 10:

Tabela 10: Palatalização das oclusivas alveolares e a variável fronteira lexical em um modelo com a fricativa alveolar em contexto anterior

Fronteira lexical	Realizações	Percentual	Peso relativo	Significância
Sim	50/194	25,8 %	0.338	0.001
Não	125/493	25,4 %	0.566	0.001
Total	175/687	25,5 %		

Fonte: Autora (2022).

Como está disposto na tabela 10, a probabilidade estatística de ocorrer a palatalização das oclusivas alveolares em contexto de fricativa quando não se tem fronteira lexical é de 0.566, favorecendo o processo de palatalização. Por outro lado, em ambiente de fronteira lexical, o valor probabilístico de ocorrência de variantes palatalizadas é 0.338, inibindo o processo.

É possível que o contexto de fronteira lexical desfavoreça o processo de palatalização das oclusivas alveolares, porque necessita de outro processo fonológico anterior, que é a elisão da unidade de tempo entre diferentes palavras lexicais, para então, formas como: ‘mas também’ e ‘os dois’ possam ser produzidas como apenas uma unidade fonológica. Assim, mantendo o mesmo resultado de outras pesquisas já realizadas

(OLIVEIRA, 2017; SOUZA NETO, 2014; HENRIQUE; HORA, 2012), o fator fronteira lexical inibe a palatalização.

Conclusão

Uma vez investigada a palatalização progressiva em contexto anterior de [j] e de /S/ na cidade Arapiraca, Alagoas, ficou latente que se trata de diferentes processos, havendo condicionamento social e linguístico distinto para cada uma das formas de palatalização. Assim, são apresentados os resultados comparativos para cada uma das análises realizadas, seja com [j] ou com /S/ em posição de gatilho.

Considerando a correlação resultante da análise estatística dos dados entre o processo de palatalização das oclusivas alveolares com [j] com as variáveis linguísticas e sociais, é possível salientar que:

- O público masculino é mais favorecedor do processo de palatalização;
- Há uma aparente linearidade no comportamento linguístico do falante em relação à sua idade, no sentido que quanto mais jovem, menores as chances de realização de uma variante palatalizada e quanto mais velho, maior essa probabilidade;
- A escolaridade interfere nas escolhas linguísticas do falante, uma vez que os mais escolarizados evitam as formas palatalizadas;
- Há pouco condicionamento estrutural na realização palatalizada das oclusivas alveolares, havendo significância somente na variável fronteira lexical, que demonstrou inibição do processo em caso de fronteira.

Por outro lado, ao considerar os resultados das análises estatísticas no contexto com /S/ em posição de gatilho, as ilações podem ser as seguintes:

- As mulheres favorecem o processo;
- O público mais velho inibe a realização de variantes palatalizadas;
- Em contexto seguinte, a vogal baixa /a/ desfavorece o processo de palatalização;
- A ocorrência de fronteiras lexicais também desfavorece a palatalização das oclusivas alveolares.

Observando contrastivamente os resultados, é nítido que dependendo do contexto do gatilho, se /S/ ou [ɹ], há uma distinta correlação das variáveis internas e externas quanto ao processo de palatalização progressiva das oclusivas alveolares em Arapiraca. O contexto seguinte, por exemplo, mostrou significativa correlação estatística com o processo de palatalização apenas em contexto de /S/, o que revela que o traço -altura da vogal seguinte também está afetando o processo de palatalização. A escolaridade apresentou significância somente em contexto de [ɹ], indicando que quanto maior a escolarização do informante, menor a sua produção palatalizada.

Os dados da pesquisa também sugerem que a interferência dos fatores sociais se dá com diferente intensidade, dependente do contexto, revelando, por exemplo, que o efeito do sexo sobre a palatalização apresenta condicionamento inverso, inibindo quando em contexto de [ɹ] e favorecendo em contexto de /S/.

A idade, por sua vez, interfere no processo de palatalização em contexto de [ɹ], no sentido que quanto mais jovem, menor sua produtividade e quanto maior a idade, maior a possibilidade de realização palatalizada, comportamento distinto do processo de palatalização em contexto de /S/ que demonstrou claro desfavorecimento do processo com o público mais velho. Assim, é possível afirmar, com base nos dados analisados, que o processo de palatalização progressiva das oclusivas alveolares em contexto de [ɹ], em Arapiraca, recebe uma valoração social mais negativa, que em contexto de /S/.

Referências

- CALVET, L.-J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. [Trad. Marcos Marcionilo]. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CAMPOY, J. M. H.; ALMEIDA, M. **Metodología de la investigación sociolingüística**. Granada: Editorial Comares, 2005.
- CHOMSKY, N.; HALLE, M. **The pattern sounds of English**. Nova York: Haper and Row, 1991.
- CREGAN, A. Sociolinguistic Perspectives on the Context of Schooling in Ireland: parent perceptions. Combat Poverty Agency. **Working Paper Series**, 08/04, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.combatpoverty.ie/publications>>. Acesso em: 28 nov. 2016.
- GUY, G. A Identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialetoal nos padrões de variação linguística. **Organon**, Revista do Instituto de Letras da UFRGS, Porto Alegre, v. 28 e 29, p. 17-32, 2000.
- HENRIQUE, P.; HORA, D. Um olhar sobre a palatalização das oclusivas dentais no vernáculo pessoense. In: JORNADA NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO NORDESTE, 24., 2012, Natal-RN. **Anais [...]**. Natal: EDUFRN, 2012. p. 150-161.
- LABOV, W. **Padrões Sociolingüísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.
- MATZENAUER, C. L. B. Introdução à teoria fonológica. In: BISOL, L. (org.). **Introdução a Estudos de Fonologia do Português Brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.
- MOTA, J.; ROLEMBERG, V. Variantes africadas palatais em Salvador. In: HORA, D. (org.). **Diversidade Linguística no Brasil**. João Pessoa: Ideia, 1997. p. 131-140.
- NEUSCHRANK, A.; MATZENAUER, C. L. B. A palatalização na diacronia do PB: o surgimento dos segmentos palatais à luz de teoria fonológica. **Linguística**, Montevideu, v. 27, p. 18-46, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sciarttext&pid=S2079-312X201200020_0003> Acesso em: 14 jan. 2014.
- OLIVEIRA, A. A. **Processos de Palatalização das oclusivas alveolares em Maceió**. 2017. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Programa de Pós-

Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Maceió, 2017.

PAGOTTO, E. G. **Varição e (‘) identidade**. Maceió: EDUFAL, 2004.

SEVERO, C. A comunidade de fala na sociolinguística laboviana: algumas reflexões. **Voz das Letras**, Revista da Universidade do Contestado, n. 9, p. 1-17, 2008.

SOUZA NETO, A. F. **Realizações dos fonemas /t/ e /d/ em Aracaju – Sergipe**. Aracaju: Editora UFS, 2014.

VOTRE, S. J. Relevância da variável escolaridade. *In*: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à Sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003. p. 51-58.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006.

O tratamento *você*, *ocê* e *cê* sujeito entre estudantes universitários alagoanos

Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória
Universidade Federal de Alagoas

Introdução

A implementação de *você* e *a gente* sujeito no quadro pronominal do português do Brasil ocasiona uma série de reestruturação gramatical em diferentes níveis linguísticos. Essa inserção provoca uma reorganização nos pronomes complementos, no sistema dos possessivos, na formação do imperativo, no paradigma flexional, no preenchimento do sujeito (MENON, 1995; LOPES, 2007). No entanto, em diversas gramáticas normativas e na maior parte dos manuais didáticos, ainda vigora o sistema tradicional de pronomes pessoais.

Constituído apenas pelas formas *eu*, *tu*, *ele(a)*, *nós*, *vós* e *eles(as)*, o quadro tradicional dos pronomes pessoais apresentado nesses materiais não considera *você* e *a gente*, formas consagradas pelo uso linguístico, logo não há a abordagem da reorganização linguística provocada pela inserção dessas formas no sistema. Ao analisar o quadro dos pronomes pessoais presentes em livros didáticos utilizados no ensino fundamental e médio, Lopes (2012) mostra que não há divergências significativas no tratamento dos pronomes pessoais.

A autora pontua que (i) *você* e *vocês* não constam no rol de pronomes pessoais, (ii) *você* é considerado pronome de tratamento enquanto *tu* é considerado pronome pessoal, (iii) a mistura tratamental é vista como popular ou coloquial e (iv) *a gente* nunca aparece entre os pronomes pessoais (LOPES, 2012, p. 120). Essa abordagem cria a crença de que as variações e mudanças linguísticas geradas em diferentes níveis gramaticais pela integração dessas formas devem ser evitadas ou deveriam ser usadas apenas na linguagem coloquial.

Apesar de implementadas no sistema linguístico, as variantes *você* e *a gente* não ocorrem da mesma forma nas variedades do português. Além de fatores linguísticos, fatores sociais, geográficos, históricos e pragmáticos interferem nesse processo, logo é necessário um mapeamento do quadro atual dos pronomes e das repercussões geradas pelo uso de *você* e *a gente* em diferentes variedades. Tentando contribuir com a descrição de uso dessas variantes, focalizamos o uso de *você* (*você*, *ocê* e *cê*) entre estudantes universitários alagoanos.

Nosso objetivo é analisar a variação *você*, *ocê* e *cê* sujeito entre estudantes universitários alagoanos, com o intuito de verificar a frequência de uso dessas variantes, bem como testar a interferência das variáveis tipo de relação, tipo de interação e localidade. Nossa hipótese básica é que *você* é a variante preferida na comunidade estudada, sendo considerada a forma tratamental coringa nos diferentes tipos de relações sociais, e *ocê* e *cê* são variantes favorecidas em situações que apresentam mais solidariedade entre os participantes.

A fim de cumprir o propósito enunciado, estruturamos o artigo da seguinte forma: além desta seção introdutória; traçamos, na próxima seção, o que os estudos sociolinguísticos têm descrito sobre o uso de *tu* e *você* sujeito na variedade alagoana; em seguida, apresentamos o aporte teórico que embasa esta pesquisa, bem como descrevemos a metodologia desenvolvida para coleta e análise dos dados; na seção

seguinte, analisamos e discutimos os resultados obtidos; e, na última seção, encerramos as discussões levantadas acerca do tema.

A representação pronominal de 2ª pessoa do singular na variedade alagoana

Advinda da expressão nominal *Vossa Mercê*, *ocê* mantém a especificação original de 3ª pessoa, apesar da alteração em termos semântico-discursivos, passando a fazer referência à 2ª pessoa [- eu], mantém o traço formal de número e perde a especificação semântica de gênero [+ fem] (LOPES, 2007). Integrada ao sistema linguístico, *ocê* varia com *tu* na representação da 2ª pessoa do singular, gerando, nos termos de Scherre, Andrade e Catão (2020), cinco possibilidades: *ocê*, *ocê*, *cê*, *tu* com concordância e *tu* sem concordância.

Na fala alagoana, descrições sociolinguísticas sobre a variação *tu* e *ocê* na posição de sujeito (CARDOSO, 2008; SILVA; VITÓRIO, 2017; VITÓRIO, 2018, 2019, 2020; SILVA, 2019; SILVA, 2020; DIVINO, 2020; VITÓRIO; SILVA, 2021) têm mostrado que *ocê* é a variante coringa para representar a 2ª pessoa do singular, com as variantes *cê* e *tu* sem concordância apresentando poucas realizações, principalmente *tu* sem concordância em entrevistas sociolinguísticas. Há também o registro das variantes *tu* com concordância e *ocê*.

Cardoso (2008), ao analisar as realizações dos pronomes pessoais no português brasileiro nos questionários do Projeto Atlas Linguísticos do Brasil (Projeto ALiB), computa 64 realizações de *tu* e *ocê* na cidade Maceió. A distribuição dos dados mostra um predomínio no uso de *ocê*, com 94% (n = 60) contra apenas 6% (n = 4) de *tu*. Em relação à análise das distribuições diagenérica, diageracional e diastrática, a autora mostra que *ocê* é mais frequente entre homens, falantes da faixa etária 1 e falantes do ensino fundamental.

Silva e Vitória (2017), ao analisarem a realização de *tu*, *ocê* e *cê* na posição de sujeito no alto sertão alagoano, tomando por base uma amostra constituída por 96 entrevistas sociolinguísticas, apre-

sentam percentuais de 94% (n = 473) de *você* contra apenas 6% (n = 33) de *cê*, com *você* sendo a variante preferida na comunidade. As poucas realizações de *cê* foram favorecidas entre os falantes do ensino médio e em contextos de paralelismo formal. O pronome *tu* apresentou apenas três ocorrências na amostra, conforme (1), (2) e (3), que, segundo as autoras, pode estar relacionado ao tipo de coleta que não favoreceu o seu uso.

(1) Depois *tu vai* editá é? L9

(2) Armaria *tu é* doido é? L19

(3) Eu lembro que naquela ladeira ali embaixo que *tu conhece* né?
L96

(SILVA; VITÓRIO, 2017, p. 130).

Vitório (2018), ao analisar a variação *tu* e *você* em Maceió, argumenta que o pronome *tu* não é a primeira opção da comunidade para representar a 2ª pessoa do singular, ocorrendo em situações que apresentam [+ intimidade] entre os interlocutores, com *você* sendo o coringa no tratamento ao interlocutor. Ao analisar uma amostra constituída por 72 entrevistas sociolinguísticas e estratificada segundo sexo, faixa etária e escolaridade, a autora computa 404 realizações – 98% (n = 398) de *você* contra apenas 2% (n = 6) de *tu*.

Ainda com o objetivo de explorar a variação *tu* e *você* em Maceió, a autora analisa um questionário composto por nove situações hipotéticas (três assimétricas descendentes, três assimétricas ascendentes e três simétricas), que foi aplicado a 46 estudantes universitários maceioenses. Os dados apontam 65% (n = 285) de *você*, 16% (n = 70) de *tu*, 14% (n = 62) de outras formas (*senhor*, *senhora* e *pronome zero*) e 5% (n = 21) de *cê*, com *você* sendo selecionado nas diferentes relações sociais e o *tu* sendo preferido nas relações simétricas.

Silva (2019), ao analisar *tu* e *você* na comunidade de Coité do Nóia, município do agreste alagoano, a partir de uma amostra composta

por 36 diálogos e estratificada segundo sexo e faixa etária, apresenta percentuais de 89% (n = 463) de *você* e 11% (n = 57) de *tu*. A autora mostra que o pronome *tu*, que ocorre sem concordância, é associado a relações de familiaridade, sendo favorecido nos seguintes contextos: *tu* antecedido por *tu* na mesma sequência discursiva, nos diálogos entre homem/homem e entre falantes mais jovens.

A autora também analisa a variação entre *você* e *cê*, registrando 80% de *você* (n = 372) contra 20% (n = 91) da variante *cê*. Os dados mostram que o uso de *cê* é favorecido nas relações em que há mais intimidade entre os falantes, como a relação marido/mulher e amigo/amigo, na relação entre falantes do mesmo sexo, como homem/homem e mulher/mulher, e nas relações mais simétricas. A variante *cê* se apresenta como uma forma linguística associada a relações que há mais intimidade e solidariedade entre os falantes.

Vitório (2019), ao mensurar as percepções sociolinguísticas de estudantes universitários do agreste alagoano sobre o uso do pronome *tu*, pontua que *você* é a variante mais selecionada, mas *tu* faz parte da comunidade dos estudantes, não havendo uma avaliação negativa quanto ao seu uso. Há uma associação entre o uso de *tu* e a origem geográfica do falante e entre o uso de *tu* e as relações sociais, revelando que há uma percepção de que estamos diante de um traço linguístico interacional, associado a situações mais informais.

Em relação à concordância verbal com o pronome *tu*, Vitório (2021), ao mensurar a percepção de estudantes universitários do agreste alagoano, pontua que *tu* sem concordância, variante alagoana, é a preferida da comunidade, mostrando que a forma *tu* com concordância não apresenta uma correlação positiva nem com a comunidade, nem com a região dos estudantes. A autora argumenta que *tu* sem concordância não é avaliado negativamente, sendo mais associado a um uso prático, normal, familiar, cultural, íntimo e informal.

Vitório e Silva (2021) analisam uma amostra composta por nove situações hipotéticas ambientadas na cidade de Delmiro Gouveia, conforme metodologia adotada em Vitório (2018). O questionário foi aplicado a 44 estudantes universitários pertencentes ao sertão alagoano e aponta 53% (n = 231) de *você*, 22% (n = 96) de *tu*, 16% (n = 69) de outras formas (*senhor*, *senhora* e *pronome zero*) e 9% (n = 38) de *cê*, com a variante *tu* sendo associada a situações que apresentam [+ intimidade], [+ familiaridade] e [- formalidade].

As autoras, ao retornarem a amostra analisada por Silva e Vitório (2017), também ressaltam que, na fala dos documentadores do sertão alagoano, há o registro de *tu* sem concordância, como (4), (5) e (6), o que pode ser um indício de que *tu* é usado na comunidade, mas a entrevista sociolinguística não conseguiu captar o seu uso. Paredes Silva (2003) argumenta que esse tipo de coleta de dados não é um contexto ideal para captar o uso da 2ª pessoa do singular, havendo a necessidade de constituir amostras de conversas naturais.

(4) e *tu só vende sorvete ô faz mais alguma coisa?*

(5) e::-me fale um pouco agora assim de uma viagem ô do – algum passeio que *tu já fez* que acho interessante o lugar

(6) é – e:: *tu já passo* por alguma situação que pôs tua vida em risco?

(VITÓRIO; SILVA, 2021, p. 152-153).

Silva (2020), ao analisar os pronomes de 2ª pessoa do singular em falares alagoanos, registra o uso de *você*, *ocê*, *cê* e *tu*. A autora analisa as realizações de sujeito e não sujeito conjuntamente, o que nos impossibilita ver o comportamento dessas variantes nas diferentes funções sintáticas. No entanto, na análise dos dados, é possível observar exemplos não só do uso do pronome *tu* com concordância, como (7), como também do uso de *ocê*, como (8), realizações ainda não registradas nas análises de fala anteriormente descritas.

(7) *Tu moras em Maceió mesmo é?* (SILVA, 2020, p. 37)

(8) [...] e o que é que *ocê* achou da eleição, foi boa? (SILVA, 2020, p. 44)

Em relação ao uso de *ocê*, Scherre, Andrade e Catão (2021) argumentam que

A quinta e última forma pronominal, *ocê*, é rara nos registros das falas da região Nordeste. Vamos encontrar relato de um caso na fala de Fortaleza [...], quatro casos na fala de Alto Parnaíba e três em Tuntum, áreas rurais do Maranhão [...] e registros em áreas rurais do semi-árido baiano [...] (SCHERRE; ANDRADE; CATÃO, 2021, p. 12).

Divino (2020), ao analisar a variação *tu* e *você* a partir dos inquéritos sociolinguísticos do Projeto ALiB, mostra que, em Maceió, houve 94% (n = 196) de *você* e 6% (n = 12) *tu* sem concordância. Em Arapiraca, agreste alagoano, a autora registra apenas o uso da variante *você* – 100% (n = 38). O uso categórico de *você* também é registrado em União de Palmares – 100% (n = 83), localizado cerca de 73km a norte de Maceió. Em Santana do Ipanema, sertão alagoano, a autora registra 89% (n = 44) de *você* e 11% (n = 5) de *tu* sem concordância.

As pesquisas realizadas mostram que, nas comunidades alagoanas, apesar das limitações das amostras, *você*, *cê* e *tu* sem concordância são as variantes selecionadas para representar a 2ª pessoa do singular. Silva (2020) também registra o uso de *tu* com concordância e *ocê*. Os dados mostram que são necessárias mais coletas de dados de amostras de conversas livres e naturais em diferentes comunidades alagoanas para que tenhamos mais segurança em relação ao uso do *tu*, bem como do macro *VOCÊ*, principalmente, quanto ao uso de *ocê* e *cê*.

Aporte teórico-metodológico

Para o desenvolvimento desta pesquisa, recorreremos à Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006; LABOV, 2008) que trata da variação e da mudança linguística, contemplando os usos variáveis de fenômenos linguísticos em seu contexto social. Tal proposta mostra que a língua é dotada de uma heterogeneidade ordenada que pode ser descrita e analisada tomando por base os seguintes problemas empíricos: restrição, transição, encaixamento, avaliação e implementação das formas variantes.

O foco de nossa atenção recai, especificamente, sobre o problema empírico da restrição ou problema dos fatores condicionantes, que procura responder a seguinte questão: qual o conjunto de condições possíveis que podem ocorrer em uma determinada estrutura linguística? Para dar conta dessa questão, o pesquisador precisa controlar grupos de fatores condicionantes internos e externos ao sistema, com o intuito de verificar os contextos favorecedores e inibidores do fenômeno linguístico variável focalizado.

Também consideramos a proposta de Brown e Gilman (1960), tendo em vista que o uso das formas de tratamento está intimamente relacionado às relações estabelecidas entre os participantes da interação. Os autores não só postulam um sistema bidimensional de Poder (P) e Solidariedade (S) existente nas relações sociais, como também argumentam que a seleção do tratamento em uma dada situação comunicativa depende ou das posições relativas dos falantes em relação ao poder ou da solidariedade (intimidade) que existe entre esses falantes.

O eixo do Poder representa relações verticais que são governadas pelo conceito de hierarquia, podendo ser estabelecida em distintos níveis, como patrão-empregado, professor-aluno, médico-paciente, pai-filho; o eixo da Solidariedade, por sua vez, caracteriza-se por apresentar uma relação horizontal ou recíproca entre as pessoas. Nesse tipo

de relação, em geral, há um uso mútuo do *tu* que representa uma relação de intimidade entre os participantes da situação comunicativa. Os autores ainda argumentam que as sociedades contemporâneas estariam mais abertas e igualitárias, substituindo o eixo do Poder pela da Solidariedade.

Para analisar a variação *você*, *ocê* e *cê* na posição de sujeito entre estudantes universitários alagoanos, elaboramos um questionário composto por nove situações hipotéticas vivenciadas por um estudante universitário, que interage com os seguintes personagens: mendigo, médico, caixa de supermercado, irmã, professor, amigo, pai, mãe e namorada. Essas interações resultam em três tipos de relações sociais: relações assimétricas descendentes, relações assimétricas ascendentes e relações simétricas.

O questionário foi aplicado a 135 estudantes da UFAL – 46 de Maceió, 45 do Agreste e 44 do Sertão. Participaram da pesquisa estudantes de diferentes cursos de graduação, que, após a assinatura do TCLE, responderam ao questionário. A coleta foi realizada no Campus A. C. Simões, Campus Arapiraca e Campus do Sertão. Tendo em vista as discussões linguísticas, não participaram da pesquisa estudantes do curso de Letras. Para mais detalhes sobre organização e aplicação do questionário, ver Vitório (2018) e Vitório e Silva (2021).

Para a descrição dos dados, controlamos as variáveis independentes relação (ascendente, descendente e simétrica), interação (pedinte-esmoler, médico-paciente, caixa-cliente, irmão-irmã, professor-aluno, amigo-amigo, pai-filho, filho-mãe e namorada-namorado) e localidade (Maceió, Agreste e Sertão). Também realizamos análises univariadas na plataforma R (R CORE TEAM, 2020), mais especificamente na *interface* RStudio, por meio dos pacotes estatísticos *ggplot2* (WICKHAM, 2016) e *ggstatsplot* (PATIL; POWELL, 2018) e análise mul-

tivariada, através do modelo de regressão logística, conforme Oushiro (2017).¹

Resultados obtidos

Após análise dos dados, obtivemos 878 realizações de *você*, *ocê* e *cê* sujeito, que representam 732 realizações de *você*, 2 realizações de *ocê* e 144 realizações *cê*. As duas realizações de *ocê*, como (9) e (10), estão associadas à relação simétrica na interação entre amigo-amigo e namorada-namorado e ocorreram na amostra da região do agreste, o que nos leva a argumentar a necessidade de mais coletas, principalmente de falas naturais, para que tenhamos uma descrição ainda mais próxima da realidade linguística alagoana.

(9) *ocê* vai pra festa? – Inf40a

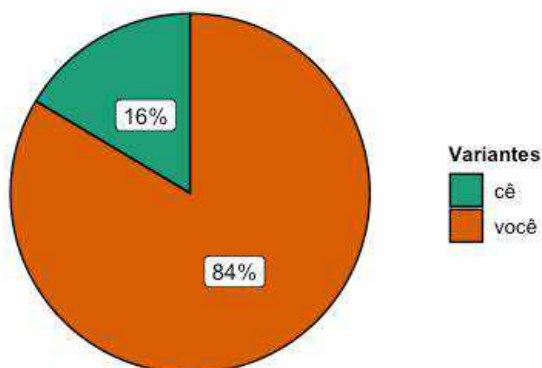
(10) *ocê* estudou? – Inf40a

Ao retirarmos as realizações de *ocê* da análise estatística dos dados, computamos 876 realizações de *você* e *cê*, que representam 84% (732/876) de *você* e 16% (144/876) de *cê*. Essa diferença é estatisticamente significativa – $\chi^2(1, n = 876) = 394.68$ $p < 0.001$, com associação média forte ($V2 = 0.67$), conforme gráfico 1. Os dados mostram que *você* é a variante preferida, corroborando as pesquisas que pontuam que *você* tem se comportado como o pronome coringa para representar a 2ª pessoa do singular na variedade alagoana.

1 Seguimos o protocolo apresentado por Freitag (2020), disponível em: <https://rkofreitag.github.io/Categorica.html>. Acesso em: 30 jul. 2021.

Gráfico 1: Distribuição de *você* e *cê* na posição de sujeito

$$\chi^2_{\text{gr}}(1) = 394.68, p = 7.91\text{e-}88, \hat{V}_{\text{Cramer}} = 0.67, \text{CI}_{95\%} [0.60, 0.74], n_{\text{obs}} = 876$$

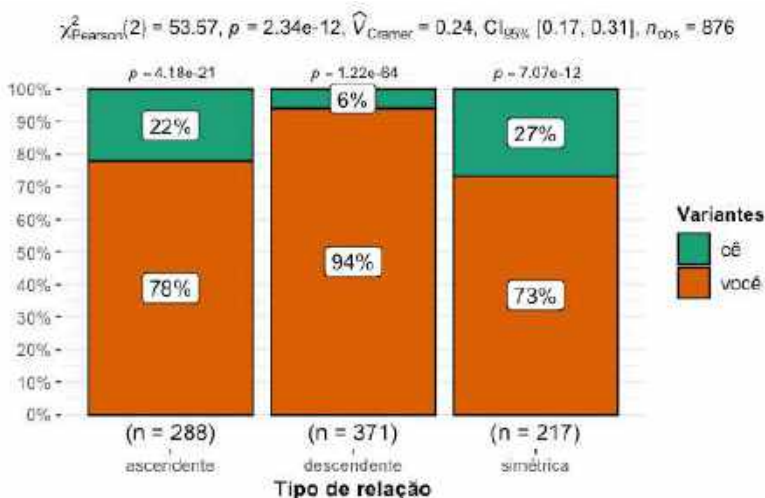


Fonte: elaborado pela autora.

Apesar da preferência pelo uso de *você*, também observamos um percentual expressivo da variante *cê*, dessa forma, analisamos os fatores que mais se associam com a distribuição dessa variante na amostra. Para tanto, consideramos que a seleção de *cê*, em uma dada situação comunicativa, está intimamente relacionada às relações e interações estabelecidas entre os participantes da interação, que podem ser permeadas por relações de poder ou relações de solidariedade (intimidade), conforme a proposta de Brown e Gilman (1960).

Para a análise da variável tipo de relação, consideramos os fatores relação assimétrica ascendente, relação assimétrica descendente e relação simétrica, e partimos do pressuposto de que a variante *cê* é mais favorecida na relação simétrica. De acordo com o gráfico 2, o efeito do tipo de relação é estatisticamente significativo, mas com associação fraca ($V2 = 0.24$), com a variante *cê* sendo mais frequente na relação simétrica – 27% ($n = 58$) contra 6% ($n = 22$) na relação assimétrica descendente e 22% ($n = 64$) na relação assimétrica ascendente.

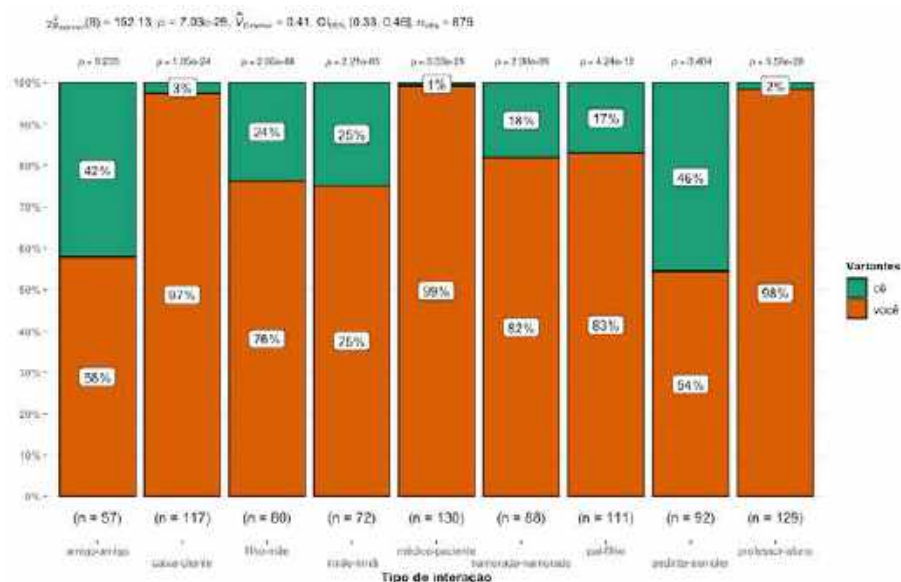
Gráfico 2: Distribuição de *você* e *cê* na variável tipo de relação



Fonte: elaborado pela autora.

Apesar de ser mais associada a relações sociais mais solidárias, que apresentam mais intimidade entre os falantes, também observamos um uso expressivo de *cê* na relação assimétrica ascendente, o que nos leva a duas questões: que tipos de interação social mais condicionam o uso de *cê* e que tipo de interação assimétrica ascendente favorece a realização de *cê* na amostra analisada. De acordo com o gráfico 3, observamos que o efeito da variável tipo de interação é estaticamente significativo, com associação moderada ($V2 = 0.41$).

Gráfico 3: Distribuição de *você* e *cê* na variável tipo de interação



Fonte: elaborado pela autora.

No que diz respeito aos tipos de interação social que mais condicionam a realização da variante *cê*, observamos um favorecimento maior nas interações entre amigo-amigo (42%, n = 24), filho-mãe (24%, n = 19), irmão-irmã (25%, n = 18), namorada-namorado (18%, n = 16), pai-filho (17%, n = 19) e pedinte-esmolar (46%, n = 42), com as interações entre pedinte-esmolar e amigo-amigo sendo mais favorecedoras. Esses resultados mostram que, em todas as relações sociais, há algum tipo de interação que favorece o uso de *cê* na amostra.

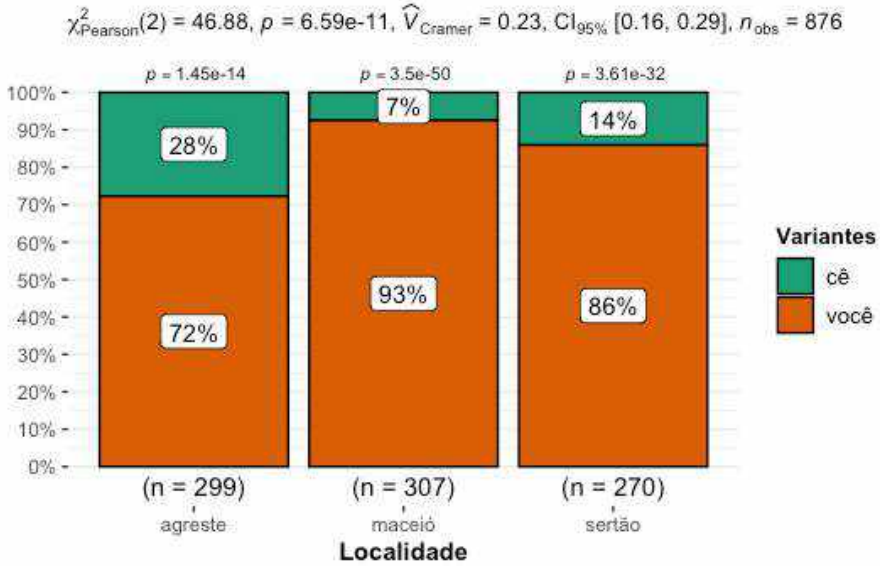
De acordo com os dados obtidos, *cê* apresenta percentual maior de realização na interação pedinte-esmolar, que é classificada como assimétrica ascendente. Nesse tipo de relação, há uma interação entre um falante que vive na rua pedindo ajuda para sobreviver e um jovem estudante universitário. O favorecimento de *cê*, nessa situação comunicativa, pode estar relacionado ao nível de escolarização do pedinte, sendo associado a falantes menos escolarizados, bem como a idade dos interlocutores, sendo relacionado a falantes mais jovens.

Nas relações assimétricas descendentes e assimétricas ascendentes, temos, respectivamente, as interações familiares entre pai-filho e filho-mãe favorecendo o uso de *cê*. Ramos (2011) argumenta que o uso de formas tratamentais que expressam mais solidariedade nas relações familiares pode estar associado ao processo de modernização da sociedade brasileira, que deu espaço para uma estrutura familiar mais igualitária, o que pode justificar o uso da variante *cê* na interação entre pai-filho e, principalmente, filho-mãe.

Nos tipos de interação que pertencem às relações simétricas, como amigo-amigo, irmão-irmã e namorada-namorado, também observamos percentuais de favorecimento maiores de *cê*, principalmente, na relação amigo-amigo. Esses dados sinalizam que essa variante, na comunidade estudada, é uma forma linguística que expressa mais solidariedade entre os falantes, bem como pode ser associada a situações informais de uso da língua, corroborando nossa hipótese de que *cê* é uma variante que exprime mais intimidade nas interações sociais.

Além da dimensão interacional, pesquisas sociolinguísticas (cf. SCHERRE *et al.*, 2015) também mostram que variáveis sociais, como escolaridade, faixa etária, sexo/gênero e região, tendem a condicionar o uso das formas tratamentais. Com o objetivo de testar se, no espaço alagoano, há diversidade no tocante ao eixo diatópico, controlamos a variável localidade, considerando três fatores: Maceió, agreste e sertão. De acordo com o gráfico 4, observamos que o efeito da variável é estaticamente significativo, com associação fraca ($V^2 = 0.23$)

Gráfico 4: Distribuição de *você* e *cê* na variável localidade



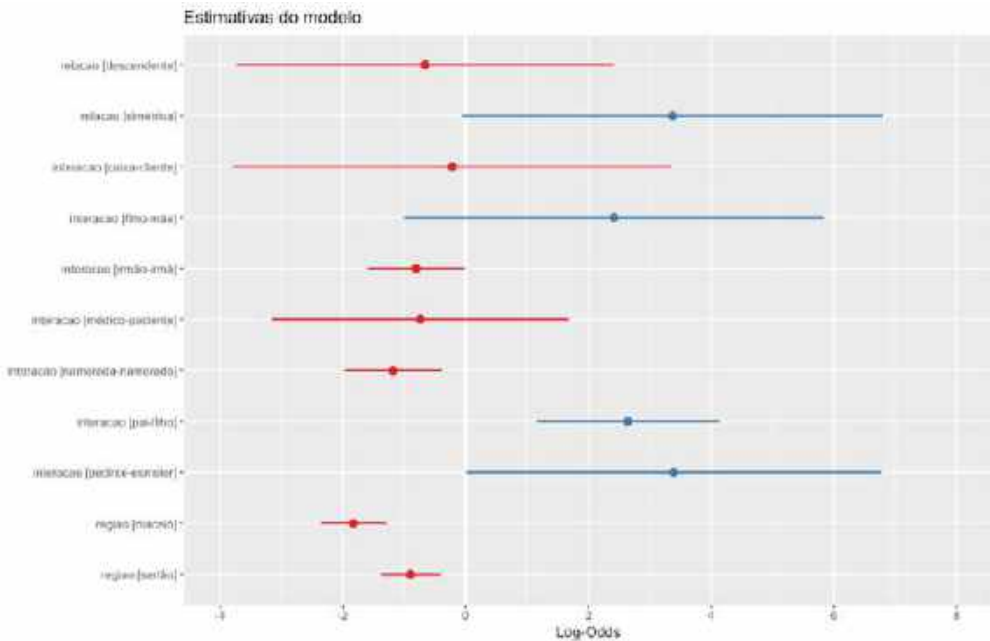
Fonte: elaborado pela autora.

Os dados demonstram que, apesar da preferência pelo uso de *você* nas três localidades – 72% (n = 216) no agreste, 93% (n = 284) em Maceió e 86% (n = 232) no sertão, há diferenças significativas em relação ao uso de *cê* nas comunidades estudadas. No espaço alagoano, observamos que *cê* é mais frequente entre os estudantes do agreste – 28% (n = 83), seguido dos estudantes do sertão – 14% (n = 38) e dos estudantes de Maceió – 7% (n = 23), mostrando que é na região do agreste de Alagoas que há um maior favorecimento dessa variante.

Com a análise univariada dos dados, observamos que as variáveis tipo de relação, tipo de interação e localidade apresentam associação significativa na distribuição da variável dependente. Para medir efeito dessas variáveis simultaneamente, realizamos análises multivariadas através do modelo de regressão logística. Nosso intuito é “verificar o efeito simultâneo de múltiplas variáveis previsoras, a fim de chegar a um modelo para descrever, explicar e prever o comportamento da variável resposta” (OUSHIRO, 2017, p. 182).

De acordo com o gráfico 5, o *intercept* do modelo corresponde aos valores de relação ascendente, interação amigo-amigo e região agreste, e é -2.81 (95% CI [-6.09, 0.98], $p = 0.104$), com poder explicativo moderado ($R^2 = 0,25$), o que explica 25% da variação observada. O modelo obtido mostra que as variáveis tipo de relação e tipo de interação estão correlacionadas com a variação *você* e *cê* entre estudantes universitários, uma vez que há diferenças significativas entre um ou mais níveis das variáveis e o valor do *intercept*.

Gráfico 5: Estimativas do modelo para o favorecimento da variante *cê*



Fonte: elaborado pela autora.

Em relação ao uso da variante *cê*, observamos um favorecimento nos seguintes contextos: relação simétrica, interações filho-mãe, interação pai-filho e interação pedinte-esmoler, sinalizando que estamos diante de uma variante linguística que é vista socialmente como mais solidária e informal. Os resultados desse modelo reforçam o que apre-

sentamos nas descrições de frequências e associações, contudo, precisamos explorar em pesquisas futuras se, no espaço alagoano, há diversidade tratamental no tocante ao eixo diatópico.

Conclusão

Analizamos a variação *você*, *ocê* e *cê* na posição de sujeito entre estudantes universitários alagoanos, com o intuito de verificar a frequência de uso dessas variantes, bem como testar a interferência das variáveis tipo de relação, tipo de interação e localidade. Para tanto, recorremos à Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006; LABOV, 2008), bem como a proposta de Brown e Gilman (1960), e utilizamos uma amostra constituída por nove situações hipotéticas vivenciadas por um estudante universitário.

Os dados obtidos mostram que *cê* é uma variante associada a situações que socialmente são vistas como solidárias, igualitárias e familiares. Situações que permitem o emprego de um estilo mais informal da linguagem, como pedinte-esmoler, onde há mais intimidade entre os falantes, como é o caso das interações filho-mãe e pai-filho. Nesse contexto, *cê* é uma variante que exprime simetria e proximidade. A forma *você*, por sua vez, aparece como a variante coringa para representar a 2PS, sendo usada em qualquer contexto interacional.

Essas considerações são questões que vêm sendo formuladas e analisadas em relação ao uso dessas variantes na fala alagoana. Acreditamos que a abordagem de como as variantes são produzidas pelos falantes através de questionários revela o nível de consciência social de um dado fenômeno linguístico variável, possibilitando uma maior compreensão do processo de variação. Também acreditamos que são necessárias coletas de dados de amostras de conversas livres e naturais para que tenhamos mais dados em relação ao uso dessas formas linguísticas.

Referências

- BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of Power and Solidarity. *In*: SEBEOK, T. A. (ed.). **Style in Language**. Nova York: MIT Press, 1960. p. 253-276.
- CARDOSO, S. **Caminhos dos pronomes pessoais no português brasileiro**: considerações a partir de dados do projeto ALiB. 2008. Disponível em: <http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/09_3.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.
- DIVINO, L. **Tu e você em cinco estados do Nordeste a partir dos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil**: um estudo variacionista. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.
- LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LOPES, C. Pronomes pessoais. *In*: VIEIRA, S.; BRANDÃO, S. (org.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007, p. 103-119.
- LOPES, C. O quadro dos pronomes pessoais: descompasso entre pesquisa e ensino. **Matraga**, Rio de Janeiro, 19, n. 30, p. 116-141, 2012.
- MENON, O. O sistema pronominal do português do Brasil. **Letras**, Curitiba, n. 44, p. 91-106, 1995.
- OUSHIRO, L. Introdução à Estatística para Linguistas (versão 1.0.2). **Zenodo**, 27 dez. 2017.
- PAREDES SILVA, V. L. O retorno do pronome tu à fala carioca. *In*: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. **Português brasileiro**: contato linguístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 160-169.
- PATIL, I.; POWELL, C. **GGSTATSPLOT**: “ggplot2”, Based Plots with Statistical Details, 2018.
- R CORE TEAM. **R**: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2020. Disponível em: <<https://www.r-project.org/>>. Acesso em: 29 jan. 2021.
- RAMOS, J. Tratamento na díade pai e filho: uso de *você* e *senhor*. *In*: COUTO, L. R.; LOPES, C. R. S. (orgs.). **As formas de tratamento em português e em espanhol**: variação, mudança e funções conversacionais. Niterói: Editora da UFF, 2011. p. 289-301.

SCHERRE, M. *et al.* Variação dos pronomes “tu” e “você”. In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. (orgs.). **Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 133-172.

SCHERRE, M.; ANDRADE, C.; CATÃO, R. Redesenhando o mapa dos pronomes tu/você/cê/ocê no português brasileiro falado. In: WITCHES, P. *et al.* (orgs.). **Conquistas e desafios dos estudos linguísticos na contemporaneidade**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

SCHERRE, M.; ANDRADE, C.; CATÃO, R. Por onde transitam o *tu* e o *você* no Nordeste. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 1, n. 40, p. 1-40, 2021.

SILVA, S. **A variação pronominal de segunda pessoa do singular em Coité do Nóia /AL**. Dissertação (Mestrado em Linguística e Literatura) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

SILVA, W. **Pronomes de 2ª pessoa do singular em falares alagoanos: uma análise variacionista**. TCC (Graduação em Letras) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

SILVA, S.; VITÓRIO, E. A variação você e cê no sertão alagoano. **Revista Leitura**, v. 2, n. 59, p. 122-142, 2017.

VITÓRIO, E. A variação *tu* e *você* em Maceió, Alagoas. **Todas as Letras**, v. 20, n. 2, p. 85-99, 2018.

VITÓRIO, E. Percepções sociolinguísticas de estudantes universitários em relação ao uso do pronome *tu*. **Revista Investigações**, v. 32, n. 2, p. 432-455, 2019.

VITÓRIO, E. Avaliação social e a concordância verbal com o pronome *tu*. **Diadorim**, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 1, p. 151-170, jan.-jun. 2021.

VITÓRIO, E.; SILVA, S. A variação tu/você/cê na posição de sujeito e o problema da avaliação linguística no sertão alagoano. In: NUNES, C.; SILVA, C. (orgs.) **A língua em foco no nordeste brasileiro: d'além das capitais**. São Paulo: Pontes Editora, 2021. p. 149-169.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

WICKHAM, H. **ggplot2: Elegant Graphics for Data Analysis**. New York: Springer-Verlag, 2016. Disponível em: <https://ggplot2.tidyverse.org>. Acesso em: 29 jan. 2021.

Pronomes de referência a segunda pessoa do singular na função de complemento e adjunto na escrita brasileira do século XIX e XX: uma revisão sistemática

Waldenia Maria da Silva
Universidade Federal de Alagoas

Introdução

A presente revisão da literatura tem por objetivo mapear a variação dos pronomes de segunda pessoa nas funções de não-sujeito no português brasileiro (doravante PB) em estudos de sincronias passadas, com o intuito de verificar quais fatores linguísticos e sociais influenciaram no processo de mudança linguística iniciado pela inserção do *você* no sistema pronominal do PB. Para isso, realizamos uma revisão sistemática da literatura que é definida como métodos que buscam um modo de responder a questões acerca do que funciona ou não sobre determinado questionamento (PETTICREW; ROBERTS, 2006). Esse tipo de revisão mapeia áreas “de incerteza, identificando onde pouca ou nenhuma pesquisa relevante foi feita, mas onde novos estudos são necessários” (PETTICREW; ROBERTS, 2006, p. 02)¹.

1 Texto original: “of uncertainty, and identifying where little or no relevant research has been done, but where new studies are needed.”

Metodologia

Para compreender quais fatores linguísticos e extralinguísticos influenciaram no uso dos pronomes de segunda pessoa do singular na função de não-sujeito em sincronias passadas, estabelecemos palavras-chave baseadas nos seguintes aspectos: fenômeno estudado (segunda pessoa do singular na função de não-sujeito), área de conhecimento que se desenvolveu a pesquisa (Sociolinguística ou Sociolinguística Histórica) e no gênero do material escrito (cartas e peças teatrais). A partir dessas palavras-chave, construímos a seguinte expressão de busca: (você AND tu (te OR ti OR contigo OR lhe OR sprep + você)) AND (“variação linguística” OR “sociolinguística histórica”) AND (não-sujeito OR complemento OR adjunto) AND (“PEÇAS TEATRAIS” OR “CARTAS”) filetype: PDF.

Usamos, como base de dados para a coleta dos trabalhos, o Google Acadêmico, que contém editoras e periódicos indexados a própria plataforma, o que permite encontrar textos em fontes especializadas. Na busca das pesquisas que compõe esta revisão, selecionamos, no período de 15 a 17 de março de 2021, trabalhos realizados nos últimos 10 anos e foram computados o total de 247 produções textuais.

Na primeira etapa da revisão, selecionamos textos que se encaixassem nos seguintes critérios: abordar a variação pronominal de 2º pessoa do singular na função de complemento e/ou adjunto em peças teatrais ou cartas pessoais, ter como base a sociolinguística, abordar sincronias passadas, analisar o PB e ter acesso ao texto completo. Tais critérios de inclusão foram aplicados com base na leitura dos títulos e dos *snippets*, o resumo também foi lido, mas apenas quando os dois últimos critérios não foram suficientes para saber se as pesquisas se encaixavam nas especificações da seleção. Além disso, os trabalhos sobre a segunda pessoa na posição de sujeito foram selecionados como duvi-

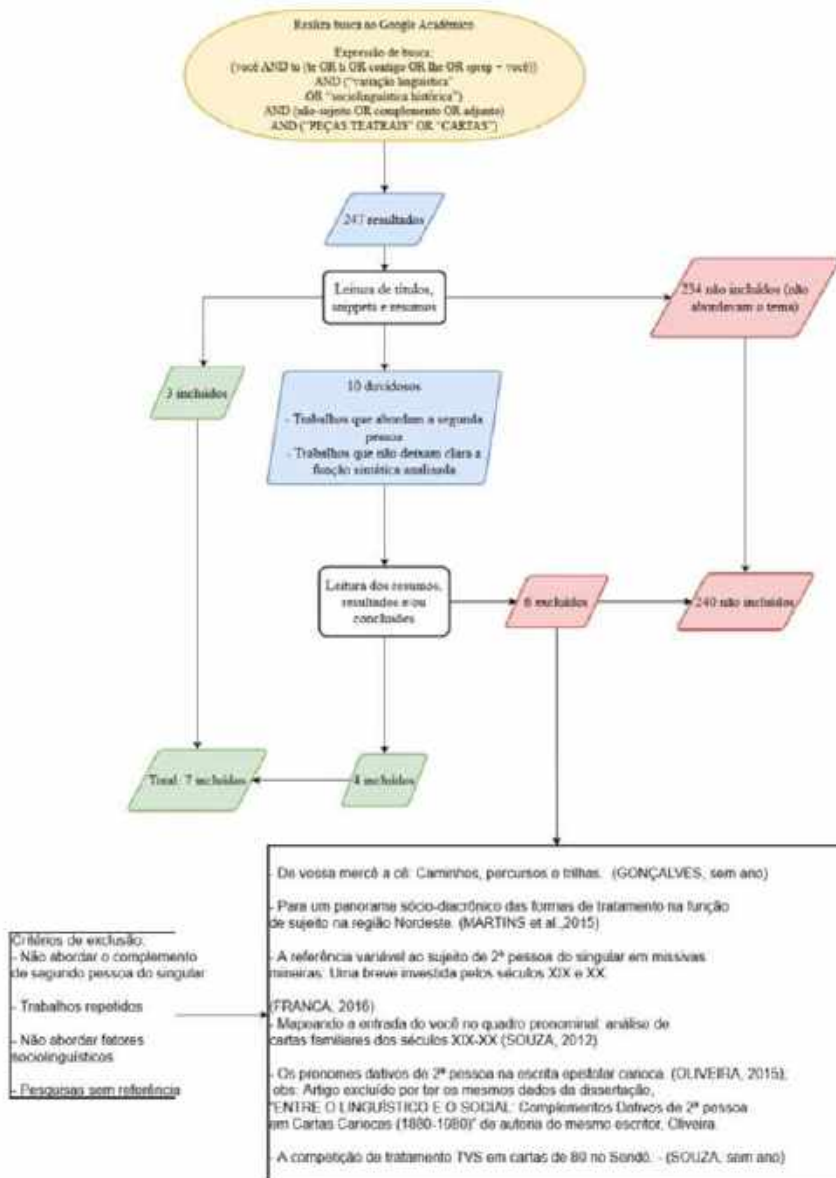
dosos, visto que alguns deles poderiam abordar, mesmo que de forma mais breve, o fenômeno em função de complemento e/ou adjunto.

Na segunda etapa, criamos e aplicamos critérios de exclusão diante dos trabalhos já selecionados. São eles: não abordar complementos e adjuntos de segunda pessoa do singular, não mostrar a influência de fatores linguísticos e/ou extralinguísticos no fenômeno estudado, trabalhos repetidos e pesquisas que não fossem teses, dissertações, capítulos de livros, artigos publicados em revistas e periódicos eletrônicos. Os critérios de seleção foram aplicados a partir da leitura dos resumos, resultados e/ou conclusões. Os textos que seguiram os critérios foram selecionados e os que desviaram foram excluídos da análise.

Na última etapa, todos os trabalhos incluídos foram integralmente lidos, sumarizados e analisados, buscando observar o uso dos complementos e adjuntos de segunda pessoa nas variedades do português brasileiro e quais as variáveis linguísticas e sociais que influenciaram nesse uso, a fim de encontrar padrões e especificidades sociolinguísticas.

Na primeira etapa, descartamos 234 trabalhos e incluímos 13. Desse total, 03 pesquisas foram selecionadas sem dúvidas e 10 duvidosas. Entre os textos duvidosos 06 foram descartados, restando um total de 07 produções que constituíram o *corpus* dessa revisão sistemática. A figura 1 apresenta o fluxograma de busca pelos artigos.

Figura 1: Representação esquemática de busca dos textos



Fonte: elaborada pelas autoras.

Resultados

Nesta subseção, realizamos uma síntese dos trabalhos selecionados nesta revisão da literatura, que abordam os complementos e adjuntos de segunda pessoa do singular no português brasileiro. As pesquisas sintetizadas abordam a escrita registrada entre o século XIX e XX e a organização estrutural da revisão é realizada em ordem de publicação.

Souza, Oliveira e Lopes (2011) abordaram a variação dos pronomes de 2ª pessoa e suas formas alternantes oblíquas em cartas pessoais dos séculos XX escritas no Rio de Janeiro. O objetivo de sua pesquisa é analisar quais as repercussões causadas pela inserção do *você* no quadro pronominal do português brasileiro, levando em consideração a relação gramatical oblíqua² para observar como se dá a variação entre *tu* e *você* nas primeiras décadas do século XX e quais fatores extralingüísticos estariam contribuindo para esse processo acontecer. A amostra analisada é parte constituinte do *corpus* Compartilhado Diacrônico composto por cartas pessoais escritas entre os anos de 1936 e 1937 por um casal de noivos, Jayme de Oliveira Saraiva e Maria Ribeiro da Costa.

Ao analisar o *corpus* do século XX, foram registrados o total de 63 ocorrências dos complementos oblíquos, 34 dessas formas estavam ligadas ao paradigma de *tu* e 29 as variantes de *você*. No que concerne ao subsistema do sujeito nas cartas, foram registradas cartas com o uso do *tu* exclusivo e missivas em que houve variação entre os pronomes *tu* e *você*. Nas missivas em que havia o uso exclusivo do *tu* na função de sujeito, houve uma predominância da forma *preposição + ti*. Já nas cartas em que houve o emprego variável das duas formas na po-

2 Souza, Oliveira e Lopes (2011, p. 04) define relação gramatical oblíqua como “os argumentos obrigatórios que fazem parte da estrutura argumental dos verbos e os opcionais (adjuntos).” De acordo com os autores “Diferentemente das formas pronominais dativas, as formas oblíquas são sempre tônicas e regidas por preposição, mas não estabelecem, como afirma Duarte (2003: 294), relações gramaticais centrais.” (SOUZA; OLIVEIRA; LOPES, 2011, p. 4).

sição de sujeito, prevaleceu o uso de *preposição+você*, nesse contexto a forma *preposição+ti* foi a segunda mais usada.

Com relação ao uso dos complementos oblíquos pelos missivistas, a amostra masculina do *corpus* usa majoritariamente formas ligadas ao *tu* com maior percentual de uso da estratégia oblíqua *preposição+ti* seguida da forma *contigo* com um total de 68,8% e 21,9% de ocorrências, respectivamente. No *corpus* feminino, a predominância é da estratégia ligada ao *você*, *preposição+você*, com um percentual expressivo de 80,6%.

No que diz respeito à influência do subgênero, a carta de amor favoreceu o fenômeno em análise, pois os autores verificaram fórmulas típicas do discurso amoroso. De acordo com Souza, Oliveira e Lopes (2011), essa tradição discursiva evoca o uso da forma linguística *tu* que preponderou na escrita de Jayme, tanto na função de sujeito quanto em suas estratégias oblíquas de referência à segunda pessoa do singular. A escrita de Maria, por sua vez, indica o padrão vigente no Rio de Janeiro quando mostra o uso pronominal do *tu* ao lado de *você*.

Os autores concluíram que a função de complemento oblíquo se mostrou favorável à entrada da forma mais inovadora, *você*. Também foi possível observar que, apesar do Jayme apresentar um comportamento mais padrão ao usar com maior frequência formas do pronome *tu*, *você* já aparecia na sua escrita. Maria, por sua vez, tinha um comportamento linguístico mais inovador quanto ao uso das formas de tratamento, empregando com maior frequência estratégias ligadas à forma inovadora, *você*.

A pesquisa de Silva (2012) também trabalhou com o *corpus* do casal Jayme e Maria, mas com um foco distinto. O trabalho de Souza, Oliveira e Lopes (2011) abordou apenas o complemento oblíquo, enquanto em Silva (2012), apesar da ênfase está no pronome sujeito, foram analisadas as formas de segunda pessoa na função de complemento preposicionado e não preposicionado de um modo geral. Um dos

objetivos é observar os fatores linguísticos e sociais que influenciaram nesse fenômeno linguístico variável. No entanto, nessa pesquisa, as formas de referência à segunda pessoa (sujeito, complemento, possessivo e desinências verbais) são um dos grupos de fatores analisado.

Como resultado geral, a autora obteve 95 ocorrências de complementos preposicionados e 26 dados das formas não preposicionadas. Os dados também mostram que as formas do paradigma de *tu* foram mais produtivas em todos os contextos morfossintáticos analisados nas cartas da década de 1930. Nos complementos preposicionados, houve 55% das formas do paradigma de *tu* contra 45% das estratégias de *você* e nos complementos sem preposição 97% das ocorrências são das formas de *tu* e apenas 3% de *você*. A partir desse resultado, a autora afirma que os complementos sem preposição são um contexto de resistência à inserção do *você* no sistema pronominal.

Quanto ao uso das formas por cada missivista do *corpus*, Silva (2012) concluiu que, apesar das formas do paradigma de *tu* serem mais usadas tanto por Jayme quanto por Maria, com percentuais de 88% e 64%, respectivamente, a noiva usou com mais frequência as formas do paradigma de *você* que Jayme, que alcançou mais de 70% das formas de *tu* em todos os contextos morfossintáticos. A noiva, por sua vez, ultrapassou o uso da forma *tu* nos complementos preposicionados com 80% das formas de *você*. Esses dados mostraram que, apesar de estar analisando mais contextos morfossintáticos do que Souza, Oliveira e Lopes (2011), o resultado é semelhante quanto ao maior uso das estratégias do paradigma de *tu* pelo noivo e do paradigma de *você* pela noiva.

Pereira (2012) abordou, em sua pesquisa, a variação pronominal entre *tu* e *você* em cartas familiares e amorosas em sincronias passadas. O objetivo da pesquisa é observar as estratégias de tratamento utilizadas pelos missivistas ao se referir ao interlocutor, com o intuito de descrever o uso dessas formas de acordo com a situação comuni-

cativa e identificar quais fatores linguísticos e extralinguísticos influenciaram nesse processo. Para isso, foram analisadas 149 missivas pessoais da família Penna, sendo 87 familiares e 62 amorosas, escritas no fim do século XIX e começo do século XX.

As variáveis independentes controladas foram: as linguísticas; estratégia utilizada para se referir ao destinatário, contextos morfosintáticos, paralelismo discursivo e tipo de sujeito, e as variáveis sociais; parte da carta, subsistema linguístico usado em cada carta, relações sociais, relação de parentesco com o destinatário, gênero, período histórico, geração, faixa etária e temática das cartas.

Após a análise estatística dos dados, realizada no programa *Goldvarb*, a autora obteve o resultado de 1203 dados, total que engloba todos os contextos morfosintáticos referente às formas de tratamento analisadas. Dessas ocorrências, houve um percentual de 77% das formas ligadas ao paradigma de *tu* e 23% referente ao paradigma de *ocê*.

Com relação aos dados gerais das cartas de amor e de família, a primeira registrou 590 e a segunda 613 ocorrências. Desse total, há apenas 01 dado das formas de *ocê* como pronome oblíquo preposicionado nas cartas de amor, enquanto nas cartas de família há um predomínio equilibrado de *he*, com 15 dados, que corresponde a 52% das ocorrências. Quanto ao pronome oblíquo sem preposição, não foram encontradas formas do paradigma de *ocê* nas cartas de amor, já nas missivas de família houve 15 registros da forma, o que corresponde a 16% dos dados.

Na análise dos contextos morfosintáticos na amostra de cartas familiares, as variáveis apontadas como relevantes foram apenas três, a saber, as variáveis linguísticas contexto morfosintático e paralelismo discursivo, e a extralinguística, subsistema linguístico usado em cada carta.

No que concerne ao contexto morfosintático, o complemento não preposicionado favoreceu o uso do paradigma de *tu*, com peso

relativo de 0.87. Enquanto o complemento preposicionado, favoreceu o paradigma do pronome inovador *você*, com peso relativo de 0.59. Quanto ao paralelismo discursivo, a autora percebeu que houve maior probabilidade de uso do paradigma de *tu* quando esse vem precedido por formas de *tu* e que apesar do maior uso das formas de *tu* houve uma alternância no emprego dos paradigmas de *tu* e *você* nas cartas do fim do século XIX e início do XX. Em relação ao subsistema linguístico, a autora verificou que nas cartas de *tu* e de *você* como sujeito exclusivo houve o favorecimento do uso de seus respectivos paradigmas e que nas cartas de sujeito misto, por sua vez, houve o favorecimento das formas de *tu*.

Na análise dos contextos morfossintáticos na amostra de cartas amorosas, foram selecionadas como relevantes apenas três variáveis, todas elas extralingüísticas, a saber, geração, faixa etária dos missivistas e parte da carta.

O fator geração foi dividido entre os nascidos na década de 1840/1850 e 1870/1880. Os resultados mostraram que os mais jovens favoreceram o paradigma de *você* e os mais velhos, por sua vez, favoreceram o paradigma de *tu*, resultado que aponta indícios de uma mudança nas formas de tratamento de segunda pessoa no período analisado. Em relação ao fator faixa etária, o paradigma de *tu* teve maior percentual de uso que *você* em todas as faixas analisadas, contudo, essa forma linguística é mais favorecida quando a carta é enviada por um missivista jovem a um destinatário jovem e tem um leve desfavorecimento quando escrita por um remetente de meia idade a um destinatário da mesma faixa etária, o que, por consequência, favoreceu o uso das formas relacionadas ao paradigma de *você*.

O grupo de fatores parte da carta ressaltou mais uma vez o maior uso das formas do paradigma de *tu* em todas as seções, no entanto, observando-se o peso relativo, a saudação inicial e final mostraram-se contextos mais favorecedores para o uso das formas do paradigma

de *tu*, com peso relativo de 0.56 e 0.79, respectivamente. Em contrapartida, o núcleo e o P.S (post-scriptum) apareceram como contextos favorecedores do uso das formas linguísticas ligadas ao *você* e desfavorecedoras das formas ligadas ao pronome *tu*, com peso relativo de 0.37 e 0.01.

Diante dos resultados obtidos na pesquisa, Pereira (2012) concluiu que, nos fins do século XIX e início do século XX, as formas de *tu* ainda são mais usadas em cartas de caráter íntimo e pessoal. Percebeuse, também, que a inserção do *você* no português brasileiro ocorreu de forma diferente a depender do contexto morfossintático que é empregado, sendo mais favorecida pelo sujeito preenchido e pelo pronome oblíquo preposicionado e que as variáveis sociais foram fatores bastante importantes no âmbito da mudança linguística iniciada pela inserção do *você* no quadro pronominal do português brasileiro, visto que, dos seis fatores selecionados como relevantes, quatro deles foram variáveis extralinguísticas.

Figueiredo (2013) abordou a variação entre *tu* e *você* em cartas familiares e amorosas no período novecentista, com o objetivo de analisar a correlação entre os pronomes sujeitos e as estratégias de complemento de segunda pessoa do singular. O *corpus* da pesquisa é composto por 80 cartas escritas por mineiros, sendo 42 delas do subgênero familiar e 38 do amoroso, produzidas no período de 1900 a 1969. As variáveis analisadas foram: subsistema de sujeito das cartas, estratégias de complementação verbal (acusativa, dativa e oblíqua) e o tipo de relação social. As variáveis sociais gênero/sexo e a faixa etária foram correlacionadas apenas com o pronome sujeito, assim, não serão abordadas nesta revisão.

Com relação à análise dos dados, foi observado que após o levantamento das variantes de 2ª pessoa do singular houve um total de 530 ocorrências, dessas, 133 foram das cartas familiares e 397 das amorosas. De modo geral, incluindo os pronomes na posição de sujeito e de

complemento, as formas do paradigma de *tu* registraram 419 ocorrências, enquanto as formas de *você* alcançaram 111, demonstrando, assim, a predominância das formas do paradigma de *tu* na amostra estudada.

No que diz respeito aos pronomes complementos, a variante *te* foi mais produtiva nas cartas amorosas, com percentual de 90% e a forma *lhe* foi mais produzida nas missivas familiares, com 94% dos dados. No que tange aos complementos com preposição, a forma *para você*, originária do paradigma de *você*, foi mais usada na escrita familiar, com 80% das ocorrências, enquanto as formas *sprep+tu* e *a ti*, variantes do paradigma de *tu*, alcançaram maiores índices nas cartas amorosas, com 95% e 75%, respectivamente.

O complemento acusativo registrou 08 casos nas cartas familiares e 65 nas amorosas, totalizando 73 ocorrências. Nas produções familiares de *tu* como sujeito exclusivo, o uso de *te* foi categórico, com 100% (2/2) dos casos e, nas missivas de *você* como sujeito exclusivo, houve variação entre as formas *lhe* e *o/a* ambas com 33% (2/6), as formas *te* e *você*, nesse contexto, tiveram apenas 1% dos dados cada. Nas cartas amorosas de sujeito misto, o uso de *te* também foi categórico (2/2 ocorrências) e, nas produções de *tu* sujeito, a forma alcançou um percentual de 99% (62/63), restando apenas 1% para a forma *sprep+tu*.

O complemento dativo foi a estratégia de 2ª pessoa com mais ocorrências, totalizando 190 dados, sendo 70 das cartas familiares e 120 das amorosas. Com base nos dados, nas produções familiares, a variante *te* (62%) foi mais usada nas cartas de *tu* sujeito seguida pelo dativo zero (13%) e pela forma *sprep+tu* (13%), as formas *lhe* e *a ti* registraram 6% dos casos cada uma. Nas missivas de *você* sujeito, por sua vez, a variante mais empregada foi o *lhe* (56%), seguida da categoria vazia (20%) e a forma *a você* (11%). Nas cartas amorosas, o dativo *te* (87%) foi predominante em produções de *tu* sujeito, enquanto, nas car-

tas de sujeito misto, a forma *lhe* (50%) teve um leve crescimento na sua produtividade.

No que concerne às estratégias oblíquas, a autora afirma que há de se atenuar as considerações devido à quantidade de registros dos oblíquos que foi de apenas 45 ocorrências. Nas cartas familiares, o registro dos complementos oblíquos ficou restrito às missivas de *você* sujeito, que a variante *sprep+você* teve uso majoritário com 71% (05 ocorrências) dos dados e a forma *para você* constituiu o resto do *corpus* com 29% (02 ocorrências) de frequência. Nas cartas amorosas, por sua vez, foram registradas as variantes oblíquas nos três subsistemas abordados, nas cartas de *tu* sujeito, a variante *sprep+tu* teve uso categórico (33 realizações), nas cartas de *você* sujeito, houve apenas 01 ocorrência, da forma *para você* e nas cartas de sujeito misto, por sua vez, houve 04 ocorrências, da forma *sprep+tu*.

Diante dos dados, Figueiredo (2013) concluiu que há uma relativa simetria entre o subsistema do sujeito empregado na carta e o uso do pronome complemento de 2ª pessoa do singular. A autora também observa que, tanto nas cartas familiares quanto nas amorosas, o dativo *te* foi a forma mais produtiva em missivas de *tu* sujeito, o que, segundo a autora, é um vestígio da resistência da forma *tu* no sistema pronominal do português brasileiro.

Souza (2014) analisou o uso dos pronomes acusativos de segunda pessoa do singular diacronicamente, com o intuito de investigar os fatores linguísticos e extralinguísticos que influenciaram no uso dessas estratégias de complemento. O *corpus* da pesquisa foi constituído por 521 cartas pessoais escritas entre o período de 1880 e 1980 por missivistas provenientes do Rio de Janeiro. As variáveis linguísticas controladas foram: forma na posição de sujeito, posição do item pronominal em relação ao verbo predicador e tempo e modo verbal, e as variáveis extralinguísticas: período, família, subgênero da carta e parte da carta.

Após a investigação das cartas que constitui o *corpus* da pesquisa, foram analisados o total de 433 dados. Desse número de ocorrências, um percentual de 77,8% foi da forma *te*, 9,2% do acusativo *o/a*, 6,7% do pronome lexical *você*, 4% da variante *lhe* e 2,3% da forma *zero*, revelando a predominância da forma acusativa *te* nas missivas analisadas.

Segundo Souza (2014), o fator tempo e modo verbal aparentemente não influenciou no fenômeno analisado. O fator linguístico forma na posição de sujeito, por sua vez, mostrou-se um forte condicionante no uso desses pronomes complementos. Quanto a este fator, foram analisados três subsistemas, a saber, *tu* como sujeito exclusivo, *você* como sujeito exclusivo e as cartas em que havia alternância de *tu* e *você*. A estratégia acusativa *te* foi predominante em todos os subsistemas, destacando-se nas cartas de *tu* exclusivo e de sujeito nulo. Nas missivas de *você* exclusivo o emprego de *te* foi menor, o que por consequência favoreceu o emprego das formas do paradigma de *você*.

A variável posição do item pronominal em relação ao verbo predicador revelou que as formas clíticas de segunda pessoa do singular foram mais empregadas em posição proclítica, tanto nas lexias simples quanto nas complexas. Sendo assim, houve 72% do clítico *te* em posição pré-verbal, 60% das formas *o/a* e 95% da variante *lhe*, que teve um uso proclítico quase categórico. O uso enclítico de *te* e *lhe* deram-se, todos, antes de 1940, após esse período, houve o emprego predominante da próclise. As formas *o/a*, por sua vez, foram registradas durante quase todo o século analisado.

Em relação ao fator extralingüístico período, a autora identificou que a forma linguística *te* teve uso majoritário no século estudado e alcançou mais de 50% em todos os estágios de tempo analisados. No primeiro período (1880-1905), houve um uso quase categórico de *te*, com 95% dos dados. No segundo período (1906-1930), a forma lexical *você* começa a ser usada, com um percentual de 2,2%. No terceiro período (1931-1955), a forma *você* se torna o segundo acusati-

vo mais usado, com 5,8% dos dados e, alcança o percentual de 25% de frequência em 1956-1980. Os clíticos *o/a* e *lhe*, por sua vez, tiveram índices baixos no *corpus*, o primeiro não atingiu o percentual de 15% e o segundo não ultrapassou 8% de frequência ao longo dos períodos.

Ao observar a variável família/grupo, os resultados apontaram que, de certo modo, o uso dos pronomes pelas famílias acompanha o período em que as missivas foram escritas. Souza (2014) notou que conforme as famílias seguem para a metade do século XX, o emprego da forma *te* diminui ligeiramente e há um aumento no uso das formas do paradigma de *você*, especificamente das formas *você*, *lhe* e *o/a*.

No que diz respeito ao subgênero da carta, a forma *te* foi bastante favorecida nas missivas amorosas, com 89% dos dados, e também predominou nas cartas de famílias, com 76,7%. Nas cartas pessoais, no entanto, houve um uso mais variado dos acusativos de segunda pessoa, a forma *o/a* foi a mais empregada, com 33,3%, seguida das formas, *te* com 27,8%, *você* com 22,2% e *lhe* com 16,7%.

No que concerne ao fator parte da carta, os resultados mostraram que 52% dos dados de acusativo estavam no núcleo. Também foi observado que a forma *te* foi predominante em todas as seções e categórica no P.S, seção que registrou 100% (4/4) de uso da variante. Na seção inicial, houve o maior registro da forma *te* com 88,1%, as formas *lhe* e o acusativo zero não foram empregados nessa parte da carta. No núcleo, as formas *você* e *lhe* foram mais usadas e, na despedida, o acusativo *o/a* e a forma *zero* foram as variantes mais produtivas.

Com relação ao gênero dos missivistas, os resultados mostraram que os dois gêneros quebraram a uniformidade tratamental, no entanto, as mulheres foram ligeiramente mais inovadoras que os homens no uso dos complementos de 2ª pessoa no subsistema de *tu* exclusivo, pois apesar de terem usado majoritariamente a forma *te* (88,4%), em sua escrita, houve um emprego mais variado das demais formas acusativas, com percentuais de 5,7% de *você*, 2% de *lhe* e 3,8% do pro-

nome acusativo zero. O gênero masculino, por sua vez, demonstrou caráter mais inovador que o feminino no subsistema de *você* exclusivo, ao empregarem mais a variante *te* com 55,3% de frequência.

Por fim, Souza (2014) concluiu que o acusativo *te* foi a variante mais usada como complemento acusativo de segunda pessoa do singular, pois, independente dos fatores abordados, predominou em todos os subsistemas analisados, nas missivas familiares e amorosas, em ambos os gêneros, em todas as partes da carta, em quase todas as famílias analisadas e ao longo de todo período estudado. Esse dado revela uma generalização do acusativo *te* como forma de referência à segunda pessoa do singular.

Oliveira (2014) abordou, em sua pesquisa, as distintas formas linguísticas de manifestação do complemento dativo de 2ª pessoa com o objetivo de analisar os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionaram esse fenômeno variável durante a entrada do *você* no quadro pronominal brasileiro. O *corpus* analisado foi constituído de 318 cartas escritas por fluminenses e cariocas durante um século (1880-1980). Para isso, foram analisadas oito variáveis independentes, a saber, o tipo de verbo quanto à estrutura argumental, a forma do objeto direto, a forma pronominal utilizada na posição de sujeito, as categorias distintivas quanto ao valor semântico do verbo, o subgênero de carta particular, o período de tempo, a amostra na qual o dativo foi empregado e a seção da carta.

Após rodar os dados no programa GOLDVARB-X, 811 ocorrências dos pronomes dativos foram obtidas. Desse total 57,2% foi de *te*, 22,3% do objeto nulo e 11,3% do dativo *lhe*. As formas de sintagma preposicionado foram pouco produtivas na amostra, atingindo apenas 3,4% de *para você*, 2,7% de *a ti*, 2,6% de *a você* e 0,4% de *para ti*.

Ainda em relação ao uso dos complementos, Oliveira (2014) observou que o dativo *te* foi a forma mais frequente na escrita dos missivistas no período estudado, sofrendo uma baixa, apenas, nos últimos

anos (1956-1980), que houve um maior equilíbrio entre *zero*, *te* e *lhe*. O clítico *te* também apresentou certa imunidade em relação ao subsistema de tratamento na função de sujeito, pois foi realizado com uma frequência relativamente alta em quase toda a amostra analisada, em cartas de *tu* exclusivo, de *você* exclusivo e nas produções que as duas formas coexistiam.

O dativo nulo foi a segunda estratégia mais usada no *corpus*. Sua produtividade começa a ser elevada a partir do ano de 1930, quando o pronome sujeito *você*, segundo o autor, passa a ser empregado com status de pronome pessoal. A variante *lhe* teve uma frequência de uso bastante irregular, variando a depender do contexto linguístico e extralinguístico empregado, restringindo-se a contextos específicos, mais formais e com menor intimidade entre o missivista e o destinatário. Tal resultado difere de Souza (2014), no qual o *lhe* é usado tanto em contextos formais quanto informais. Os sintagmas preposicionados tiveram baixa frequência de uso durante todo o período analisado. Outra importante constatação é a de que as formas *a/para ti* foram caindo em desuso gradualmente e a forma *a/para você* foi emergindo durante todo o século abordado na amostra do Rio de Janeiro.

Em relação às tradições discursivas, o subgênero da carta teve influência no uso dos complementos dativos. De forma geral, o dativo *lhe* está diretamente relacionado ao menor grau de intimidade entre os interlocutores das missivas, por esse motivo a forma é mais frequente em cartas direcionadas a amigos e familiares, pessoas próximas que interagem em um determinado círculo social. A variante *a/para ti*, no entanto, é mais registrada em cartas amorosas que tem um lirismo romântico bem marcado.

De acordo com o autor, o fator uniformidade tratamental não se concretizou como realidade na escrita dos missivistas do fim do século XIX e quase todo século XX. No *corpus* analisado foi registrado uma boa quantidade de uso da forma dativa original do paradigma

de *tu*, a forma *te*, associada ao pronome sujeito *você* em cartas de pessoas com diferentes níveis de domínio da escrita, inclusive entre a produção epistolar de missivistas mais cultos.

Por fim, Oliveira (2014) mostrou que o núcleo social do missivista influenciou bastante no uso dos complementos dativos. Frente ao *corpus* heterogêneo, que vai desde a amostra de figuras ilustres como o ex-presidente Affonso Penna até os dados de um casal anônimo, é possível observar que escreventes de categorias sociais distintas não produzem sempre as mesmas formas dativas.

O trabalho de Galves *et al.* (2016) aborda a morfossintaxe e o uso dos pronomes pessoais na diacronia e na sincronia. O objetivo do trabalho é observar a reorganização que ocorreu no quadro pronominal do português brasileiro após a entrada do *você* como pronome de referência à segunda pessoa do singular, com o intuito de verificar de que maneira as formas do paradigma de *você* é implementada em detrimento das formas do paradigma de *tu*. Embora os autores não tenham especificado a quantidade de material analisado no *corpus*, informam que é constituído de cartas escritas no Rio de Janeiro no período de 1870 a 1950. A pesquisa analisa o uso dos pronomes complementos de 2ª pessoa do singular acusativo, dativo, oblíquo e genitivo e a correlação do emprego desses com o subsistema de sujeito.

No que concerne aos pronomes acusativos de 2ª pessoa do singular, a variante *te* é o acusativo mais usado com um percentual superior a 90% das ocorrências. As outras formas acusativas não alcançaram 10% das ocorrências, a variante *você* registrou 5% e o pronome *o/a* e a forma zero alcançaram apenas 1% cada.

Ao correlacionar o uso desses pronomes acusativos com o sujeito usado nas cartas, os autores concluíram que, nas missivas exclusivas de sujeito *tu*, o uso da forma *te* foi quase categórica com 99% dos dados e apenas 1% de *o/a*. Nas escritas epistolares de sujeito misto, além da forma *te* com 90% das ocorrências, foram registradas as formas *você*

e zero com 8% e 2%, respectivamente. Nas produções de *você* exclusivo, houve 75% de uso de *te* e 25% de *você* e não tiveram ocorrências da forma *o/a*. Desse modo, os pesquisadores concluíram que as formas acusativas são um contexto de resistência à entrada das formas do paradigma de *você*.

Nas relações dativas, o uso do clítico *te* também predominou. Segundo os autores, as formas *te* e *lhe* são as variantes mais recorrentes nas últimas décadas do século XIX, com percentual de 76% e 17%, respectivamente. A datar da primeira década do século XX, a forma *te* passa a dividir espaço com outras variantes, a saber, *preposição + ti*, com 3%, *preposição + você*, com 7%, *lhe* com 9% e *zero*, com 15% das ocorrências.

Nas cartas de sujeito exclusivo *tu*, o dativo *te* foi a forma predominante com 88% das ocorrências. Nas missivas de sujeito misto, essa variante ainda foi a mais produtiva, com 69% das ocorrências, no entanto, nessas produções escritas já se notava a presença de formas do paradigma de *você*, como *preposição+você* com 9% dos dados e *lhe* com 5% das ocorrências. Nas cartas de *você* como sujeito único, houve maior variação das formas dativas. O clítico *te* (27%) não predominou nesse contexto, sendo as variantes mais produtivas as formas *lhe* com 29% e *zero* com 30% dos casos, e a menos produtiva a forma *preposição + você* com 15%. Os autores concluíram que, comparada à relação acusativa, a função sintática de complemento indireto mostrou um leve favorecimento no uso das formas do paradigma de *você*.

Na função sintática oblíqua, as formas do paradigma de *você* foram mais empregadas que as estratégias do paradigma de *tu*, diferentemente das relações acusativas e dativas, nas quais a variante *te* foi predominante.

No que diz respeito à correlação dos pronomes oblíquos e o subsistema de sujeito da missiva, é possível observar que, nas cartas de *tu* exclusivo, o uso de *preposição+ti* foi quase categórico, alcançando

um percentual de 95% das ocorrências e apenas 5% de *preposição+você*. Nas produções em que havia coexistência dos sujeitos, os percentuais de uso foram iguais, 50% de *preposição + ti* e 50% de *preposição + você*. Já nas missivas que tinham *você* como único sujeito, houve o uso categórico da forma original do paradigma de *você*, *preposição + você*, que foi empregada em 100% dos casos

Os autores concluíram que as formas do paradigma de *você* não foram implementadas da mesma forma nas distintas funções gramaticais e que apenas as formas linguísticas que possuem os traços de [+humano] e de segunda pessoa passaram a constituir o paradigma de *você*. Desse modo, a ordem da menor para maior implementação do novo paradigma de *você* foi a seguinte: “acusativo < dativo < genitivo < oblíquo” (GALVES et. al, 2016, p.136).

Discussão e conclusão

Com a análise das pesquisas consultadas, podemos notar que as formas do paradigma de *tu* foram mais frequentes que os complementos do paradigma de *você* durante o final do século XIX e durante o século XX, período de estudo das pesquisas abordadas. No entanto, apesar do maior uso das formas de *tu*, as estratégias de *você* já eram usadas nesse período. Podemos notar, também, que a inserção do *você*, no português brasileiro, ocorreu de forma distinta a depender do contexto morfossintático de segunda pessoa do singular, como mostraram as pesquisas de Galves *et al.* (2016) e Pereira (2012).

Ao observar os dados das pesquisas abordadas, concordamos com Galves *et al.* (2016) quanto à inserção do paradigma de *você* seguir a ordem já mencionada, “acusativo < dativo [...] < oblíquo” (GALVES *et al.*, 2016, p.136), pois, notamos que a função gramatical acusativa foi a que mais favoreceu o uso das formas do paradigma de *tu* (PEREIRA, 2012; SOUZA, 2014; GALVES et. al, 2016), o dativo, por sua vez, se apresentou como um contexto intermediário, pois apesar de possuir maior

número de uso das estratégias de *tu*, favoreceu mais o uso das formas do paradigma de *você* que o acusativo (GALVES *et al.*, 2016), enquanto a forma oblíqua, por outro lado, mostrou-se bastante favorável ao emprego das formas do paradigma de *você* (SOUZA; OLIVEIRA; LOPES, 2011; GALVES *et. al*, 2016).

Esses resultados de uso dos complementos de 2ª pessoa do singular, além de serem influenciados pelo contexto morfossintático, foram condicionados por algumas variáveis recorrentes nos trabalhos, a saber: subsistema tratamental da forma na posição de sujeito, que se mostrou um forte condicionante do fenômeno, relevante em todos os trabalhos analisados; período ou geração e o subgênero da carta, recorrentes em três pesquisas analisadas (SOUZA; OLIVEIRA; LOPES, 2011; PEREIRA, 2012; SOUZA, 2014; OLIVEIRA, 2014); e, por fim, a seção da carta, a posição do complemento da oração em relação ao verbo e o sexo/gênero dos missivistas que foram recorrentes em duas pesquisas cada variável (SOUZA; OLIVEIRA; LOPES, 2011; PEREIRA, 2012; SOUZA, 2014).

No entanto, apesar desses resultados, é necessário ampliar o número de pesquisas acerca da variação sobre a representação pronominal de segunda pessoa do singular nas funções de complemento e adjunto, principalmente nas variedades linguísticas que ainda não foram descritas diacronicamente, a fim de compreender as mudanças e variações do português brasileiro.

Referências

FIGUEIREDO, R. A **Alternância “Tu” e “Você” em Cartas Familiares e Amorosas Novecentistas**. 2013. Monografia (Graduação em Letras) – da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: http://www.lettras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/profs/marciarumeu/FIGUEIREDO2013PDF.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

GALVES, C. Morfossintaxe e Uso dos Pronomes Pessoais na Sincronia e na Diacronia do Português Brasileiro. *In*: SÁ JUNIOR, L. A.; MARTINS, M. A. (org).

Rumos da linguística brasileira no século XXI: historiografia, gramática e ensino. São Paulo: Blucher, 2016.

OLIVEIRA, T. L. **Entre o Linguístico e o Social:** Complementos Dativos de 2ª pessoa em Cartas Cariocas (1880-1980). Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

PEREIRA, R. O. O tratamento em cartas amorosas e familiares da Família Penna: um estudo diacrônico. 2012. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

PETTICREW, M.; ROBERTS, H. **Systematic Reviews in the social Sciences:** A Practical Guide. Nova York: Blackwell Publishing Ltd, 2006. Disponível em: <https://fcsalud.ua.es/en/portal-de-investigacion/documentos/tools-for-the-bibliographic-research/guide-of-systematic-reviews-in-social-sciences.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SILVA, É. N. **Cartas amorosas de 1930:** o tratamento e o perfil sociolinguístico de um casal não ilustre. 2012. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, C. D.; OLIVEIRA, T. L.; LOPES, C. R. S. O Tratamento Pronominal de 2ª Pessoa e as Formas Alternantes Oblíquas: Analisando a Variação Linguística em Cartas Pessoais dos Séculos XIX-XX. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DOS GÊNEROS TEXTUAIS*, 6., 2011, Natal. **Anais [...]**. Natal: UFRN, 2011.

SOUZA, C. D. **Eu te amo, eu lhe adoro, eu quero você:** a variação das formas de acusativo de 2ª pessoa em cartas pessoais (1880-1980). Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

A variação pronominal de primeira pessoa do plural na zona rural de Pariconha – AL

Layane Firmino Silva
Universidade Federal de Alagoas

Introdução

A Teoria da Variação e Mudança, proposta por Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog, surge na década de 1960, objetivando estudar a variabilidade e a evolução da língua no contexto das relações sociais. A língua não deve ser concebida como propriedade individual, mas sim como um fator social, uma propriedade social da comunidade. Labov (2008) propõe um novo olhar sobre a estrutura da língua, especialmente, sobre as questões relacionadas à variação e à mudança linguística. O linguista sugere um modelo de descrição dos fenômenos linguísticos enfocando o estudo da relação entre linguagem e sociedade.

Partindo do pressuposto laboviano de que a língua é dotada de heterogeneidade sistemática, podemos entender a variação como um processo em que duas formas podem apresentar-se no mesmo contexto linguístico com o mesmo valor de verdade. Assim, as formas envolvidas precisam, antes de tudo, ser intercambiáveis na situação de fala e manter o mesmo significado referencial, como é o caso

dos pronomes *nós* e *a gente* na posição de sujeito, como em (1) e (2), na comunidade rural do município de Pariconha-AL.

(1)–*nós* temos qui qui usá o velho porque o velho também é a nossa história história do nosso antepassados nossos avós pais e etc porque já pensô se você num quisesse sabe nada de velho – daqui ur dia também os filho da gente os subrinhos num quiria sabê da gente também porque a gente também ficô no lugá deles né? (L3FF3E3).

(2) *a gente* comemora cum bandas e: também né a questão religiosa qui também *a gente* participa tem as missas né. (L36FF1E3).

Considerando que, na fala, os estudos têm mostrado que a variante *a gente* é a forma preferida para representação da primeira pessoal do plural na posição de sujeito (ALVES; SOUZA, 2020; CARVALHO, 2015; DEON *et al.*, 2016; FONSECA, 2020; LIMA, 2017; SPESSATO, 2010; SILVA, 2020; SOUZA, 2020; VITÓRIO, 2017; VITÓRIO 2019), analisamos como acontece o comportamento da variação na comunidade rural de Pariconha-AL.

Com o objetivo de analisar se há variação dos pronomes *nós* e *a gente* na comunidade em estudo, e, também, se grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos interferem nessa variação e, do mesmo modo, se estamos diante de um processo de variação estável ou de mudança em progresso, realizamos uma análise quantitativa os dados com o intuito de responder as seguintes questões: Há variação *nós* e *a gente* na comunidade de fala da pesquisa? Há interferência das variáveis tempo verbal, marca morfêmica, paralelismo formal, saliência fônica, determinação do referente, sexo/gênero, faixa etária e escolaridade? Que fatores linguísticos e/ou sociais condicionam o uso de uma ou de outra forma pronominal? Tal variação reflete um processo de variação estável ou de mudança em progresso?

Como respostas provisórias às questões formuladas, propomos as seguintes hipóteses: *nós* e *a gente* coexistem na comunidade; as vari-

áveis preenchimento do sujeito, marca morfêmica, paralelismo formal, saliência fônica, determinação do referente, sexo/gênero, faixa etária e escolaridade condicionam essa variação; o uso da variante inovadora *a gente* é mais frequente entre os jovens e decrescente em relação à idade de outros informantes mais velhos, o que indicará um processo de mudança em progresso do pronome inovador *a gente*.

O artigo está organizado em quatro seções além da introdução, conforme exposto a seguir. O comportamento variável dos pronomes *nós* e *a gente* na posição de sujeito no português brasileiro (PB); em seguida, a metodologia adotada para análise dos dados; a seguir, análise dos resultados obtidos; e as considerações finais levantadas acerca dos pronomes *nós* e *a gente* na comunidade rural de Pariconha-AL.

A variação *nós* /*a gente* no PB

Os estudos sociolinguísticos de primeira pessoa do plural selecionados nesta revisão só abrangem algumas regiões do país, a região que mais se destaca é a região nordeste (ALVES; SOUZA, 2020; FONSECA; LOPES, 2020; NASCIMENTO, 2013; SILVA, 2020; SOUZA, 2020; VITÓRIO, 2016; VITÓRIO, 2017; VITÓRIO, 2019). No centro-oeste encontramos dois trabalhos (CARVALHO, 2015; LIMA, 2017) e, no Sul, também encontramos dois trabalhos (DEON *et al.*, 2016; SPESSATO, 2010). De modo geral, os dados revelam que, a variante *a gente* tende a ser mais frequente em todas as regiões selecionadas, havendo alterações de frequência a depender da comunidade e dos grupos de fatores controlados nas pesquisas como paralelismo, preenchimento do sujeito, posição do sujeito, posição sintática, tempo e modo, marca morfêmica, concordância verbal, determinação e indeterminação, presença/ausência do pronome, tipo de texto e tonicidade, e os fatores sociais sexo, faixa etária e escolaridade.

Nas descrições da língua falada observadas no Nordeste, os estudos revelam que há maior frequência de realizações do pronome

inovador *a gente*. Alves e Souza (2020), no estudo *A Variação Nós/A Gente no Falar Maranhense*, constataram que *há maior* uso do pronome inovador *a gente*, com percentual de (69,2%) em relação ao pronome padrão *nós*, com percentual de (30,8%). Os dados revelam que a variante *a gente* é mais propensa a ser favorecida em contextos de pretérito perfeito do indicativo, com PR 0,86; quando uso de *a gente* favorece *a gente* na mesma sequência do discurso, com PR. 0,93 e pelas mulheres, com PR 0.72. Fonseca e Lopes (2020), no estudo *A variação do sujeito nós e a gente no português falado em Alagoinhas, Bahia*, encontraram 170 realizações de *nós* e *a gente*: 43 correspondem ao pronome *nós* e 127 ao pronome *a gente*, que representam percentuais de 25,3% para o pronome *nós* versus 74,7% para o pronome *a gente*, desse modo, as autoras constataram que, no discurso das mulheres, há um desfavorecimento de *nós*.

Nascimento (2013), no estudo *nós e a gente em Salvador: confronto entre duas décadas*, constatou que das 554 realizações foram 287 (51,80%) de *nós*, sendo explícito ou não, e 267 (48,20%) de *a gente*, explícito ou não. A autora constatou que há um desfavorecimento quanto ao uso de *nós* no sujeito explícito, o uso de *nós* é mais recorrente nos homens. Silva (2020) analisou a variação pronominal *nós* e *a gente* na fala de Fortaleza. Os resultados gerais mostram que a forma *a gente* (69,4%) é mais utilizada do que o pronome *nós* (30,6%). O estudo realizado por Souza (2020) na comunidade quilombola Serra das Viúvas/Água Branca-AL, também mostra que a variante *a gente* tem predominância em relação à aplicação da variante *nós*, com percentuais de (56%) e (44%).

Vitório (2016), no estudo *A variação nós e a gente na posição de sujeito na fala de crianças maceioenses*, constatou um percentual de 83% de *a gente* contra 17% de *nós*, também, verificou que o uso de *a gente* é preferencial com o verbo na terceira pessoa do singular, com um percentual de 95% e PR 0,80; no fator antecedido por *a gente* com um percentual de 99% para e um peso relativo de 0,91; a variante *a gen-*

te é mais frequente quando o sujeito pronominal é realizado foneticamente, com percentuais de 95% e peso relativo 0,71 e as crianças do sexo feminino, com um percentual de 87% e peso relativo de 0,57.

Vitório (2017) observou uma distribuição de 100 realizações do pronome *nós* e 524 realizações do pronome *a gente*, apresentando percentuais de 16% de *nós* contra 84% de *a gente*. Os dados da autora mostraram que, na posição de sujeito, *a gente* é a variante selecionada, sendo favorecida nos contextos morfema zero, *a gente* antecedido por *a gente*, falantes menos escolarizados e mais falantes mais novos. Vitório (2019), no estudo *A variação nós e a gente na posição de sujeito na fala culta maceioense*, computou percentuais de 20% de *nós* contra 80% de *a gente*. Esse dado revela que *a gente* é variante preferida, a variante *a gente* foi mais frequente no fator antecedido por *a gente* e quando o sujeito pronominal é realizado foneticamente.

O centro-oeste, no estudo *Uso variável de nós e a gente na fala e escrita de pessoas do Distrito Federal*, Carvalho (2015) verificou percentuais de 13,21% para o pronome padrão *nós* versus 48,61% para a forma inovadora *a gente*, sendo a variante mais favorecida pelas mulheres com um percentual de 77,58% de realização da forma *a gente*, também, há maior índice de uso de *a gente* na fala dos adultos e dos idosos, adultos com 81,39% e idosos com 73,68%. Lima (2017), ao analisar a variação do uso de “*nós*” e “*a gente*” na cidade de Luziânia – GO, no contexto sintático, a autora verificou uma diferença não tão expressiva com relação à posição de sujeito, assim, os resultados apresentam um percentual 58% de uso da variante *a gente* contra 42% do pronome *nós*.

No Sul, Deon *et al.* (2016), no trabalho *Variação pronominal nós/a gente em Guarapuava, Paraná*, constataram que a variante *a gente* foi favorecida nos fatores monossílabos tônicos e oxítonos, com pesos relativos de 0,95 e 0,92, respectivamente, no presente do indicativo – 0,64, presente do subjuntivo – 0,62 e pretérito imperfeito – 0,58, pre-

sença do pronome, com peso relativo de 0,58, e nos textos argumentativos, com peso relativo de 0,65. Spessato (2010), ao analisar *nós* e *a gente* sujeito na fala da população da Costa da Lagoa, comunidade da ilha de Florianópolis-SC, constatou um percentual de 72% de *a gente* contra 27% de *nós*, sendo o *a gente* mais realizado na faixa etária mais alta, mais escolarizados.

Tomando por base esses estudos, verificamos que há poucas pesquisas a respeito do fenômeno analisado em diversos estados do país, entre eles, o estado de Alagoas (VITÓRIO, 2016; VITÓRIO, 2017; VITÓRIO, 2019). Assim, percebemos que há muito o que ser explorado. Diante da necessidade de investigar esse fenômeno linguístico variável nas comunidades rurais, analisamos a variação *nós* e *a gente* na posição de sujeito, na comunidade de rural de Pariconha-AL.

Metodologia da pesquisa

Para análise e descrição dos dados, nos deteremos na Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008), que trata da variação e mudança linguística, na qual contempla um modelo de descrição e interpretação dos fenômenos linguísticos em seu o contexto social. Nessa perspectiva, é rompida a ideia de língua como um sistema homogêneo, passando a língua a ser vista como um sistema heterogêneo e ordenado, passível de variação e mudança.

Para análise dos pronomes *nós* e *a gente* na posição de sujeito, recorreremos à amostra de Silva (2020), recorreremos a uma amostra sincrônica composta por 45 entrevistas de informantes coletada na comunidade de Pariconha-AL. Para estratificação da amostra, o autor estabeleceu três parâmetros para a seleção dos informantes, a saber: (i) os informantes deveriam ser pessoas nascidas e criadas nos povoados e sítios que compõem a zona rural do município de Pariconha, (ii)

não tivessem se afastado desses locais por tempo superior a cinco anos e (iii) não tivessem morado fora da comunidade durante a adolescência.

Considerando as dimensões sociais relevantes da variação e da comunidade, o pesquisador estratificou sua amostra de acordo com três variáveis sociais, a saber: sexo/gênero (masculino/feminino), escolaridade (sem escolarização, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior) e faixa etária (F1 – 18 a 29 anos/ F2 – 30 a 44 anos e F3 – acima de 44 anos).

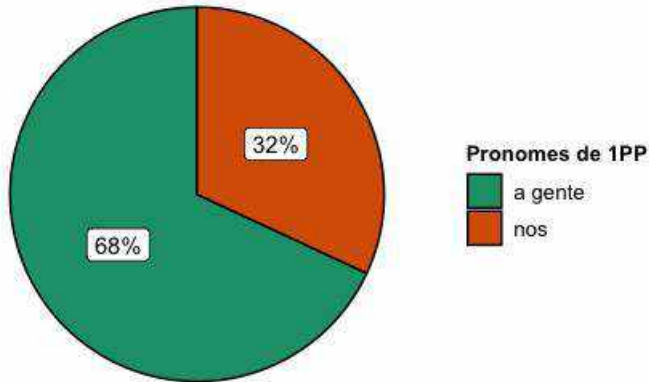
Após a codificação dos dados, utilizamos o programa computacional R (R CORE TEAM, 2018) para a análise estatística dos dados. Trabalhamos com estatística descritiva inferencial com o intuito de analisar se há interferência dos fatores linguísticos e sociais na variação *nós* e *a gente* na posição de sujeito na zona rural de Pariconha-AL. Por meio dela, verificamos se variáveis que controlamos apresentam interferências no fenômeno estudado.

Descrição e análise dos dados

Considerando a existência dos pronomes *nós* e *a gente* na posição de sujeito na zona rural de Pariconha-AL, após a análise das 36 entrevistas da amostra de Silva (2021), obtivemos um total de 783 ocorrências das formas pronominais *nós* e *a gente* na posição de sujeito na zona rural de Pariconha-AL. Essas ocorrências, conforme observamos no gráfico 1, representam 68% (533/783) das realizações da variante *a gente*, e 32% (250/783) das realizações da variante *nós*. Essa distribuição é estaticamente significativa, confirmada pelo valor de qui-quadrado, em que $X^2 (1 N= 783) = 102.28, p = 4.81e-24$.

Gráfico 1: Distribuição de *nós* e *a gente* na zona rural de Pariconha-AL

$$\chi^2_{\text{goF}}(1) = 102.28, p = 4.81\text{e-}24, \hat{V}_{\text{Cramer}} = 0.36, \text{CI}_{95\%} [0.29, 0.43], n_{\text{obs}} = 783$$



Fonte: Elaboração própria (2021).

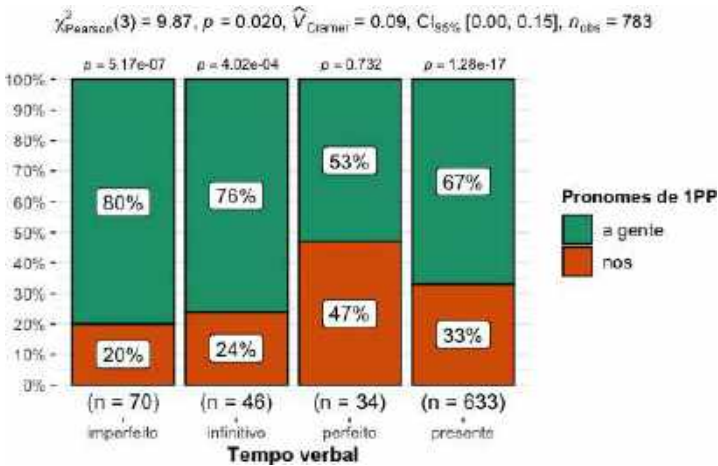
Esses resultados mostram que o pronome inovador *a gente* é a forma mais utilizada na comunidade rural de Pariconha-AL para representação da primeira pessoa do plural na posição de sujeito, corroborando outros estudos sociolinguísticos realizados no Nordeste, que têm apontado a preferência pelo uso de *a gente* (ALVES; SOUZA, 2020; FONSECA; LOPES, 2020; SILVA; VITÓRIO, 2021; SOUZA, 2020; VITÓRIO, 2016), principalmente nas variedades urbanas e rurais localizadas no estado de Alagoas

Com relação aos grupos de fatores linguísticos e sociais controlados na análise dos dados- tempo verbal, marca morfêmica, paralelismo formal, saliência fônica, determinação do referente, sexo/gênero, faixa etária e escolaridade- observamos, que a variação *nós* e *a gente* é condicionada pelas variáveis tempo verbal, marca morfêmica, paralelismo formal, saliência fônica, determinação do referente, faixa etária e escolaridade, selecionadas como estaticamente significativas pelo programa computacional R. A variável sexo, por sua vez, não foi considerada relevante na análise dos dados.

Tempo Verbal

Em relação a variável tempo verbal, observamos, conforme o gráfico 2, que a aplicação de *a gente* foi mais recorrente com o verbo no pretérito imperfeito, com 80% (56/70); o segundo tempo verbal que mais influenciou a aplicação da variante inovadora foi o infinitivo, com 76% (35/46); em seguida, o verbo no presente, com 67% (424/633); e o pretérito perfeito, com 53% (18/34). Por outro lado, observamos que a aplicação da variante padrão aumenta nas formas homófonas, como o verbo no pretérito perfeito, com 47% (16/34). Esse resultado é estaticamente significativo ($\chi^2(3, N= 783)9.87, p=0.020$), com associação fraca ($V_2 = 0.09$), confirmando, há efeitos da variável tempo verbal na distribuição da variável dependente.

Gráfico 2: Distribuição de *nós* e *a gente* na variável tempo verbal



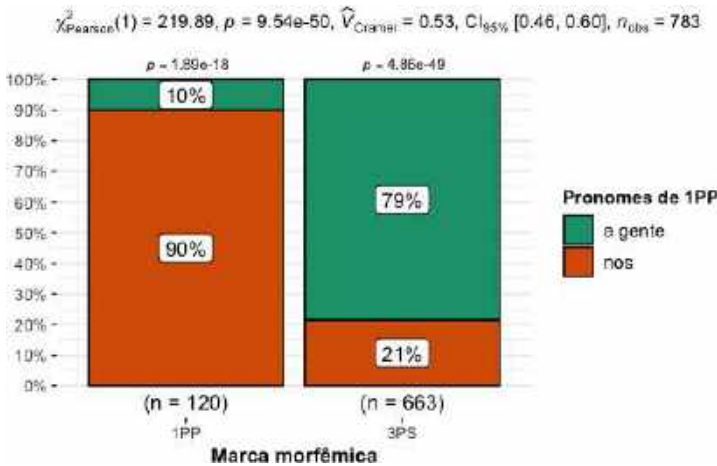
Fonte: Elaboração própria (2021).

Os resultados mostram que, em todos os tempos verbais, há o favorecimento na aplicação da variante *a gente*. Observamos também que, nos tempos verbais em que ocorrem menor saliência, a aplicação de *a gente* é maior, como é o caso do tempo verbal pretérito imperfeito, o que já era esperado, assim como nos resultados de Seara (2000), Tamanine (2010) Franceschin (2011).

Marca morfológica

No que diz respeito a marca morfológica com *nós* e *a gente*, observamos, conforme o gráfico 3, que o pronome *nós* é mais favorecido com marcas de 1PP, com um percentual de 90% (108/120), e desfavorecido com marcas de 3PS – 21% (142/663). Por outro lado, *a gente* é mais favorecida em contextos de marca morfológica de 3PS, com percentual de 79% (521/663), e desfavorecida com marcas de 1PP – 10% (12/120). O teste exato de Fisher confirma que os resultados são estatisticamente significativos ($\chi^2(1, N= 783) 219.89, p= 9.54e-50$), com associação média ($V_2 = 0.53$). Assim, confirmamos, há efeitos da marca morfológica na distribuição da variável dependente.

Gráfico 3: Distribuição de *nós* e *a gente* na variável marca morfológica



Esses resultados mostram que, na comunidade rural de Pariconha-AL, o pronome *nós* apresenta maiores realizações de marca morfológica de 1PP, e *a gente* marca morfológica de 3PS, e são semelhantes aos resultados de Feitosa (2017) e Souza (2020), que mostram que, na fala dos sertanejos alagoanos, o pronome *nós* tende a ser mais frequente como marca morfológica de primeira pessoa do plural, e as ocorrências

do pronome inovador *a gente* tendem a ser mais realizadas com marca morfêmica de terceira pessoa do singular.

Paralelismo formal

Em relação ao paralelismo formal com *nós* e *a gente*, observamos, conforme tabela 1, que a variante *a gente* foi mais favorecida quando antecedido por *a gente* 85% (227/267) na mesma sequência discursiva, também em contextos de realização isolada 63% (123/195) e quando variante *a gente* aparece primeiro na sequência discursiva 73% (149/203). Por outro lado, observamos que o pronome *nós* é mais favorecido quando antecedido por *nós* 71% (84/118).

Tabela 1: Distribuição de *nós* e *a gente* na variável paralelismo formal

<i>paralelismo formal</i>	VD		Total
	<i>nós</i>	<i>a gente</i>	
antecedido por <i>a gente</i>	40	227	267
	15 %	85 %	100 %
antecedido por <i>nós</i>	84	34	118
	71.2 %	28.8 %	100 %
realização isolada	72	123	195
	36.9 %	63.1 %	100 %
primeiro da série	54	149	203
	26.6 %	73.4 %	100 %
Total	250	533	783
	31.9 %	68.1 %	100 %

$\chi^2=123.847 \cdot df=3 \cdot \text{Cramer's } V=0.398 \cdot p=0.000$

Fonte: Elaboração própria (2021).

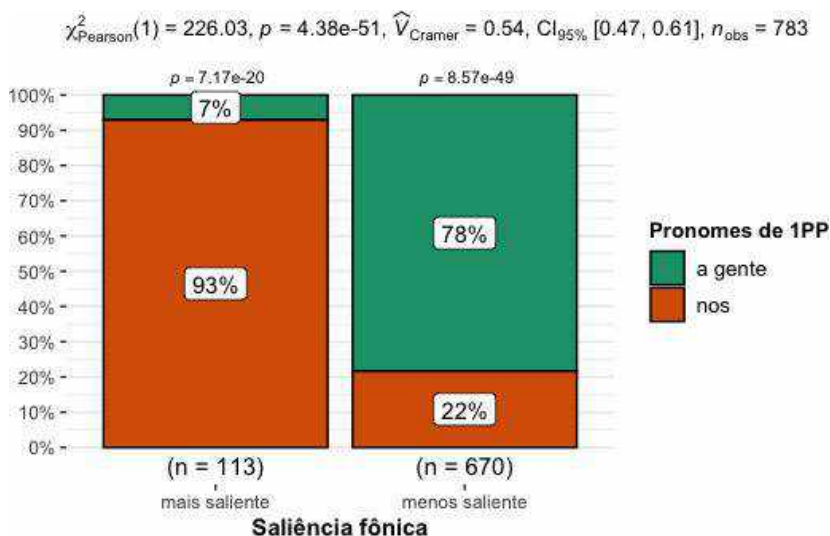
Os resultados dispostos na tabela 1, confirmam que há relevância estatística dessa variável (X^2 (3, N= 783) 123.85, $p=1.15e-26$), com associação fraca ($V2 = 0.39$). Assim, há efeitos da variável paralelismo formal na distribuição da variável dependente na comunidade, e corrobora-

ram com os estudos Alves e Sousa (2020), Vitória (2016, 2017) e Souza (2020) que controlaram a variável paralelismo formal, e os resultados se assemelham aos obtidos na comunidade rural de Pariconha-AL, cuja aplicação da variante *a gente* tende a ser mais favorecida quando antecedida por *a gente*.

Saliência fônica

Quanto a saliência fônica com *nós* e *a gente*, observamos, conforme tabela 4, que contextos que apresentam verbos mais salientes, a aplicação do pronome *nós* é de 93% (105/113) e, em contextos em que os verbos são menos salientes, a frequência do pronome inovador *a gente* é de 78% (525/670). O teste qui-quadrado aponta que a variável é estaticamente significativa ($\chi^2(1, N=7830=226.03, p=4.38e-51)$), com associação média ($V_2 = 0.54$), confirmando que há interferência dessa variável na realização da variável dependente na comunidade estudada.

Gráfico 4: Distribuição de *nós* e *a gente* na variável saliência fônica



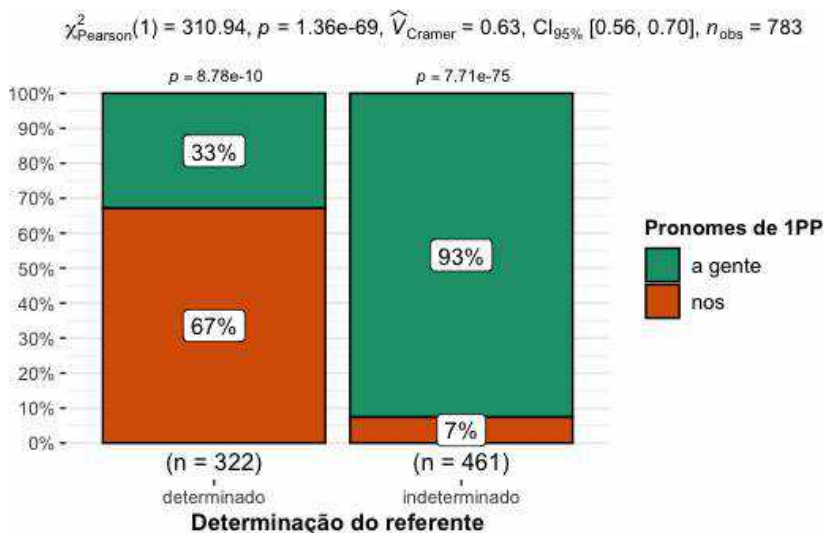
Elaboração própria (2021).

Esses resultados comungam da visão de Foeger *et al.* (2017) e Souza (2020), que mostram em seus estudos que verbos que são salientes são mais favorecedores da aplicação da variante inovadora *a gente*. Desse modo, na comunidade rural de Pariconha-AL, os dados mostram que *a gente* apresenta o mesmo comportamento dessas descrições sociolinguísticas.

Determinação do referente

Quanto à determinação do referente, observamos, no gráfico 5, que os falantes aplicam mais a variante inovadora *a gente* com referente indeterminado – 93% (427/461), confirmando a nossa hipótese de que, na comunidade rural de Pariconha-AL, o referente indeterminado favorece mais a aplicação da forma pronominal inovadora *a gente*. Os dados mostram, também, que, em contextos de referente determinado, há uma maior aplicação da variante padrão *nós* – 67% (216/322). Os resultados apresentados pelo teste qui-quadrado apontam que a variável é estaticamente significativa (X^2 (1, N=783) 310.94, $p= 1.36e-69$), com associação média/forte ($V2 = 0.63$), confirmando, há interferência desse fator na realização da variável dependente na comunidade.

Gráfico 5: Distribuição de *nós* e *a gente* na variável determinação do referente



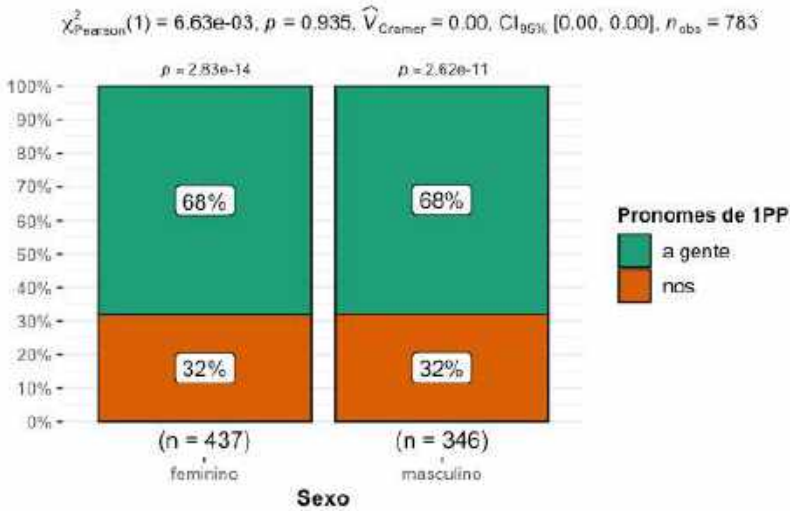
Fonte: elaboração própria (2021).

Os resultados obtidos em nosso estudo se assemelham aos resultados dos estudos de Deon *et al.* (2016) e Souza (2020), que mostram que há maior probabilidade da aplicação do pronome inovador *a gente* na função de sujeito com referente indeterminado.

Sexo

Quanto a variável sexo, observamos, conforme o gráfico 6, que os homens e mulheres apresentam o mesmo comportamento linguístico no uso de *nós* e *a gente*, revelando que, na zona rural de Pariconha-AL, não há maior predominância de *a gente* entre as mulheres. Homens e mulheres apresentam percentuais semelhantes em relação ao uso de *a gente* – 68%, logo não existem diferenças relevantes entre o sexo masculino e feminino.

Gráfico 6: Distribuição de *nós* e *a gente* na variável sexo



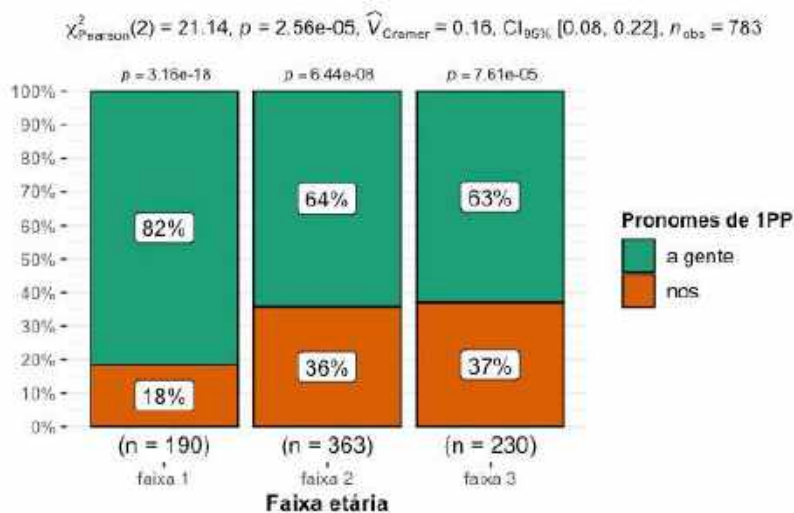
Fonte: Elaboração própria (2021).

Isso significa considerar que os resultados não se apresentam estaticamente significativos, confirmados pelo valor de qui-quadrado, em que ($X^2(1, N = 783) 6.63e-03, p = 0.935$). Dessa forma, o que nos leva a concluir que o fator sexo não é determinante na escolha por uma determinada variante na comunidade.

Faixa Etária

Em relação a faixa etária, observamos, no gráfico 7, que os falantes mais jovens são os que mais fazem uso de *a gente* na comunidade, apesar de, nas três faixas etárias, haver a preferência pelo uso da variante inovadora: faixa 1–82%, faixa 2–64% e faixa 3–63%. Esses resultados são estaticamente significativos ($X^2(2, N = 783) 21.14, p = 2.56e-05$), com associação fraca ($V^2 = 0.16$), o que nos levam a confirmar, há interferência dessa variável na variação *nós* e *a gente* na zona rural de Pariconha-AL.

Gráfico 7: Distribuição de *nós* e *a gente* na variável faixa etária



Fonte: Elaboração própria (2021).

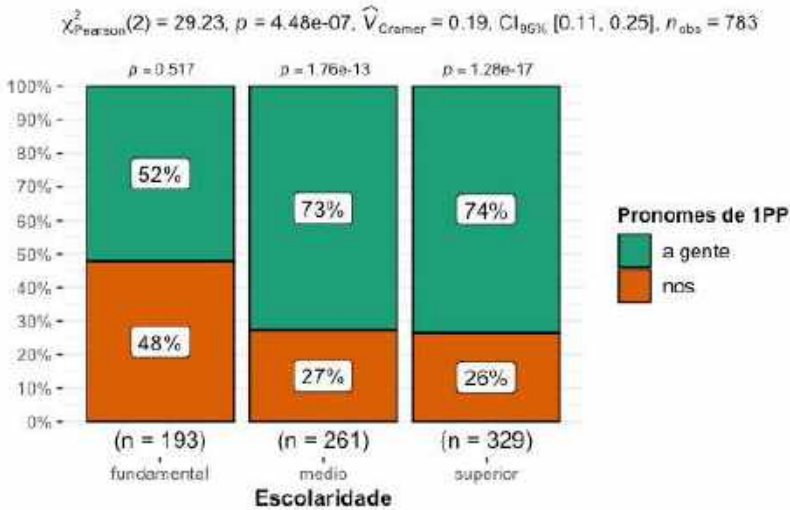
Os estudos sociolinguísticos sobre a alternância *nós* e *a gente*, de modo geral, mostram que são os falantes das faixas etárias mais jovens que fazem maior uso do pronome inovador *a gente*, o que corroboram os nossos dados, por outro lado, há também a predominância, em todas as faixas etárias, da realização de *a gente*. É possível observar, também, que outros estudos têm apresentado esse comportamento, com a preferência pelo pronome inovador *a gente* em todas as faixas etárias (SOUZA; BOTASSINI 2009; VITÓRIO, 2016; SOUZA, 2020).

Escolaridade

Em relação à escolaridade, observamos, no gráfico 8, os informantes do Fundamental utilizam menos a variante *a gente* – 52%, do que os informantes do Médio – 73% e do Superior – 74%, diferindo do que pressupomos para a análise desta variável de que quanto maior o nível de escolarização, menor o percentual de *a gente*. São os informantes do Fundamental que apresentam maior realização do pronome padrão

nós – 48% contra 27% e 26% para os informantes do Médio e Superior, respectivamente.

Gráfico 8: Distribuição de *nós* e *a gente* na variável escolaridade



Fonte: Elaboração própria (2021).

A distribuição desses dados é estaticamente significativa ($\chi^2(2, N=783) 29.23, p=4.48e-07$), com associação fraca ($V2 = 0.19$) há interferência dessa variável na realização da variável dependente. Os falantes, na zona rural de Pariconha-AL, fazem o uso da variante inovadora *a gente* com mais frequência em todos os níveis de escolarização, porém, apresenta maior percentual de realizações no fator ensino superior, quanto mais escolarizado, mais uso de *a gente*.

Conclusão

Nesta pesquisa, analisamos a variação *nós* e *a gente* na posição de sujeito na zona rural de Pariconha-AL, com o objetivo de observar como o fenômeno em estudo se comporta entre os falantes da comunidade. Para tal, recorreremos ao aporte teórico-metodológico da Teoria

da Variação e Mudança Linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006; LABOV, 2008), que postula que a língua é dotada de heterogeneidade ordenada. Assim, buscamos investigar as motivações linguísticas e sociais que condicionam esse fenômeno linguístico variável.

A partir da análise estatística dos dados, observamos que, na comunidade rural de Pariconha- AL, há variação pronominal de primeira pessoa do plural na posição de sujeito, com a predominância da forma inovadora *a gente* – 68% (533/783) contra 32% (250/783) das realizações de *nós*. Esses resultados corroboram a nossa hipótese inicial de que a variante *a gente* é forma preferida para representar a primeira pessoa do plural na posição de sujeito.

Partindo do pressuposto de que a variação não acontece de forma aleatória, mas motivada por grupo de fatores linguísticos e extralinguísticos, observamos que na comunidade em estudo a variação *nós* e *a gente* é condicionada pelas variáveis tempo verbal, marca morfêmica, paralelismo formal, saliência fônica, determinação do referente, faixa etária e escolaridade, selecionadas como estaticamente significativas pelo programa computacional R. A variável sexo, por sua vez, não foi considerada relevante na análise dos dados.

Tendo em vista os resultados, realizamos uma análise multivariada de regressão logística e obtivemos os seguintes resultados das variáveis que apresentam significância: a variante *a gente* é favorecida na faixa etária mais jovem, em todos os níveis de escolarização, em tempos verbais imperfeito, perfeito e presente, morfema 3PS, em contextos de *a gente* antecedido por *a gente*, menos saliente e referente indeterminado.

O controle dessas variáveis linguísticas e sociais permitiram-nos mostrar como as variantes *nós* e *a gente* na posição de sujeito comportam-se e configuram-se na comunidade, bem como revelar que, em relação às variáveis linguísticas, o comportamento da comunidade se assemelha ao comportamento das comunidades revisitadas na se-

ção 2 (SEARA, 2000; TAMANINE, 2010; FRANCESCHINI, 2011; DEON *et al.*, 2016; FOEGER *et al.*, 2017; VITÓRIO, 2016; 2017; ALVES; SOUSA, 2020; SOUZA, 2020).

Referências

CARVALHO, M. A. S. **Uso variável de nós e a gente na fala e escrita de pessoas do Distrito Federal**. 2015. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português)–Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: Monografia revisada (unb.br). Acesso em: 5 dez. 2020.

DEON, V. A.; LOREGIAN PENKAL, L.; FRANCESCHINI, L. T. VARIAÇÃO PRONOMINAL NÓS/A GENTE EM GUARAPUAVA, PARANÁ: O PAPEL DOS FATORES LINGUÍSTICOS. *Trama*, [S. l.], v. 12, n. 27, p. 110–138, 2016. DOI: 10.48075/rt.v12i27.14295. Disponível em: <https://erevista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/14295>. Acesso em: 5 dez. 2020.

FONSECA, F. F. ; LOPES, N. da S. A variação do sujeito nós e a gente no português falado em Alagoinhas, Bahia. **Revista Philologus**, 2020. v. 26 n. 76. Rio de Janeiro: CiFELiL, jan./abr.2020. Disponível em: Vista do 11. A variação do sujeito nós e a gente no português falado em Alagoinhas, Bahia (revistaphilologus.org.br). Acesso em: 5 dez. 2020.

LIMA, A. E. **Um estudo sobre a variação do uso de “nós” e “a gente” na cidade de Luziânia (GO)**. 2017. [18] f., il. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Letras Português)–Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente: Um estudo sobre a variação do uso de “nós” e “a gente” na cidade de Luziânia–GO (unb.br). Acesso em: 5 dez. 2020.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

R CORE TEAM. **R: A language and environment for statistical computing**. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2017. Disponível em: <https://www.r-project.org/>. Acesso em: 06 jan. 2020.

SEARA, I.C. A variação do Sujeito nós e a gente na fala Florianopolitana. **Revista Organon**, Instituto de Letras UFRGS, Porto Alegre-RS, v. 14, n. 28-29, 2000.

SILVA, F. J. de A. **A variação pronominal nós e a gente na fala de Fortaleza.** 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2020. Disponível em: 2020_dis_fjasilva.pdf (ufc.br). Acesso em: 5 Dez. 2020.

SOUZA, A. S. ; BOTASSINI, J. O. M. A VARIAÇÃO NO USO DOS PRONOMES-SUJEITO NÓS E A GENTE. *In: SILEL*, 1., 2009, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: EDUFU, 2009. Disponível em: gt_lg06_artigo_4.pdf (ufu.br). Acesso em: 20 set. 2021.

SOUZA, M. H. M. **A variação nós e a gente na posição de Sujeito na comunidade quilombola Serra das Viúvas/Água Branca-AL.** 2020. Dissertação (Mestrado em Linguística e Literatura) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020. Disponível em: A variação nós e a gente na posição de sujeito na comunidade quilombola Serra das Viúvas-Água Branca-AL.pdf (ufal.br). Acesso em: 5 Dez. 2020.

TAMANINE, A. M. B. **Curitiba da gente:** Um estudo sobre a variação pronominal nós/a gente e a gramatização de a gente na cidade de Curitiba -PR. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SPESSATTO, M. B. **Formas inovadoras não conhecem fronteiras: nós/a gente na fala da população da Costa da Lagoa. Working Papers em Linguística,** Santa Catarina, v. 11 n. Especial 2010, p. 82-93, 2010. Disponível em: Formas inovadoras não conhecem fronteiras: nós/a gente na fala da população da Costa da Lagoa | Working Papers em Linguística (ufsc.br). Acesso em: 5 dez. 2020.

VITÓRIO, E. G. S. L. A. Variação nós e a gente na fala culta da cidade de Maceió/al. **Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura,** São Cristóvão, UFS, v. 24, p. 159-172, 2016.

VITÓRIO. E. G. S. L. A. A realização dos pronomes nós e a gente na função de sujeito e nas funções de complemento e adjunto na cidade de Maceió/AL. **Letrônica,** Porto Alegre, v. 10, n. 1, p.122-138, jan.-jul. 2017.

VITÓRIO. E. G. S. L. A. A variação nós e a gente na posição de sujeito na fala de crianças da cidade de Maceió/AL. **Revista (Con)Textos Linguísticos,** Vitória-ES, v. 9 n. 14, p. 126-141, Abril, 2019. Disponível em: A variação nós e a gente

na posição de sujeito na fala de crianças da cidade de Maceió/AL | Revista (Con)Textos Linguísticos (ufes.br). Acesso em: 5 dez. 2020.

VITÓRIO, E. G. S. L. A. A expressão da 1PP em contextos sintáticos de complementação e adjunção e o problema de avaliação linguística em Maceió/AL. **(CON)TEXTOS LINGUÍSTICOS**, v. 12, p. 61-77, 2018. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/19383>>. Acesso em 10 de nov de 2021.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

Análise sociolinguística da concordância nominal produzida em diferentes regiões alagoanas

Andressa Kaline Luna de Oliveira Marques
Aldir Santos de Paula
Universidade Federal de Alagoas

Introdução

As pesquisas pautadas na sociolinguística variacionista são desenvolvidas no Brasil desde a década de 1970 e atestam a variabilidade do português brasileiro (doravante PB) nos diferentes níveis de análise: fonético-fonológico, morfossintático e semântico-discursivo. Entre os trabalhos que analisam fenômenos morfossintáticos, destaca-se o desenvolvido por Scherre (1988), como um dos pioneiros sobre a concordância nominal no PB.

Scherre (1988) verifica que a concordância nominal no sintagma nominal (doravante SN) se comporta como sincronicamente variável e apresenta diferentes formas que denotam pluralidade: com presença de marca formal em todos os elementos (**As meninas bonitas**), com presença de marca formal em alguns elementos (**As meninas bonita**) e com presença de marca formal apenas no primeiro elemento do SN (**As menina bonita**).

De acordo com a autora, essa variação é condicionada tanto por fatores linguísticos, como a relação da classe gramatical com o núcleo, quanto por fatores extralinguísticos, como o nível de escolaridade do falante. Tomando por base o trabalho desenvolvido por Scherre (1988), outras pesquisas tomaram para análise a concordância nominal no SN em diferentes localidades brasileiras. Em Alagoas, no entanto, há poucos estudos variacionistas voltados à análise da variação da concordância nominal dentro do SN. Salvo engano, apenas o de Marques (2016), que analisa a concordância nominal no SN na língua falada em Maceió.

Em virtude disso, busca-se com este trabalho ampliar os estudos referentes ao tema em Alagoas e investigar quais fatores linguísticos e extralinguísticos se correlacionam com a indicação explícita de plural no SN através de amostras de falas de três cidades representantes do litoral, agreste e sertão alagoano que estão disponíveis do banco de dados do projeto PORTAL–Variação Linguística no Português Alagoano. Para isso, consideram-se as variáveis linguísticas posição linear, classe gramatical, relação da classe gramatical com o núcleo, marcas precedentes e saliência fônica; as variáveis extralinguísticas escolaridade, faixa etária, sexo e diatopia.

Este artigo está dividido em três seções. Na seção 2, apresenta-se alguns princípios relacionados à concordância nominal. Na seção 3, apresenta-se os procedimentos metodológicos empreendidos na realização da pesquisa e na seção 4 são apresentados os resultados da análise sobre a concordância nominal no estado do Alagoas.

Concordância nominal: motivações em competição

De acordo com Camacho (2013), a sociolinguística variacionista toma como objeto de análise fenômenos complexos que são impulsionados por fatores sociais e por motivações linguísticas (formais

e funcionais), e que essa complexidade pode ser mais bem investigada ao considerar a provável competição dessas motivações.

Considerando isso, se pondera se a presença ou a ausência de marca de plural no SN tem motivação funcional, através da tendência de se eliminar redundância; se tem motivação formal, em virtude do princípio do paralelismo, ou se é impulsionada por condições funcionais e formais que competem entre si e atuam na concordância nominal.

Uma das motivações funcionais mais citadas nos estudos variacionistas é a condição de distintividade trabalhada por Kiparsky (1972). Conforme Camacho (2013), o rótulo funcional

[...] se justifica plenamente porque Kiparsky (1982[1972]) reconhece a existência de regularidades fonológicas e morfológicas baseadas em condições de natureza funcional, e um desses aspectos regulares diz respeito a regras opcionais baseadas em frequências variáveis. (CAMACHO, 2013, p. 178).

O termo *condição de distintividade* se aplica ao princípio funcional de se reter a informação semanticamente relevante na estrutura superficial. Esse princípio é amplamente trabalhado por Kiparsky (1972) na análise de um processo fonológico, presente em algumas variedades do inglês norte-americano, em que, por vezes, se apaga o fonema /t/ em final de palavra.

Esse apagamento ocorre apenas no contexto de verbos irregulares em que as categorias do presente e do pretérito se distinguem através de uma vogal diferente na raiz, a exemplo: *keep vs. Kep(t)*. Dessa forma, a regra de apagamento é bloqueada ou menos atuante quando neutraliza a distinção entre a forma do presente e do pretérito, como em *passed*, e mais atuante quando a distinção é preservada através da alternância vocálica na raiz.

Além das perspectivas funcionais, se tem adotado nos estudos variacionistas o princípio formal do paralelismo, que atua no mecanismo de repetição de estruturas. Um dos primeiros trabalhos que adotam esse princípio é o desenvolvido por Poplack (1980), que analisa o espanhol porto-riquenho. Nessa pesquisa, foi observada uma tendência para a redundância no nível sequencial, de modo que a ausência de marca no segmento precedente a um dado elemento favorece a ausência de marca nesse elemento, enquanto a presença de marca em segmento imediatamente precedente a um dado elemento favorece a aplicação de marca nesse elemento.

Assim como Poplack (1980), Scherre (1988), em sua pesquisa sobre a concordância nominal falada no Rio de Janeiro, defende que a explicação da variação da indicação de plural no SN pode estar no princípio de que marcas levam a marcas e zeros levam a zeros.

Pesquisadores como Labov (1994) e Camacho (2013) considerem o princípio do paralelismo como uma tendência formal de preservação de estruturas sintaticamente paralela, Scherre (1988), entretanto, defende que o paralelismo tem motivação funcional por se tratar de um princípio de base cognitiva que possibilita que formas semelhantes se agrupem, através de processos mentais associativos.

De acordo com a autora, esse princípio é eficaz para explicar o funcionamento de diferentes fenômenos pertencentes à diversas línguas naturais. Sobre isso, ela explica que

[...] o Princípio do Processamento com Paralelismo é um candidato a universal, atuando sobre o comportamento linguístico e, como tal, deve ser incorporado pela teoria linguística. Até que ponto o funcionamento deste princípio é capaz de afetar a forma da língua no decorrer do tempo, é um estudo que está por se fazer. O fato é que a concordância com o mais próximo em situações normalmente não previstas já aparece em textos escritos, relidos e revisados. (SCHERRE, 1988, p. 520).

Com este trabalho busca-se observar se a indicação explícita de plural em fenômenos de concordância nominal na língua falada em Alagoas vincula-se a princípios funcionais como o princípio da economia e a condição de distintividade, ao princípio do paralelismo ou se é determinada por motivações em competição

Metodologia

Este trabalho toma como variável dependente a concordância de número no SN na língua falada em Alagoas através de 84 amostras de fala sendo 36 de nativos de Maceió, 24 de Arapiraca e 24 de Delmiro Gouveia. Para isso considera-se como dado de análise cada um dos elementos dos sintagmas nominais que possuem duas ou três posições.

Baseando-se na perspectiva sociolinguística de que há a possibilidade de sistematizar a variação existente e própria da língua falada, e que essa variação está relacionada a fatores internos e externos ao sistema linguístico, utiliza-se o programa computacional R, que indica estatisticamente os fatores significativos para análise.

Com a contabilização dos dados, observou-se que dos 3.173 dados de fala analisados, 2.669 apresentam marca de pluralidade, enquanto 504 não a apresentam. Isto é, 84% apresentam o morfema que indica pluralidade, enquanto 16% não o apresenta.

Com o ajuste do modelo de regressão, identificou-se as variáveis estatisticamente significativas e os fatores que têm efeito sobre a indicação de pluralidade no SN. O modelo foi ajustado através do *teste da razão da máxima verossimilhança*, testando-se, em um modelo multivariado de regressão logística multinível, as variáveis independentes linguísticas *posição*, *classe*, *relação*, *saliência* e *marcas precedentes*, as variáveis extralinguísticas *escolaridade*, *sexo*, *faixa etária* e *diatopia*.

O modelo final foi composto pelas variáveis independentes *escolaridade*, *diatopia*, *classe*, *saliência* e *marcas precedentes*. As variáveis que foram excluídas foram *sexo*, *faixa etária*, *posição linear* e *relação da classe gramatical com o núcleo*.

| Análise

Como apresentado, analisa-se neste trabalho a correlação da indicação de plural em Alagoas e algumas variáveis linguísticas e extralinguísticas. A seguir, apresenta-se os resultados referentes às variáveis que o programa computacional R indicou como significativas.

| *Marcas precedentes*

O estudo da concordância nominal através da correlação da variável *classe gramatical* e da indicação explícita de plural no SN tem se mostrado relevante em diferentes trabalhos, porém os critérios de abordagem dessa variável não têm sido unânimes entre os pesquisadores.

Ao retomar as pesquisas pioneiras, pode-se observar essas divergências na abordagem. Em Guy (1981), por exemplo, considera-se posição linear e classe gramatical como variáveis equivalentes. De acordo com o autor, há uma correspondência entre a primeira posição e os determinantes, a segunda posição e os substantivos e a terceira e os adjetivos.

Scherre (1988), por sua vez, passa a considerar, em SNs de 3 posições ou mais, posição linear e classe gramatical como variáveis distintas, além de realizar um cruzamento entre elas. Através desse método, Scherre (1988) constata que as classes gramaticais não são fixas às posições, podendo ocorrer, por exemplo, substantivos em todas as posições do sintagma. Ela verifica, ainda, que independente da classe gramatical, qualquer elemento que esteja na primeira posição tende a reter a marca de pluralidade.

Tomando por base os estudos pioneiros, considera-se neste trabalho que há uma ordem canônica da língua, embora não ocorra uma exata equivalência entre classe gramatical e posição. Para a construção da análise da correlação da variável *marcas precedentes* e o uso da marca de plural no SN, observa-se, dentro de cada sintagma,

o contexto precedente a cada um dos elementos que ocupam segunda ou terceira posição.

Vale ressaltar que, diferentemente da maioria dos demais trabalhos sobre SN, este trabalho toma para análise SNs de 2 e 3 posições. Os elementos que ocupam a 2ª posição foram observados nos seguintes contextos: 2ª posição sem marca formal anterior; 2ª posição com marca formal anterior.

Os elementos que ocupam a 3ª posição, por sua vez, foram observados nos contextos: 3ª posição com marca a partir da primeira posição; 3ª posição com mistura de marca sem marca anterior e 3ª posição com mistura de marca com marca anterior. A seguir, são apresentados os resultados alcançados com a variável em discussão a partir dos fatores listados.

Quadro 01: Correlação da variável marcas precedentes e o uso da indicação de pluralidade no SN na língua falada em Alagoas

	Total	% indicação de pluralidade	Peso Relativo	Sig,wald	Sig. TRMV
2ª posição com marca formal anterior	1435	72.8	0.03	0.000	2.2e-16
2ª posição sem marca formal anterior	21	95.2	1.00	0.000	
3ª posição com marca a partir da 1ª posição	232	70.7	0.00	0.000	
3ª posição com mistura de marca sem marca anterior	22	13.6	0.00	0.000	
3ª posição com mistura de marca com marca anterior	7	28.6	0.99	0.000	
Não se aplica	1456	98.6	0.80	0.051	

Fonte: Autores (2022).

Como pode ser observado no quadro 01, em relação à segunda posição, os elementos que não são antecidos por marca favorecem a marcação de pluralidade, enquanto os que são antecidos por marca desfavorecem a aplicação do morfema plural. Desse modo, a perspectiva funcionalista parece ser confirmada, ao menos em relação aos dois primeiros elementos do SN, uma vez que, quando o primeiro elemento retém a informação de pluralidade, tende-se a inibir a marca de plural no segundo elemento, descartando o dado redundante, como pode ser percebido no dado de fala a seguir:

(01) algumas parte (AR18M06)

Em situações em que a informação de pluralidade não é indicada no primeiro elemento, o segundo elemento do SN é marcado para que se recupere o sentido de pluralidade.

(02) presente maravilhosos (AR60F15)

A respeito dos resultados alcançados com os fatores que envolvem a terceira posição do SN, observa-se que a *terceira posição com mistura de marca com marca anterior* destaca-se como a única favorecedora da marcação de pluralidade. De modo que, sintagmas de três posições sem marca formal no primeiro elemento e com marca formal explícita no segundo elemento terá mais possibilidade de exibir morfema de plural no terceiro elemento. Esse resultado pode ser mais bem observado no exemplo a seguir.

(03) o próprios filhos (AR70M01).

A *terceira posição com mistura de marca sem marca anterior*, por seu turno, apresenta-se como desfavorecedora da marcação de plural. De maneira que, em sintagmas de três posições com presença de morfema de plural no primeiro elemento e ausência de marcação de pluralidade no segundo, terá mais possibilidade de exibir variante

zero no terceiro elemento. Como pode ser visualizado nos exemplos a seguir.

(04) aqueles namoro antigo (PV52M02).

Através desses resultados, apreende-se que o processamento com paralelismo ocorre na relação existente entre a segunda e a terceira posições do SN em estruturas do tipo 0-S-S e S-0-0, pois se verifica uma tendência das formas semelhantes da língua se agruparem quando ocorrem nessas posições, tendo em vista a verificação de uma maior possibilidade de marcação de plural na terceira posição quando o elemento antecedente apresenta marca explícita de plural, enquanto que se percebe uma menor possibilidade de marcação de plural na terceira posição quando o elemento anterior não apresenta marca explícita de plural.

Ao observar, porém, que a variável *terceira posição com marca a partir da 1ª posição* é desfavorecedora da marcação de pluralidade, percebe-se que o processo com paralelismo não se aplica a todos os tipos de SNs de três posições. Verifica-se que em SNs de três posições em que os dois primeiros elementos apresentam variante explícita de plural, há uma maior possibilidade do terceiro elemento não apresentar morfema de plural, o que vai de encontro ao princípio do paralelismo.

| *Saliência fônica*

A variável *saliência fônica* tem se mostrado relevante no estudo da concordância nominal no PB indicando que as formas com maior diferenciação fônica tendem a ser mais marcadas do que as formas que apresentam menor diferenciação.

Para a construção da análise da correlação da variável *saliência fônica* e a indicação de pluralidade no SN, aborda-se neste trabalho os seguintes fatores:

- a) Marcação dupla de plural, com metafonia e acréscimo do -/s/;
(05) olhos verdes (FE29F06)
- b) Plural de palavras com singular terminado em r
(06) as mulheres (AR40F15)
- c) Plural de palavra com singular terminado em s;
(07) outros países (AR40F15)
- d) Plural de palavra com singular terminado em l;
(08) espaços culturais (AR30F15)
- e) Plural de palavra com singular terminado em ao;
(09) os irmão (AR18M06)
- f) Plural regular.
(10) as parteira (DE71F01)

Com base em Scherre (1988), considera-se o fator plural regular como menos saliente e os demais como mais salientes. No quadro a seguir são apresentados os resultados alcançados com a variável em discussão.

Quadro 02: Correlação da variável saliência e o uso da indicação de pluralidade no SN na língua falada em Alagoas

Saliência	Total	% indicação de pluralidade	Peso Relativo	Sig, wald	Sig. TRMV
					0.0003366
	31	96.8	0.90	0.171	
	76	67.1	0.11	0.020	
+ Saliente	39	74.4	0.24	0.206	
	68	89.7	0.69	0.384	
	27	96.3	0.83	0.277	
- Saliente	2932	84.3	0.11	0.000	

Fonte: Autores (2022).

Como pode ser observado no quadro 02, os fatores *marcação dupla de plural*, *plural de palavras com singular terminado em r* e *plural de palavras com singular terminado em s* são favorecedores do uso da variante explícita de plural no SN. Esse resultado está em consonância com o princípio da saliência fônica, uma vez que eles possuem a oposição singular/plural mais perceptível.

Os dados apresentados no quadro 02 permitem, ainda, constatar que o plural regular desfavorece o uso da marca formal de plural, o que confirma que o princípio da saliência fônica é atuante na concordância nominal, pois observa-se que itens que possuem a oposição singular/

plural menos saliente têm mais possibilidade de não apresentarem a marca formal de plural do que os mais salientes.

Embora a maioria dos fatores que compõem a variável *saliência fônica* sinalizem que o plural irregular favorece a indicação formal de pluralidade, enquanto o plural regular a desfavorece, observa-se com os resultados apresentados no quadro 02 que os fatores *Plural de palavras com singular terminado em ao* e *Plural de palavras com singular terminado em l* desfavorecem o uso da marca de plural no SN o que vai de encontro ao princípio da saliência fônica.

Com o intuito de aprofundar o efeito do princípio da saliência sobre esses fatores, revisou-se o *corpus* analisado neste trabalho, como também pesquisas anteriores que consideram a saliência fônica no estudo da concordância nominal no SN.

Na revisão de literatura, observou-se que a abordagem e os resultados dos itens terminados em -l e em -ão não são consensuais, pois verifica-se que em Scherre (1978) eles são o segundo fator que mais favorece a marcação explícita de concordância, enquanto que em Scherre (1988) os itens terminados em -l continuam ocupando o segundo lugar na escala de saliência fônica e os terminados em -ão são subdivididos em dois fatores: *acrécimo de -s e mudança silábica em palavras terminadas em -ão* e *acrécimo de -s em palavras terminadas em vogal + nasal*.

O primeiro fator apresenta-se como favorecedor da marcação explícita de plural enquanto o segundo apresenta-se como desfavorecedor, ou seja, comporta-se como os demais itens que obtém a oposição singular/plural apenas com a inserção de -s.

Na pesquisa desenvolvida por Guy (1981), por sua vez, verifica-se que os itens terminados em -l e em -ão são desfavorecedores da indicação explícita de plural no SN de modo semelhante aos itens regulares. Vale ressaltar que ao abordar os itens terminados em -ão o pesquisador toma para análise os que apresentam plural com alteração silábica (ex: cordão/cordões). De acordo com Guy (1981) esse resultado

se deve ao fato de que ambos os casos terminam –em termos fonéticos –em vogal.

Ao observar o *corpus* analisado nesta pesquisa, observou-se que se abarca com o fator *terminado em –ão no singular* tanto palavras que obtém plural através da mudança silábica e inserção de–s como as que obtém plural apenas com a inserção de –s.

Com esses dados, chegou-se a um resultado que vai ao encontro dos alcançados por Guy (1981), pois se verifica que tanto os itens terminados em –l quanto os terminados em –ão apresentam resultados semelhantes às palavras que possuem plural regular, o que não se justifica pelo princípio da saliência fônica. Exemplifica-se, a seguir, os fatores mencionados.

g) Plural de palavras com singular terminado em –ão

(11) os algodões (DE18M13)

h) Plural de palavras com singular terminado em –l

(12) espaços culturais (AR30F15)

i) Plural regular

(13) as parteira (DE71F01)

Como pode ser visualizado nos exemplos, as palavras que pertencem ao fator *plural regular* apresentam uma diferenciação na oposição singular/plural menos perceptível do que a das palavras terminadas em –l e das com terminação em –ão que não possuem plural regular. No entanto, essas palavras compartilham a característica de serem finalizadas, em termos fonéticos, por vogal, como sinalizado por Guy (1981).

Com isso percebe-se que além do princípio da saliência fônica há uma motivação na distinção vogal/consoante, em termos fonéticos, que age concomitante sobre a concordância nominal. Diante disso, compreende-se que os itens que possuem a oposição singular/plural mais perceptível e possuem terminação em consoante favorecem

indicação explícita de plural no SN enquanto os itens que terminam em vogal desfavorecem essa indicação.

| *Classe gramatical*

Para a construção da análise da correlação da indicação de pluralidade no SN e a variável linguística classe gramatical considera-se os seguintes fatores: artigo, demonstrativo, indefinido, possessivo, quantificador, substantivo e adjetivo. No quadro 03, a seguir, apresentam-se os resultados alcançados com os fatores que compõem a variável linguística em questão.

Quadro 03: Correlação da variável classe e o uso da indicação de pluralidade no SN na língua falada em Alagoas

Classe	Total	%indicação de pluralidade	Peso Relativo	Sig,Wald	Sig.
					TRMV
					0.000158
Adjetivo	157	74.5	0.05	0.000	
Artigo	849	98.6	0.77	0.060	
Demonstrativo	185	99.5	0.95	0.037	
Indefinido	175	97.1	0.17	0.050	
Possessivo	300	98.3	0.91	0.002	
Quantificador	51	94.1	0.72	0.487	
Substantivo	1456	69.9	0.03	0.000	

Fonte: Autores (2022).

Como pode ser observado, demonstrativos, possessivos e artigos favorecem a indicação explícita de plural enquanto substantivos, adjetivos e indefinidos não favorecem essa indicação.

Vale ressaltar que se optou, neste trabalho, abarcar no fator *indefinido*, além dos artigos indefinidos e pronomes indefinidos, palavras como *outra*, que podem ser rotuladas, a depender do contexto, como pronome ou substantivo, e itens como *certas* que podem ser tomados

como adjetivo ou pronome indefinido, a depender da relação que estabelece com o substantivo. Desse modo, as características que delimitam o fator possibilitam que ele não apresente um comportamento similar aos demais determinantes.

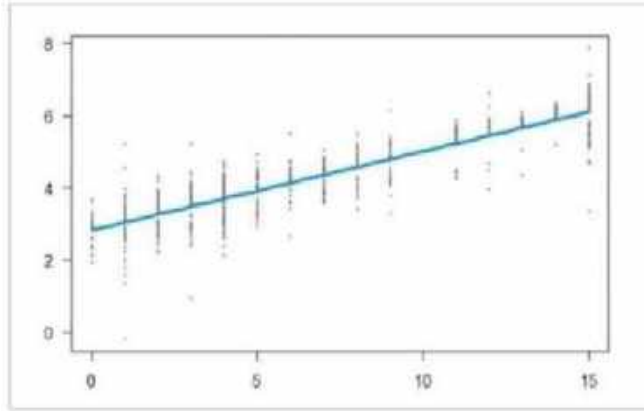
| *Escolaridade*

As pesquisas sociolinguísticas que investigam a relação entre a escolaridade e a realização da concordância nominal geralmente verificam a influência da valoração social nos usos linguísticos dos falantes, uma vez que a exposição à educação escolar contribui com o fomento das formas mais prestigiadas, na medida que consolida a estigmatização atribuída à algumas variantes. Sobre essa temática, Mollica (2013) explica que

As regras de concordância nominal [...] ilustram bem a ênfase que se dá ao padrão culto. Ao justificar e implantar na literatura e no uso das pessoas cultas as formas focalizadas, o ensino contribui para provocar adesão dos alunos a essas formas, como marcas de prestígio social. (MOLLICA, 2013, p. 53).

A fim de verificar a correlação entre os anos de escolarização e o uso da concordância nominal, considera-se, nesta pesquisa, a trajetória escolar com base em amostras de fala de participantes com menos de 9 anos e mais de 11 anos de estudo. O gráfico a seguir ilustra os resultados referentes a essa variável extralingüística.

Gráfico 1: Correlação da variável escolaridade e o uso da indicação de pluralidade no SN na língua falada em Alagoas



Significância da variável: 1.404 e-11

Fonte: Autores (2022).

Ao observar os resultados apresentados no gráfico 01, verifica-se que há uma relação diretamente proporcional entre o nível de escolarização e o uso da marca de plural no SN, pois com o aumento do nível de escolarização aumenta-se o uso da variante de maior prestígio social na concordância nominal o que sinaliza, de acordo com Labov (2008), que o fenômeno linguístico se encontra em variação estável.

Pode-se observar ainda, com os resultados alcançados, que a cada ano de acesso a escolarização aumenta em 7% a probabilidade de uso de marca de plural no SN. Esse resultado assemelha-se ao obtido por Marques (2016), que constata que em Maceió os falantes que possuem maior nível de escolaridade apresentam mais em suas falas a variante de prestígio no SN do que os que possuem menor nível de escolaridade.

Diatopia

Embora não haja uma necessária equivalência entre o espaço geográfico e a comunidade de fala do falante, os estudos que consi-

deram a diatopia no estudo da variação têm verificado que, a depender da região ou estado, o uso da concordância possui características específicas.

Neste trabalho, aborda-se a variável diatopia ao analisar o uso da concordância dentro do estado de Alagoas, com o estudo da língua falada em Maceió, Arapiraca e Delmiro Gouveia, cidades situadas no litoral, no agreste e no sertão alagoano, respectivamente. Apresentam-se a seguir os resultados referentes aos dados de fala desses municípios.

Quadro 04: Correlação da variável diatopia e o uso da indicação de pluralidade no SN

Cidade	Total	% indicação de pluralidade	Peso Relativo	Sig.Wald	Sig.TRMV
					0.001269
Arapiraca	866	80.6	0.13	0.000	
Delmiro Gouveia	1030	86.1	0.62	0.152	
Maceió	1277	84.9	0.79	0.001	

Fonte: Autores (2022).

Ao observar os resultados apresentados no quadro 04, observa-se que Maceió, município localizado no litoral alagoano, destaca-se como favorecedora da indicação de plural no SN. Esse resultado vem refletir a busca da capital alagoana pelo prestígio da variante da concordância nominal constituída pela marcação explícita de plural.

Verifica-se ainda, com dados apresentados, que Arapiraca, cidade representante do agreste alagoano, desfavorece o uso da indicação de pluralidade no SN, enquanto Delmiro Gouveia favorece o uso da marca explícita de plural. Ao considerar o pressuposto de que a língua se correlaciona com o meio social, entende-se que esses resultados se relacionam com as estruturas geográficas e socioeconômicas dos municípios. Em virtude disso, buscou-se analisar quais características os diferenciam.

Diferentemente de Arapiraca, Delmiro Gouveia é um município alagoano que faz divisa com outros estados, a saber: Pernambuco, Sergipe e Bahia, e sua economia também é impulsionada pelo turismo, uma vez que a cidade faz parte do Mapa Turístico de Alagoas por possui atrativos como o Cânion de São Francisco e o Museu Regional de Delmiro Gouveia.

Diante do exposto, apreende-se que a concordância nominal em Alagoas se caracteriza como um fenômeno linguístico em variação diatópica vinculado às características sociais das cidades cujas falas foram analisadas nesta pesquisa.

Conclusão

Neste trabalho, constatou-se a correlação da indicação de plural no SN na língua falada em Alagoas e as variáveis independentes *marcas precedentes*, *saliência fônica*, *classe gramatical*, *escolaridade* e *diatopia*.

Sobre a variável *marcas precedentes*, observou-se a coexistência de dois princípios que regem a concordância nominal no PB. O primeiro, presente na relação entre os dois primeiros elementos do SN, atesta a visão funcionalista da língua e o segundo, atuante na relação entre os dois últimos elementos, indica a existência do processamento com paralelismo na marcação de plural no SN.

A propósito da variável *saliência fônica*, verificou-se que, na maioria dos casos, a oposição singular/plural mais perceptível favorece o uso da indicação explícita de plural no SN, enquanto a oposição menos perceptível desfavorece essa indicação.

Em relação à *classe gramatical*, observou-se que, no *corpus* deste trabalho, os determinantes favorecem a indicação explícita de plural enquanto substantivos e adjetivos a desfavorece.

Através da variável escolaridade, por sua vez, constatou-se que quanto maior a exposição à educação escolar, maior a possibilida-

de de uso da variante explícita de plural no SN e quanto menor a escolaridade do falante, menor o uso dessa variante.

Com a variável *diatopia*, por seu turno, observou-se que Maceió, Arapiraca e Delmiro Gouveia apresentam comportamentos distintos em relação ao uso da concordância nominal, com a capital alagoana destacando-se como a maior favorecedora da indicação explícita de plural no SN.

Portanto, verificou-se, neste trabalho, a variação no uso da concordância nominal na língua falada em Alagoas e a correlação do objeto de estudo com fatores internos e externos ao sistema linguístico, lançando luz ao fato de que a língua é concomitantemente estrutura linguística e fenômeno social.

Referências

CAMACHO, R. G. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

GUY, G. R. **Linguistic variation in Brazilian Portuguese**: aspects of the phonology, syntax and language history. 1981. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade da Filadélfia, Filadélfia, 1981.

KIPARSKY, P. Explanation in phonology. In: PETERS, S. (Ed.) **Goals of Linguistic Theory**. Nova Jersey: Prentice Hall, 1972. p.189-225.

LABOV, W. **Principios del cambio linguístico**: factores internos. Version Española de Pedro Martín Butragueño. España: Gráficas Condor, S.A, 1994.

MARQUES, A. K.L.O. **A concordância de número no sintagma nominal**: uma análise sociolinguística da língua falada em Maceió. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2016.

MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (org.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

POPLACK, S. The notion of the plural in Puerto Rico Spanish: competing constraintson /s/ deletion. *In*: LABOV, W. (ed.). **Locating language in time and space**. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1980a. p. 55-67.

SCHERRE, M. M. P. **A regra de concordância de número no sintagma nominal em português**. 1978. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro–PUC/RJ, Rio de Janeiro, 1978.

SCHERRE, M. M. P. **Reanálise da Concordância nominal em português**. 1988. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro–UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.

Concordância verbal com pronome nós na zona rural de Pariconha – AL

José Anilton Alves da Silva
Universidade Federal de Alagoas

Introdução

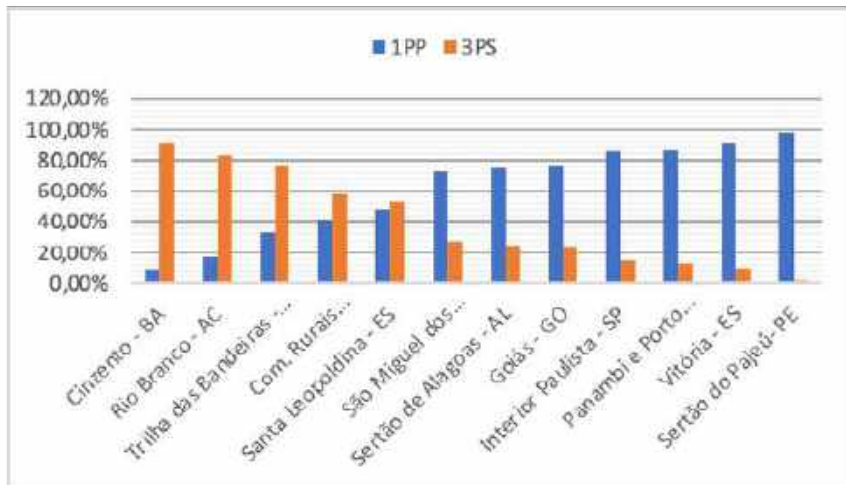
Situada no nível morfosintático, a concordância é um dos fenômenos presentes nas línguas e tem sido entendida, segundo Bortoni-Ricardo (2014, p. 74), “como um fenômeno gramatical, na qual a forma de uma palavra numa sentença é determinada pela forma de outra com a qual tem alguma ligação gramatical”, como em *nós gostamos de viajar*.

Em relação à concordância verbal (CV), há no âmbito social divergências no tratamento deste fenômeno. Baseadas na ideia de homogeneidade linguística e na perspectiva de que a língua é insuscetível de variação e mudança, as gramáticas tradicionais normativas (ALMEIDA, 2009; BECHARA, 2010; CEGALLA, 2008; ROCHA LIMA, 2011) convergem e caracterizam a concordância verbal como regra categórica. Entretanto, a considerável produção bibliográfica, sobretudo, no âmbito dos estudos sociolinguísticos (cf. SCHERRE; NARO, 1993; ZILLES; MAYA; SILVA, 2000; LUCCHESI, 2009; RUBIO; 2012;

AGOSTINHO; COELHO, 2015), mostra que nas variedades do português brasileiro, há um comportamento variável no uso da regra de CV.

No que concerne à concordância verbal com a primeira pessoa do plural (doravante 1PP), o mapeamento dos estudos variacionistas em diferentes regiões do Brasil nos permite afirmar que, diferente do que postula as gramáticas normativas, a CV com o pronome *nós* caracteriza-se como um fenômeno variável na maioria das comunidades estudadas, apresentando percentuais maiores ou menores a depender de contextos linguísticos e sociais, conforme podemos visualizar no gráfico abaixo:

Gráfico 1: CV com pronome nós em variedades do PB



Fonte: elaborado pelo autor.

Conforme gráfico 1, os estudos mostram que somente no Sertão do Pajeú – PE há um emprego semicategórico das formas verbais com o pronome *nós*. Por outro lado, os altos percentuais de ausência de concordância com *nós* estão em Cinzento (BA), Rio Branco (AC) e na área correspondente à Trilha das Bandeiras (SP/MG), com frequências de 90,5%, 83% e 77%, respectivamente. As amostras de fala dessas co-

munidades que apresentam um percentual maior de realização do pronome *nós* mais o morfema zero caracterizam-se por pertencerem a falantes com baixa escolaridade.

Os resultados de diferentes estudos parecem indicar não só que a região – urbano e rural – que pertencem os falantes interferem nas realizações do pronome *nós* com o verbo na 1PP e 3PS, como também que a variável escolaridade parece exercer grande influência na escolha dessas variantes

De forma geral, os dados obtidos por meio desse mapeamento evidenciam, que no português brasileiro, não há uma padronização no uso da concordância verbal com 1PP, e que, além da forma padrão *-mos*, há outras possíveis realizações, como as formas não-padrão *-mo*, em que há perda do *-s* que compõe o morfema número-pessoa, e zero – \emptyset , quando ocorre a omissão do morfema *-mos*.

A partir desses estudos, focalizamos na análise da concordância verbal com o pronome *nós* (como em *nós estuda* e *nós estudamos*) na zona rural de Pariconha-AL¹. Para tanto, adotamos os pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação e Mudança Linguística (LABOV, 2008), tomando por base o problema da restrição linguística (cf. WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006), que se configura como ferramenta básica para se compreender os processos de variação e mudança linguística em uma comunidade de fala. Objetivamos com isso, mostrar se há a variação *nós+1PP* e *nós+3PS* na comunidade em estudo, com intuito de verificar se condicionadores linguísticos e extralinguísticos interferem nessa variação e, ao mesmo tempo, refletir se estamos diante de um processo de variação estável ou de mudança em curso.

Para alcançar os objetivos propostos, elaboramos algumas questões norteadoras como: há variação *nós+1PP* e *nós+3PS* na zona rural do município de Pariconha? Supondo a existência de variação, qual a interferência de fatores linguísticos e sociais nesse processo variá-

1 Para realização deste estudo, submetemos o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFAL, e obtivemos aprovação com Parecer de número: 3.566.661, em setembro de 2019.

vel? Estamos diante de um processo de variação estável ou mudança em curso? Tendo em vista que a língua é um sistema inerentemente variável e que a variação é ordenada, pressupomos que há variação do fenômeno na comunidade em estudo, sendo condicionada por restrições linguísticas e sociais. Considerando que a não realização da concordância apresenta, nas variedades do português brasileiro, estigma social, a nossa hipótese é de que estamos diante de uma variação estável, com a forma *nós+3PS* caracterizada como estereótipo linguístico.

Metodologia

Para chegar aos resultados obtidos, seguimos a metodologia da sociolinguística variacionista (LABOV, 2008; TARALLO, 2003; CAMPOY; ALMEIDA, 2003), que dispõe de etapas criteriosas para a sistematização de uma regra variável. Assim, inicialmente, realizamos a revisão de literatura sobre a CV na perspectiva das gramáticas normativas, das gramáticas descritivas e no âmbito dos estudos sociolinguísticos, que nos auxiliaram no entendimento do fenômeno e na delimitação do nosso objeto de estudo.

Segundo Marroquim (1934, p.163) “antes de estudar a língua, é necessário olhar para o indivíduo que a fala, considerar o meio social em que ele se move, porque a sua linguagem há de refletir esse ambiente”. Nesta perspectiva, dada a interligação óbvia e inquestionável entre língua e sociedade, para alcançar os objetivos propostos selecionamos a comunidade de fala da zona rural do município de Pariconha (AL).

Definida a comunidade de fala, o passo seguinte foi a seleção dos informantes e estratificação da amostra. Considerando as dimensões sociais relevantes da variação, estratificamos a amostra levando em conta três variáveis, a saber: sexo/gênero (masculino/feminino), escolaridade (sem escolarização, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior) e faixa etária (F1- 18 a 29 anos/ F2- 30 a 44 anos e F3- acima de 44 anos). Realizada a estratificação, consideramos dois

informantes por células, totalizando 48 informantes a serem entrevistados. Entretanto, por diversos fatores², não conseguimos fechar a amostra com as 48 entrevistas. Desse modo, constituímos uma amostra sincrônica composta por 45³ entrevistas sociolinguísticas.

Em seguida, iniciamos a coleta de dados. A fim de coletar a fala natural e espontânea dos informantes, utilizamos o método básico proposto por Labov (2008), a entrevista individual. Para isso, elaboramos uma ficha social (contendo informações dos informantes a serem entrevistados) e um questionário-guia com determinados temas (infância, festas tradicionais, manifestações culturais, etc.). Para a coleta de dados, utilizamos também o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que os entrevistados assinaram autorizando sua participação.

Realizadas as entrevistas, a próxima etapa foi a transcrição. Utilizamos para este processo, o programa computacional Express Scribe e seguimos o protocolo de transcrição do projeto A língua usada em Alagoas (LUSA). As entrevistas tiveram transcrição ortográfica, na qual buscamos seguir a ortografia oficial, mas também registrar características da fala coletada, conforme exemplo (1).

(1)–foi deu uma chuvada tão grande – uma inchente qui: carreggo as coisa da casa duma duma vizinha aqui tudinho – e era o raio cumeno no cento e nois cum a inxada – cavano apanhano as coisa as televisão tudo dento dagua e nois carregano as coisa e nem se toquemo qui se um raio bate na inxada nois poderia morre – no ôto dia foi qui nois foi pensa-- pá acudi essas pessoas.

A coleta de dados foi realizada entre outubro de 2019 e junho de 2020, na residência dos 45 entrevistados, nascidos e criados nos po-

2 Momento de pandemia da covid-19, dificuldade de encontrar informantes com perfil estabelecido, respeitar a vontade do informante em não aceitar participar da pesquisa, etc.

3 Reconhecemos que a falta dos informantes causa ortogonalidade na amostra, o que nos leva olhar os resultados com mais cautela, principalmente na variável escolaridade.

voados e sítios que compõem a zona rural do município de Pariconha–AL. As entrevistas duraram em média 18 minutos. Utilizamos para a gravação, um gravador portátil digital. Para realizar a quantificação dos dados coletados e chegar aos resultados estatísticos, utilizamos o programa computacional Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005).

Com intuito de garantir resultados confiáveis e evitar o enviesamento dos dados, em nossa análise, optamos por não considerar as seguintes ocorrências: formas desinenciais de 1PP sem pronome explícito em contexto anterior, como em (2); expressões cristalizadas, como em (3), (4) e (5); expressões de caráter convidativo, conforme em (6).

- (2)– eu acho qui isso já vem das raízes do dos iscravos – essa linguagem que **usamos** aqui no istado de Alagoas e no Brasil é da época dos iscravo derde os escravos. L1
- (3)– sim – muita liberdade – porque antigamente – é::–**vamo supô** eu só saía pruma festa se fosse acompanhado do meu pai ô da minha mãe. L9
- (4)– melhorô – não cem pu cento que cem pu cento era fazê ym asfalto bom né /mas,mais/ **vamo dizê** uns setenta oitenta pu cento né – de antigamente (risos) melhorô. L4
- (5)– as ações qui ele faz diante da da educação como você vê esses corte a:: **digamos**-- as ironias qui ele solta diante da educação. L11
- (6)– eu lembro qui antes quando as crianças se encontravam era prá brincare **vamos** brinca disso **vamos** brinca daquilo não tinham brinquedo /mas, mais/ formava os brinquedos. L11

Descrição e análise dos dados

Delimitada a concordância verbal com o pronome *nós* como variável dependente e considerando-a como regra variável binária, selecionamos as variantes: *nós+1PP* e *nós+3PS*, isto é, realização ou não

do morfema de plural, conforme exemplos (7) e (8), e investigamos oito variáveis, a saber, sexo/gênero, faixa etária, escolaridade, explicitude do sujeito, saliência fônica, acentuação da forma verbal, tempo e modo verbal e paralelismo linguístico, sendo estas internas e externas à língua.

- (7) – é uma cultura onde todos **nois intendemos** o qui se ixpresa a palavra que se fala.
- (8) – a festa de nossa sinhora das dores padrueira dessa comunidade qui há /mais, mas/ de cento e vinte anoss **nois festeja** ela.

Mediante o *corpus* analisado, obtivemos um total de 263 ocorrências de concordância verbal, com ou sem marca de plural, das quais 135 realizações foram de *nós+1PP* e 128 realizações de *nós+3PS*, que correspondem a frequências de 51% e 49%, respectivamente, conforme podemos visualizar no gráfico 2.

Gráfico 2: Percentual da concordância verbal com 1PP na zona rural de Pariconha

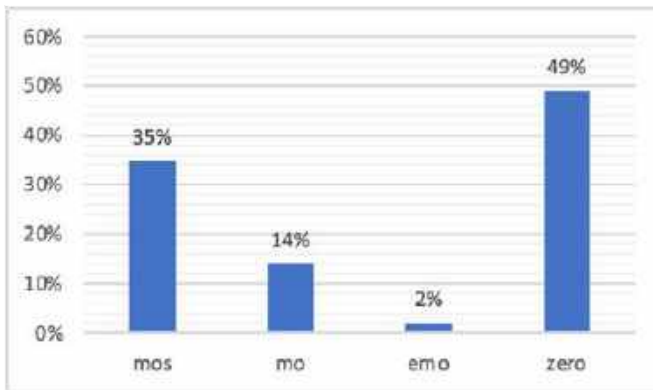


Fonte: elaborado pelo autor.

Os dados obtidos revelam que, para a concordância verbal, na zona rural de Pariconha, há uma competição acirrada entre as variantes com leve predomínio da variante *nós+1PP*, o que demonstra o caráter

variável do fenômeno na comunidade. Tendo em vista esses resultados e considerando que a CV com *1PP* pode ocorrer com os alomorfes *-mo* e *-emo*, realizamos uma rodada a parte no programa Goldvarb X, com intuito de testar a frequência dessas realizações e verificar como se dá essa distribuição.

Gráfico 3: Percentuais de concordância verbal com *1PP* conforme a marca morfêmica



Fonte: elaborado pelo autor.

Ao fazer o desmembramento dos alomorfes do morfema de primeira pessoa do plural, os resultados mostram uma frequência de 35% para o morfema *-mos*, 14% para o alomorfe *-mo* e 2% para *-emo*, conforme gráfico 3. Verificamos com isso que, dentre os três alomorfes, o *-mos* é o mais usado na comunidade em estudo. Entretanto, quando consideramos a frequência das variantes separadamente, podemos contatar que a não realização do morfema é mais frequente na comunidade, com percentual de 49% de uso.

Comprovado o comportamento variável da CV com *1PP* na zona rural de Pariconha, apresentamos a seguir os fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam o uso de cada uma das variantes. Dos oito grupos de fatores controlados para análise das ocorrências de *nós+1PP* e *nós+3PS* na fala dos moradores da zona rural de Pariconha, quatro deles foram considerados pelo programa Goldvarb X como es-

tatisticamente significativos, a saber, escolaridade, tempo verbal, paralelismo linguístico e saliência fônica.

A escolaridade foi a primeira e a única variável social selecionada pelo programa como estatisticamente mais significativa para o fenômeno da CV no *corpus* analisado. Para esta variável, buscamos analisar quatro fatores: sem escolarização, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.

Tendo em vista a atuação da escola como preservadora das formas de prestígio social, que veicula, na maioria das vezes, a ideia de homogeneidade linguística e assume uma certa variedade linguística como única, partimos do pressuposto de que a forma *nós+1PP* será mais frequente na fala de informantes mais escolarizados.

Tabela 1: Realizações de *nós + 1PP* e *nós + 3PS* em relação à escolaridade

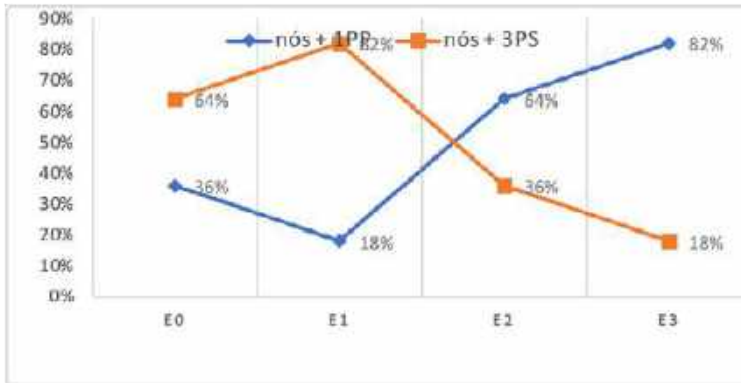
Fatores	Nós + 1PP			Nós + 3PS		
	Total/Oc.	Per.	Pr.	Total/Oc.	Per.	PR.
Sem Escolarização	33/12	36%	.21	33/21	64%	.79
Ensino Fundamental	83/15	18%	.19	83/68	82%	.81
Ensino Médio	73/47	64%	.64	73/26	36%	.36
Ensino Superior	74/61	82%	.85	74/13	18%	.15

Fonte: elaborado pelo autor.

Para a variante *nós+3PS*, verificamos que são os informantes sem escolarização e os que possuem ensino fundamental que favorecem o uso, com probabilidades de .79 e .81, respectivamente. Os que possuem ensino médio e ensino superior, por sua vez, mostraram-se desfavorecedores do uso dessa forma. Entretanto, o peso de .36 para os informantes com ensino médio, revela que o uso de *nós+3PS* não se restringe apenas aos menos escolarizados. No que concerne a variante *nós+1PP*, são os fatores ensino médio e ensino superior que condicio-

nam o uso, com pesos relativos de .64 e .85 e frequências de 64% e 82%, respectivamente, como observamos no gráfico 4⁴.

Gráfico 4: Percentuais de *nós+1PP* e *nós+3PS* conforme a escolaridade



Fonte: elaborado pelo autor.

Ao lançarmos olhar sobre o gráfico acima, percebemos a correlação existente entre o maior nível de escolarização e a realização da variante padrão, confirmando, dessa forma, a nossa hipótese de que, na zona rural de Pariconha, são os informantes mais escolarizados que mais fazem uso da variante socialmente prestigiada. A partir dos dados obtidos, podemos depreender que à medida que o nível de escolaridade aumenta, a frequência de o uso da variante *nós+1PP* também é elevada pelos falantes, que “se apropriam da norma culta e não querem se sentir socialmente desprestigiado” (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 93).

A segunda variável selecionada pelo GoldVarb X como favorecedora da aplicação de CV com 1PP foi o tempo verbal. Ao controlar essa variável, Foeger (2014) demonstra, em seus resultados que, na zona rural de Santa Leopoldina/ES, o morfema *-mos* está se especializando

4 Reconhecemos que a falta dos três informantes sem escolarização pode ter provocado uma diminuição no uso da variante *nós+3PS* nos informantes não-escolarizados, o que pode ter gerado 64%, percentual menor que os informantes com ensino fundamental.

como marca de pretérito perfeito, para desfazer a ambiguidade que há com o tempo presente, como nos exemplos (9) e (10).

- (9)– ***nós mulheres conseguimos*** nossa liberdade. (Pretérito perfeito).
 (10) – a festa daqui é uma festa boa – bem organizada dá muito trabalho qui a dificuldade é grande né /mas, mais/ ***nois consegue***. (Presente)

Para análise deste grupo de fatores, consideramos os modos indicativo e subjuntivo, e selecionamos quatro fatores, a saber, presente, pretérito perfeito, pretérito imperfeito e infinitivo impessoal/futuro, conforme em (11), (12), (13) e (14), respectivamente.

- (11) – tradição – sexta fêra santa-- ***nois sempre fazemos*** nossa caminhada.
 (12) – é no caso desse ***nois corremo*** risco nesse nessa parte.
 (13) – ***nós íamos*** prá igreja em Pariconha foi em Pariconha isso.
 (14) – porque pela educação e a valorização dos professores que ***nós iremos*** melhorá o nosso país.

Baseados nos trabalhos de Foeger (2014), Carmo (2016) e Benfica (2016), a nossa hipótese é de que o pretérito perfeito é quem mais favorece o uso da variante *nós+1PP*.

Tabela 2: Realizações de *nós+1PP* e *nós+3PS* conforme o tempo verbal

Fatores	Nós + 1PP			Nós + 3PS		
	Total/Oc.	Per.	Pr.	Total/Oc.	Per.	PR.
Presente	173/100	58%	.57	173/73	42%	.43
Pretérito perfeito	32/29	91%	.60	32/3	9%	.40
Pretérito imperfeito	42/5	12%	.42	42/37	88%	.58
Infinitivo pessoal	16/ 1	6%	05	16/15	94%	.95

Fonte: elaborado pelo autor.

De forma geral, os resultados dessa variável demonstram que, na comunidade em estudo, a concordância verbal com o pronome *nós* é favorecida em dois tempos verbais (presente e pretérito perfeito). No entanto, o favorecimento é maior no pretérito perfeito, com probabilidade de .60 e percentual de 91% de realizações, conforme dados da tabela 2.

Os resultados obtidos atestam a nossa hipótese e confirma a descrição de Foeger (2014) que mostra que o morfema *-mos* está se especializando como marca de pretérito perfeito, para desfazer a ambiguidade que há com o tempo presente.

Selecionada como terceira variável significativa estatisticamente, o paralelismo linguístico, segundo Scherre e Naro (1993), desempenha papel central no fenômeno da concordância. Ao investigarmos esta variável, controlamos quatro fatores: forma isolada, quando na sentença ocorre apenas uma das variantes (exemplos 15 e 16); primeira da série, quando não há citação anterior (17 e 18); verbo anterior com marca de 1PP, quando a forma verbal anterior apresenta morfema *-mos* (19), e verbo anterior sem marca de plural, quando a forma verbal apresenta marca zero (20).

(15) – porque graças a Deus a gente vive aqui numa vida /mais, mas/ sussegada-- ***nós temos*** assim: o nosso município vira e mexe acontece né porque cê sabe qui ne todo lugá tem gente ruim.

(16)–tem não qui isso daí isso daí já vem de criança ***nois aprende*** já nisso já falano essas coisa-- esses nome.

(17)–hoje o qui disagrada muinto é a falta de imprego qui a gente num tem essa oportunidade às vezes ***nós terminamos*** os istudo /mas, mais/ não *temos* oportunidade de arrumá um imprego.

(18)–antigamente **nois trabaiava** muinto e:: *saia* pôco qui num *tinha* pá onde saí nera não tinha nérgia na:: na época no meu tempo.

(19) – a festa do padruero? pronto qui é uma tradição qui todo ano **nois temo** a festinha do padruero qui é dia quato de ôtubro – né.

(20)–o jeito de nossa convivência de falá qui **nois gosta** de falá.

Partindo do princípio do paralelismo linguístico de que marcas precedentes tendem a regular as realizações seguintes, hipotetizamos que a variante *nós+1PP* seja favorecida em contextos que a forma verbal anterior apresenta marcas de 1PP.

Tabela 3: Realizações de *nós+1PP* e *nós+3PS* conforme o paralelismo linguístico

Fatores	Nós + 1PP			Nós + 3PS		
	Total/Oc.	Per.	Pr.	Total/Oc.	Per.	PR.
Forma isolada	70/41	59%	.62	70/29	41%	.38
Primeira referência	63/36	57%	.69	63/27	43%	.31
Verbo anterior c/ marca 1PP	63/50	79%	.70	63/13	21%	.30
Verbo anterior s/ marca 1PP	67/8	12%	.12	67/59	88%	.88

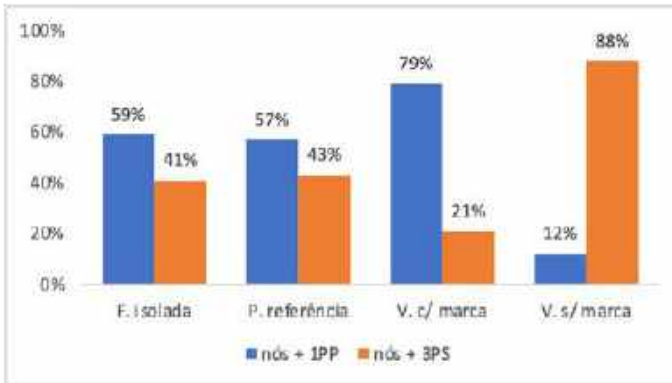
Fonte: elaborado pelo autor.

De modo geral, os resultados obtidos estão em consonância com o princípio do paralelismo linguístico, de que marcas tendem a levar a marcas, e zero tendem a levar a zero (SCHERRE; NARO, 1993), corroborando, assim, a nossa hipótese de que *nós+1PP* é mais usada em contextos em que a forma verbal anterior apresenta marcas de 1PP.

A partir dos dados da tabela 3, constatamos que tanto o fator de primeira referência quanto forma isolada, tendem a condicionar o uso da variante de prestígio social, com probabilidades de .69 e .62 de pesos relativos e frequências de 57% e 59%, respectivamente.

te. Entretanto, ao lançarmos olhar para o gráfico 6, percebemos que o condicionamento maior é exercido quando o verbo anterior apresenta marca de 1PP, elevando a probabilidade de uso do morfema *-mos* para 79% de frequência e .70 de peso relativo.

Gráfico 6: Percentuais de *nós+1PP* e *nós+3PS* conforme o paralelismo linguístico



Fonte: elaborado pelo autor.

Contrariamente, quando a forma verbal anterior não é marcada, verificamos que há um maior condicionamento para o uso da variante *nós+3PS*, apresentando percentual de 88% e probabilidade de .88.

A saliência fônica foi a última variável selecionada como significativa na variação em estudo. Adotamos para o controle desta variável, a divisão dos níveis de saliência proposta por Rúbio (2012), que compreende quatro fatores: saliência esdrúxula, quando a forma verbal é proparoxítona, como em (21); saliência mínima, quando a oposição vogal/vogal *-mos* é tônica em uma ou nas duas formas, mas não há mudança no radical, como em (22); saliência média, quando ocorre uma semivogal na forma de 3PS que não ocorre na forma da 1PP, como em (23); e saliência máxima, quando ocorre mudança no radical e a oposição vogal/vogal-*mos* em tônica em uma ou nas duas formas, como em (24).

- (21)–**nois ficava** [ficávamos] nas festa até seis hora sete hora da manhã.
- (22)–aí vende eu mermo faço **nois faz** [fazemos] da: paga os za-bumbero compra os fógo dá cumida.
- (23)–esse ano eu fui prá: pro incontrão no mês de:: de agosto apostolado da oração lá em: lá em:: Inhapi na qual **nois vimo** [viu] a primera vez o nosso bispo
- (24)–formação dessa comunidade-- **nós somos** [é] um povo de descendência polonesa né.

Baseados no princípio da saliência e nos trabalhos de Almeida (2006), Rúbio (2012) e Silva (2018), a nossa hipótese é que a aplicação da concordância é maior quando as formas verbais são mais salientes (média e máxima).

Tabela 4: Realizações de nós+1PP e nós+3PS conforme a saliência fônica

Fatores	Nós + 1PP			Nós + 3PS		
	Total/Oc.	Per.	Pr.	Total/Oc.	Per.	PR.
Esdrúxula	43/5	12%	.11	43/38	88%	.89
Mínima	175/90	61%	.47	175/85	49%	.53
Média	26/24	92%	.96	26/2	8%	.04
Máxima	19/16	84%	.84	19/3	16%	.16

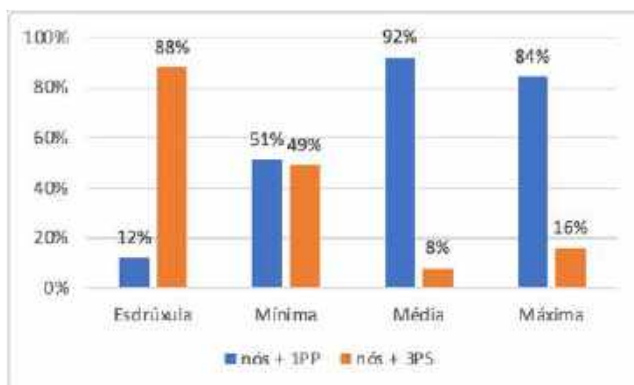
Fonte: elaborado pelo autor.

No que concerne a variante *nós+3PS*, verificamos na tabela acima, que ela exibe propensão ao uso em contextos de saliência mínima, quando a diferença singular/plural é menos perceptível, com .53 de peso relativo e frequência de 49%. No entanto, o favorecimento é ainda maior no fator saliência esdrúxula, onde a probabilidade é de .89 e percentual de 88%. Embora a saliência esdrúxula apresente níveis de saliência acentuados, podemos depreender que esse desfavorecimento de *nós+1PP* por parte deste fator está relacionado a uma

tendência geral da nossa língua, isto é, os falantes parecem evitar palavras proparoxítonas (cf. ZILLES *et al.*, 2000, p. 207), principalmente na zona rural.

Em relação a variante *nós+1PP*, os resultados revelam que ela é favorecida pelos fatores saliência média e máxima, com pesos relativos de .96 e .84, respectivamente. Nestes contextos mais salientes, a diferenciação entre as formas verbais é mais acentuada, elevando, assim, a probabilidade de aplicação da concordância verbal com 1PP, com percentuais de 92% e 84% de usos, respectivamente, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 7: Percentuais de *nós+1PP* e *nós+3PS* conforme a saliência fônica



Fonte: elaborado pelo autor.

Constatamos então que, em consonância com o princípio da saliência fônica, os resultados obtidos não só atestam a nossa hipótese de que na zona rural de Pariconha a realização *nós+1PP* é favorecida em contextos mais salientes (média e máxima), como também, corroboram as análises de Almeida (2006), Rúbio (2012), Foeger (2014) e Silva (2018).

Considerações finais

Neste trabalho, mapeamos o perfil sociolinguístico dos falantes da zona rural do município de Pariconha-AL, com intuito de analisar se há variação na concordância verbal com pronome *nós* na fala dos pariconhenses. Assim, buscamos entender a sua realização e investigar quais fatores condicionam seu uso. Para tanto, adotamos os pressupostos teóricos-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008), focalizando no problema da restrição linguística (cf. WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006).

A partir da análise estatística dos dados, verificamos que, na comunidade em estudo, o fenômeno da concordância verbal com 1PP apresenta comportamento variável. Os resultados demonstraram um percentual de 51% de realizações de *nós+1PP* e frequência de 49% de uso de *nós+3PS*, mostrando, que na comunidade há uma disputa acirrada entre as variantes, com leve predomínio da variante *nós+1PP*.

Os dados mostram ainda que, a variação do fenômeno não acontece aleatoriamente, mas condicionada pelos fatores escolaridade, tempo verbal, paralelismo linguístico e saliência fônica, com a variante *nós+1PP* sendo favorecida e mais utilizada nos seguintes contextos: falantes mais escolarizados, no tempo pretérito perfeito, quando as formas verbais anteriores apresentam marcas de primeira pessoa do plural e quando as formas verbais são mais salientes.

De forma geral, ao lançarmos olhar sobre os resultados, constatamos que eles não só corroboram as nossas hipóteses, como ratificam os resultados dos estudos sociolinguísticos realizados no Brasil a respeito deste fenômeno, que também atentam a variabilidade na CV com o pronome *nós*. Dessa forma, esperamos que a presente análise tenha contribuído para o entendimento de como se processa a variabilidade do da CV com 1PP na zona rural de Pariconha, e juntamente com outros estudos, possam, contribuir para o mapeamento das variedades do português brasileiro.

Referências

- ALMEIDA, A. P. **A concordância verbal na comunidade de São Miguel dos Pretos, Restinga Seca, RS**. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- ALMEIDA, N. M. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BECHARA, E. **Gramática escolar da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris *et al.* (orgs.). **Por que a escola não ensina gramática assim?** São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- CARMO, S. D. S. **A variação na concordância verbal com a primeira pessoa do plural em comunidades rurais do semiárido baiano**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.
- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- FOEGER, C. C. **A primeira pessoa do plural no português falado em Santa Leopoldina/ES**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARROQUIM, M. **A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.
- PEREIRA, D. C. **Concordância verbal na língua falada nas trilhas das bandeiras paulistas**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- RUBIO, C. F. **Padrões de concordância e de alternância pronominal no português brasileiro e europeu: estudo sociolinguístico comparativo**. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2012.
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. **GoldVarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows**. Toronto: Department of Linguistics,

University of Toronto, 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>. Acesso em: 21 jan. 2021.

SCHERRE, M.; NARO, A. Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil. **D.E.L.T.A**, v. 9, n. 1, 1993.

SILVA, J. A. A. **A concordância verbal com o pronome nós no sertão alagoano**. Monografia (Graduação em Letras) – Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2018.

TARALLO, F. L. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 2003.

WEINREICH, V.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola Editoria, 2006.

ZILLES, A. M. S, *et al.* A concordância verbal com a primeira pessoa do plural em Panambi e Porto Alegre, **Organon**, v. 42, n. 2, p. 27-44, 2007.

Hipercorreção na escrita de escolares

Cinthya Elizabethe Feitosa Pacheco

Priscila Rufino da Silva Costa

Liliane Correia Toscano de Brito Dizeu

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas

Introdução

A sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação (LABOV, 2008[1972]) parte do pressuposto de que as alternâncias de uso, ou seja, as *variantes linguísticas* são influenciadas por *fatores linguísticos* (tais como a estrutura silábica, a tonicidade da sílaba, os elementos intervenientes, entre outros) e *sociais* (tais como a escolaridade, sexo, faixa etária dos informantes) (LABOV, 2008 [1972]; MOLLICA, 2004, p.10).

A sociolinguística analisa fenômenos linguísticos provenientes tanto da língua falada quanto da língua escrita. Atualmente, pesquisas apontam para a crescente necessidade de descrever e analisar a variação linguística presente na língua escrita relacionando-a ao ensino da língua portuguesa, ao *status* linguístico das variantes na sociedade e à sua influência na aprendizagem da convenção ortográfica do português (NOGUEIRA, 2012; SILVA, 2011).

Desta feita, os profissionais que atuam com a escrita e o seu ensino precisam conhecer as possibilidades que esse sistema proporciona ao aprendiz. Ademais, precisam ter noções bem claras a respeito da questão da variação linguística e da norma culta (CAGLIARI, s/d, p. 6; SIMIONI; NOBLE, 2015), conhecendo os fenômenos mais usuais da escrita e aqueles que emergem e demonstram as possibilidades desse sistema.

Ao iniciar o percurso escolar, a criança é apresentada a um novo sistema com novas regras. Tal sistema se refere à relação existente entre os sons e as letras, fonemas e grafemas, bem como a relação que as letras estabelecem entre si. As discrepâncias e idiossincrasias da escrita são, muitas vezes, imperceptíveis para as crianças que estão no processo de alfabetização levando-as a apresentarem dificuldades na grafia de certas palavras. É válido ressaltar também que os erros/variações encontrados nessa fase fazem parte do processo de aprendizagem e que o conhecimento é constituído de maneira gradativa (DEMONT; GOMBERT, 2004).

Dentre tantos fenômenos possíveis de ocorrer nesta modalidade da língua, a hipercorreção acontece quando o escolar transfere a aplicação de uma regra da escrita para todos os contextos pertinentes (GOMES, 2008; SAGUATE, 2012; ZUANETTI; CORRÊA-SCHNEK; MANFREDI, 2008; BOHN; SOUZA, 2017).

Em Alagoas, mais especificamente, em Maceió, nota-se a necessidade de pesquisas em escolas de ensino fundamental a fim de descrever de forma científica a hipercorreção presente na escrita de crianças com desenvolvimento típico de linguagem, com vistas a desmistificar certos usos e a promover a conscientização acerca da influência de aspectos sociais e linguísticos no desempenho escolar (MOURA, 1997).

Há, portanto, escassez de estudos que demonstrem que este fenômeno é previsto e condicionado por fatores linguísticos e sociais, não sendo estes casos de hipercorreção justificados apenas pela in-

fluência da oralidade na escrita, conforme aponta a literatura sobre o tema.

Desta forma, temos como intuito descrever as instâncias de hipercorreção presentes na escrita de crianças de uma escola pública municipal da cidade de Maceió correlacionando-as aos fatores linguísticos previstos na literatura sobre o tema e aos fatores sociais série escolar e sexo.

Descreveremos, a seguir, estudos recentes acerca da hipercorreção na escrita, tendo em vista a necessidade de elencar os conceitos que são utilizados na literatura para classificar esse fenômeno, bem como os contextos previstos para sua ocorrência.

Hipercorreção na escrita no português brasileiro (PB): breve panorama

A hipercorreção foi inicialmente estudada por Labov (2008 [1972]) na fala de um grupo de social em Nova Iorque, demonstrando a correlação existente entre aspectos sociais e identitários para a ocorrência desse fenômeno nessa comunidade de fala. Poucos estudos se detêm a caracterizar esse fenômeno nessa modalidade do PB (CAMACHO, 1993; CASTRO, 2000; RIBEIRO, 2007; SILVA, 2008; CASTILHO, 2009; PEREIRA, 2010; BORTONE-RICARDO, 2011; SILVA, 2011; SILVA, 2016).

Na escrita, contudo, a hipercorreção é descrita por vários estudiosos (ZUANETTI; CORRÊA-SCHNEK; MANFREDI, 2008; CASTILHO, 2009; MOURÃO, 2010; SCREMIN; AIMIN, 2009; SILVA *et al.*, 2012; BORTONE; ALVES, 2014; SIMIONI; NOBLE, 2015; SILVA Jr., 2015; SILVA, 2016; BOHN; SOUZA, 2017), a partir de vários pontos de vista e concepções teóricas, conforme será discutido a seguir.

Zuanetti, Corrêa-Schnek e Manfredi (2008) realizaram pesquisa com 24 crianças da 2ª série de uma escola pública, utilizaram, para tanto, o TDE (Teste de Desempenho Escolar), com 34 palavras ditadas

para a coleta de dados de escrita e, por fim, o protocolo ABFW para avaliar a fonologia.

Segundo essas autoras, a pesquisa teve por objetivo, além de identificar quais tipos de erros são mais frequentes, “comparar se crianças com baixo desempenho em escrita cometem mais erros ortográficos que crianças da mesma série com desempenho satisfatório nesta tarefa” (ZUANETTI; CORRÊA-SCHNEK; MANFREDI, 2008, p. 241). Após coleta e análise, foram elencados os seguintes casos de hipercorreção relacionados às trocas de vogais: *desistiu* > *desistio*, *pais* > *paes*, e *dois* > *does*.

A partir dos dados encontrados, as autoras conceituaram os casos de hipercorreção como sendo “generalizações indevidas para contextos onde certa regra não deveria ser empregada” (ZUANETTI; CORRÊA-SCHNEK; MANFREDI, 2008, p. 242).

Silva (2011) realizou um estudo com 66 produções escritas de crianças e adultos em processo de alfabetização, com idade entre 8 e 36 anos, na cidade de Maceió, tendo como objetivo refletir acerca de quais fenômenos de hipercorreção são mais recorrentes na escrita desses indivíduos, quais motivações extralingüísticas estariam influenciando as ocorrências e como os professores, tendo conhecimento sobre fonética e fonologia do português brasileiro, poderiam contribuir para o processo de aprendizagem da escrita.

Para a coleta de dados dessa pesquisa, Silva (2011) utilizou duas imagens, a partir das quais os informantes deveriam se basear para a elaboração de um texto. Nessa pesquisa, foram descritos os seguintes casos de hipercorreção: hipercorreção no uso da letra <o> para representar o fonema /u/; hipercorreção no uso da letra <l> para representar o fonema /u/; e, hipercorreção no uso de pronome clítico.

Os resultados dessa pesquisa demonstram que as crianças produzem mais hipercorreção em comparação aos adultos. A autora justifica esse fato devido à sensibilidade que as crianças apresentam em relação

às correções feitas pelos professores (SILVA, 2011). No que se refere à concepção de hipercorreção, a autora descreve esse fenômeno como sendo um movimento com tendência à norma culta gerando uma restituição de formas prestigiosas (SILVA, 2011).

Silva *et al.* (2012), utilizando-se de imagens de sequência lógica para estimular a produção textual, realizaram pesquisa com 20 alunos que estavam cursando o 3º ano e 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública em Maringá, Paraná. O objetivo principal dessa pesquisa foi identificar e justificar os processos que essas crianças realizavam durante a aprendizagem da escrita.

Nessa pesquisa, a hipersegmentação foi considerada um caso de hipercorreção, diferentemente do que foi elencado nas pesquisas mencionadas anteriormente (ZUANETTI; CORRÊA-SCHNEK; MANFREDI, 2008; SILVA, 2011), as quais descreveram hipercorreções relacionadas à troca de letras.

Segundo Silva *et al.* (2012), na atividade de segmentar as palavras, a criança produz a hipersegmentação devido aos conhecimentos “já apropriados sobre as regras da língua, gerando uma hipercorreção [...] isso ocorre como consequência da reflexão que o aluno faz a respeito do que seria uma palavra” (SILVA *et al.*, 2012).

Simioni e Noble (2015) realizaram um estudo com 16 crianças em uma escola municipal na periferia de Bagé no Rio Grande do Sul, com o objetivo de analisar qualitativamente os erros de hipercorreção encontrados na escrita desses sujeitos, para tanto, foram utilizados dois testes: a) uso de figuras que representam ações; b) escrita de um texto baseado na história lida.

No *corpus* desse estudo, foram encontradas as seguintes hipercorreções: 1) troca de <i> por <e> ou de <u> por <o> em posição pretônica; 2) troca de <u> por <o> em posição tônica; 3) troca de <i> por <e> em posição postônica não final; 4) troca de <u> por <l>.

As autoras assumem que a hipercorreção ocorre “pela aplicação equivocada de regras ortográficas já aprendidas” (SIMIONI; NOBLE, 2015, p. 57). Segundo Simioni e Noble (2015), ao iniciar a alfabetização, a criança é ensinada a não fazer uso da fala como base para a escrita, visto que “no português são poucos os casos em que esta regularidade simples está presente [a saber, cada letra deveria representar um som e cada som uma letra]” (SIMIONI; NOBLE, 2015, p. 46).

As autoras concluem que os achados de hipercorreção do *corpus* estão relacionados ao conhecimento que o aluno já tem sobre a escrita, além de conceber a hipercorreção como sendo fruto da “percepção da não biunivocidade entre letras e sons” (SIMIONI; NOBLE, 2015, p. 57). Porém, esse estudo não demonstrou se, além desses fatores anteriormente mencionados, houve a influência de fatores sociais para a ocorrência da hipercorreção.

Silva Jr. (2015) realizou a análise de textos escritos por 11 crianças, do 3º ano do ensino fundamental de uma escola municipal de Maribondo, Alagoas. Para coletar a produção escrita dos sujeitos, foram utilizadas duas ilustrações que os ajudassem no processo de escrita de uma história. O objetivo desse estudo foi o de relacionar aspectos linguísticos e sociais a partir da análise da produção textual dos alunos. Foram elencados pelo autor os seguintes casos de hipercorreção: 1) hipercorreção por influência da oralidade na escrita, como exemplifica o excerto: “[...] quando chegou no meio da corrida a lebre *dissi*”; 2) hipercorreção por falta ou excesso de letras, como em convidou > convido.

Esse estudo assume que a hipercorreção é o modo equivocado que os falantes empregam as variações da norma padrão em seu vocabulário (SILVA Jr., 2015). Segundo o pesquisador, os alunos que se encontram no período de alfabetização, ou até mesmo após esse período, produzem a escrita baseados na oralidade. A tendência para o apareci-

mento do fenômeno coaduna com a iniciativa desses alunos de utilizar a norma culta em sua escrita (SILVA Jr., 2015).

Bohn e Souza (2017), em estudo realizado com crianças da 1ª a 6ª série do ensino fundamental, objetivaram identificar as instâncias de hipercorreção baseadas nos fenômenos fonológicos presentes na fala, a saber, harmonia vocálica, alçamento vocálico e semivocalização da líquida lateral em posição pós-vocálica. Foram utilizados dados de escrita provenientes do projeto e-Labore, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

O resultado obtido apontou para os seguintes casos de hipercorreção: hipercorreção no uso de <e>, como em: <minoria> menoria; hipercorreção no uso de <o>, em: <mulher> moler; e, hipercorreção no emprego de <l>, como em: <fugiu> fugil.

As pesquisadoras assumem que a hipercorreção é um fenômeno no qual o indivíduo realiza “generalizações feitas com base na fonologia da língua” (BOHN; SOUZA, 2017). Desta feita, ao observar que o [u] final de [‘gatu] e o [w] final de [‘sɛw] são um <o> e um <l> na forma escrita, a criança poderia criar a hipótese de que todo [u] e [w] produzidos nesses contextos devem ser grafados com <o> e <l>, respectivamente, produzindo formas escritas com <o> para ‘boraco’ (buraco) e com <l> para ‘acordol’ (acordou) (BOHN; SOUZA, 2017).

As autoras afirmam, com isso, que existe uma correlação entre a fala e a aquisição da escrita. Contudo, “ao mesmo tempo em que a consciência dos fatos linguísticos pode auxiliar a aquisição do código escrito, esse também pode acabar interferindo no conhecimento linguístico da criança” (BOHN; SOUZA, 2017, p. 158). Nesse estudo, também não foram apresentados dados que pudessem correlacionar os fenômenos encontrados a características sociais dos informantes.

Com base nos estudos acima elencados, é possível perceber a tendência em afirmar que a criança, ao tentar mostrar o conhecimento adquirido até então no ambiente escolar, estaria relacionando

aspectos da oralidade e da escrita para evitar possível correção externa, bem como estaria utilizando formas mais cultas com esse mesmo intuito.

Neste artigo, por conseguinte, conceberemos a hipercorreção como aplicação de uma regra em contexto não pertinente, mas possível para a estrutura do PB. Diante disso, convocamos a classificação proposta por Simioni e Noble (2015) e Bohn e Souza (2017) para respaldar a análise qualitativa e descrição dos dados. Contudo, não será levada em consideração a correlação entre fala e escrita, diferentemente do que é apontado na literatura sobre o tema, visto que, como afirma Abaurre (1999, p. 172), é necessário prestar atenção nesta tendência de que a escrita depende da oralidade, afinal, essa concepção descarta a possibilidade de a criança utilizar, por exemplo, ‘escevo’ para ‘escrevo’.

Descreveremos em quais contextos as instâncias de hipercorreção ocorrem, observando, portanto, a contraparte linguística deste fenômeno. Associaremos também, de forma breve, as ocorrências às características sociais dos informantes, visando delinear um panorama que reforce a não correlação entre os casos de hipercorreção e a fala da criança, mas que ressalte as suas nuances com aspectos linguísticos e sociais (LABOV, 2008 [1972]).

Aspectos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa¹ qualitativa, descritiva, transversal. O *corpus* foi constituído pela produção escrita de uma narrativa e um ditado produzidos por 24 crianças, do 3º ao 5º ano do ensino fundamental I, de uma escola pública municipal de Maceió-AL, no período entre 28 de agosto e 20 de setembro de 2018. Inicialmente, foi realiza-

1 A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UNCISAL sob o parecer nº 2.602.877. Todos os pais/responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as crianças assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).

da uma reunião com os pais/responsáveis para explicação da pesquisa e posterior assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após os pais/responsáveis consentirem a participação dos escolares neste estudo, foi marcado o primeiro dia de coleta, os escolares foram solicitados a assinar o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), visto que as crianças têm idade entre 6 e 14 anos. Após estes procedimentos éticos, a coleta foi iniciada.

Os dados foram coletados utilizando uma ilustração da turma da Mônica, que serviu de apoio para incentivar a escrita de uma história por essas crianças e, caso necessário fosse, abordar o tema da história para contextualizar, facilitando esse processo. Em seguida, foi realizado um ditado com 15 palavras selecionadas com base nos estudos de Simioni e Noble (2015) e Bohn e Souza (2017).

Após a coleta, foi feito o levantamento de todas as ocorrências, bem como o confronto a partir do conceito de hipercorreção delimitado para esta pesquisa. Os dados foram listados e agrupados de acordo com a classificação proposta por Simioni e Noble (2015) e Bohn e Souza (2017) observando o tipo de produção escrita, a saber: produção textual e ditado e, posteriormente, foram contabilizadas as hipercorreções de acordo com as características sociais dos informantes: escolaridade (3º ao 5º ano do ensino fundamental) e o fator sexo (masculino e feminino).

Resultados e discussão

A hipercorreção ocorre quando a criança incorpora a aplicação de uma determinada regra em contextos que não preveem este uso (ZUANETTI; CORRÊA-SCHNEK; MANFREDI, 2008; BOHN; SOUZA, 2017; SIMIONI; NOBLE, 2015).

Nos dados da presente pesquisa, foram encontrados 77 casos de hipercorreção na escrita de 24 escolares. Destes casos, 15 foram encontrados na produção textual narrativa e 62 foram encontrados no di-

tado. A seguir, serão expostas as ocorrências encontradas no *corpus* desta pesquisa, considerando a categorização proposta por Simioni e Noble (2015) e Bohn e Souza (2017). Primeiramente, elencaremos os casos presentes no ditado e, em seguida, na produção textual. O intuito é descrever as ocorrências de acordo com o contexto estrutural que estas ocorreram, observando, deste modo, a motivação linguística para a incidência deste fenômeno. Logo após, iremos correlacionar a essas ocorrências de hipercorreção os aspectos sociais (sexo e série escolar) visando demonstrar haver nuances entre o fator sexo, o percurso escolar e a apropriação do sistema da escrita.

Quadro 1: hipercorreções encontradas no ditado

CATEGORIAS	HIPERCORREÇÃO	PALAVRA-ALVO
1. Troca de <u> por <l>	Xal	
	Tchal	Tchau / Xau
	Thal	
	Vil	Viu
2. Troca de <u> por <l> em posição tônica em ditongo aberto	Chapel	Chapéu
3. Troca de <u> por <o> em posição postônica medial	Titolo	Título
	Títolo	
4. Troca de <u> por <o> em sílaba átona final	Vilo	
	Virios	Vírus
	Virho	
	Viros	
	Firos	
	Virros	
5. Troca de <u> por <o>	Tao	Tchau / Xau
	Xao	
	Vio	Viu
	Lio	

6. Troca de <u> por <o> em posição tônica	Escote	Escute
7. Troca de <i> por <e> em sílaba átona final	Biquine Biqine Binquine Bine Piquine	Biquíni
8. Troca de <i> por <e> em sílaba tônica	Biqueni Biquene	Biquíni
9. Recuperação do <r> em posição de coda	Vior	Viu
10. Recuperação do <m> em posição de coda	Caulem	Caule
11. Recuperação de <l> em posição de coda	Esculte	Escute

Fonte: dados dos autores (2018).

Quadro 2: hipercorreção encontrada na produção textual

CATEGORIAS	HIPERCORREÇÃO	PALAVRA-ALVO
12. Recuperação do <r> em coda	Pegor Ganhor Serdivertir Derversão	Pegou Ganhou Se divertir Diversão
13. Troca de <u> por <o>	Decidio Conseguio Reunio	Decidiu Conseguiu Reuniu
14. Troca de <i> por <e> em posição pretônica	Derversão	Diversão

Fonte: dados dos autores (2018).

As hipercorreções encontradas nos dados analisados referem-se à aplicação de uma regra em contextos não previstos pela norma ortográfica. Simioni e Noble (2015), Bohn e Souza (2017), em suas pesqui-

sas, descrevem dados semelhantes, demonstrando que este fenômeno não ocorre de maneira aleatória, visto que os contextos de aplicação estão em posições aceitáveis para o PB.

Nos casos (1) e (2), de acordo com as pesquisas que norteiam esta análise (SIMIONI; NOBLE, 2015; BOHN; SOUZA, 2017), a hipercorreção a partir da troca de <u> por <l> ocorre com sintagmas verbais (SV) que estão na 3^o pessoa do singular, nestes a desinência tende a ser formada por um ditongo decrescente como em viu > vil. Entretanto, neste estudo, as hipercorreções também ocorreram com sintagmas nominais (SN) que apresentam a mesma estrutura dos SV, ou seja, apresentam a última sílaba formada por um ditongo decrescente.

Simioni e Noble (2015) e Bohn e Souza (2017) afirmam que uma regra que é aplicada ao SV é mais fácil de ser generalizada e aplicada em contextos linguísticos variados. Com esta perspectiva, a criança estaria aplicando uma regra para todos os casos com terminação de <u> em ditongos decrescentes (BOHN; SOUZA, 2017). Simioni e Noble (2015), em seu estudo, descreveram que a troca de <u> por <l> ocorreu porque os alunos “instituíram a regra de que o morfema de 3^a pessoa do singular no pretérito perfeito é escrito com vogal mais <l>” (SIMIONI; NOBLE, 2015, p. 56).

Foram encontrados casos de hipercorreção por troca de <u> por <o> em vários contextos estruturais. Em (3), ocorreu a troca de <u> por <o> em posição postônica medial. Pouco foi descrito na literatura acerca de casos de hipercorreção nesta posição silábica, pelo fato de que este tipo de hipercorreção é mais comum apenas em posição pretônica.

A troca de <u> por <o> em sílaba átona final, em (4), foi encontrada nesta pesquisa em divergência ao que é esperado na literatura, o mesmo ocorreu com a troca de <u> por <o> em posição tônica, em (5), (6) e em (13). Essa troca foi descrita por Simioni e Noble (2015) apresentando um único caso nessa pesquisa. As autoras justificam

que “não ocorre elevação de vogais médias em sílaba tônica na fala” (SIMIONI; NOBLE, 2015, p. 54). Entretanto, nesta pesquisa, foi possível perceber que essa troca ocorreu com frequência em monossílabos terminados em ditongo decrescente (5).

Na pesquisa de Simioni e Noble (2015), não foram encontrados casos de troca de <u> por <o> em todas as posições encontradas neste estudo. O que demonstra que os achados desta pesquisa apontam para usos não previstos, devido à generalização dessa regra. Como afirma Bohn e Souza (2017), este fato “pode ser tomado como evidência da sensibilidade da criança quanto à instabilidade dessa pauta em relação às posições tônicas e pós-tônicas” (BOHN; SOUZA, 2017, p. 164).

A hipercorreção por troca de <i> por <e>, de acordo com a literatura, está localizada em sua maioria na posição pretônica; no *corpus* desta pesquisa, houve apenas um caso (14). Simioni e Noble (2015) levantam a hipótese de que essa manifestação apareceria quando <e> fosse seguido de <n> ou <s> (como em história > hestória), em sílabas pretônicas, diferente do dado desta pesquisa (diversão > derversão). Contudo, é válido ressaltar que, nesta pesquisa, foi possível identificar a presença desse fenômeno também na sílaba tônica (8) e mais frequente na sílaba átona final (7).

No caso da hipercorreção por recuperação do <r> final em (9) e (12), Bortone e Alves (2014) afirmam que é muito comum a supressão do <r> no PB, principalmente em verbos no infinitivo. Na escrita, contudo, a criança passa a utilizá-lo em qualquer palavra que identifica como verbo (BORTONE; ALVES, 2014; BAGNO, 2011).

A recuperação de <m> em coda e do <l> em coda (10) e (11) não foi descrita na literatura. Nesta pesquisa, foi possível encontrar essas instâncias em sintagmas nominais. Acredita-se que pelo <m>, <l>, <r> ocuparem a mesma posição na estrutura silábica, haveria restituição dessas formas devido à generalização deste uso para o <r>.

No que se refere à correlação com os fatores sociais sexo e série escolar, os dados apontam discrepância somente nos escolares do 3º ano e do sexo masculino, contudo nas outras células não há disparidade entre o número de ocorrências. O resultado encontrado é divergente comparado aos demais trabalhos que abordam a hipercorreção na escrita.

Tabela 1: hipercorreção e os fatores sociais²

Fator sexo e série escolar	Nº total de ocorrências
Sexo feminino–3º ano	10
Sexo masculino–3º ano	23
Sexo feminino–4º ano	7
Sexo masculino–4º ano	8
Sexo feminino–5º ano	16
Sexo masculino–5º ano	13

Fonte: dados dos autores (2018).

Estudos realizados demonstram que a ocorrência do fenômeno é mais recorrente na fala de informantes do sexo feminino. Silva Jr. (2015, p. 89) afirma que “os informantes do sexo feminino apresentaram mais vulnerabilidade a utilizar a norma culta da língua portuguesa, diferente dos informantes do sexo masculino que realizaram menos ocorrências de hipercorreção na escrita”.

No que diz respeito à série escolar que o aluno está cursando, é esperado que os alunos que estejam em séries mais avançadas apresentem menos hipercorreção na escrita que os alunos de séries iniciais. Ainda de acordo com Silva Jr. (2015, p. 89),

[...] essa constatação pode se atrelar ao fato da sensibilidade de crianças com menos idade ao utilizarem a língua escrita, assim, observa-se que as crianças

2 Será realizada uma correlação breve das ocorrências observando as características sociais do sujeito. Contudo, não é o intuito deste trabalho realizar uma análise quantitativa.

com mais idade acabam tendo mais cautela no que tange à utilização de palavras que até então só tinham contato oral, nesse sentido, visam utilizar em suas produções palavras que os mesmos já tenham tido contato na escrita.

Contudo, nesta pesquisa, esse achado também se apresentou de maneira distinta ao que é exposto na literatura. Certamente é possível perceber que o maior número de hipercorreções se encontra na escrita dos alunos do 3º ano, porém houve um número significativo de instâncias encontradas na escrita dos alunos do 5º ano, com um decréscimo entre os alunos do 4º ano.

No que tange à influência da oralidade na escrita e, mais especificamente, na ocorrência deste fenômeno, de acordo com os dados encontrados no ditado e na produção textual, expostos nos quadros 1 e 2, é possível notar que apesar das principais pesquisas sobre hipercorreção relacionarem as trocas presentes na escrita como sendo possíveis representações gráficas da oralidade, alguns dados interrogam a existência de outras relações existentes nesse processo.

Ao nos depararmos com a escrita da palavra “escote” para “escute” (Quadro 1, (6)), por exemplo, pode-se observar que a criança busca na escrita suas referências, as quais estão presentes em suas experiências com sua escrita e em outras escritas. O que surpreende no dado é o fato de a sonoridade da palavra ser “ignorada” e a criança se valer da possibilidade que o sistema gráfico permite, uma mobilidade que não é atravessada pela oralidade, o fato de a vogal <o> assumir em alguns momentos uma posição que na fala seria da vogal <u>.

Tal observação torna questionável se os demais dados realmente sofrem influência da fala ou se, de fato, esses usos que se mostram modificados são movimentos da criança dentro do funcionamento do sistema da língua escrita, a partir do que se mostra como possibilidade da língua utilizada. O que na fala se apresenta indiferente por não

ter uma distinção sonora, na escrita se faz necessário, o que podemos ver no uso do <u> e do <l> e o que ocorre também com o <o> e o <u>.

Da mesma forma, verifica-se essa relação de trocas na perspectiva da escrita nas palavras biquíni > biquene e menina > minena, nas quais há a presença de referências que desconsideram a sonoridade e buscam caminhos viáveis na ordem própria da língua escrita.

O uso do <e> e do <i> no português escrito em uma mesma posição se faz presente conforme a língua é adquirida, aqui as trocas surgem em posições inesperadas, como em ‘minena’. A troca do <e> pelo <i> (‘minena’) pode ser explicada por uma questão regional, de sotaque, mas o que intriga no dado é o uso de <e> na posição do <i> em uma sílaba tônica (‘minena), que na fala não deve ser realizada pela criança que escreve, contudo, o acesso à regra traz a apropriação do sistema que notoriamente interfere na escrita de uma palavra que chega à criança pela oralidade (ditado).

Leal e Roazzi (2000) afirmam que nos casos das grafias não convencionais, o professor deve compreender as possibilidades aplicadas por seus alunos. Sabendo que a hipercorreção é um sinal de que a criança já assimilou uma regra, apesar de aplicá-la em contextos não previstos, os profissionais que trabalham com a escrita inicial poderão criar estratégias pedagógicas apoiadas no que o aluno já conhece, além de compreender o processo de aprendizagem da língua e suas dificuldades (MOLLICA, 2000).

Conclusão

Nesta pesquisa, realizamos a análise e descrição do fenômeno de hipercorreção na escrita de crianças do ensino fundamental I observando aspectos linguísticos e sociais. É notável que os fenômenos presentes na escrita não se apresentam de maneira aleatória e que a criança se movimenta na escrita a partir das possibilidades da língua,

não sendo estes casos de hipercorreção associados somente ao apoio na oralidade, conforme está exposto nos trabalhos sobre a temática.

Diante dos resultados inéditos desta pesquisa, fica evidente a necessidade de estudos que descrevam minuciosamente a temática abordada, a fim de promover maior discussão sobre os fenômenos encontrados, como também a relação destes com os fatores linguísticos e sociais.

Referências

ABAURRE, M. B. M. Horizontes e limites de um programa de investigação em aquisição da escrita. *In*: LAMPRECHT, R. R. (org.) **Aquisição de linguagem: questões e análises**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 167-186.

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011.

BOHN, G. P.; SOUZA, M. L. Hipercorreções na escrita como evidência da gramática fonológica da criança. **WORKING PAPERS EM LINGUÍSTICA (ONLINE)**, v. 18, p. 153-170, 2017.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BORTONE, M. E.; ALVES, S. B. O fenômeno da hipercorreção. *In*: BORTONI-RICARDO, S. M. *et al.* (orgs). **Por que a escola não ensina gramática assim?** São Paulo: Parábola editorial, 2014. p.130.

CAGLIARI, L. C. **Conhecimentos técnicos para alfabetizar**. Manuscrito s/d.

CAMACHO, R. G. Aspectos funcionais e estruturais da concordância verbal no português falado. **Alfa**, São Paulo, n. 37, p. 101-116, 1993.

CASTILHO, A. T. de. Saber uma língua é separar o certo do errado? Museu da Língua Portuguesa Estação da Luz. **Revista Online**, São Paulo, 2009. Disponível em www.museulinguaportuguesa.org.br/colunasinterna.php. Acesso em: 25 jan. 2022.

DEMONT, É.; GOMBERT, J. L'apprentissage de la lecture: évolution des procédures et apprentissage implicite. **Enfance**, v. 56, n. 3, p. 245-257, 2004.

GOMES, A. M. **A influência da oralidade na escrita: uma análise sociolinguística sobre as redações escolares de uma escola pública do Distrito Federal.** 2008. 215 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PEREIRA, D. C. **Uso de formas pronominais no português popular de São Paulo:** instâncias de hipercorreção e de duplicação. São Paulo: Estudos Linguísticos, 2010.

LEAL, T. F.; ROAZZI, A. A criança pensa... e aprende ortografia. *In:* MORAIS, A. G. de. **O aprendizado da ortografia.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 99-120.

MOLLICA, M. C. **Influência da fala na alfabetização.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

MOLLICA, M. C. BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2003.

MOLLICA, M. C. **Fala, Letramento e Inclusão Social.** 2. ed., 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2004.

MOURA, M. D. (org.) **Língua falada e ensino.** Maceió: EDUFAL, 1997.

MOURÃO, E. A hipercorreção na escrita formal: dilemas do revisor de textos. **SCRIPTA**, Minas Gerais, 2010. v. 14, n. 26.

NOBLE, L. F.; SIMIONI, T. A relação entre variação linguística e as dificuldades ortográficas na alfabetização. **Revista Percursos Linguísticos**, Vitória-ES, v. 5, n 10, p. 54-73, 2014.

NOGUEIRA, F. M. da S. B. Variação linguística e ensino de língua materna: algumas considerações. *In:* ENILL, 3., 2012, Itabaiana. **Anais [...].** Itabaiana, UFSE, 2012. p. 1-8.

SAGUATE, A. W. Variação lexical e sintática na produção escrita formal em português dos estudantes da Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique. **ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 739-754, mai.-ago. 2012.

RIBEIRO, D. F. S. **Alçamento de vogais postônicas não finais no português de Belo Horizonte – Minas Gerais:** uma abordagem difusionista. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa e Linguística) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SILVA Jr. S. N. da. Marcas linguísticas na modalidade da escrita de alunos no processo de alfabetização. **Revista Philologus**, v. 21, p. 74-92, 2015.

SILVA, P. R. da. A hipercorreção na escrita de crianças e adultos em processo de alfabetização. **Leitura (UFAL)**, v. 1, p. 311-331, 2011.

SILVA, P. R. da. **A hipercorreção na fala de pastores da cidade de Maceió-AL**. 2016. 159 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

SILVA, K.P. *et al.* Análise Fonoaudiológica dos processos apresentados no desenvolvimento da escrita: comparação textual de crianças de 3º ano e 4º série do ensino fundamental de uma escola pública de Maringá-PR. *In*: MOSTRA INTERNA DE TRABALHOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 6., 2012, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UniCesumar, 2012.

SILVA, I. T. **O uso do participípio em formações verbais no português do sul do Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFRGS, Porto alegre, 2008.

SIMIONI, T.; NOBLE, L. F. Entre ‘hestórias’ e ‘príncipes’, a hipercorreção na escrita revela o que as crianças sabem sobre a língua. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 25, p. 43-61, 2015.

NOBLE, L. F.; SIMIONI, T. A relação entre a variação linguística e as dificuldades ortográficas na alfabetização. **Percursos Linguísticos**, v. 5, n. 10, p. 54-73, 2015.

SCREMIN, G.; AIMI, D. A PRESENÇA DA HIPERCORREÇÃO EM TEXTOS DE ALFABETIZADORES POPULARES: contribuições para os PALOPs. **Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa (USP)**, v. 007, p. 01-10, 2009.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008[1972].

ZUANETTI, P. A; CORRÊA-SCHNEK, A. P; MANFREDI, A. K. S. Comparação dos erros ortográficos de alunos com desempenho inferior em escrita e alunos com desempenho médio nesta habilidade. **Rev. soc. bras. fonoaudiologia [online]**, v. 13, n. 3, p. 240-254, 2008.

Varição linguística: o aluno está preparado para isso?

Thomaz Santos Lima

Eliane Vitorino de Moura Oliveira

Universidade Federal de Alagoas

Introdução

Conceber a língua como heterogênea e passível de mudanças, apesar dos resultados de pesquisas já disseminados virem mostrando ser a expressividade humana composta e permeada pela variação, é ainda tabu. Ainda que não haja indivíduo que se expresse da mesma forma em diferentes situações, mesmo que assim o deseje e se monitore para fazê-lo, o mito da homogeneidade linguística perpassa o senso comum.

Com interposição da Sociolinguística, para o que têm grande importância os trabalhos de Labov (2008), dicotomias generalizadas foram sendo contestadas e a fala, berço da variação e condutora da mudança, entrou em foco.

Os cursos de formação de professores, tanto em pré-serviço como em serviço, mesmo que não ainda da forma como deveria ser, também têm se iniciado na referência da importância de ir de encontro à concepção de língua como algo uniforme.

Tendo como norte trabalhos dessa natureza, os documentos oficiais têm reforçado o caráter variável da Língua Portuguesa, característica que resulta da mistura de diversas outras línguas e culturas, e vêm orientando para que seu ensino aborde de maneira adequada a variação linguística nos contextos escolares. Entendendo a língua como um construto social, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), expressamente dispõe sobre o tema.

Não obstante tudo isso, a ideia de pureza da língua enraíza-se culturalmente, suscitando repulsa pela ubiquidade da variação, o que reforça e perpetua o preconceito linguístico (BAGNO, 2015). Os efeitos da variabilidade linguística são cerceados e sua existência é refutada, sobretudo na mídia, à primeira tentativa de se legitimar variedades não-padrão.

Assim, a escola vive um paradoxo. Sendo a instância responsável pela disseminação do saber científico e do conhecimento sistematizado da língua, é seu papel apresentar aos alunos a variedade¹ padrão, “geralmente aquela falada pelas classes de maior prestígio e poder político”, como define Bortoni-Ricardo (2005, p. 25), pois dominá-la é condição para a mobilidade social discente. Isso deve acontecer, todavia, sem considerá-la como a única legítima. Está no âmbito da escola fazer o aluno “refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade linguística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua” (BRASIL, 1998, p. 59).

Atuando em sala de aula, vimos buscando fazer valer essa prerrogativa, por meio de atividade em que se busca a afirmação de todas as variedades, percebendo, entretanto, que tais ações vêm causando algum estranhamento nos alunos e queremos refletir sobre isso. Para tanto, trazemos aqui os resultados de uma destas atividades, em que

1 Optamos aqui por utilizar “variedade” como sinônimo de “norma”, buscando evitar a “ambiguidade terminológica” (BAGNO, 2012, p. 20) que comporta o termo “norma”, mesmo reconhecendo a solidificação da nomenclatura nos estudos da linguagem.

se trabalhou a variedade *rurbana* (BORTONI-RICARDO, 2005), comumente estigmatizada e considerada, no senso comum, errada, feia ou inferior.

As atividades foram propostas a quatro turmas do Ensino Médio (EM), período matutino, de uma escola situada em um distrito rural de Alagoas, tendo por base o texto “Nóis mudemo”², do escritor Fidencio Bogo. A variedade utilizada por esses alunos, em sua maioria, é bem representada no texto estudado.

Antes dos resultados propriamente ditos, apresentamos a teoria que nos fundamenta, trazendo uma bibliografia resumida sobre variação linguística e sobre crenças e atitudes linguísticas, por serem fundamentos que baseiem as análises realizadas.

Teorias basilares

Desde o início da colonização, a mistura linguística se fez presente no Português Brasileiro (PB). As diversas línguas indígenas faladas pelos autóctones, a língua trazida pelo colonizador, as línguas e dialetos africanos, além daquelas faladas por outros povos que por cá se instalaram, favoreceram a heterogeneidade que marca a variedade brasileira do Português.

Essa heterogeneidade, constitutiva de todas as línguas e marca essencial do PB, foi inicialmente desconsiderada na sistematização da análise linguística, quando, no estruturalismo saussureano, houve priorização da língua, em detrimento da fala.

Na década de 1980, Coseriu, seguindo a linha de raciocínio de Meillet (1906 *apud* Coseriu, 1980), que indicava o fato social como principal motivação para a mudança linguística, ao afirmar que são diversos os fatores a ocasionarem a diversidade, propõe uma classificação para suas diferentes formas de realização. Para o autor, a di-

2 Fidencio Bogo. Disponível em <http://fidenciobogo.blogspot.com.br/2011/05/conto-nois-mudemo.html>. Acesso em 09. Set. 2013.

versidade linguística pode ser nomeada de variação diacrônica, variação diatópica, variação diastrática e variação diafásica. Mais didático, Camacho (1998) renomeia as realizações em variação histórica, variação regional ou geográfica, variação sociocultural e variação estilística.

A variação diatópica ou geográfica relaciona-se ao espaço, ligada às formas de usar a língua por falantes oriundos de diferentes regiões. Variação diacrônica ou histórica tem relação com mudanças linguísticas resultantes da evolução no tempo, em que uma variante vai sendo deixada de lado, com outra se firmando no uso. Um exemplo clássico desse tipo é o “Você”, que, em sua evolução temporal, deixou de ser “Vossa Mercê”, até chegar à forma atualmente utilizada.

Coseriu (1980, p. 110) orienta que “as variedades lingüísticas que caracterizam – no mesmo estrato social – os grupos ‘biológicos’ (homens, mulheres, crianças, jovens) e os grupos profissionais podem ser consideradas como ‘diafásicas’.” Esse mesmo contexto é denominado de variação sociocultural por Camacho, quando se pensa em grupos biológicos, e em estilística, no que se refere aos grupos profissionais. A variação estilística – diafásica – também abarca as mudanças de estilo, quanto ao maior ou menor monitoramento linguística.

A variação diastrática, descrita por Coseriu (1980, p. 110) como “diferenças entre os estratos socioculturais da comunidade linguística”, é chamada de sociocultural por Camacho (1988), e, para este autor, refere-se à estratificação social, ao nível de escolaridade, à idade e ao gênero dos falantes. Esse tipo de variação é marcante no texto base dos exercícios aqui analisados e, por isso, é a que nos interessa nesta pesquisa, uma vez que é aquela passível de receber maior pressão social, apreciação negativa e preconceito, pois o senso comum entende como falta de inteligência algumas marcas características de falares.

Como bem alerta Bordieu (1983), há mercados linguísticos em que o respeito e a credibilidade se voltam a determinados indivíduos, que têm, assim, sua expressão legitimada. Em contrapartida, o que

não se assemelha ao que é considerado padrão não recebe resposta positiva, não sendo visto como fidedigno, estando tais discrepâncias relacionadas ao valor social da variedade utilizada. Como bem observa Gnerre (1991, p. 6-7), “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.”. É nesse sentido que Bagno (2015) considera o preconceito linguístico uma das ramificações do preconceito social.

Bourdieu (1988, p. 112), a esse respeito, assevera que alguns “critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) são objeto de representações mentais, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos”. Essa percepção das formas de usar a língua, por meio da fala, implica em apreciações que favorecem o recrudescimento de crenças e despertam atitudes linguísticas em todos os indivíduos, ou seja, oportunizam opiniões de foro íntimo, expressadas com convicção e fé, bem como manifestações, positivas ou negativas, dessas crenças estabelecidas.

Labov (2008, p. 176) entende crenças como “conjunto uniforme de atitudes frente à linguagem que são partilhadas por quase todos os membros da comunidade de fala, seja no uso de uma forma estigmatizada ou prestigiada da língua em questão.”, ao passo que Lambert e Lambert (1981, p. 100), veem atitudes como formas organizadas e coerentes de “pensar, sentir e reagir a pessoas, grupos, problemas sociais ou, de modo mais geral, a qualquer acontecimento no ambiente”, afirmando, também, serem elas fundadas em pensamentos, crenças, sentimentos, emoções e reações.

Aguilera (2008, p. 106) esclarece que “a atitude linguística de um indivíduo é o resultado da soma de suas crenças, conhecimentos, afetos e tendências a comportar-se de uma forma determinada diante de uma

língua ou de uma situação sociolinguística.”, atitudes são, dessa forma, expressões positivas ou negativas de crenças individuais ou sociais.

Assim sendo, as atitudes dos falantes diante das crenças internalizadas são determinantes para a perpetuação ou não do preconceito linguístico, para a legitimação de uma variante em detrimento de outras. Dessa maneira, como esclarece Moreno Fernández, (1998), a relevância de refletir sobre as atitudes linguísticas se intensifica pelo fato de elas, além de oportunizarem melhor entendimento de uma comunidade, influenciam de maneira decisiva na variação e na mudança linguística, afetando a opção entre a adoção e o ensino e aprendizagem de uma determinada língua em detrimentos de outras.

Ou seja, se as crenças dos falantes provocam atitudes, é importante trabalhá-las na escola, a fim de que as avaliações em relação às variedades linguísticas não sejam contraproducentes. A escola tem que direcionar as discussões dessas questões sensíveis de forma a não gerar preconceito e discriminação e não perpetuar avaliações negativas. Abordar adequadamente a variação linguística em sala de aula é uma forma de barrar a possibilidade de essa agência atuar como propagadora de atitudes negativas nos alunos em relação à sua identidade linguística, e, até mesmo, em relação à variedade padrão, cujo ensino é de competência da escola.

No tópico seguinte, discorreremos sobre o trabalho efetuado em sala, com o objetivo de conhecer crenças e atitudes dos alunos em relação à variação linguística.

Organização da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada em quatro turmas do Ensino Médio (EM), período matutino, de uma escola situada em um distrito rural de Alagoas. Os alunos foram separados em vinte e sete grupos caracterizados aqui como de G1 a G27-, compostos por, em média, sete

alunos. As respostas foram obtidas após discussões realizadas em sala de aula, mediadas pela professora, entre os integrantes destes grupos.

No ano letivo de 2019, a professora S incluiu, entre os conteúdos a serem implementados em suas turmas dos três anos do EM, discussões e reflexões acerca da variação linguística. No primeiro semestre, a noção de variedades linguísticas foi tratada, assim como foram apresentados os tipos de variação, de maneira a construir bagagem para o trabalho prático a ser realizado no segundo semestre.

No segundo semestre, atuando na perspectiva reflexiva, a professora desenvolveu um trabalho de pesquisa sobre as variedades linguísticas, a fim de conhecer as crenças de seus alunos sobre a variação e de dimensionar atitudes provenientes dessas crenças em relação à diversidade linguística.

Como o trabalho com a variação linguística já vinha ocorrendo de maneira sistematizada, a atividade alcançou discentes familiarizados com a taxionomia e as especificidades de cada tipo de variação.

Ainda que tenha focado em apenas um tipo de variação – a diastrática (social ou sociocultural) – para empreender a sua pesquisa, discussões sobre variação diatópica, variação diacrônica e variação diafásica também aconteceram durante as aulas, até porque as variantes regionais são também passíveis de estranhamento. A diferença está no fato de não serem responsáveis, por si só, por rejeições. Ou seja, não se discrimina alguém apenas por usar uma forma lexical ou por uma determinada entonação. Isso acontece quando fatores diversos são conjugados. A caricaturização, e conseqüente discriminação, envolve fatores sociais que extrapolam as questões linguísticas (BAGNO, 2015). Ademais, é na variação diastrática que reside a complexidade, a marcação negativa, a construção crenças que podem vir a se concretizar em atitudes negativas com relação ao uso linguístico.

Na seção a seguir, detalhamos os procedimentos de sala de aula para a obtenção do corpus analisado neste trabalho.

| *Composição do corpus*

Para averiguar a valoração em sala de aula das variantes estigmatizadas, em três aulas consecutivas, os alunos trabalharam com o texto “Nois Mudemo”, de Fidêncio Bogo, escritor catarinense, radicado no Tocantins. Trata-se da história de Lúcio, cuja família mudou de um lugar para outro e que, na escola, sofreu discriminação por sua forma de falar, sendo, inclusive, apelidado de “nóis mudemo”. A sequência da narrativa relata a saída do aluno da escola e um reencontro, anos mais tarde, entre aluno e professora, o que leva essa docente a repensar sua prática e o peso de suas ações, no passado, para a estagnação social e econômica na qual encontrou seu aluno.

A escolha do texto foi intencional, uma vez que a variedade apresentada pelo personagem principal, Lúcio, era familiar aos alunos da escola. Muitos deles utilizavam as variantes empregadas pelo personagem, cotidianamente, em quase cem por cento de sua expressão linguística, em especial os que moravam nos sítios e fazendas mais afastados da zona central do Distrito.

Para o trabalho, foram feitas duas leituras: primeiramente, de forma silenciosa, sendo, depois, realizada uma leitura dramatizada, para que as variantes fossem, de fato, pronunciadas e a apreciação valorativa acontecesse.

Após a leitura, foi organizado um debate geral, tendo como mote a seguinte questão: “E se professora tivesse mostrado a Lúcio que a variedade falada por ele não era errada, dizendo que há uma variedade padrão, cujo conhecimento era seu direito, acham que sua vida teria sido melhor? O que poderia ter acontecido com o menino, caso tivesse conseguido ser capaz de adequar melhor sua fala aos contextos em que fosse necessário usar a variedade padrão?”

As reflexões e respostas dos alunos foram descortinando suas crenças, que levaram a professora a perceber que a erradicação de um ponto de vista consolidado necessitava de muito trabalho.

Noutro momento, retomando os pontos principais apresentados no debate, o trabalho teve continuidade. Após um profícuo momento de discussão, os alunos se organizaram em grupos para responder, por escrito, às seguintes questões: 1) *O que influenciou a fala de Lúcio?* 2) *Qual é o tipo de linguagem utilizada por Lúcio?* 3) *Você sabe o que é o preconceito linguístico?* 4) *Em que situações utilizamos, ou devemos utilizar, a variedade padrão?* 5) *Você sabe falar Português? Por quê?* 5) *Qual a função das aulas de língua Portuguesa, no seu entender?* 6) *“A gramática faz gato e sapato da língua materna – a língua que a criança aprendeu com seus pais, irmãos e colegas – e se torna o terror dos alunos.” Esta afirmativa do texto está correta, ou seja, você acredita que a gramática seja o terror dos alunos? O que poderia ser feito para mudar isso?”* Os resultados dessas questões são analisados e discutidos a seguir.

Variação: o que pensam os adolescentes

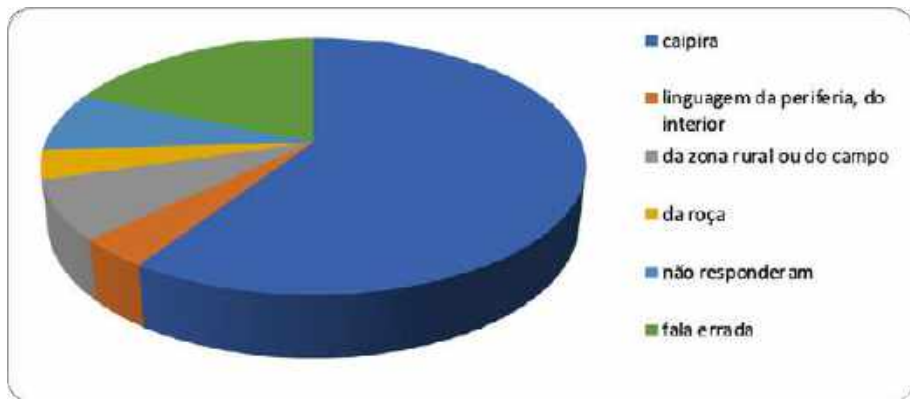
As respostas para a primeira questão – o que influenciou a fala de Lúcio? – já trazem à tona as marcas das crenças enraizadas, pois mesmo com todo o trabalho efetivado antes, a ideia de que há uma variedade certa e outras erradas ainda permeia o inconsciente dos alunos, como perceptível em respostas como “a influência *negativa* da família” (G1); “a língua do campo que sua família falava que influenciava ele a falar *errado*.” (G2); “o falar *errado* dos sítio.” (G3); “a forma *esquisita* que seus pais do interior falava.” (G4); “a fala *errada* da família dele” (G5); “porque ele aprendeu a forma de falar de seus pais que falava *errado*.” (G6).

Do que foi exposto, notamos que seis dos vinte e sete grupos apresentaram uma atitude negativa em relação à variedade *rurbana*, tratando-a não só como errada, como também feia e esquisita.

Bortoni-Ricardo (2005, p. 24) explica que, ainda que haja diferenças no uso de variantes estigmatizadas, avaliam da mesma forma os traços estigmatizados. A autora complementa “classes mais baixas da sociedade exibem em sua linguagem uma incidência maior de variáveis linguísticas não-padrão, mas, quando submetidas a testes que avaliam atitudes, reconhecem o caráter estigmatizado dessas variáveis, julgando-as com severidade”.

A maioria dos grupos respondeu à segunda questão – qual o tipo de linguagem utilizada por Lúcio? – como “caipira”, como se vê na Figura 1. Alguns trouxeram a crença da existência de uma única forma certa, ao responderem que “ele falava *errado*.” (G4); “uma linguagem *errada*, uma coisa assim *errada*.” (G11); “só fala o português errado, tipo *caipira*.” (G12) “uma linguagem toda *errada*” (G18) e “porque ele era do sítio e falava *errado como um caipira*” (G23).

Figura 1: Crenças sobre o falar rurbano



Fonte: Os autores (2019).

Ademais, a própria noção de caipira, a carga que pode trazer o vocábulo, mereceria uma investigação mais aprofundada, uma vez que pode estar carregada de atitudes negativas em relação à variedade rural/rurbana e aos seus falantes, como se percebe pelas considera-

ções dos grupos G12 e G23, cujas respostas colocam no mesmo campo semântico os adjetivos caipira e errado, visão bem destacada em *fala errado como um caipira*. Já em 1920, Amadeu Amaral, em sua clássica obra “O Dialeto Caipira”, refletia sobre as avaliações negativas direcionadas às formas linguísticas típicas do falar rural.

A pergunta seguinte tratou da questão do preconceito linguístico. Primeiramente, os alunos foram questionados sobre o que era preconceito e, na sequência, se entendiam como preconceituoso julgar alguém pela variedade que utilizava para se expressar. Apenas um grupo não viu isso como preconceito, sem, entretanto, justificar sua resposta. Os demais viram como um ato preconceituoso, ou seja, entenderam, como Bagno (2015), que julgar os indivíduos por sua expressão linguística pode gerar discriminação, abonando o preconceito linguístico.

No entanto, ainda que reconhecendo a seriedade dessa avaliação, as respostas remeteram à crença de superioridade de uma variedade linguística sobre as demais, conforme se nota em “é preconceito porque as pessoas que fala assim fala errado.” (G5); “preconceito porque às vezes as pessoas acha melhor nem falar com quem fala errado.” (G20).

Outra crença a que se chega com as respostas dessa questão é a de que quem não usa a variedade padrão é menos inteligente, mostrada em respostas como “preconceito vem porque eles falam errado, e por isso parece que não são tão espertos.” (G4); “as pessoas julga, pode até achar que são burros quem não fala certo.” (G17); “os meninos sofreram bullying porque não eram capaz de falar direito.” (G21); “tem que aprender a falar.” (G27).

As respostas a essa questão repercutem a noção de capital linguístico, proposta por Bourdieu (1996), pois a língua é entendida como um algo refinado, inacessível a vários indivíduos localizados à margem da sociedade dominante.

Quando questionados sobre a ocasião em que deve ser usada a variedade padrão, as respostas dos grupos expressaram a crença da homogeneidade linguística, visto que, mesmo tendo contato com a variação diafásica, não chegaram à importância da adequação ao contexto. As respostas alegam “acho que sempre, né” (G2); “realmente, devemos usar a forma padrão em todos os lugares.” (G7), “Todos os dias, pra tudo, frequentemente.” (G8) etc. O grupo 1 proclama a crença de que quem não usa a variedade padrão não tem educação ou respeito ao expressar “em qualquer momento você deve ser educado, respeitar”. Já o grupo 20 mostra certa consciência de adequação ao contexto quando diz que “devemos utilizar o melhor linguajar em entrevistas de emprego e tal, e deixarmos o que aprendemos em casa em casa”. A despeito dessa conscientização, ainda consideram a variedade padrão como “o melhor linguajar”.

As respostas à questão “Você sabe falar o Português”? despontaram que a maioria dos grupos acredita não saber falar sua língua, apresentando uma atitude linguística negativa em relação ao seu idioma pátrio, que advém da crença que liga o falar português à ideia de correção, ou seja, que só sabe falar português quem utiliza a variedade padrão (Bagno, 2015). Os grupos justificam sua resposta, como se vê nos exemplos: “não, porque sem querer falamos errado”(G1); “Tem vez que erramos na pronúncia de uma palavra”(G6); “Não, porque algumas palavras sempre falamos errado” (G12), entre outros.

Os grupos que responderam sim, ainda que tenham uma atitude positiva em relação à língua, ligam o saber usá-la ao conceito de certo e errado, ao apresentarem justificativas como “sim, porque eu aprendi a falar certo.” (G14); “sim, porque eu falo certo” (G14) etc.

Apenas três grupos apresentaram atitudes favoráveis às variedades linguísticas. Ao responderem que sabiam falar o Português, usaram como justificativas “sim, porque é nossa língua” (G2); “sim, porque eu falo Português.” e “Eu acredito, porque é a língua do meu país,

que eu nasci” (G27), externando uma atitude positiva em relação à língua falada, sem basearem-se em crenças interiorizadas.

Essa avaliação negativa recorrente na sociedade brasileira precisa ser desarraigada e, de acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p. 37), aos linguistas cabe um papel protagonista neste trabalho. Segundo a autora, “é tempo de conferir prioridade ao estudo da ‘linguagem das minorias’, já que “[...] no Brasil, os vernáculos e as variedades populares constituem a língua da grande maioria da população.”

A pergunta “Qual a função das aulas de Língua Portuguesa, no seu entender?” visava a conhecer as crenças sobre a importância dessa disciplina para ampliação do repertório linguístico e consequente adequação aos contextos interacionais. Mais uma vez, a crença da correção sobressaiu-se, já que todos os grupos estabeleceram como “ensinar a usar corretamente a língua” a função principal do ensino. Dessa forma, ainda que seja observada atitude positiva em relação ao ensino, a crença da legitimidade tão somente da variedade padrão reflete-se nas respostas dos grupos, retomando as discussões sobre capital linguístico (BORDIEU, 1996) e o mito da superioridade de uma variedade sobre outras (BAGNO, 2015).

A penúltima questão foge ao escopo deste trabalho, pois se refere ao ensino de gramática, como componente curricular, e, por isso, não discorremos aqui sobre ela.

Por fim, a última questão foi proposta com o intuito de se fazer conhecer as crenças dos alunos em relação ao papel do professor como intermediador entre a variedade trazida pelos alunos e a padrão, por intermédio da pergunta: “A professora agiu certo ao corrigir Lúcio? Por quê?”. Todos os grupos disseram que sim. Sintetizando, todas as justificativas exteriorizam a crença de que corrigir os alunos é a função, o papel principal dos professores de Língua Portuguesa.

Observamos, por meio das respostas dos grupos, ser generalizada a crença não só de correção, como de que há uma variedade melhor que as outras, a qual deve ser aprendida na escola, visto que só se sabe falar realmente a língua sabendo utilizar essa variedade. A ideia de erro é muito entranhada alunos, como reflexo da sociedade em que nos inserimos. A esse respeito, Bortoni-Ricardo (2005) assevera ser necessário levantar as regras variáveis, para serem avaliadas pelos falantes, o que servirá como subsídio para ações pedagógicas minimizadoras dessa realidade.

Por fim, ficou patente, também, que embora tenha havido um trabalho com variação linguística anterior à atividade, cuja abordagem foi adequada para a reflexão real das diferenças, não foi alcançada a conscientização dos alunos, ou seja, há muito ainda para se fazer quando se pensa em variação, sala de aula.

Considerações finais

Observou-se, pelas análises, que o aluno traz de casa, obra do sendo comum, a crença de que a variedade utilizada por ele, marca identitária e que o define como integrante de um determinado grupo, é errada, feia e, muitas vezes, símbolo de falta de inteligência. A atitude em relação a sua expressão linguística é, desse modo, negativa.

Ao chegar na escola, o indivíduo se depara com o saber sistematizado, o conhecimento científico, no qual é apresentada uma língua como padrão. Tendo impregnada em si uma atitude negativa quanto à sua expressão linguística, esse embate com a língua padrão reforça sua crença, afirmando a legitimidade apenas da variedade escolar como certa, bonita, sinônimo de inteligência, ou seja, essas crenças que giram em torno da superioridade da variedade padrão, reforçada, muitas vezes, em nossas aulas, pelas nossas atitudes como professores e professoras, reforçam a ilegitimidade ou inferioridade de outros falares.

Essa visão linguística é tão enraizada no subconsciente de toda a sociedade, que, mesmo havendo um tratamento adequado ao tema em sala de aula, as atitudes negativas não se dissipam de pronto. Daí a importância da escola como entidade a trabalhar intensamente no sentido de conscientizar o aluno da heterogeneidade linguística. A escola deve desenraizar a crença da homogeneidade e da existência de uma única variedade certa, mostrando que isso não é real e, mais importante ainda, deve conscientizar os alunos de que, mesmo que haja uma variedade padrão, isso não descaracteriza, deslegitima ou inferioriza as demais variedades.

O trabalho em sala de aula deve ser primoroso e atento, visto ser esse um campo bastante controverso. O professor deve estar bem ciente da importância de uma abordagem adequada da variação, a fim de não perpetuar atitude negativa em relação às variedades cada vez mais díspares trazidas por alunos que se unem em sua sala de aula. O professor é, para o aluno, a representação da autoridade escolar e, assim, seu poder de perpassar valores, crenças e ter suas atitudes tidas como as únicas corretas é bastante provável.

Assim, cientes de que é papel da escola levar ao aluno o conhecimento dessa variedade estabelecida como padrão, condição para sua mobilidade em uma sociedade que estabelece certos parâmetros como os adequados para se chegar ao topo, inclusive parâmetros linguísticos, reafirmamos a importância de que esse trabalho seja feito de maneira consciente e bem fundamentado, para que não seja perpetrado o preconceito, por meio de crenças que levem a atitudes como as expressadas nesta pesquisa, em que a maioria dos alunos revelou visão deturpada, já que, mesmo reconhecendo a existência da variação linguística, acredita haver apenas uma variedade certa, devendo as demais deixarem de existir.

Referências

- AGUILERA, V. de A. Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 2, p. 105-112, 2008.
- BAGNO, M. **Preconceito Linguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BAGNO, M. Norma linguística, hibridismo & tradução. **Traduzires**, v. 1, n. 1, p. 19-32, 2018. Acesso em: <https://periodicos.unb.br/index.php/traduzires/article/view/20891>. Acesso em: 12 set. 2022.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora?: Sociolinguística & educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- CAMACHO, R. G. A variação linguística. In: SÃO PAULO. Secretaria de Educação. Coordenadoria de Estudos e Variedades Pedagógicas. **Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa para os 1º e 2º graus: coletânea de textos**. São Paulo: SE/CENP. 1988. p. 29-41.
- COSERIU, E. **Lições de linguística geral**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1980.
- GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1991.
- LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W. E. **Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- MORENO FERNÁNDEZ, F. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Ariel, 1998.

A sociolinguística e a educação quilombola

Maria Helena Menezes de Souza
Universidade Federal de Alagoas

Introdução

A variação linguística é uma característica existente em todas as línguas naturais e refere-se ao conjunto de formas de dar significados as coisas no mundo. A ocorrência de variação na língua denota existência de variantes linguísticas que são as opções de significados que damos para determinadas coisas. A variação linguística pode ocorrer no nível lexical, fonológico, morfofonológico, morfológico, morfosintático, sintático ou discursivo. As variações lexicais, por exemplo, são comuns e observáveis no cotidiano. No Brasil, não é difícil ouvir alguém dizer aipim, mandioca ou macaxeira para se referir à um mesmo alimento. Também é comum utilizar as formas abobora, jerimum ou moringa para denominar um legume que usamos na culinária. No português brasileiro sentenças com variação de sujeito, como por exemplo, ‘*Nós* moramos em Alagoas’ e ‘*A gente* mora em Alagoas’ são comuns e frequentes, também sentenças com variação na concordância verbal como nos exemplos ‘Eles *moram* em Alagoas’ e ‘Eles *mora* em Alagoas’ estão presentes no repertório linguístico dos brasileiros. Os exemplos citados denotam a variabilidade do nosso sistema

linguístico, que permite usufruir de várias possibilidades na comunicação. Tendo em vista essa realidade, propomos uma reflexão acerca de como a variabilidade linguística é entendida socialmente e suas implicações na educação quilombola, também apontamos alguns caminhos para diminuição do paradigma do preconceito linguístico proposto por Bagno (2009).

O presente trabalho está dividido em quatro seções, na primeira, apresentamos os pressupostos da Sociolinguística Variacionista que embasam nossa discussão; na segunda, abordamos a variação linguística e estigmatização no Brasil, discorrendo sobre os primeiros estudos na área Sociolinguística Variacionista, alguns fatores sociais que influenciam a variação linguística, e alguns exemplos de estigmas linguísticos no Brasil. Na terceira seção, discutimos a variação linguística no dialeto dos afrodescendentes, enfatizando a formação do português brasileiro, e como se deu o processo nas comunidades marginalizadas socialmente. Na quarta e última seção, discutimos a variação linguística na educação quilombola, com enfoque em alguns aspectos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, da Base Nacional Comum Curricular, do livro didático e da formação dos professores, para assim, problematizar a educação quilombola, também apresentamos a proposta de Bortoni-Ricardo e Dettoni (2001) como modelo para uma educação quilombola efetiva.

A Sociolinguística Variacionista

William Labov, em 1960, nos Estados Unidos da América, inaugurou Sociolinguística Variacionista, defendeu a tese de que a língua apresenta uma sistematicidade ordenada, evidenciando interferências sociais na língua. Ao contrário das teorias linguísticas vigentes, que abordavam a língua como um sistema homogêneo, Labov (2008[1972]) apontou uma nova linha de estudos. O teórico focalizou nas diferenças entre o inglês padrão e o inglês dos afrodescendentes.

Com sua pesquisa, desfez o mito do *déficit linguístico* nos afrodescendentes, que impregnava a mentalidade de gestores da educação norte-americana na época. A referida pesquisa provou que a variedade dos negros possuía laços históricos com uma língua crioula mais antiga e mais próxima da língua falada nas Caraíbas.

A Sociolinguística Variacionista¹ é uma das subáreas da Sociolinguística, que rompeu com o mito de línguas homogêneas e invariáveis e demonstrou a importância do contexto social para a resolução das questões linguísticas. Os teóricos dessa vertente problematizaram o caráter social do sistema linguístico e a variabilidade inerente que existe nesse sistema.

As pesquisas na área da Sociolinguística Variacionista no Brasil começaram na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na década de 1970, sob a orientação do professor Anthony Naro. Muitos estudiosos começaram a fazer pesquisa na área da Sociolinguística Variacionista com objetivo de traçar o perfil das diversas comunidades de fala do Brasil. Segundo Souza (2020), a mistura entre povos e línguas no Brasil acarretou diferenças nas características das comunidades de fala, e o português vindo de Portugal já não é o mesmo por diversas questões. Atualmente temos um português do Brasil, e precisamos estudá-lo para compreender seu funcionamento.

Para Souza (2020), nas variedades do português brasileiro, há uma diversidade de fatores sociais que implicam nas variações linguísticas; o fator variação *diatópica* se refere às variações distintas pela região que o falante pertence, por exemplo, falantes da região Sul do Brasil podem fazer usos linguísticos diferenciados dos falantes da região Nordeste. Já o fator variação *diafásica* está diretamente relacionado ao contexto de fala e ao público em que o falante está imerso. Dependendo da ocasião, o falante pode variar sua fala para

1 Existem diversas subáreas da sociolinguística, como por exemplo a sociolinguística educacional, sociolinguística histórica, sociolinguística paramétrica e outras.

se adequar ao público ouvinte, ou à situação, seja ela de informalidade ou formalidade.

Seguindo pelo mesmo viés, o fator variação *diamésica* está ligada às variações que ocorrem na fala e se estendem ou não para a escrita, muitas vezes os falantes utilizam uma norma, mas na escrita não a registram, visto que tendem a utilizar na escrita a norma-padrão². Assim sendo, falamos de uma maneira, mas nem sempre a escrevemos. Temos ainda o fator variação *diastrática*, que diz respeito à camada social do falante, os falantes de camadas sociais elevadas tendem a utilizar mais formas prestigiadas e falantes de camadas sociais mais baixas tendem a utilizar menos formas de prestígios. A variação *diastrática* envolve as características sociais do indivíduo, como escolaridade, classe social, mercado de trabalho, faixa etária e ambiente em que vive.

No Brasil existem duas normas predominantes, a variedade urbana de prestígio e a norma popular ou não padrão. Estudos na área da sociolinguística apontam a escolarização formal e falta de acesso às políticas sociais como principais causas dessa divisão linguística. Entretanto, a partir de um contato linguístico e sociocultural entre as comunidades de fala, o repertório linguístico do falante pode ser distinto da sua realidade social.

A Sociolinguística Variacionista defende a ideia de que a língua possui variações e que elas devem ser respeitadas, haja vista que diferentes grupos sociais têm diferentes maneiras de falar, a Sociolinguística não está apenas para a descrição e análise das variedades linguísticas, mas também para mostrar a sociedade que a língua não é homogênea e que existem variações a serem respeitadas (SILVA, 2005).

2 A norma-padrão é um construto sócio histórico que serve de referência para o processo de padronização que lhe é pertinente. Serve de objeto político para uniformização linguística (FARACO, 2008).

Variação linguística e estigmatização no Brasil

A sociedade brasileira é etnicamente diversificada, e não é diferente no sistema linguístico, nele encontramos contribuições de todas as etnias, ainda que a sociedade não aceite tal realidade. No que diz respeito à alternância linguística, dizer caixa ou caxa para identificar um determinado objeto, não costuma causar avaliação linguística negativa para um falante, por outro lado, ao falar framengo em vez de flamengo, pode causar certo estranhamento ou incômodo nos ouvintes, mesmo ambas sendo formas correspondentes.

Alguns usos linguísticos são mal avaliados ou não aceitos socialmente, uma vez que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante o primeiro mandato de presidente foi apontado como incapaz de presidir o país pelo fato de “falar errado”. A Faculdade Cenecista Presidente Kennedy, por exemplo, lançou como tema da redação do vestibular em 2003, o questionamento: *O português de Lula é ou não um mau exemplo para a Nação em sua totalidade?* Seguindo a mesma linha de pensamento, em 2004 a professora Schirley Luft do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR) publicou um artigo afirmando que o Palácio do Planalto precisava rever determinadas posturas para corrigir, uma dessas eram “os erros gramaticais” cometidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas falas improvisadas.

A questão do incômodo do “falar errado” do ex-presidente está diretamente relacionada a não utilização da norma-padrão. Se não utilizou a norma-padrão, certamente Lula se valeu da norma não padrão no seu discurso, daí podemos concluir que a fala de uma pessoa, muitas vezes, pode ser tomada como parâmetro para suas capacidades intelectuais, o que pela sociolinguística é visto como preconceito linguístico.

Em 2011, houve também uma polêmica nacional por conta de um livro didático aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). O livro *Por uma Vida*

Melhor mostrava alguns exemplos de variação linguística, os quais não apresentavam concordância verbal. Este fato rendeu muitas críticas e comentários, pois os contrários a essa publicação afirmavam que a concordância verbal havia fracassado no Brasil.

O Ministério Público Federal (MPF) da Procuradoria da República do Distrito Federal chegou a processar o Ministério da Educação por distribuir livros que continham “erros” de concordância. Jornais e revistas se mobilizaram numa campanha contra o MEC, afirmando que o livro ensinava a língua portuguesa de modo errado aos estudantes, quando, na verdade, o Ministério da Educação estava propondo à sociedade algumas reflexões acerca da linguística. Estes fatos nos mostram que a falta de consciência sociolinguística no país ocasiona a disseminação crescente do estigma linguístico.

Variação linguística no dialeto dos afrodescendentes

Compreender as questões imbricadas na variação linguística se faz importante principalmente pelo fato de que as comunidades de fala que vivem em situação de vulnerabilidade social são os principais alvos de constante ataque da estigmatização linguística. A fala que, muitas vezes, se distancia do padrão exigido na escola e nos meios de comunicação é, frequentemente, utilizada pela camada social mais populosa do Brasil, e também por comunidades rurais e afrodescendentes, que vivem afastadas das grandes metrópoles e têm seu vocabulário fundado nas referências de um português transmitida de maneira irregular (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009).

Para elucidar ainda mais a discussão proposta por Lucchesi, Baxter e Ribeiro, 2009, lembramos ainda o fato de que a língua portuguesa foi introduzida forçosamente para os povos indígenas e quilombolas, desde a colonização. No Brasil o interesse nesses grupos era apenas a mão de obra escrava, e isso se perpetuou por séculos.

Por muito tempo, esses dois grupos foram privados de escolarização formal e contato direto com o português lusitano.

O que se propagou entre as classes “minoritárias” foi uma língua com misturas de todos os traços. Na língua “pura da elite” não eram aceitas contribuições linguísticas dos grupos oprimidos, dessa forma, temos um abismo linguístico, de uma lado, a fala vinda de Portugal utilizado pela elite, e, de outro, um português adaptado pelos grupos que estavam à margem da sociedade, foi a segunda norma que se espalhou indiscriminadamente, e é ainda a variedade utilizada por muitos brasileiros na contemporaneidade, uma vez que grande parte da sociedade brasileira é de classe baixa e normalmente seu primeiro contato linguístico não é com a norma padrão.

No cenário linguístico brasileiro, observamos ainda a existência da colonialidade, que se trata do processo de valorização cultural e ideológica de elementos característicos do colonizador em detrimento dos elementos locais, resultante de outro processo, de caráter político-econômico, qual seja, o colonialismo (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p.18). Podemos assim dizer que a língua de uma nação também não se isenta das influências da colonialidade. No Brasil, a supremacia da variedade linguística lusitana como a norma-padrão e língua nacional denuncia a vassalagem linguística em relação à metrópole, que é consequência da colonialidade no plano linguístico.

[...] qualquer hipótese que integre o contato entre línguas na formação histórica das variedades do português brasileiro tem de enfrentar uma forte resistência subjetiva que se desdobra, tanto no plano da ideologia, quanto no plano da própria teoria linguística. Até meados do século XX, grandes filólogos brasileiros que se debruçaram sobre o tema, imbuídos da visão conservadora e preconceituosa de superioridade cultural e linguística do colonizador europeu frente às populações indígenas e africanas, procuraram minimizar qualquer

interferência desses povos na formação da realidade linguística brasileira. Por outro lado, a forte tradição imanentista que se estabeleceu na Linguística Moderna desde que Saussure decretou que a língua é uma estrutura que se move em função de sua lógica interna tem-se renovado, muitas vezes, de forma surpreendente, como no caso dos sociolinguistas Anthony Naro e Marta Scherre (1993 e 2007), que, resgatando o conceito sapiriano de deriva linguística, têm refutado qualquer proeminência do contato entre línguas na formação do português brasileiro, afirmando que o contato linguístico teria apenas acelerado tendências já presentes na evolução da língua portuguesa desde suas origens latinas. (LUCCHESI, 2012, p. 47).

A norma padrão, aclamada pelos conservadores, chegou ao Brasil em virtude da colonização, no entanto, Portugal e Brasil tiveram evoluções históricas e sociais diferenciadas, sendo assim, ambas as línguas tomaram caminho antagônicos e receberam traços de dialetos de outros povos. Naturalmente tornara-se línguas distintas, fato de difícil aceitação para parte da sociedade.

Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009) afirmam que existe um português afro-brasileiro, e o designam como uma variedade constituída pelos padrões de comportamento linguístico de comunidades rurais compostas, em sua maioria, por descendentes diretos de escravos africanos, que se fixaram em localidades remotas do interior do país, praticando até os dias de hoje a agricultura de subsistência. Muitas dessas comunidades têm a sua origem em antigos quilombos de escravos foragidos e ainda se conservam em um grau relativamente alto de isolamento.

Para os autores, o português afro-brasileiro guardaria uma especificidade no universo mais amplo do português popular rural brasileiro (ou, mais precisamente, norma popular rural do português brasileiro), não apenas pelas características sócio-históricas próprias

às comunidades em que ele é falado, mas, sobretudo, pelas características linguísticas que o distinguiriam das demais variedades do português popular do Brasil (ou melhor, da norma popular brasileira). Ainda segundo Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009):

As comunidades rurais afro-brasileiras isoladas constituem um espaço único para a pesquisa em linguística sócio histórica que visa a rastrear os reflexos do contato entre línguas na estrutura gramatical das variedades atuais do português brasileiro, pois os efeitos dos processos de transmissão linguística irregular sobre a estrutura gramatical da língua no Brasil seriam mais notáveis exatamente nessas comunidades, em função da combinação das condições históricas em que elas se formaram com o isolamento em que se conservaram até recentemente (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO 2009, p. 32).

Observamos nessa exposição dos autores que as comunidades quilombolas precisam de especial atenção no que se refere à compreensão do seu comportamento linguístico, haja vista que a história e seus reflexos podem dar respostas para alguns fatores ocorrentes nessa variedade. Os autores prosseguem afirmando que, ao reunir essas características, tais comunidades de fala ocupariam um papel específico no cenário das variedades rurais do português brasileiro.

As comunidades quilombolas podem apresentar peculiaridades que não são localizadas em outros locais, no entanto, com asseguram os autores, é importante considerar que muitos processos de variação e mudança induzidos pelo contato se alastraram para todas as variedades do português no Brasil, inclusive a sua norma culta³, é de se esperar que esses processos se apresentem com um maior nível de intensidade

3 A norma culta é uma das muitas normas utilizadas pela população urbana em nível de escolaridade média ou alta em situações de monitoramento de fala e escrita (FARACO, 2008).

nessas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, mesmo em face das demais comunidades rurais.

Variação linguística na educação quilombola

A Sociolinguística Educacional que é também uma subárea da sociolinguística, muito pode contribuir no cenário de estigmatização linguística, pois, busca combater o preconceito linguístico nas escolas por meio, principalmente, das aulas de Língua Portuguesa. Considera a heterogeneidade linguística e trabalha a língua em seu contexto real de uso. Afirmando que a língua varia em função do nível social, escolaridade, idade, sexo, região, profissão, intensão do falante e também em consequência de outros aspectos. Reconhece a língua não apenas como reflexo da sociedade, mas como parte da mesma, sendo elemento constituinte da sociedade. Para além disso a sociolinguística entende que a língua é objeto de poder e dominação, podendo ocasionar a exclusão social (BAGNO, 2004; BORTONI-RICARDO, 2004).

Cientes de que há uma forte tendência educacional de utilizar a gramática normativa como leme para as aulas, e que esta aborda a norma padrão como única possibilidade de norma, devemos nos atentar para o fato de que a língua está em constante processo de evolução, nem sempre o que está na gramática é ainda utilizado. Um exemplo claro é o pronome de segunda pessoa do plural *Vós*, que ainda é ensinado, mas raramente utilizado. Atualmente fazemos uso de *vocês* para ocupar a mesma posição gramatical.

No caso do Brasil, a norma escolar ainda soma o defeito de sua subserviência à norma prescritiva portuguesa. É por essa espécie de colonialismo normativo auto imposto que se explica a razão de até hoje se preconizar a colocação dos pronomes pessoais átonos ao estilo português, em completa desconformidade com o que a elite brasileira pratica mesmo nas situações mais formais (MERCER; FOLTRAN, 1993, p. 201).

Os manuais normativos são de suma importância, todavia, não dão conta da imensidão da língua, que, por ser dinâmica e flexível, está em constante mudança, tais manuais precisam acompanhar a condição evolutiva da língua. Assim sendo, a Sociolinguística Educacional tem o papel de desmistificar a ideia de certo ou errado na fala dos estudantes, e contribuir no processo de construção do respeito às variedades linguísticas. Por este motivo, afirmamos a importância de um processo de escolarização diferenciado para as comunidades quilombolas principalmente no que diz respeito aos seus usos linguísticos.

Pesquisas como as de Silva (2005), Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009), Santos (2013), Souza (2020, 2021, 2022), realizadas pelo viés da Sociolinguística Variacionista em comunidades quilombolas do Brasil, com dados de fala, mostraram um quadro de variação linguística, sendo que a variação com maior destaque é a de concordância verbal e nominal. É exatamente sobre esses aspectos que a avaliação social da variação linguística recai, com julgamento explicitamente negativo dessas características da fala popular provenientes do contato entre línguas.

As reflexões postas nos resultados de cada pesquisa mostram como o preconceito linguístico das elites brasileiras não tem apenas um caráter social excludente e discricionário, mas é um caráter claramente racista, uma vez que condena ao estigma social precisamente as marcas linguísticas mais notáveis do caráter pluriétnico da sociedade brasileira. Pode-se falar, assim, de um racismo linguístico ainda vigente e que atua impunemente como instrumento de dominação ideológica na sociedade brasileira. Uma síntese da distribuição social das variáveis linguísticas e do perfil sociolinguístico das comunidades de fala demonstram isso (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO 2009).

Diante disso, podemos dizer que a educação escolar brasileira precisa enfrentar esse problema social, todos sem exceção precisam ter a consciência linguística sobre as diferentes normas linguísticas,

entender que existe uma norma de prestígio e outras que são desprestigiadas, perceber o processo imbricado em cada variedade, e assim, poder entender e defender a variedade utilizada em sua comunidade de fala.

Os parâmetros curriculares nacionais (PCN) já mencionam a abordagem da variação linguística em sala de aula:

A língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geograficamente e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas (BRASIL, 1997, p. 26).

O documento reconhece as variações regionais (diatópicas), bem como o preconceito social pelas variedades existentes, há uma variedade que goza de prestígio e outra que é estigmatizada, tais equívocos devem ser questionados nas escolas, pois é um espaço para formação de cidadãos conscientes e reflexivos. Para os alunos, deve ficar claro que existem variedades linguísticas, existe a sua variedade e muitas outras, nenhuma delas está errada, entretanto, cada uma se adequa a um determinado contexto de fala. O aluno deve entender que, quando estamos na escola, na igreja, no trabalho ou com amigos, podemos ter em cada ambiente um comportamento linguístico diferenciado.

Os PCN, desde 1997, tratam da variação linguística, podemos considerar este fato como um grande avanço, mas também é importante questionar como isso é aplicado na escola. Para além disso, se considerarmos que o aluno utiliza a linguagem cotidianamente não só na disciplina de língua portuguesa, ambiente em que essa temática é abordada, veremos a grande lacuna a ser preenchida.

Zwirtes (2020), em análise da Base Nacional Comum Curricular BNCC (2017), no componente Curricular de Língua Portuguesa, observou que a BNCC não cumpre, apenas, com o papel de promover um currículo comum, mas de atender aos interesses de um determinado grupo social, visto que o sistema apresenta a unificação curricular como a solução dos problemas educacionais, ignorando fatores externos que muito influem na melhora da qualidade da educação, como: políticas públicas de acesso e permanência na escola, questões de infraestrutura, recursos humanos e materiais, atendimento às necessidades geográficas ou socioeconômicas específicas de cada região, valorização dos profissionais da educação.

De acordo com Zwitites (2020), tem-se na BNCC⁴ uma ferramenta de manutenção da sociedade atual, pautada na divisão de classes, na má distribuição de renda e acesso à cultura, na exclusão e na impossibilidade de mobilidade social, marcado pelo atendimento ao interesse do mercado e do financiamento de empresas privadas. O referido documento tem como discurso uma “construção coletiva” que está mascarando o silenciamento dos profissionais da educação, o que muito dificulta o ensino de modo geral.

Outro impasse referente à educação do aluno quilombola é a classe docente que, muitas vezes, sem formação adequada, estigmatiza a fala do alunado, deixando-o apreensivo quando precisa falar ou usar de qualquer artifício linguístico na escola, espalhando constrangimento e receio em falar algo “errado” e ser corrigidos em meio a turma. Os professores de escolas quilombolas precisam de formação⁵ na área para exercer sua função, e estar ciente do processo de formação

4 Para além da crítica contida neste estudo, é necessário reconhecer aspectos positivos do documento, como, por exemplo, os detalhamentos acerca de competências/habilidades e de objetos de conhecimento, os quais não constam dos PCN.

5 É necessário que os docentes tenham conhecimento sobre escola do campo, principalmente da região que atuam, saber vincular as questões inerentes à realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva.

do português brasileiro, conhecer as implicações deste na variedade linguística utilizada pelos afrodescendentes.

Segundo Petermann e Alves (2018), a concepção social de padronização da língua tem seus reflexos ainda nos livros didáticos adotados, que, embora apresentem variação linguística como conteúdo, aparentemente a Ideologia da Padronização continua subjacente à abordagem. Em análise de livros didáticos, os autores constataram que conceito de língua, em alguns manuais, ainda reitera a Ideologia da Padronização, entendendo as variedades linguísticas como “desvios de um padrão”.

Esses problemas precisam ser sanados para que a educação funcione de maneira efetiva e produtiva, a proposta de uma educação quilombola de qualidade precisa sair do papel e passar a funcionar adequadamente, e isso não pode ser observado como utopia, mas direito conferido por lei. Precisamos ir à raiz do problema para poder resolvê-lo e o primeiro passo é a libertação por meio do conhecimento de causa, para isso recorreremos a algumas estratégias que já foram propostas, mas não executadas.

Para Bortoni-Ricardo e Dettoni (2001), o primeiro passo para a escola tornar-se culturalmente sensível e lidar com a variação linguística competentemente é implementar estratégias como: aproveitar as experiências que as crianças trazem consigo, a fim de reproduzir situações de uso da língua que lhes são familiares ou cotidianas. O professor deve saber provocar situações que aflorem a discussão em sala, para saber a opinião do alunado, discutir e questionar suas posições sempre respeitando cada contribuição. Posteriormente, ele pode apresentar outras possibilidades existentes e aos poucos conduzir a situação para entendimento do papel social das variações.

O segundo passo apontado pelos autores é respeitar as particularidades, cada escola tem semelhanças e também aspectos que a distinguem das demais e em se tratando de escola quilombola, isso

se intensifica, não propriamente pela escola em si, mas pelo alunado que tem normalmente costumes e crenças próprias do seu povo, cada comunidade ou município se organiza de forma particular, e isso deve ser observado cuidadosamente, trabalhado como aspecto positivo e contribuidor na formação de uma educação quilombola de qualidade.

O terceiro ponto é desenvolver propostas que permitam a diferenciação entre as atividades de oralidade e as atividades de letramento, aqui o aluno deve tomar conhecimento da variação *diamésica*, saber que há situações de fala e escrita que podem ser distintas, normalmente a escrita é mais formal que a fala, no entanto, com o advento das redes sociais, podemos também usar da informalidade na escrita quando estamos escrevendo a alguém do convívio diário que temos intimidade.

Em quarto lugar, promover o envolvimento do aluno que fala, ouvindo-o e ratificando-o como sujeito legítimo de participação, acolhendo suas sugestões, é muito importante validar a participação do aluno, elogiar sua participação e o motivar ainda mais em suas exposições, indicando suas colocações como adequadas e corrigindo, de forma incentivadora, para uma melhor aprendizagem.

Por último, entretanto não menos importante, incentivar a participação do aluno durante as aulas, monitorando-o e oportunizando o contato com modelos de estilos monitorados da língua, mostrando-o como, quando e por que usá-los, dificilmente o aluno chegará à escola utilizando a norma-padrão, há aqueles que mal conseguem contato com essa norma, por isso é importante que o professor oportunize situações de contato e aponte as situações em que o alunado pode fazer determinados usos linguísticos.

As práticas mencionadas acima são indicadas pelos autores como necessárias em todas as escolas brasileiras para melhor aprendizagem do alunado. Todavia, tais recomendações parecem não ser executadas, temos ainda um sistema educacional muito precário e desajustado,

e os que mais sofrem com essa precariedade são as classes menos favorecidas, entre os quais estão os alunos de descendência afro. Por isso, focalizamos a necessidade da execução destas práticas na educação desses alunos.

A importância da educação quilombola é imensa. Atende aos interesses da população afro-brasileira quilombola a qual foi excluída dos bens produzidos socialmente, durante o percurso de estruturação do sistema capitalista. Ora, se os antepassados daquela população verteram suor e sangue a fim de serem criados os meios e as possibilidades de formação desse sistema, nada mais justo que os descendentes atuais, cômicos de suas responsabilidades histórica, visem à destruição do mesmo sistema pela raiz e colaborem para a construção da emancipação humana (BEZERRA DA SILVA, 2015, p. 80).

É importante que o alunado tenha consciência sociolinguística, e saiba as razões pelas quais sua forma de falar, sua cor de pele, seu físico, suas vestimentas, seu comportamento e, até mesmo, sua classe econômica são estigmatizadas socialmente. Essas questões vão além do aspecto linguístico, todavia, seu entendimento já ameniza uma série de impactos maléficos sobre suas vidas, como afirma Bezerra da Silva (2015), o entendimento dessas questões pode emancipar os indivíduos.

Como aponta que Bortoni-Ricardo (2005), precisamos cultivar uma educação que promova igualdade e democracia, que não busque à supremacia de uma classe sobre outra, mas pretenda dar oportunidades, conhecimento e condições semelhantes a todos, permitindo a apropriação de sua língua e o seu emprego como ferramenta para a transformação, pois o caminho para uma democracia é a distribuição justa de bens culturais, entre os quais a língua é o mais importante.

É importante reafirmar o papel transformador da educação, defender uma política de combate à colonialidade a partir da escola,

com o objetivo de promover a (re)construção de uma identidade nacional constituída a partir de uma relação mais simétrica entre as heranças culturais que a compõem. Nesse sentido, é preciso que se desenvolva uma pedagogia descolonial, destinada a “visibilizar as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas” (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 24).

Como afirma Amorim (2014), a colonialidade pode ser enfrentada por meio de uma pedagogia que privilegia a interculturalidade em oposição a uma abordagem “monocultural” assentada em valores eurocêtricos. Grande parte dessas ações deve ser pensada na/para a Escola, na medida em que, a partir dela, mudanças sociais são efetivadas e propagadas para outros setores da sociedade

Para além do que já foi refletido, advogamos em favor de uma educação escolar quilombola efetiva que seja praticada. Os quilombolas precisam ter seu projeto político pedagógico diferenciado e direcionado para suas reais necessidades, com distinção em todas as disciplinas, e um enfoque na variação linguística, não apenas nas aulas de língua portuguesa, pois é uma temática interdisciplinar, uma vez que a língua é usada diariamente em todas as disciplinas. Assim sendo, todos os professores precisam ter formação adequada para saber lidar com questões de ordem linguística em qualquer disciplina. Para que os alunos quilombolas tenham propriedade e orgulho quanto sua norma linguística, e saibam que seja qual for sua escolha linguística, está não pode ser instrumento de supervalorização ou inferiorização social.

Conclusão

O português brasileiro comporta diversas variedades linguísticas, fruto da diversificação étnica. Diferentes comunidades de fala podem ter diferentes maneiras de se expressar. As variedades precisam ser observadas como resultado positivo de uma pluralidade linguística, característica importante do povo brasileiro. A educação tem papel

fundamental na disseminação da consciência linguística, pois a escola é um espaço importante de discussão dos problemas sociais. Os grupos menos favorecidos socialmente, como é o caso dos alunos afrodescendentes, ao se apropriarem do entendimento e do respeito pela sua norma linguística, poderão combater o estigma e contribuir na construção de uma sociedade mais justa e igualitária linguisticamente.

Com este trabalho, esperamos contribuir com a reflexão acerca da educação quilombola, como também proporcionar outros espaços e meios de debate sobre este tema, que é de suma importância, e auxiliar no combate ao estigma linguístico nas diferentes comunidades de fala existentes no português brasileiro.

Referências

- AMORIM, F. Ensino do português brasileiro: por uma pedagogia descolonial. **Web-Revista SOCIODIALETO**, UEMS/Campo Grande, v. 5, n. 14, p. 111-138, nov. 2014.
- BAGNO, M. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2004.
- BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemu na escola, e agora?** – sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BORTONI-RICARDO, S. M.; DETONNI, R. do V. **Diversidades linguísticas e desigualdades sociais**: aplicando a pedagogia culturalmente sensível. In: COX, M. I. P.; ASSISPETERSON, A. A. de (org.) **Cenas da sala de aula**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LUCCHESI, D. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. **Estudos de Linguística Galega**, v. 4, 2012.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MERCER, J. L. da V.; FOLTRAN, M.J. Variação linguística e ensino da língua portuguesa. **Letras (Curitiba)**, n. 41-42, 1993.

OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. F. Pedagogia Decolonial e educação anti-racista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, UFMG, v. 26, p. 15-40, 2010.

PETERMANN, R.; ALVES, L. H. Língua, variação e livro didático: análise da abordagem da variação linguística em manuais didáticos do Ensino Médio. **Revista Língua tec**, Bento Gonçalves, v. 3, n. 6, p. 01-21, nov. 2018. Disponível em: <<https://www.periodicos.ifrs.edu.br/index.php/LinguaTec/article/view/3034>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

SANTOS, D. **A concordância verbal na fala de afrodescendentes da comunidade quilombola Muquém, União dos Palmares–Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

SILVA, J. A. A. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do estado da Bahia/ Salvador**. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA, J. B. **Educação escolar quilombola: limites e perspectiva**. Palmeira dos Índios: FACESTA, 2015.

SOUZA, M. H. M. A concordância verbal com o pronome nós na comunidade quilombola serra das viúvas/ Água Branca – AL. **Uniletras**, Ponta Grossa, v. 43, e-17810, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/uniletras/article/view/17810/209209215456>. Acesso em: 17 mai. 2022.

SOUZA, M. H. M. A concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala da comunidade quilombola Serra das Viúvas/ Água branca – AL. **Web Revista SOCIODIALETO**, [S.l.], v. 11, n. 33, p. 1-22, jun. 2021. Disponível em: <http://sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/366>. Acesso em: 17 mai. 2022.

SOUZA, M. H. M; VITÓRIO, E. G. S. L. A. Variação nós e a gente na posição de sujeito na comunidade quilombola Serra das viúvas. **LETRAS EM REVISTA**, [S.l.], v. 12, n. 01, abr. 2022. Disponível em: <https://ojs.uespi.br/index.php/ler/article/view/378>. Acesso em: 17 mai. 2022.

ZWIRTES, P. **A base nacional comum curricular**: uma análise à luz da sociolinguística educacional. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, 2020.

Políticas linguísticas: para um inventário do patrimônio linguístico do Brasil

Antônio Félix de Souza Neto
Ricardo Nascimento Abreu
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

“Brasil democrático significa não apenas eleições diretas e constituinte. Significa também o reconhecimento jurídico, institucional, da pluralidade lingüística da nação, a formulação clara dos direitos e deveres que tal reconhecimento implica”

Aryon Dall’Igna Rodrigues

Introdução

Admitindo que qualquer atitude referente a língua/dialeto, que não seja tecnicamente linguística, resulta em ideológica e política, recorreremos a estudiosos da área da Política Linguística (PL) – nomeadamente Rizvi e Lingard (2010), Spolsky (2016), Ricento (2006), Hornberger (2006), Schmidt, Sr (2006), Harold Schiffman (2006), Canagarajah (2011) – e, a partir destes, apresentamos alguns dados históricos e pressupostos teóricos e metodológicos das PLs, conside-

rando seus efeitos mais previsíveis sobre o inventário de línguas/dialetos do Brasil.

Breve histórico da PL e seus pressupostos teóricos e metodológicos

Segundo os professores Fazal Rizvi (Universidade de Melbourne, EUA) e Bob Lingard (Universidade de Queensland, Austrália),

o campo de estudos de Política é relativamente recente, podendo ser datado nos anos de 1950, principalmente em países liberais, onde os governos buscavam os recursos das ciências sociais para desenvolverem políticas públicas, substituindo antigas abordagens que eram grandemente intuitivas e *ad hoc*. (RIZVI; LINGARD, 2010, p. 1, tradução livre nossa¹, grifo da edição).

Ora, se, conforme afirmam Rizvi e Lingard (2010), o campo da Política pode ser datado na década de 50 do século passado, a PL, como subárea da Política, é, decerto, mais recente ainda. Não obstante, podem-se reconhecer atitudes políticas acerca da linguagem fazendo um recuo muito mais longo no tempo.

Bernard Spolsky (2006)

Ao ser perguntado pela revista *Revel* sobre o que é Política Linguística e como essa política está relacionada com a Linguística e com políticas públicas e privadas, Spolsky (2016) responde situando os primeiros esforços do gerenciamento de línguas no mundo antigo, sendo seu desenvolvimento atribuído aos linguistas empenhados em reconstruir as sociedades destruídas pelas guerras: os linguistas

¹ “Policy studies is a relatively recent field of academic endeavour. It emerged during the 1950s in mainly liberal democratic countries, where governments sought the resources of the social sciences to develop public policies, replacing earlier approaches that were largely intuitive and *ad hoc*.” (RIZVI; LINGARD, 2010, p. 1).

propunham planos para resolver os problemas de língua das nações em desenvolvimento.

Ao ressaltar que nem planos econômicos nem planejamentos linguísticos “de cima-para-baixo”² – ou seja, que provêm de grupos mais altos da escala hierarquizada de poder de decisão na sociedade – dão igualmente garantia de sucesso (a exemplo do insucesso nos países africanos, onde as línguas coloniais prevaleceram), Spolsky (2016) informa que as concepções mais recentes acerca do campo sugerem três componentes: 1) as reais práticas languageiras dos membros da comunidade de fala; 2) as crenças dos membros da comunidade acerca da língua; e 3) os esforços de alguns membros para mudar as práticas e crenças. De acordo com Spolsky (2016), uma proposta recente é a de reconhecer em cada domínio da comunidade (governo, negócios, educação, religião, família etc.) um complexo e ordenado conjunto de práticas e crenças, e uma tendência de alguns indivíduos (gerenciadores) de quererem modificar as práticas e as crenças.

Spolsky (2016) encerra seu turno na entrevista dizendo: “[o] campo da política linguística é considerado como um tipo de sociolinguística aplicada, com muitas de suas atividades direcionadas para a educação.” (SPOLSKY, 2006, p. 2).

Estando no campo da sociolinguística aplicada, a PL deve, portanto, contemplar as diversas variedades linguísticas – tantas quantas haja –, posto que elas manifestam as reais práticas languageiras dos membros da comunidade de fala; a elas estariam associadas as crenças dos membros da comunidade acerca da língua; elas são gerenciadas em cada domínio da comunidade. Se, seguindo o entendimento de Spolsky (2016), o gerenciamento reafirma as práticas e as crenças da comunidade, está-se fazendo política “endocentrista”³; se, ao contrário, o gerenciamento implica em rejeição das práticas e das

2 “Top-down” (cf. SPOLSKY, 2016; RICENTO, 2006 entre outros).

3 “Endocentric”, nos termos do estruturalismo bloomfieldiano (cf. BLOOMFIELD, 1933).

crenças, está-se fazendo política “exocentrista”⁴. Este último gerenciamento se alinha bem com os modelos aplicados pelas políticas colonialistas.

| *Thomas Ricento (2006)*

Certamente, qualquer PL precisa derivar de uma concepção prévia de língua – e isto é consensual entre os estudiosos do assunto. Thomas Ricento, professor da Universidade de Calgary (Canadá), na primeira parte (*Theoretical Perspectives in Language Policy*) do livro *An Introduction to Language Policy (theory and method)*, editado por ele mesmo, observa que os modelos teóricos da linguagem informam as pesquisas no campo da política e do planejamento linguísticos, e, portanto, têm implicações neste campo: uma das implicações é a de encarar as línguas como códigos; outra é a de encarar as línguas como discursos. Na prática, isto implica em: 1) assumir os potenciais intrínsecos de cada língua/código; ou 2) assumir que são os discursos que prevalecem sobre as línguas. Disso decorrem as questões básicas: 1) do mérito próprio das línguas de prestígio internacional; e 2) do discurso em torno dessas línguas que promove seu prestígio. Qualquer que seja a concepção assumida, esta refletirá na política linguística a ser desenvolvida.

De acordo com o professor Ricento (2006), PL deve ser um campo de pesquisa inserido nas ciências sociais e humanidades (inclusive como disciplina destas), devendo seus pesquisadores, portanto, incluir entre seus questionamentos o porquê de as línguas padronizadas serem consideradas como “melhores” do que os dialetos (RICENTO, 2006, p. 10)⁵. Outros questionamentos da agenda do pesquisador em PL, segundo Ricento (2006), são: “[p]or que os membros de alguns grupos de imigrantes mantêm suas línguas através das gerações, ao passo

4 “Exocentric”, nos termos do estruturalismo bloomfieldiano (cf. BLOOMFIELD, 1933).

5 “Why are standard languages considered to be ‘better’ than dialects?”

que os membros de outros grupos de imigrantes perdem sua língua depois de uma ou duas gerações?” (RICENTO, 2006, p. 10, tradução livre nossa⁶). Considerando a expansão da língua inglesa pelo mundo, segundo o professor Ricento (2006), o pesquisador em PL deve ainda incluir entre os seus questionamentos: “[a] propagação global do inglês implica a marginalização e eventual perda de línguas indígenas em países em desenvolvimento/desenvolvidos? Se sim, isso é bom ou ruim?” (RICENTO, 2006, p. 10, tradução livre nossa⁷).

Para Ricento (2006), um modelo teórico em PL pode se valer de evidências empíricas que podem ajudar a responder a essas perguntas: o autor cita, como exemplo de estratégia para identificação de evidências empíricas, a escala de Fishman (*Graded Intergenerational Disruption Scale – GIDS* (FISHMAN, 1991 *apud* RICENTO, 2006). Essa escala “lista oito estágios da força relativa de uma língua regional ou minoritária em competição com outra(s) língua(s) mais dominante(s) por sobrevivência.” (RICENTO, 2006, p. 11, tradução livre nossa⁸, grifo nosso). Outra alternativa para alcançar evidências empíricas citada por Ricento (2006) é focar nas relações entre atitudes dentro de várias comunidades de fala e padrões de uso da língua.” (RICENTO, 2006, p. 11, tradução livre nossa⁹).

Nas conclusões do capítulo 1, Ricento (2006) afirma que “políticas linguísticas são feitas, ou são implicitamente reconhecidas e praticadas, em todos os domínios sociais.” (RICENTO, 2006, p. 19, tradução livre nossa¹⁰).

6 “Why do members of some immigrant groups maintain their languages across generations, while members of other groups lose their language after one or two generations?”

7 “Does the global spread of English entail the marginalization and eventual loss of indigenous languages in developing countries? If so, is this a good or bad thing?” (RICENTO, 2006, p. 10).

8 “[...] lists eight stages of the relative strength of a regional or minority language in competition with another more dominant language, or languages, for survival.” (RICENTO, 2006, p. 11).

9 “[...] focus on relationships between attitudes within various speech communities and patterns of language use.” (RICENTO, 2006, p. 11).

10 “Language policies are made, or are implicitly acknowledged and practiced, in all societal domains” (RICENTO, 2006, p. 19).

Entre os desafios do pesquisador em PL, Ricento (2006) inclui:

(1) ter visão claramente articulada sobre a natureza da língua e uma ampla compreensão sobre variedades de língua e mudança linguística; (2) ter compreensão de como o poder é representado e refletido em várias políticas linguísticas em todos os níveis e processos da estrutura social; (3) ter uma posição sobre o papel do pesquisador como um participante ‘interessado’ em pesquisa; e (4) aderir aos altos padrões de pesquisa, especialmente com vistas à representatividade, profundidade e extensão dos dados e o grau que os achados sustentam – ou negam – premissas teóricas claramente articuladas. (RICENTO, 2006, p. 19, tradução livre nossa¹¹).

Ainda nas conclusões do capítulo 1, Ricento (2006) manifesta sua convicção de que mudanças sociais “de baixo-para-cima”¹² – ou seja, diferentemente das mudanças “de cima para baixo”, aquelas são as que emanam dos falantes comuns, do povo para os grupos mais altos da escala hierarquizada de poder de decisão na sociedade – influenciam legisladores, educadores e os negócios. Portanto, decisões originadas na comunidade de fala podem influenciar PLs.

| Nancy H. Hornberger (2006)

No capítulo 2 (*Frameworks and Models in Language Policy and Planning*) do supramencionado livro de Thomas Ricento (2006), a au-

11 “(1) having a clearly articulated view about the nature of language, and a broad understanding about language varieties and processes of language change; (2) having an understanding of how power is represented and reflected in various language policies at all levels of social structure and processes; (3) having a position on the role of the researcher as an “interested” participant in research; and (4) adhering to high standards of research, especially with regard to the representativeness, depth, and breadth of data and the degree to which the findings support – or disconfirm – clearly articulated theoretical assumptions. (RICENTO, 2006, p. 19).”

12 “Bottom-up” (cf. RICENTO, 2006).

tora Nancy H. Hornberger, cita (em uma seção intitulada *An Integrative LPP Framework*) o linguista norte-americano Einar Haugen, para quem “a [diversidade] linguística não é um problema a menos que ela seja usada como base para discriminação.” (HORNBERGER, 2006, p. 27, tradução livre nossa¹³). Nesse mesmo capítulo, Hornberger (2006) apresenta uma tabela (matriz) sumária da concepção de Haugen acerca das dimensões que orientam abordagens em Política e Planejamento Linguístico (PPL). Essa tabela constitui uma matriz dos tipos e das abordagens do planejamento linguístico propostos por Haugen. Os tipos são: 1) de planejamento do *status* (sobre os usos da língua); 2) de planejamento de aquisição (sobre os usuários da língua); e 3) de planejamento de *corpus* (sobre a língua). As abordagens de cada um desses tipos são, por sua vez: 1) de planejamento político (sobre a forma); e 2) de planejamento de cultivo (sobre a função). A aplicação dessa matriz contemplaria línguas e suas variedades, funções específicas e usuários específicos em qualquer comunidade, independentemente de sua complexidade.

| *Política Linguística Crítica (PLC)*

Uma outra linha de pesquisa em PL tem se desenvolvido sob a influência do marxismo e de trabalhos de pensadores como Bourdieu (1991), Foucault (1972, 1979), Gramsci (1988), Habermas (1979, 1985, 1987, 1988), além de outros. Essa linha de pesquisa é conhecida como Política Linguística Crítica (PLC). Seu escopo inclui relações de mudança e justiça sociais.

| *James Tollefson (2006)*

Uma das críticas da PLC aos modelos de política linguística tradicional parte do reconhecimento de que as “políticas sempre criam

13 “language [diversity] is not a problem unless it is used as a basis for discrimination” (HAUGEN, 1973, p. 40).

e sustentam várias formas de desigualdade social, e os criadores das políticas geralmente promovem os interesses dos grupos dominantes.” (TOLLEFSON, 2006, p. 42, tradução livre nossa¹⁴). Uma das ideias-chave oriundas da PLC, segundo Tollefson (2006), é da colonização que é operada pelo aparelho ideológico do Estado. O autor cita o filósofo alemão Jürgen Habermas, que “identifica a colonização – que acontece em parte através da mudança linguística – como o maior problema da nossa era.” (TOLLEFSON, 2006, p. 47, tradução livre nossa¹⁵). Tollefson (2006) exemplifica a abordagem crítica com o modelo “governamental” que, segundo o autor,

deve se estender para além dos contextos coloniais até às democracias liberais contemporâneas, onde políticas pluralistas podem aparecer para promover direitos linguísticos, mas podendo ser de fato parte de formas crescentes de controle governamental sobre o uso da língua, particularmente entre grupos linguísticos minoritários. (TOLLEFSON, 2006, p. 50, tradução livre nossa¹⁶).

Da evolução das concepções da PLC, aparecem nomes como os de Ronald Schmidt, Sr., Harold Schiffman e Athelstan Suresh Canagarajah entre vários outros.

| *Ronald Schmidt, Sr (2006)*

Ronald Schmidt, Sr, em seu texto *Political Theory and Language Policy*, apresenta o argumento do filósofo canadense Will Kymlicka

14 “policies often create and sustain various forms of social inequality, and that policy-makers usually promote the interests of dominant social groups.” (TOLLEFSON, 2006, p. 42).

15 “identifies colonization – which takes place in part through language shift – as the major social problem of our age.” (TOLLEFSON, 2006, p. 47).

16 “A governmentality approach may be extended beyond colonial contexts to contemporary liberal democracies, in which pluralist policies may appear to promote language rights, but in fact may be part of increased forms of government control over language use, particularly among linguistic minority groups.” (TOLLEFSON, 2006, p. 50).

acerca dos direitos de cidadania multicultural, que incluam políticas multilinguísticas como meio de promover a igualdade de oportunidade para as minorias linguísticas. (SCHMIDT, Sr, 2006, p. 107).

| *Harold Schiffman (2006)*

A partir de estudos da língua alemã dos imigrantes (alemães), na América do Norte, no século XIX, e da língua indiana tâmil, Schiffman (2006) desenvolve seu conceito de “cultura linguística” como algo inerente aos comportamentos das comunidades de língua/fala. Nesses estudos, o pesquisador constata, em comportamentos e atitudes daquelas comunidades, o que ele denomina de “política evidente”¹⁷ e “política encoberta”¹⁸: a primeira associada a um planejamento explícito de uso(s) específico(s) de uma variedade; a segunda associada ao uso (natural/cultural?) não planejado de qualquer variedade. Schiffman (2006) ressalta que as políticas criadas/planejadas ignoram aspectos das variedades em nome da unidade. Por outro lado, mesmo em comunidades onde há diglossia/poliglossia, atitudes diante do estrangeiro – a exemplo de omissão de aspectos da intimidade do grupo – podem configurar PL invisível.

| *Athelstan Suresh Canagarajah (2011)*

O professor do departamento de linguística aplicada da Universidade do Estado da Pensilvânia, Athelstan Suresh Canagarajah, empenhado em encontrar solução para os dilemas da Política Linguística, advoga em favor de uma abordagem que considere as aspirações e os desafios de cada comunidade de língua relativamente aos usos de suas (primeiras) línguas, quando em uma ecologia em que suas (primeiras) línguas não prevalecem. Canagarajah (2011) assevera que não se pode prescindir, por exemplo, da distinção das as-

17 “overt policy” (cf. SCHIFFMAN, 2006).

18 “covert policy” (cf. SCHIFFMAN, 2006).

pirações e dos desafios das minorias indígenas, das comunidades migrantes e das comunidades de dispersão (diáspora). Entre as suas hipóteses de pesquisa, Canagarajah (2011) inclui: 1) a da troca de língua que implica em obsolescência da primeira (caso dos indígenas); 2) a da troca de língua com manutenção da primeira (caso dos migrantes); e 3) a da atribuição de línguas (caso dos dispersos, em contexto de diáspora).

De acordo com Canagarajah (2011): 1) se os indígenas trocam sua primeira língua por uma língua diferente, a língua de herança tende à morte; 2) os migrantes podem trocar sua primeira língua pela(s) língua(s) da comunidade junto à qual se hospedam, sem abandonar suas origens – sua língua de herança; e 3) as comunidades dispersas negociam não só o lar e os lugares de migrantes, mas também relacionamentos laterais com seu próprio povo em outros lugares de migração para criarem uma comunidade virtual e comunidades mais híbridas com possibilidades linguísticas imprevisíveis. (CANAGARAJAH, 2011, p. 78).

Poderíamos nos perguntar sobre os riscos e prejuízos para a humanidade se as hipóteses de Canagarajah (2011) se confirmam, posto que as próprias línguas e suas variedades são produtos antropológicos, históricos, sociais etc.. Aliás, não seriam as línguas e suas variedades (faladas e escritas) os meios humanos mais comuns de acesso ao passado?

| *PL no Brasil*

Antes situar o nascedouro da PL no Brasil, é preciso lembrar que a descoberta e o início da colonização deste país coincidem com um estágio avançado da expansão marítima portuguesa e com uma conseqüente propagação da língua lusitana pelo mundo (BOXER, 2002). Não obstante, como uma estratégia de aproximação, entre as ações do processo de colonização portuguesa constava a consideração das práticas linguageiras dos povos indígenas das terras descobertas

– mas somente até o ponto em que isto servia para a difusão do cristianismo padroado¹⁹ (BOXER, 2002). Com a laicização do Estado português, o racionalismo prevalente sobrepôs a civilidade e a superioridade da cultura de língua europeia aos costumes primitivos dos índios (SEVERO; MAKONI, 2015). A crença na superioridade da língua portuguesa teve tantas implicações nas políticas linguísticas no Brasil que, desde então, nenhuma (outra) língua pode ultrapassar o estatuto de tão somente língua nacional (autóctone)²⁰. Somente nas últimas décadas do século XIX, reconheceu-se o imaginário monolíngue português como reflexo da crença na superioridade da língua portuguesa.

| *Diretório dos Índios*

Também como reflexo dessa (crença na) superioridade da língua portuguesa, uma ação política de inspiração racionalista/iluminista capitaneada pelo secretário do reino português no Brasil – Marquês de Pombal – ensejou a “elaboração (1755) e a promulgação (1757) da lei do Diretório dos Índios [...]”. Entre outras barbaridades, o Diretório determinava, com força de lei:

[...] introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústico a barbaridade dos seus antigos costumes; [...] Para desterrar esse preciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas,, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nessa matéria, usem da língua própria das suas Nações, ou da

19 Relação que a igreja mantinha com o Estado, devido aos interesses comuns, conciliando cristianização e colonização: via de regra, a catequese como instrumento/meio para a submissão ao colonizador (cf. BOXER, 2002).

20 Atualmente, emprega-se o termo “língua dos povos originários”.

chamada geral; mas unicamente da Portuguesa [...].
(SEVERO e MAKONI, 2015, p. 34).

Essa citação, além de esclarecedora da política linguística convertida em legislação, revela a importância e a superioridade atribuída ao que era próprio do colonizador português, em detrimento do que era dos povos originários.

Certamente não se pode estimar, com precisão, os impactos da lei do Diretório dos Índios, desde quando da sua implementação, sobre todas as etnias que aqui existiam. Mas não é difícil apontá-la como responsável pelo silenciamento de muitas/os línguas/dialetos do Brasil.

| *A Constituição da República de 1988*

A promulgação da Constituição da República, em 1988, parece derivar do reconhecimento dos impactos negativos das políticas colonialistas portuguesas, pois, a partir dela, o que sucede é uma tentativa de redenção – que se efetivaria com a descolonização e com a promoção da democratização –, ao permitir que um conjunto de vozes minoritárias (minorizadas) pudessem levantar-se para reivindicar seus direitos de cidadania. O ambiente democrático criado pela referida constituição vem fomentando, desde então, debates acerca do imaginário monolíngue português e do lugar das diversas línguas e dialetos falados por comunidades autóctones (originárias) e alóctones espalhadas por todo o território nacional.

| *Prolegômenos para a compreensão dos direitos linguísticos: uma leitura a partir da Constituição da República Federativa do Brasil*²¹

Embora o marco histórico da noção moderna de direitos linguísticos remonte ao aparecimento dos instrumentos de direito in-

21 O título desta seção foi escolhido propositalmente, para referir ao texto “Prolegômenos para a compreensão dos direitos linguísticos: uma leitura a partir da Constituição da República Federativa do Brasil”, de autoria de Ricardo Nascimento Abreu (cf. ABREU, 2016).

ternacional de direitos humanos (DIDH) que se potencializou após a Segunda Guerra Mundial, a partir da elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 1948, é somente com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), de 1966, que se chega ao reconhecimento da existência das minorias linguísticas. Nesse contexto, o direito linguístico se constitui como um conjunto de normas do direito internacional, do direito constitucional pátrio e do direito infraconstitucional que versam sobre o direito das línguas e sobre “o direito dos indivíduos e dos grupos de usar as suas próprias línguas em suas comunidades e fora delas, em situações formais e informais, e de viver de acordo com a cultura linguística de sua comunidade.” (ONU, 2008).

Um dos instrumentos mais importantes para a questão da diversidade linguística no Brasil e no mundo decorre do PIDCP: trata-se da Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas (DDPPMNERL), de 18 de dezembro de 1992, que prevê para os Estados o reconhecimento e a proteção das minorias humanas de qualquer natureza. (ABREU, 2016 p. 166-168). Em seu artigo 4º, a DDPPMNERL estabelece o seguinte:

Art. 4º 1. Os Estados adotarão as medidas necessárias a fim de garantir que as pessoas pertencentes a minorias possam exercer plena e eficazmente todos os seus direitos humanos e liberdades fundamentais sem discriminação alguma e em plena igualdade perante a Lei. 2. Os Estados adotarão medidas para criar condições favoráveis a fim de que as pessoas pertencentes a minorias possam expressar suas características e desenvolver a sua cultura, idioma, religião, tradições e costumes, salvo em casos em que determinadas práticas violem a legislação nacional e sejam contrárias às normas internacionais. 3. Os Estados deverão adotar as medidas apropriadas de modo que, sempre que possível, as pessoas pertencentes a minorias

possam ter oportunidades adequadas para aprender seu idioma materno ou para receber instruções em seu idioma materno. 4. Os Estados deverão adotar, quando apropriado, medidas na esfera da educação, a fim de promover o conhecimento da história, das tradições, do idioma e da cultura das minorias em seu território. As pessoas pertencentes a minorias deverão ter oportunidades adequadas de adquirir conhecimentos sobre a sociedade em seu conjunto (ONU, 2008, p. 29).

Embora tenha representado um grande avanço no campo jurídico, a DDPPMNERL ainda não converteu direitos em ações afirmativas do Estado, tampouco em “garantia aos grupos linguísticos minoritários do usufruto do direito fundamental de utilizar suas próprias línguas nas mais diversas situações sociais.” (ABREU, 2016 p. 169).

Uma grande esperança vem com a criação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), por meio do qual podem ser implementadas “políticas públicas que visem dar acesso aos devidos direitos linguísticos a todos, falantes de línguas minoritárias ou não, bem como desenvolver uma política de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas nacionais [...]” (ABREU, 2016, p. 173). Soma-se a isto a concepção do patrimônio material e imaterial brasileiro como bem de natureza difusa ou, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, os bens de “natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.”. “Assim, o patrimônio cultural material e imaterial brasileiro não pertence a uma pessoa ou a um grupo de pessoas determinado, mas sim pertence a todos os brasileiros indistintamente” (ABREU, 2016, p. 175).

Outra esperança vem do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD), que apoia propostas de estudos que contemplem a diversidade linguística do Brasil:

projetos que promovam a produção de conhecimento sobre as línguas minoritárias faladas no Brasil, por meio de inventários, documentação audiovisual, interfaces digitais e publicações, em especial utilizando-se como suporte o Guia do Inventário Nacional da Diversidade Linguística, a partir das seguintes categorias: línguas indígenas, línguas de imigração, línguas crioulas e línguas afro-brasileiras (BRASIL, 2015).

Embora afirmativas e inclusivas, as ações provenientes do CFDD parecem não contemplar todo o patrimônio linguístico do Brasil, quando ainda não reconhece a existência de língua/dialeto como a/o de ciganos brasileiros etc.²²

Valendo-se de: 1) o que prevê o artigo 216 da Constituição Federal acerca da salvaguarda da diversidade linguística nacional, entre as quais “as formas de expressão”; 2) o que prevê o Decreto 7.387 de 9 de dezembro de 2010 acerca das línguas brasileiras, entre as quais identificação, documentação, valorização, pluralidade, promoção de políticas públicas das línguas; 3) relatoria do Ministro Celso de Melo, em sua análise do conteúdo normativo do artigo 13 da Constituição Federal, quando apresenta a noção de “imprescindibilidade do uso do idioma nacional nos atos processuais”; e 4) do previsto no documento dos Direitos Humanos Linguísticos (*Linguistic Human Rights – LHRs*), na forma exposta por Skutnabb-Kangas e Phillipson (1995 *apud* AREU, 2016, p. 180) sobre o direito extensivo a todos os humanos de aprenderem sua língua materna, inclusive na escola (além de uma língua oficial de seus pais de residência), de se identificarem e se expressarem em qualquer uma dessas línguas em contextos diversos, de os professores serem bilíngues etc., tudo isso independentemente de a língua ser majoritária ou minoritária, temos mais esperança ainda – aliás, a própria Organização das Nações Unidas, em seu esforço de caracte-

22 Mencionar a “variedade não-binário (neutra)”, nesse contexto, redundaria em anacronismo, posto que todos os documentos citados aqui precedem seu surgimento.

rizar (ante a dificuldade de uma definição universal) “minorias”, assim o faz: “um grupo não dominante de indivíduos que partilham certas características nacionais, étnicas, religiosas ou linguísticas, diferentes das características da maioria da população” (ONU, 2008 p. 18).

Considerações Finais

A realidade plurilíngue brasileira ainda não tem o tratamento que merece, ao menos no que diz respeito às comunidades locais, falantes de língua de imigração e aos conflitos de natureza linguística no território nacional. Talvez isso se deva ao mítico imaginário monolíngue brasileiro. A própria Constituição Federal de 1988 não deixa textualmente clara sua convicção da realidade plurilíngue brasileira. E não é por falta de instrumentos que iluminem a realidade, pois, os avanços das pesquisas sociolinguísticas já nos fornecem material suficientemente tratado para elaboração de políticas públicas que contemplem a diversidade linguística do Brasil. (ABREU, 2016, p. 170-173). Não bastando o que as pesquisas sociolinguísticas já nos fornecem, os novos achados das pesquisas em PL já permitem ir direto ao ponto da questão linguística do Brasil. As contribuições das pesquisas em PL (entenda-se também de PLC etc.) mundo afora podem e devem servir de modelos a serem testados (com novas hipóteses, outras variáveis etc.) aqui no Brasil.

Talvez nos falte agora dar ao conhecimento público (nacional e internacional), de maneira eficaz e insistente, sobre os bens linguísticos de que a sociedade brasileira dispõe, para que todos possam usufruí-los de fato e de direito. Para que isso aconteça é preciso que pesquisadores, professores, gestores etc. (inclusive eu e vocês!), todos juntos incluamos em nossas agendas pautas, discussões etc. acerca da diversidade linguística do Brasil que tenham como fim a elaboração de propostas e sugestões de políticas públicas voltadas para esses nossos bens: se não puder ser de “cima-para-baixo”, que seja e de “baixo-para-cima”!

Referências

- ABREU, R. N. Prolegômenos para a compreensão dos direitos linguísticos: uma leitura a partir da Constituição da República Federativa do Brasil, p. 161-188. *In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G.; GÖRSKI, E. M. Sociolinguística e Política Linguística: Olhares Contemporâneos.* São Paulo: Blucher, 2016.
- AZEVEDO, T. **Democracia Racial.** Petrópolis: Vozes, 1975.
- BLOOMFIELD, L. **Language, by Leonard Bloomfield.** Chicago: H. Holt, 1933.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Edital de Chamamento Público CFDD n. 1,** 13 mai. 2015.
- CANAGARAJAH, A. Suresh. Diaspora Communities, Language Maintenance, and Policy Dilemmas. *In: McCARTY, T. L. Ethnography and language Policy.* Nova York: Routledge, 2011. p. 77-97.
- HORNBERGER, N. H. Frameworks and Models in Language Policy and Planning. *In: RICENTO, T. (ed.). An Introduction to Language Policy: Theory and Method.* Ricento, Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 24-41.
- LEWIS, M. P.; SIMONS, G. P.; FENNING, C. D. (eds.) **Ethnologue: languages of the world 17.** Dallas, Texas: SIL International: 2014. Disponível em: <https://www.ethnologue.com./statistics>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- ONU. **Direitos Humanos: os direitos das minorias.** Lisboa: Gabinete de documentação e Direito Comparado, 2008.
- RICENTO, T. Language Policy: Theory and Practice – An Introduction. *In: RODRIGUES, N. Os africanos no Brasil.* São Paulo: Nacional, 1977. p. 10-23.
- SCHIFFMAN, Harold. Language Policy and Linguistic Culture. *In: RICENTO, T. (ed.). An Introduction to Language Policy: Theory and Method.* Ricento, Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 111-126.
- SEVERO, C. G.; MAKONI, S. **Políticas Linguísticas Brasil-África: por uma perspectiva crítica.** Florianópolis: Insular, 2015.
- SPOLSKY, B. Language Policies: an interview with Bernard Spolsky. **ReVEL,** v. 14, n. 26, 2016.
- SCHMIDT, Sr. R. Political Theory and Language Policy. *In: RICENTO, T. (ed.). An Introduction to Language Policy: Theory and Method.* Ricento, Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 95-110.
- TOLLEFSON, J. W. Critical Theory in Language Policy. *In: RICENTO, T. (ed.). An Introduction to Language Policy: Theory and Method.* Ricento, Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 42-59.

Sobre os autores

Alan Jardel de Oliveira

Possui Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva pela Universidade Federal de Minas Gerais (Variação e Mudança Linguística), mestrado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (Variação e Mudança Linguística) e graduação em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (licenciatura em Língua Portuguesa). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Alagoas. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística e Dialetoлогия, atuando principalmente nos seguintes temas: variação e mudança linguística, sociolinguística variacionista, fonética e fonologia e métodos quantitativos em linguística.

Aldir Santos de Paula

Possui graduação em Letras pela UNICAP, mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas). Professor Titular da Universidade Federal de Alagoas. Membro do conselho editorial de *Leitura*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFAL) e da Revista *Liames* (UNICAMP). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: fonologia, sociolinguística, línguas indígenas, línguas pano, língua portuguesa.

Aline Bezerra Falcão de Oliveira

Doutoranda pelo programa de Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística - (CNPq/USP), sob orientação do Prof. Dr. Ronald Beline Mendes. Possui Mestrado em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas - PPGL/UFAL (2021). Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Alagoas (2019). Atuou como professora no Programa Qualifica Mais Progredir (1º ciclo) pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Atuou como monitora de redação no projeto de extensão pré-enem (UNEAL). Foi monitora nas disciplinas Introdução aos estudos linguísticos, Linguística I e Linguística III (UNEAL). Atualmente leciona no curso de Pedagogia na Faculdade do Sucesso (FAS) e no Instituto Superar.

Almir Almeida de Oliveira

Possui graduação em Letras pela Universidade de Pernambuco (2005), mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2012) e doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2017). Fez estágio de pós-doutoramento junto à Universidade Federal de Alagoas, investigando os processos de palatalização progressiva das oclusivas alveolares em Alagoas (2019) e junto ao Instituto de Estudos Linguísticas da Unicamp (atual). Atualmente é professor da Universidade Estadual de Alagoas, onde já atuou como coordenador e vice coordenador do curso de Letras (2018-2021) e conselheiro superior. É líder do Grupos de Estudos da Variação Linguística de Alagoas (GEVAL-AL). Tem experiência de pesquisa na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística Variacionista, Contato linguístico, percepção e avaliação linguística.

Andressa Kaline Luna de Oliveira Marques

Possui graduação em Letras- Português e Suas Respectives Literaturas pela Universidade Estadual de Alagoas e mestrado e doutorado em letras e linguística pela Universidade Federal de Alagoas.

Antônio Félix de Souza Neto

Possui graduação em LETRAS (PORTUGUÊS-INGLÊS e PORTUGUÊS-FRANCÊS) pela Universidade Federal de Sergipe; Mestrado e Doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas. Atualmente é professor Adjunto da Universidade Federal de Sergipe e desenvolve pesquisas acerca das variedades do português do Brasil e de línguas crioulas de base portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: fonética, fonologia, contatos linguísticos e sociolinguística.

Carlos Álack de Lima

Graduado em Letras pela Unidade Acadêmica de Serra Talhada/Universidade Federal Rural de Pernambuco (UAST/UFRPE). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Sociolinguística e Fonética e Fonologia. Integrante do Grupo de Estudo em Teoria da Gramática (GETEGRA), da UAST/UFRPE. Ex-bolsista do Grupo de Programa de Educação Tutorial (PET/Letras/Comunidades Populares). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino (PPGLE) na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Cinthya Elizabete Feitosa Pacheco

Graduada em Fonoaudiologia pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL (Dezembro/2018). Pós-graduada em Estudos da Audição pela Faculdade Unyleya (março/2021). Participa do Grupo de pesquisa ELUN (Estudos em Linguagem - UNCISAL). Tem experiência na área de audiologia, atuando principalmente com audiologia ocupacional e clínica.

Eliane Vitorino de Moura Oliveira

Docente na Universidade Federal de Alagoas, no Curso de Letras - Língua Portuguesa/Campus de Arapiraca e no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura - PPGL/FALE/UFAL. Doutora e Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina (UEL) com pesquisa na área de Sociolinguística Educacional. Especialista em Língua Portuguesa pela UEL, com capacitação em Ensino de Português Língua Estrangeira pela Universidade de Coimbra. Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGL) da FALE/UFAL. Integra o GT Ensino e Aprendizagem na Perspectiva da Linguística Aplicada (EAPLA-ANPOLL). Participa dos projetos de pesquisa: GEDEALL - Discurso, Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas - FALE/UFAL; DALLT - Descrição e análise linguística, literatura e texto - UFAL Arapiraca. Lecionou no Curso de Pedagogia EaD-UFAL (2018/2019). Atuou como Leitora do Brasil na Universidade de São Tomé e Príncipe entre 2014 e 2017. Atualmente, é Coordenadora Pedagógica do ensino de Português na Rede ISF/FALE/UFAL e docente orientadora do Programa Residência Pedagógica núcleo Língua Portuguesa - UFAL/Arapiraca. Suas pesquisas se voltam para o ensino e a aprendizagem de Português, Língua Materna e Língua Estrangeira (PLE), pelo olhar da Sociolinguística Educacional e da Linguística Aplicada.

Elyne Giselle de Santana Lima Aguiar Vitória

Possui Graduação em Letras pela Universidade Federal do Ceará (2005), Especialização em Linguística e Ensino do Português pela Universidade Federal do Ceará (2006), Mestrado em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (2008) e Doutorado em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (2012). Realizou estágio de Pós-Doutorado na Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013) - PDJ/CNPq e no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (2014) - PNPd/Capes. É professora de Linguística da Universidade Federal de Alagoas - Campus Arapiraca e do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas. Coordena o grupo de pesquisa Sociolinguística, variação, significados sociais e ensino e possui experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística Variacionista.

José Anilton Alves da Silva

Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Especialização em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI (2019). Graduado em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL (2018). Participou do grupo de pesquisa A Língua Usada no Sertão Alagoano (LUSA), entre 2016 e 2017. Foi monitor na disciplina Teoria Linguística II. Tem interesse na área de Sociolinguística, com ênfase em análise e descrição de usos linguísticos. Atualmente é professor efetivo pela Secretaria Municipal de Educação de Rio Largo e pela Secretaria Estadual de Educação de Alagoas.

Layane Firmino Silva

Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL) na área de concentração de Teoria e Análise Linguística, especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pelo Instituto Cidade Futura (ICF), especialista em Psicopedagogia com ênfase na Educação Especial pela Faculdade Montenegro Programa de Pós-graduação e Extensão Universitária (PROEM) e graduada em Letras/Português pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Liliane Correia Toscano de Brito Dizeu

Fonoaudióloga pela Universidade Católica de Pernambuco (1999), Especialização em Linguagem pela Universidade de Ribeirão Preto (2001), Mestre (2006) e Doutora (2017) em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas. É Professora Adjunta do curso de Fonoaudiologia, compondo o Núcleo de Ensino de Propedêutica e Terapêutica (NUPROP) - Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas/UNCISAL. Fonoaudióloga Clínica desde 1999, atuando nas áreas de Linguagem e Audiologia Educacional, na aquisição e nos distúrbios de linguagem, em

especial, leitura e escrita. Utiliza como aporte teórico o Interacionismo vinculado à teorização de De Lemos. Desenvolve pesquisas com os seguintes temas: leitura e escrita, fonoaudiologia bilíngue e Língua Brasileira de Sinais.

María Helena Menezes de Souza

Possui Graduação em Letras/Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Alagoas (2017). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística Variacionista. Especialização em Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Candido Mendes (2018). Mestra em Linguística e Literatura pela Universidade Federal de Alagoas (2020). Doutoranda em Linguística e Literatura na Universidade Federal de Alagoas.

Melbiany Barros Saraiva

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Alagoas (2006); especialização em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (2009); mestrado em Letras pela Universidade Federal de Alagoas (2019). Atualmente, cursa doutorado em Linguística e Literatura pela Universidade Federal de Alagoas e é professora do Ensino Regular pela Secretaria de Estado da Educação de Alagoas. Estuda a área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando especialmente em pesquisas sociolinguísticas, que buscam compreender fenômenos orais e escritos da língua portuguesa.

Priscila Rufino da Silva Costa

Professora Adjunta da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL). Doutora em Linguística pelo PPGL/UFAL (Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística) (Julho/2016). Mestra em Linguística pelo PPGL/UFAL (Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística) (2011). Possui graduação em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Federal de Alagoas (2008). Foi Professora Assistente da Universidade Federal de Alagoas

(2019-2020). Cotutora da Liga de Linguagem e Cognição (LALIC/UNCISAL). Participa do Grupo de pesquisa ELUN (Estudos em Linguagem - UNCISAL). Foi Bolsista do Grupo PET/Letras da Universidade Federal de Alagoas. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, Hipercorreção, Língua falada, Variação e Ensino, Língua escrita, Comunidade de Prática e Rede social.

Renata Livia de Araújo Santos

Possui Graduação em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL (2008), período em que foi bolsista do Grupo PET-Letras, Mestrado em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística - PPGLL/UFAL (2010) e Doutorado em Letras e Linguística pelo PPGLL/UFAL (2013). Ensinou no Centro Universitário CESMAC (2012-2013). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE/UAST), lecionando no curso de Letras as seguintes disciplinas: Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa, Semântica e Pragmática da língua portuguesa e Língua Portuguesa V - Sociolinguística e Pragmática. Possui experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e análise linguística. Atua principalmente nos seguintes temas: variação linguística, variação linguística e ensino, variação linguística e gênero, variação linguística e concordância verbal. Atualmente é sócia da ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística); sócia do GELNE (Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste); membro do Colegiado de Coordenação Didática da UAST/UFRPE (CCD/Letras/2013-1015; 2015-2017; 2017- em andamento); integra os Grupos de Pesquisa: Grupo de Estudos em Teoria da Gramática (GETEGRA) da UAST, Grupo de pesquisa A sintaxe-phi das línguas naturais (PHINA) da UFBA; Grupo de Estudos em Análise e Descrição Linguística (GEADLin) da UPE; todos vinculados ao diretório do CNPq; faz parte do Corpo de Especialistas da Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, e da Revista Leia Escola da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

Ricardo Nascimento Abreu

Possui graduação em Letras Português Inglês (2000) e em Direito (2013) pela Universidade Tiradentes, Especialização em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2002), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe - UFS (2006), Mestrado em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Sergipe (2016), Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2011). Professor do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe. Tem experiência na área de estudos da linguagem, com ênfase em Políticas Linguísticas, atuando principalmente nos seguintes temas: Direitos Linguísticos, História Social da Língua Portuguesa no Brasil e Políticas públicas e seus efeitos sobre as línguas. Foi Chefe do Departamento de Letras Vernáculas (2017-2020). Membro pesquisador dos grupos de pesquisa: GELINS (UFS), Epistemologia e Direito (UFS), Projeto para a História do Português Brasileiro de Sergipe - PHPB/SE e Políticas Linguísticas Críticas e Direitos Linguísticos (UFSC). Atualmente, desempenha a função de Diretor de Educação Básica da Secretaria Municipal de Educação de Aracaju - SEMED - PMA.

Thamires Marques Pereira

Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Estadual de Alagoas (2016) e mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2018).

Thomas Santos Lima

Graduado em Letras pela UFAL/Campus Arapiraca. Integrante do grupo de pesquisa DALLT. Docente na educação básica de Penedo/Alagoas.

Waldénia Maria da Silva

Possuo graduação em Letras - Português pela Universidade Federal de Alagoas, mestrado em Linguística pelo Programa de Pós - Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas e sou doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas. Iniciei minha vida acadêmica como pesquisadora através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), além disso atuei como professora em formação inicial no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e como professora de português para estrangeiros no programa Idiomas Sem Fronteiras (ISF). Ademais, também tenho experiência na área de Letras, com ênfase em Sociolinguística, Linguística Sócio-Histórica e no ensino de português para estrangeiros.

